RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2016-2019

BIÊNIO 2016/2017

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Gabinete do Governador	José Élcio Batista
Gabinete Vice-Governador	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Casa Civil	José Nelson Martins de Sousa
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	Euvaldo Bringel Olinda
Secretaria das Cidades	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Nágyla Maria Galdino Drumond
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Cesar Augusto Ribeiro
Secretaria da Educação	Rogers Vasconcelos Mendes
Secretaria Especial de Política sobre Drogas	Francisco Williams Cabral Filho
Secretaria do Esporte	José Euler de Oliveira Barbosa
Secretaria da Fazenda	João Marcos Maia
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria da Justiça e Cidadania	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Francisco José Pontes Ibiapina
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro (Respondendo)

Governo do Estado do Ceará

Secretaria do Planejamento e Gestão

Secretário	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretário Adjunto	Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante
Secretário Executivo	Júlio Cavalcante Neto
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Patrícia Maria Campos Pinheiro
Assessoria Jurídica	Franklin Viana Moreira
	Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Raimundo Avilton Meneses Júnior
	Régis Meireles Benevides
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiana da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
	João Evangelista Moura Marçal
	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	André Theophilo Lima
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Marcos Medeiros de Vasconcellos
Coordenadoria Administrativo-Financeira	José Zelizio de Alencar Libório
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Maria Gonçalves Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

EQUIPE DE COORDENAÇÃO - SEPLAG

Supervisão Geral

Raimundo Avilton Meneses Júnior
Régis Meireles Benevides

Coordenação técnica
Raimundo Avilton Meneses Júnior

Orientação técnica
Lara Maria Silva Costa

Elaboração e assessoramento técnico
Eveline Maria Cordeiro Brandão
José Wagner Alves Fernandes
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração técnica
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Menezes de Freitas
Isabelly Campos Egot
Juliana Brito Santana Leal
Luiz Carlos Holanda Antero
Rebeca dos Santos Freitas
Renata Maria Jurema Pontes Viana

Desenvolvimento de sistema e processamento de dados
Alexandre Araújo da Silva
Daniel Ivo de Andrade

Apoio jornalístico
Darlan Ferreira Moreira
Joanna Magalhães Cruz

Colaboração Gabgov
Ana Carolina Castro Mota
Marília Cavalcante

EQUIPE DE COLABORAÇÃO - IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Cláudio André Gondim Nogueira
Dércio Nonato Chaves de Assis
Jimmy Lima de Oliveira
Luciana de Oliveira Rodrigues
Nicolino Trompieri Neto
Paulo Araujo Pontes
Raquel da Silva Sales
Rayén Heredia Penaloza
Witalo de Lima Paiva

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Adeline de Araújo Lobão da Silva (Secitece)
Adriana Xavier de Santiago (SCidades)
Adésio Anastácio da Silva (CBMCE)
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto (Nutec)
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)
Aila Wariss Maia (ESP)
Ailza Mateus Sampaio Neta (Funtelc)
Alcides Maria do Nascimento Parente (DER)
Aline Alves de Oliveira (Urca)
Aline Ribeiro Gomes (Nutec)
Alyne Martins Avelino (Uece)
Aluizio Souza Freitas, Cap (CBMCE)
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)
Ana Carolina A. Freitas da Rocha (Funcap)
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)
Ana Lúcia Silveira Caetano Guerra (DAE)
Ana Raquel Nunes de Sena (Sefaz)
Ana Roberta Duarte Piancó (Urca)
Ana Virgínia Aguiar Colelho (ESP)
Ana Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)
André Theophilo Lima (Seplag)
Antônia Aurinete de Almeida Braga (Sejus)
Antônio de Pádua Dias Costa Júnior (DPGE)
Antonio Eldair da Cunha (Cohab)
Antonio Marcos Alves Sousa, Asp (CBMCE)
Antônio Odálio Girão de Almeida (Ceasa)
Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)
Ari Célio Reges Mendes (SPD)
Átila Einstein de Oliveira (Pefoce)
Aurilene Pereira Moura Moreira (Uece)
Camila Elisa e Souza Ribeiro (SCidades)
Célia Maria Soares Pereira (Seduc)
Cibelle Teixeira de Oliveira (Urca)
Cléa Mesquita Lopes (Seinfra)
Cristiane Mendonça Crija (Funcap)
Dayara Normando Marques (Seapa)
Danyelle Mota Ricardo Guerra (Sejus)
Daiana Mária de Souza (Secult)
Danielle Silva Pinto (Arce)
Denilson Albano Portácio (Seduc)
Denise Andrade Araújo (CGE)
Elias Xerxes Pinheiro Xerez (DPGE)
Emanuela dos Santos Pinheiro (Aesp)
Emiliele Carvalho Dias (SCidades)
Everton Cabral Maciel (Seas)
Fabiola Linhares Bezerra (Sesporte)
Fernando Antônio Alves dos Santos (Uece)
Flávia Livino de Carvalho Costa (EGPCE)
Francisca Betanha Quinto Barros (Polícia Civil)
Francisca Imaculada dos Santos Silva (CED)
Francisca Juliana Feitosa Soares (Seduc)
Francisca Luzitelma Santos Caracas (Issec)
Francisco Alexsandro Sales Beserra (Sohidra)
Francisco Bergson P. Fernandes (Ematerce)
Francisco Jakson C. Albuquerque (Ematerce)
Francisco José Coelho Bezerra (Issec)
Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)
Francisco Ricardo V. Catarina, TenCel (PMCE)
Francisco Vanderlan Carvalho V. Filho (SSPDS)
Frederico Jorge Barbosa Acário (Codece)
Gecilda Correa Nunes (Ematerce)
Giselle Maria Maia C. Plutarco (Cogerh)
Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira (TCE)
Gotardo Gomes Gurgel Júnior (Sesporte)
Guido Colares Filho (SDA)
Guirlanda de Fátima T. Ponte (Seplag)
Heloisa de Aquino Câmara (SRH)
Heloisa Helena Garcia Mota (SRH)
Hermano Abreu Rodrigues (Sesporte)
Ismênia Márcia Linhares Justino (Gabgov)
Itamar Teixeira Bezerra (Ematerce)
Jairo Ferreira da Silva Júnior (EGPCE)
Jackeline Sales de Melo (Cagece)
Jamile dos Santos de Moura (Aesp)
Jeimes Mazza Correia Lima (Seduc)
Jessé de Moura Filho (Detran)
Joaquim Firmino Filho (Seinfra)
Joaquim José Faço (DER)
João Antonio Barbosa Gadelha (PMCE)
João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)
João Paulo da Cruz da Silva (SRH)
João Washington de Meneses (Sesa)
Jorge Bhering Linhares Aragão (CED)
Jorge Costa de Araújo (PMCE)
Jorge Pinto Filho (SDA)
José Eleri de Sousa (SSPDS)
José Erivilson de Lima (EGPCE)
José Iran da Silva (Seduc)
José Flávio Guedes (Secitece)
José Maurício Nobre de oliveira (DAE)
José Valdo Mesquita Aires Filho (Setur)
José Teófilo Braga Neto (Cohab)
José Walfrido Mororó Monteiro (ZPE Ceará)
Josimar Ferreira dos Santos (SPD)
Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima (UVA)
Keilla Farias Castro (Ceará Portos)
Kelly Darlane Nepomuceno Ramos (CGE)
Leiliane Silva de Aguiar (UVA)
Leiliane dos Santos Silva (Gabgov)
Lilia Michele da Costa Sousa (SDA)
Lorena Barroso Soares (TJ)
Lorena Maria Moreira Chagas (Detran)
Luce Karine Soares Balreira (Sohidra)
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Gabgov)
Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)
Luiz Carlos Fernandes Moreira (Polícia Civil)
Luiz Carlos de Oliveira Carmo (CED)
Luiz de Oliveira Costa Junior (Adagri)
Marcele Pinho de Arruda Mapurunga (Sejus)
Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)
Marcelo Medeiros de Vasconcellos (DPGE)
Márcia Maria de Andrade Nunes (Seinfra)
Marciana Isabely Martins Pereira (MPCE)
Marcos Manuel de Almeida Júnior (Adece)
Marcus Vinicius Melo Cruz (AL)
Maria Eleusa Costa (ESP)
Maria de Marilac Coelho Rocha (ESP)
Maria de Jesus de Sousa Cavalcante (Sesa)
Maria Denise Alves Eugênio (SRH)
Maria Dias Cavalcante (Sema)
Maria Esther Frota Cristino (Ipece)
Maria Jussara L. Figueiredo dos Santos (CGD)
Maria Luiza Xavier Ferreira (SRH)
Maria Nayde de Magalhães Macedo (Funceme)
Maria Nilce Quinderé (Cegás)
Maria Salete Lucena de Azevedo (DAE)
Marilce Stenia Ribeiro Macedo (CEE)
Mario Freire Neto (Sema)
Mario Jorge de Freitas (Ceará Portos)
Nátia de Matos Nunes (SDE)
Nelci Gadêlha de Almeida (Sema)
Núbia Ferreira Almeida (Urca)
Nubia Maria Rodrigues Feitosa (Funcap)
Patrícia Maria Campos Pinheiro (Seplag)
Paula Yamilly Gomes Cruz (Sesporte)
Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)
Paulo Henrique Studar Pinho (Cogerh)
Pedro Aguiar Nobre Filho (Codece)
Raimunda Aurineide Lemos Caldas (Cagece)
Raimundo Alves Braga Bastos (Semace)
Raimundo de Sousa Brasil (Ematerce)
Raimundo Ronaldo Gregório Teixeira (Sohidra)
Rannieri Rios Veloso (Idace)
Raquel Luna Vasconcelos (CGD)
Ricardo Leite Soares (Etice)
Roberto Benevides de Castro (ZPE Ceará)
Roberto Machado Pereira da Luz (Ematerce)
Roldofo Sena da Penha (CED)
Rômulo Braga Gomes (Semace)
Rosa Meire Alves Guimarães (UVA)
Sandra Maria B. Libanio de Vasconcelos (STDS)
Sandra Maria Ferreira de Morais (STDS)
Sarah Furtado Freire (Cogerh)
Sarah Gleiciane de Araújo Silva (SCidades)
Sara Maria Spinosa Juvencio (Idace)
Sebastião Lopes Araújo (STDS)
Sérgio Moreira Câmara (SRH)
Silvana Dourado (Seplag)
Silviane Torres da Costa (SCidades)
Suelde Maria G. Montenegro (Funceme)
Tania Maria Cunha Alves (Seinfra)
Tatiana Cirla Lima Sampaio Bandeira (Arce)
Taumaturgo Medeiros dos Anjos Júnior (SDA)
Ticiana Cira Lima Sampaio (PGJ)
Tércio Carvalho de Almeida (Cagece)
Thiago Costa Silva (Uece)
Thomaz Pires Cassundé (Semace)
Tuíro Camboim Morais (Secult)
Valdir Augusto da Silva (Seplag)
Vanessa Machado Arraes (Seplag)
Vanessa Maria Barbosa Nascimento (Cegas)
Vanessa Maria Holanda Rosa Vasconcelos (SPD)
Vanessa Rocha de França (Seduc)
Vera Lucia Teixeira Salgado (Nutec)
Verônica Sousa dos Santos Correia (ESP)
Vilma Maria Freire dos Anjos (Adagri)
Zirlânea da Silva Gonçalves (Seduc)

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

NOVAS IDEIAS, NOVAS CONQUISTAS.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

BIÊNIO 2016-2017

Apresentação

O presente documento corresponde ao Relatório de Avaliação do primeiro biênio de vigência do atual Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Ceará, que se estende entre os anos de 2016 a 2019.

Este Plano é resultado de um trabalho realizado entre os meses de abril e setembro do ano de 2015, no âmbito de todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Ceará, de todos os Poderes, além do envolvimento direto da sociedade civil e dos setores produtivos e acadêmicos, que culminou com a publicação da lei Nº 15.929, em 29 de dezembro de 2015, mais comumente chamada de Lei do PPA 2016-2019.

A formulação do Plano Plurianual representa um dos principais processos de planejamento governamental, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Ceará de 1989, ao afirmar que o referido instrumento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA 2016-2019 foi construído a partir de bases sólidas, firmadas em quatro premissas essenciais: 1) no modelo de Gestão Pública baseada no alcance dos resultados desejados pela sociedade; 2) no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos; 3) na promoção do desenvolvimento territorial; e 4) na intersetorialidade para a implementação de políticas setoriais articuladas. A partir dessas quatro premissas, o Plano foi idealizado levando em consideração as Condicionantes do Contexto Global, Nacional e Regional, as quais possuem influência em nosso Panorama Socioeconômico e nas perspectivas construídas para o período de quatro anos, além das Diretrizes Estratégicas, extraídas a partir dos fundamentos da Política de Desenvolvimento do Estado e das propostas para o Plano de Governo 2015-2018: Os 7 Cearás.

Todos esses elementos, aliados às Diretrizes Regionais, obtidas no processo de planejamento participativo e regionalizado, junto à sociedade, por meio de encontros realizados nas 14 regiões de planejamento do Estado, serviram de alicerce para a construção das duas principais bases do Plano: a estratégica e a tática.

A base estratégica traduz as orientações estratégicas de Governo para o período do Plano, correspondendo, principalmente, ao conjunto dos: (i) Eixos Governamentais de Atuação

Intersetorial, seus resultados estratégicos e indicadores; e dos (ii) Temas Estratégicos, seus resultados temáticos e indicadores.

Por seu turno, a base tática, ou programática, define caminhos, por meio dos programas e de suas iniciativas voltadas ao alcance dos resultados definidos na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada.

A partir de sua publicação, a Lei do PPA passou a vigorar como a lei máxima do planejamento governamental no Estado do Ceará, na qual estão os principais resultados almejados no âmbito dos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial (Os 7 Cearás) e dos respectivos Temas Estratégicos, bem como a oferta traduzida na figura dos produtos principais das iniciativas dos programas.

Como preconiza o Modelo de Gestão para Resultados do Governo do Ceará, todo instrumento de planejamento governamental, quer seja uma política, um plano, um projeto ou um processo, deve, necessariamente, ser acompanhado, monitorado e avaliado.

No tocante ao PPA vigente, a lei que o estabelece traz em seu capítulo IV os aspectos relativos à gestão do Plano, sendo a Avaliação abordada de forma mais direta no art. 13, quando afirma que: "O Poder Executivo realizará avaliações sistemáticas do Plano, com a utilização de sistemas informatizados, disponibilizando seus resultados para consulta ampla dos órgãos de controle e da sociedade."

No parágrafo único do supramencionado artigo da Lei do PPA, o Relatório de Avaliação a ser disponibilizado para consulta ampla deve contemplar:

I – avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano;

II – avaliação do desempenho dos eixos e temas estratégicos, tendo como base seus resultados e indicadores;

III – avaliação dos principais programas finalísticos, considerando o cumprimento das metas dos produtos das iniciativas que contribuíram para o alcance dos resultados alcançados;

IV – demonstrativo da execução orçamentária acumulada, conforme os períodos de que trata o *caput* deste artigo, de forma regionalizada, por Eixo, Tema Estratégico e Programas Finalísticos; e

V – avaliação da sociedade acerca da ação do Governo expressa no Plano.

Assim sendo, para cumprir a previsão legal, o presente relatório traz em seu primeiro capítulo uma avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas abordadas na Mensagem do Governo (volume I) do PPA 2016-2019, contendo uma análise do desempenho da economia cearense e as perspectivas para o segundo biênio, além da análise do desenvolvimento social no período recente.

O capítulo seguinte – Avaliação dos Eixos da Política de Governo – traz, além da caracterização de cada um dos sete Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial, os resultados estratégicos de Governo esperados por Eixo, com a análise do comportamento dos respectivos indicadores no período 2014-2017.

No terceiro capítulo é apresentado a Avaliação do Desempenho da Ação Governamental do PPA nos anos de 2016 e 2017, enfocando o alcance dos resultados temáticos, relacionados aos Temas Estratégicos, e uma análise do desempenho dos respectivos indicadores no período de 2014 a 2017, além da avaliação dos Programas Finalísticos de cada tema, sob a ótica da execução orçamentária e da realização das metas dos produtos das iniciativas prioritárias, nos anos de 2016 e 2017.

O quarto e último capítulo apresenta a Avaliação da Sociedade acerca da ação do Governo expressa no Plano, organizada de duas formas: os principais resultados dos encontros regionais de avaliação participativa, ocorridos entre os meses de maio e junho de 2018;

e os principais resultados obtidos a partir dos registros das manifestações de ouvidoria. Na última parte do presente volume, estão contidas as considerações finais, extraídas da análise consolidada de todos os elementos apresentados nos demais capítulos, indicando, ao fim, os principais desafios para a gestão estadual até o final da vigência do atual Plano, os quais deverão servir de elementos importantes de observação para a formulação do próximo Plano Plurianual, o PPA 2020-2023.

Integram, ainda, este relatório, em seu segundo volume, os seguintes anexos:

- Demonstrativo das Metas Regionalizadas, que traz as metas regionalizadas dos produtos principais das iniciativas, programadas e realizadas por ano (2016 e 2017), e o respectivo percentual de execução anual;
- Demonstrativo Consolidado dos Programas por Órgão Executor, que apresenta a programação orçamentária atualizada (Lei + Créditos) acumulada – 2016-2017 –, bem como a respectiva execução orçamentária acumulada e o percentual de execução, organizado por eixo e tema estratégico;
- Demonstrativo Consolidado dos Programas por Região de Planejamento, com a programação e a execução orçamentárias acumuladas, também organizado por eixo e tema estratégico;
- Demonstrativo das Diretrizes Regionais e Programas, que demonstra a contribuição da oferta do Governo Estadual, traduzida na figura das iniciativas e seus respectivos produtos principais, para as diretrizes regionais (objetivos e estratégias), organizada por região de planejamento;
- Agendas Transversais, que mostra a contribuição da oferta do Governo Estadual para os seguintes temas transversais: Convivência com a Seca, Atenção à Pessoa com Deficiência, Atenção à Pessoa Idosa, Desenvolvimento Integral da Juventude, Igualdade Étnico-racial, Inclusão e Direitos da População LGBT, Política de Gênero, Política de Memória, Promoção de Direitos para a Criança e o Adolescente e Promoção de Direitos para a População de Rua; e
- Relatório-síntese das oficinas de Avaliação Participativa e Regionalizada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO E EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS 17

1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE 18
2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO 40

AVALIAÇÃO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO 65

1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS 66
2. CEARÁ ACOLHEDOR 70
3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES 74
4. CEARÁ SUSTENTÁVEL 77
5. CEARÁ DO CONHECIMENTO 81
6. CEARÁ SAUDÁVEL 84
7. CEARÁ PACÍFICO 87

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL – TEMAS E PROGRAMAS FINALÍSTICOS 95

EIXO 1 – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS 97

TEMA – GESTÃO FISCAL 98

TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO 107

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL 127

EIXO 2 – CEARÁ ACOLHEDOR 147

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL 148

TEMA – HABITAÇÃO 157

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS 163

TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 183

EIXO 3 – CEARÁ DE OPORTUNIDADES 191

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO 192

TEMA – INDÚSTRIA 203

TEMA – SERVIÇOS 208

TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 211

TEMA – TURISMO 226
TEMA – TRABALHO E RENDA 232
TEMA – EMPREENDEDORISMO 240
TEMA – PESCA E AQUICULTURA 244
TEMA – REQUALIFICAÇÃO URBANA 249
EIXO 4 – CEARÁ SUSTENTÁVEL 255
TEMA – RECURSOS HÍDRICOS 256
TEMA – MEIO AMBIENTE 266
TEMA – ENERGIAS 287
EIXO 5 – CEARÁ DO CONHECIMENTO 293
TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA 294
TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 311
TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR 322
TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 328
TEMA – CULTURA 337
EIXO 6 – CEARÁ SAUDÁVEL 351
TEMA – SAÚDE 352
TEMA – ESPORTE E LAZER 372
TEMA – SANEAMENTO BÁSICO 378
EIXO 7 – CEARÁ PACÍFICO 391
TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA 392
TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA 406
TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS 421

AVALIAÇÃO DA SOCIEDADE 431
1. AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA 432
2. MANIFESTAÇÕES DA SOCIEDADE POR MEIO DA OUVIDORIA 447

CONSIDERAÇÕES FINAIS 463

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

NOVAS IDEIAS, NOVAS CONQUISTAS.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

BIÊNIO 2016-2017

1 AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO E EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS MACROECÔMICAS

Neste capítulo, será apresentada a avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que balizaram a construção da base estratégica do Plano Plurianual 2016-2019.

Tal avaliação compreende o desempenho da economia cearense nos anos de 2016 e de 2017, traduzida na figura de indicadores que retratam como se comportaram nos últimos anos as atividades econômicas da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, além de outros resultados como os relativos ao Comércio Exterior e ao Mercado de Trabalho. Em seguida, também são apresentadas as perspectivas do cenário econômico para os próximos anos de execução do PPA.

Além disso, o presente capítulo traz, em um segundo momento, a análise do desempenho na perspectiva do Desenvolvimento Social, configurado em alguns indicadores sociais, como Demografia, Saúde, Educação, Condições dos domicílios, dentre outros.

1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

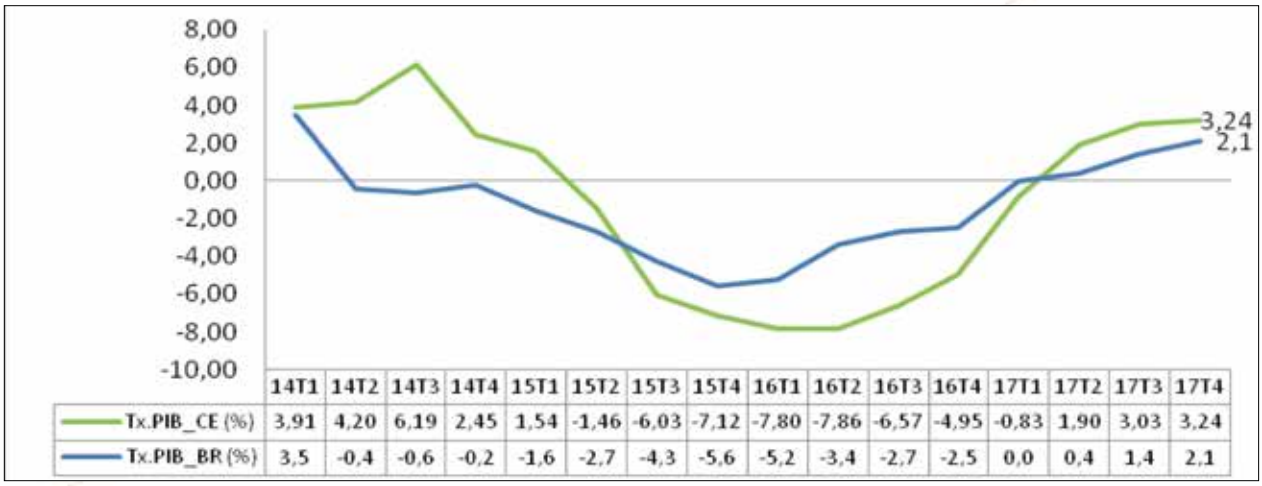
Nesta seção serão apresentados os indicadores que refletem o comportamento da economia do Ceará nos anos de 2016 e 2017, incluindo indicadores relacionados ao Produto Interno Bruto e aos setores da Agropecuária, Indústria, Serviços, bem como os que retratam o comportamento do Comércio Exterior e do Mercado de Trabalho.

1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 12ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense abrange 2,2% do PIB brasileiro e 15,4% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,0%), seguidos das atividades da Indústria (19,6%), e da Agropecuária, que participa com, apenas, 4,5%.

A economia cearense vem sofrendo as consequências da crise macroeconômica brasileira iniciada no segundo trimestre de 2014, mas com início no Ceará no segundo trimestre de 2015, como pode-se observar no Gráfico 1.1 abaixo. Os comportamentos setoriais verificados nesse período, e que explicam o desempenho do PIB cearense, são explicados nas seções seguintes.

Gráfico 1.1 – Taxa de Crescimento Trimestral do PIB – Ceará e Brasil – 2014.1-2017.4



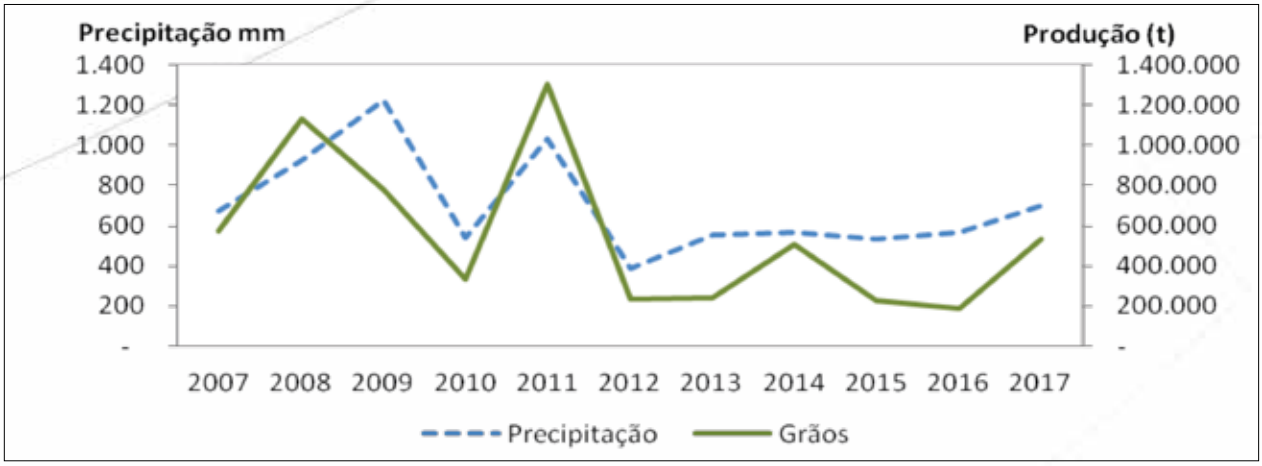
	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3	17T4
Tx.PIB_CE (%)	3,91	4,20	6,19	2,45	1,54	-1,46	-6,03	-7,12	-7,80	-7,86	-6,57	-4,95	-0,83	1,90	3,03	3,24
Tx.PIB_BR (%)	3,5	-0,4	-0,6	-0,2	-1,6	-2,7	-4,3	-5,6	-5,2	-3,4	-2,7	-2,5	0,0	0,4	1,4	2,1

Fonte: IBGE e Ipece

1.1.1. O Setor Agropecuário

Segundo o Gráfico 1.2 abaixo, conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), a quadra chuvosa de 2017 no Ceará registrou precipitação abaixo da média histórica, com valor de 697,8 mm, ou seja, com desvio percentual de -12,9% em relação a média normal climatológica. Ressalta-se que o desempenho positivo da produção de grãos[1] em 2017 foi influenciado pela quadra chuvosa que foi mais favorável do que a ocorrida em 2016, tendo em vista que quase toda a produção de grãos no estado do Ceará é realizada sob o regime de sequeiro, ou seja, é dependente da ocorrência de chuvas durante seu ciclo produtivo, estando, portanto, sujeito às irregularidades climáticas existentes na região.

Gráfico 1.2 – Produção de Grãos e Pluviosidades Observadas – Ceará – 1997-2016



Fonte: LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: Ipece.

[1] Nessa cesta de grãos estão considerados: milho, feijão, arroz, mamona, sorgo, algodão, fava e amendoim.

Além da quantidade de volume de chuvas, é importante analisar a distribuição espacial das mesmas. Assim, verificou-se que a precipitação do ano de 2017 entre as macrorregiões do estado foi mais intensa nas regiões litorâneas e Maciço de Baturité. Enquanto que as regiões do Sertão Central, Inhamuns, Cariri, Jaguaribana e Ibiapaba foram as que mais sofreram com as estiagens, na qual as chuvas ficaram bem abaixo da média de cada uma delas. É importante dizer que essas últimas regiões são as maiores produtoras de grãos do Ceará.

A produção de frutas em 2017 apresentou melhor desempenho quando comparada com o ano de 2016. Verificou-se que a produção estimada de frutas frescas (exceto aquelas expressas em mil frutos), foi de 797.212 toneladas, registrando crescimento de 4,81%, comparada a produção de 2016 (760.590).

De acordo com a Tabela 1.1 as culturas que mais contribuíram para esse crescimento foram banana (21,36%), goiaba (14,66%) e laranja (11,87%). O crescimento da produção de banana deve-se ao aumento de área plantada, tanto do plantio irrigado quanto de sequeiro. O rendimento dessa cultura também aumentou. O aumento da produção de goiaba e laranja é explicado também pela ampliação de área e da elevação do rendimento.

Por outro lado, as culturas de melão, melancia, maracujá e mamão sofreram mais com a falta de água, causando uma menor produção das frutas em 2017, comparado ao ano anterior. A produção de melão reduziu 28,36% e a melancia 18,42%, lavouras que apresentaram redução de área e de rendimento. Quanto ao maracujá e mamão, verificou-se uma interferência no desenvolvimento dos frutos em decorrência da redução da disponibilidade de água, afetando o rendimento.

A produção de castanha de caju em 2017 registrou crescimento de 171,2%, com relação ao ano anterior. Porém, vale ressaltar que a safra, ainda assim, não foi considerada normal para o Ceará, ficando abaixo da capacidade de produção da área de colheita existente no estado. A safra de 2017 apresentou problemas fitossanitários, afetando o rendimento, e redução de área de cajueiros da variedade comum.

Um fato importante a mencionar é a ocorrência da substituição de copa do cajueiro gigante pelo cajueiro anão precoce, através do programa realizado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Esta variedade tem potencial para produzir até 1.200 kg/ha. Este ano foram obtidos apenas 395 kg/ha.

Com relação à produção de abacaxi, verificou-se crescimento de 70,16% em 2017, comparado ao ano de 2016. Enquanto que o coco-da-baía registrou queda de 29,14% na produção de 2017, com relação ao 2016, em decorrência da falta de água.

Tabela 1.1 – Produção Obtida e Estimativa de Frutas (toneladas) no Ceará - 2016-2017

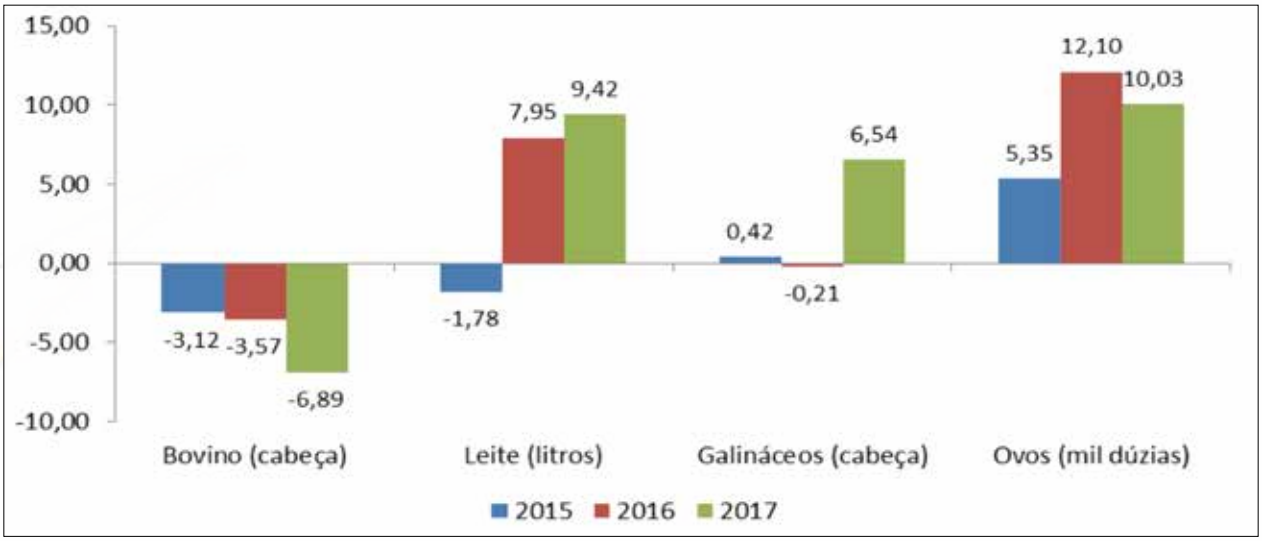
Produção de Frutas	Produção 2016 *	Estimativa 2017*	Variação (%) 2017/2016
Acerola	12.728	12.995	2,10
Banana	323.846	393.025	21,36
Goiaba	15.434	17.696	14,66
Laranja	8.474	9.480	11,87
Mamão	110.520	109.893	-0,57
Manga	43.233	45.338	4,87
Maracujá	98.122	94.816	-3,37
Melancia	35.469	28.936	-18,42
Melão	98.535	70.593	-28,36
Castanha de caju	30.968	83.998	171,24
Abacaxi**	429	730	70,16
Coco-da-baía **	263.527	186.733	-29,14

Fonte: IBGE. Elaboração: Ipece.
Notas: (*) O valor de 2016 refere-se a produção obtida (PAM) e o valor de 2017 corresponde à estimativa (LSPA).
(**) Produção em mil frutos.

Quanto à pecuária, o Ceará vem ganhando destaque nos produtos de origem animal, a destacar leite e ovos. Para o ano de 2017 essas atividades apresentaram crescimento de 9,42% na produção de leite e 10,0% na produção de ovos.

A produção de galináceos encerrou o ano de 2017 também com crescimento (6,54%). Com relação ao rebanho bovino, registrou-se variação negativa (-6,89), sendo o terceiro ano de queda consecutiva, diminuindo assim a quantidade de bois no estado (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 – Taxa de Crescimento (%) da Produção Animal – Ceará 2015-2016-2017



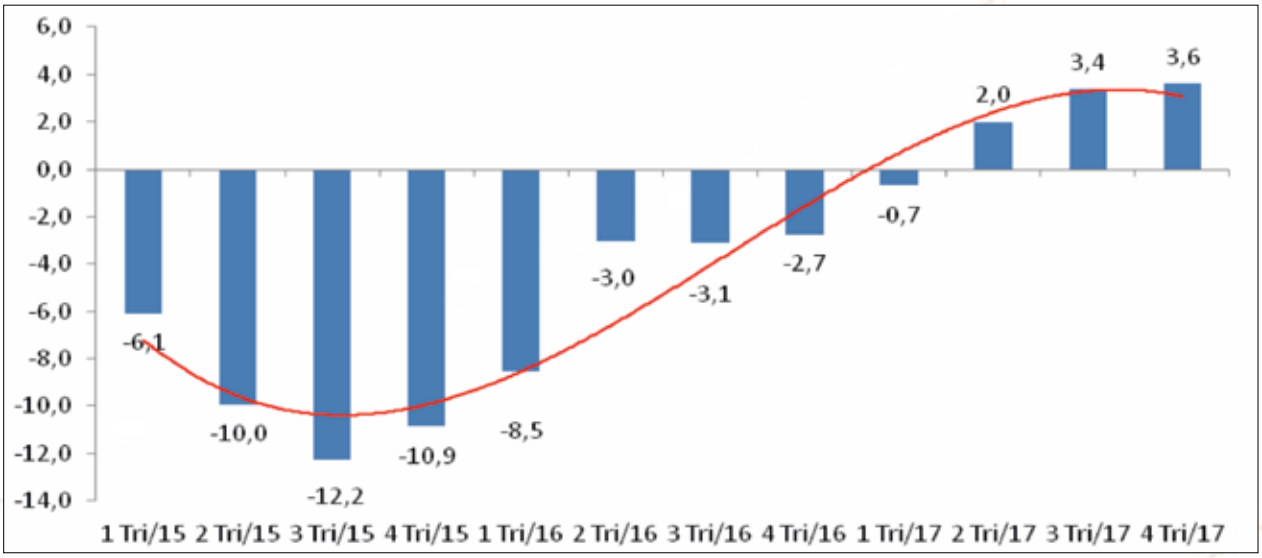
Fonte: LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: Ipece.

1.1.2. O Setor Industrial

No último trimestre de 2017, a indústria de transformação cearense registrou seu terceiro resultado positivo consecutivo para seu indicador de produção trimestral. Após avançar 2,0% e 3,4% no segundo e terceiro trimestre, respectivamente, a atividade fechou os meses de outubro a dezembro com um crescimento de 3,6% em comparação com o mesmo período de 2016. Os dados constam do indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).

A indústria cearense não registrava uma sequência como esta de crescimento na produção industrial trimestral desde 2013. Os últimos resultados positivos fortalecem a confiança sobre o movimento de retomada por parte da atividade após um longo período de retração. O Gráfico 1.4, a seguir, destaca tanto o ano de 2015, caracterizado por reduções intensas na atividade industrial e que se coloca como o período mais agudo da crise enfrentada pelo setor no estado, como o ano de 2017, que marca o retorno do crescimento da indústria cearense.

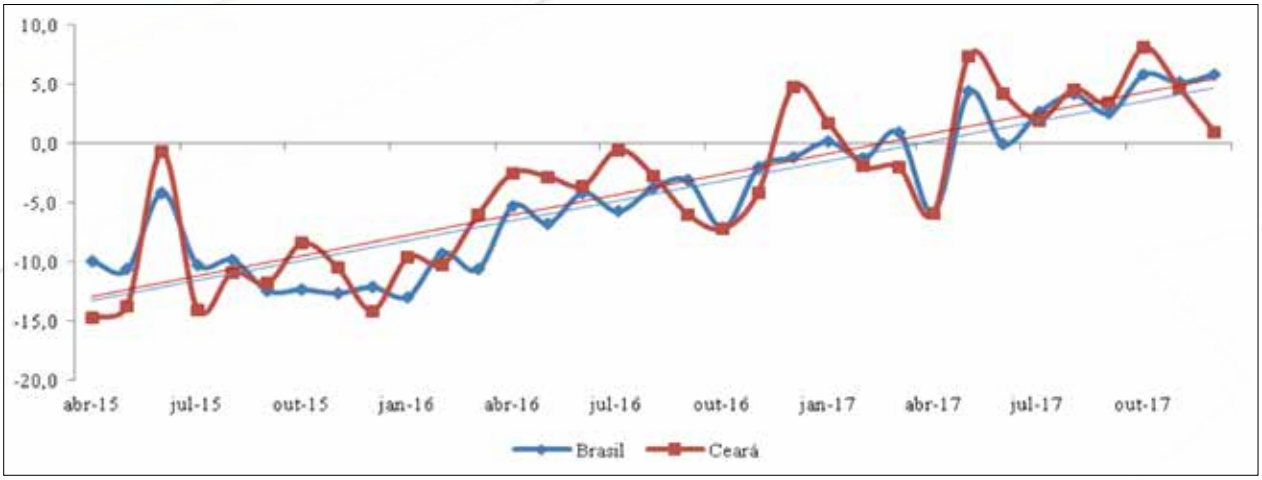
Gráfico 1.4 – Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial Ceará – 2015.1 a 2017.4



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração Ipece.
Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Gráfico 1.5, a seguir, compara a trajetória mensal do Ceará e do Brasil quanto à atividade industrial. A melhora do ritmo da produção é observada em ambos os parques, com trajetórias próximas e uma intensidade um pouco melhor para manufatura estadual em 2017. No gráfico, as linhas retas indicam a tendência do comportamento no período e confirmam o melhor ritmo cearense.

Gráfico 1.5 – Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial Ceará e Brasil - Abr/2015- Dez/2017



Fonte: LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: Ipece.

Analisando o desempenho anual das atividades industriais, oito das onze atividades pesquisadas apresentaram expansão na comparação com 2016 (Tabela 1.2). Dentre estas, destaque para as atividades tradicionais, como metalurgia (41,8%), têxteis (9,8%), confecção e vestuário (8,8%) e couros e calçados (5,2%). Por outro lado, as atividades de fabricação de minerais não metálicos (-12,3%), de produtos de metal (-18,6%) e de combustíveis (-22,5%) registraram reduções em 2017. Dentre estas, apenas fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis apresentou crescimento em 2016 na comparação com 2015 (11,10%).

Em particular, o desempenho expressivo da metalurgia cearense, além de favorecido pela baixa base de comparação, é explicado pela atuação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). A CSP iniciou suas operações ao longo de 2016 e em 2017 consolidou a produção[2].

Tabela 1.2 – Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física por Atividades Industriais- 2016 e 2017 – Ceará

Setores	Acumulado Ano (2016)	Acumulado Ano (2017)
Indústrias de transformação	**-4,30**	**2,40**
Metalurgia	-11,70	41,80
Fabricação de outros produtos químicos	-3,40	10,90
Fabricação de produtos têxteis	4,30	9,80
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-11,20	8,80
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-1,20	5,20
Fabricação de produtos alimentícios	-0,10	2,70
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,30	2,20
Fabricação de bebidas	-14,90	0,10
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	-11,90	-12,30
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-29,10	-18,60
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	11,10	-22,50

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: Ipece.
Notas: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2017.

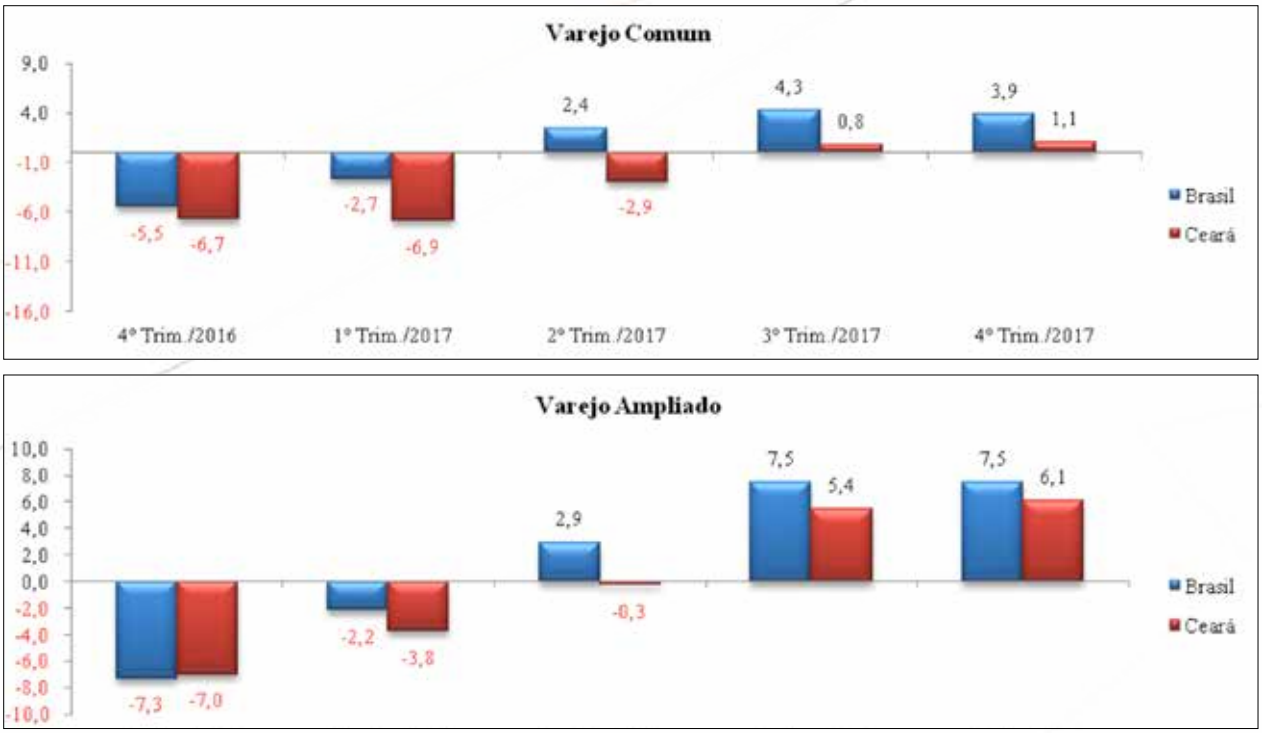
[2] É importante destacar que apenas recentemente, por questões metodológicas, os dados de produção da companhia passaram a ser captados pelo IBGE em sua pesquisa mensal de produção industrial, a PIM-PF.

1.1.3. O Setor de Serviços

Dentre as atividades que compõe os Serviços, a Administração Pública, possui a maior participação no Valor Adicionado do Ceará, com 23,66%, seguidos pela atividade do comércio, que registra uma participação de 14,94%; atividades imobiliárias (10,58%) e intermediação financeira (4,42%). Também são importantes as atividades de alojamento e alimentação (2,99%) e transportes e correios (2,92%), que mostram a tendência do turismo, para destacar as atividades mais tradicionais dos Serviços.

Dada a elevada participação das vendas do varejo nos Serviços, este acaba por influenciar de maneira bastante decisiva o comportamento desse setor. Pela análise dos dados disponíveis, no Gráfico 1.6 abaixo é possível notar que o varejo comum cearense passou a registrar variação positiva somente a partir do terceiro trimestre de 2017, um trimestre depois da alta registrada pelo país, revelando uma recuperação desse setor mantida no último trimestre do ano. Nota-se que apesar da recuperação observada, as elevações nas vendas do varejo cearense ficaram bem abaixo daquelas apresentadas pelo varejo nacional, revelando um ritmo mais lento de recuperação no estado.

Gráfico 1.6 – Variação Trimestral do Volume de Vendas do Varejo Comum e Ampliado Brasil e Ceará – 4º tri.2016 ao 4º tri.2017 (%)



Fonte: LSPA/IBGE; FUNCEME. Elaboração: Ipece.

A Tabela 1.3, a seguir, apresenta a variação anual do volume de vendas do varejo por setores nacional e cearense por atividades para o período acumulado até o 4º trimestre dos últimos cinco anos. Nota-se que de um total de treze atividades, seis delas registraram variação positiva nas vendas do varejo cearense para o acumulado do ano de 2017: material de construção (+17,7%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,4%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+12,9%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (+9,5%); veículos, motocicletas, partes e peças (+7,2%); e eletrodomésticos (+1,6%).

Por outro lado, as atividades que registraram as maiores retrações nas vendas foram: móveis (-28,6%) e combustíveis e lubrificantes (-24,5%), seguidas por livros, jornais, revistas e papelaria (-15,1%); móveis e eletrodomésticos (-10,9%); hipermercados e supermercados (-6,9%); tecidos, vestuário e calçados (-2,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,4%).

Diante desses resultados, é possível afirmar que algumas atividades apresentaram nítida recuperação de vendas frente ao resultado negativo observado em 2016 e que outras expressaram uma deterioração ainda mais intensa no ritmo de vendas, a exemplo de móveis e de combustíveis e lubrificantes.

Na comparação com o país, o Ceará registrou quedas bem mais expressivas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria; Combustíveis e lubrificantes e de Móveis, revelando o momento difícil vivido por essas atividades no último ano.

Tabela 1.3 – Variação Anual do Volume de Vendas do Varejo por Atividades Brasil e Ceará – Acumulado até o 4º Trimestre/2013 a 2017 (%)

Produção de Frutas	Brasil					Ceará				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
Material de construção	6,9	0,0	-8,4	-10,7	9,2	3,5	7,8	-6,4	-21,4	17,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,9	-1,7	-1,8	-12,3	-3,1	-0,2	3,9	-25,1	-10,9	15,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,1	9,0	3,0	-2,1	2,5	17,1	4,4	6,1	-5,2	12,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,3	7,9	-1,3	-9,5	2,1	3,1	15,3	0,4	-11,6	9,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	1,5	-9,4	-17,8	-14,0	2,7	-8,1	-0,3	-18,2	-16,7	7,2
Eletrodomésticos	8,6	0,9	-13,0	-12,8	10,2	-3,6	5,8	-12,5	-28,2	1,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	1,3	-2,5	-3,1	1,4	-0,4	2,0	-5,2	-3,1	-0,4
Tecidos, vestuário e calçados	3,4	-1,1	-8,6	-10,9	7,6	6,3	9,4	2,1	-3,3	-2,8
Hipermercados e supermercados	1,9	1,3	-2,6	-3,1	1,8	-0,5	2,4	-4,7	-2,8	-6,9
Móveis e eletrodomésticos	4,9	0,6	-14,1	-12,6	9,5	5,9	6,7	-10,8	-17,7	-10,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	2,6	-7,7	-10,9	-16,1	-4,2	-1,5	-8,4	-11,7	-21,6	-15,1
Combustíveis e lubrificantes	6,3	2,6	-6,1	-9,2	-3,3	12,2	9,8	-4,4	-4,6	-24,5
Móveis	-1,6	0,5	-16,5	-12,1	-2,2	23,9	7,8	-8,0	-1,9	-28,6

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

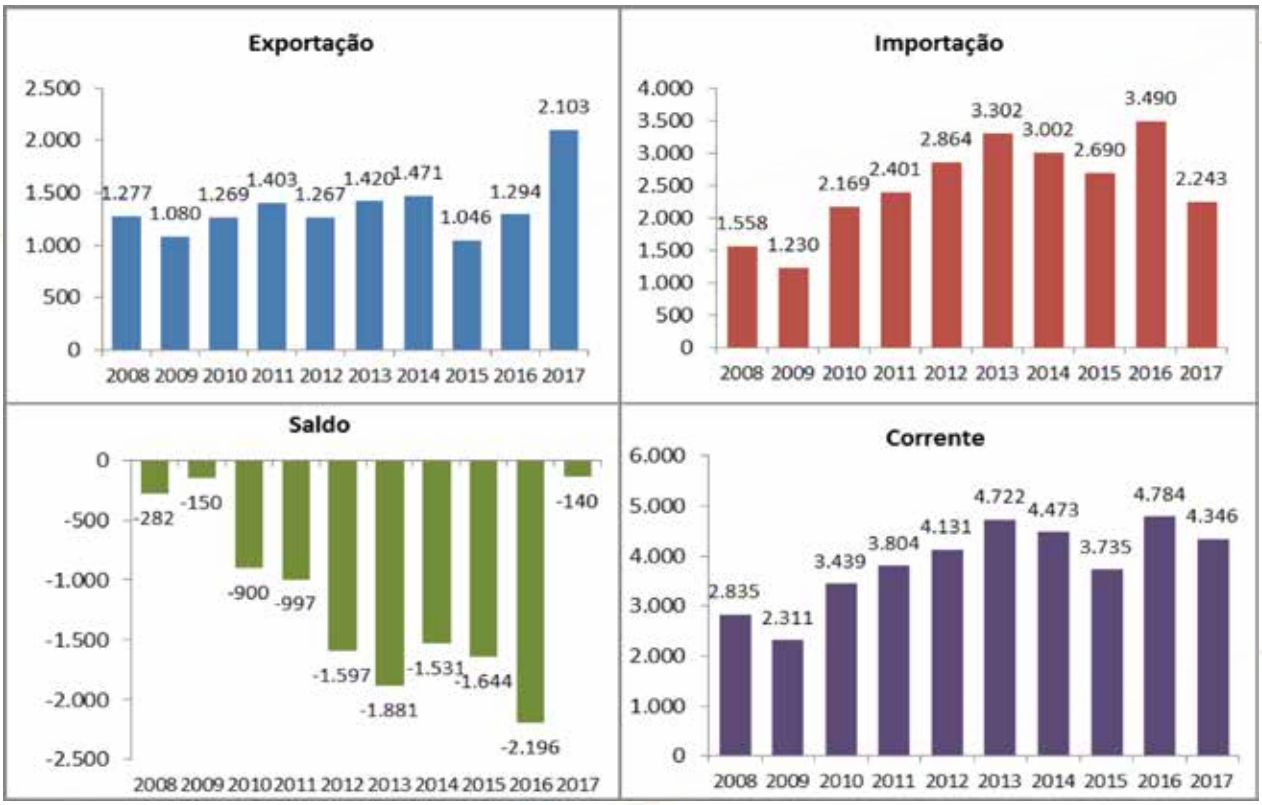
Merece destaque as vendas de material de construção; veículos, motocicletas, partes e peças; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos e outros artigos de uso pessoal e doméstico por apresentarem crescimento nas vendas estaduais superior ao registrado no país. E também as vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação por apresentar crescimento no estado enquanto no país tal atividade registrou queda nas vendas.

Por fim, nota-se que o varejo nacional apresentou queda em apenas quatro das treze atividades observadas: livros, jornais, revistas e papelaria (-4,2%); combustíveis e lubrificantes (-3,3%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-3,1%) e móveis (-2,2%), revelando uma recuperação mais nítida desse setor comparado ao ano de 2016.

1.1.4. O Comércio Exterior

Com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a balança comercial do Ceará em 2017 registrou bom desempenho, com recorde no valor exportado, atingindo o montante de US$ 2,10 bilhões, ou seja, crescimento de 62,5%, comparado ao ano anterior. As importações cearenses, por sua vez, alcançaram o valor de US$ 2,24 bilhões, registrando queda de 36,7% com relação ao ano de 2016. Com isso, a corrente de comércio somou o valor de 4,35 bilhões, em 2017, inferior ao do ano anterior, o que se explica pela redução das importações, que em 2016 teve valor atípico devido às importações de máquinas e equipamentos para instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém. O saldo da balança comercial cearense encerrou o ano de 2017 ainda negativo em US$ 140 milhões, porém esse valor é o menor dos últimos dez anos (Gráfico 1.7).

Gráfico 1.7 - Balança Comercial do Ceará – 2008-2017



Em 2017, o Ceará se destacou na exportação de produtos metalúrgicos, com valor de US$ 1,07 bilhão, respondendo por 51% do total exportado pelo estado. Os principais produtos exportados desse grupo foram "semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular, que contenham, em peso, menos de 0,25%", com participação de 96%. Esse aumento deveu-se à atuação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que completou

um ciclo anual de exportação. O volume exportado pela CSP influenciou fortemente o setor metalúrgico nacional. Atualmente, o Ceará é o maior exportador nacional desse tipo de produto.

O grupo de calçados foi o segundo mais exportado, com valor de US$ 312,9 milhões, com participação de 14,9%. As exportações de calçados em 2017 apresentaram um pequeno aumento, com variação de 7,61%, influenciado tanto pelo aumento de preço como pelo aumento da quantidade exportada. Couros e peles e castanha de caju aparecem no terceiro e quarto lugar na pauta exportadora cearense, ambos registrando queda no valor exportado, de 16,7% e 11,1%, respectivamente. Também registraram redução no valor exportado as frutas (-26,5%). Vale ressaltar que a crise hídrica no Ceará afetou a produção de frutas, comprometendo também as exportações. As exportações de produtos têxteis também tiveram queda (-22,3%), indicando que o setor continua com dificuldade para exportar.

O setor de alimentos e bebidas registrou crescimento de 2,7% e vem sendo visto como um segmento promissor para a exportação do Ceará. A exportação de combustíveis minerais também apresentou crescimento (16,3%), bem como a exportação de lagosta, que cresceu 17,1%.

Tabela 1.4 – Principais Produtos Exportados pelo Ceará - 2016-2017

Descrição dos produtos	2016		2017		Var %
	US$	Part %	US$	Part %	
Produtos metalúrgicos	197.152.711	15,23	1.074.614.542	51,11	445,07
Calçados e suas partes	290.800.034	22,47	312.921.804	14,88	7,61
Couros e peles	145.690.821	11,26	122.772.062	5,84	-15,73
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	103.206.128	7,97	91.730.430	4,36	-11,12
Produtos ind. de alimentos e bebidas	87.985.593	6,80	90.410.652	4,30	2,76
Frutas (exceto castanha de caju)	99.378.636	7,68	73.023.319	3,47	-26,52
Combustíveis minerais, óleos minerais; derivados	51.131.202	3,95	59.455.980	2,83	16,28
Ceras vegetais	56.286.195	4,35	56.014.181	2,66	-0,48
Lagosta	37.040.015	2,86	43.383.083	2,06	17,12
Têxteis	48.742.523	3,77	37.870.346	1,80	-22,31
Demais produtos	176.721.845	13,66	140.486.631	6,68	-20,50
	1.294.135.703	**100,00**	**2.102.683.030**	**100,00**	**62,48**

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: Ipece.

Dentre os vinte principais destinos das exportações cearenses, apenas Alemanha (-26,5%), Holanda (-18,1%) e Paraguai (-4,7%) registraram redução no valor exportado em 2017, relativamente ao ano de 2016. Para a Alemanha houve redução na exportação de máquinas e partes de outros motores/geradores. Para a Holanda verificou-se uma diminuição das exportações de frutas e castanha de caju, e para o Paraguai uma baixa nas exportações de calçados e produtos têxteis (Tabela 1.5).

Tabela 1.5 – Principais Países de Destino das Exportações do Ceará - 2016-2017

Descrição do País	2016		2017		Var %
	US$	Part %	US$	Part %	
Estados Unidos	301.633.199	23,31	421.234.444	20,03	39,65
México	53.528.419	4,14	272.727.625	12,97	409,50
Turquia	51.825.482	4,00	187.992.698	8,94	262,74
Argentina	119.327.169	9,22	124.222.998	5,91	4,10
Itália	48.292.900	3,73	100.532.255	4,78	108,17
Coreia do Sul	3.803.070	0,29	94.173.717	4,48	2.376,26
Alemanha	91.241.121	7,05	67.093.473	3,19	-26,47
Hungria	57.029.883	4,41	64.501.061	3,07	13,10
Reino Unido	46.337.649	3,58	59.490.801	2,83	28,39
Países Baixos (Holanda)	68.720.947	5,31	56.281.169	2,68	-18,10
Tailândia	36.756.259	2,84	47.347.247	2,25	28,81
Áustria	1.011.302	0,08	47.060.145	2,24	4.553,42
Canadá	16.923.333	1,31	40.297.914	1,92	138,12
China	33.153.249	2,56	37.235.796	1,77	12,31
França	16.214.997	1,25	35.182.988	1,67	116,98
Peru	14.282.602	1,10	32.719.640	1,56	129,09
Espanha	27.262.960	2,11	32.472.749	1,54	19,11
República Tcheca	15.162.573	1,17	29.663.219	1,41	95,63
Paraguai	25.680.987	1,98	24.461.296	1,16	-4,75
Índia	6.554.374	0,51	24.135.612	1,15	268,24
Demais países	259.393.228	20,04	303.856.183	14,45	17,14
Ceará	**1.294.135.703**	**100,00**	**2.102.683.030**	**100,00**	**62,48**

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: Ipece.

Em 2017, o grupo de combustíveis minerais liderou a pauta de importação cearense, com valor de US$ 867 milhões, respondendo assim, por 38,5% do total importado pelo estado. Os principais produtos importados pelo grupo foram Hulha Betuminosa (tipo de carvão mineral) e Gás Natural Liquefeito (GNL). Esses produtos são utilizados como insumo para a CSP e para a Termelétrica do Pecém. Os produtos da indústria química foram o segundo maior grupo importado, com participação de 10,2% (US$ 228,8 milhões). Destacando-se o glifosato e seu sal de monoisopropilamina, e outros pesticidas voltados para o cultivo agrícola. O grupo de cereais foi o terceiro mais importado, com valor de US$ 208,4 milhões, com participação de 9,29%. Trigo, milho e arroz foram os cereais mais importados em 2017. As importações de reatores nucleares, máquinas e suas partes somaram US$ 177,7 milhões, representando 7,9% das aquisições cearenses, com destaque para redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade e máquinas e aparelhos autopropulsados.

Dentre os principais produtos importados pelo Estado do Ceará em 2017, apresentaram queda Cereais (-5%), Máquinas e materiais elétricos (-67,8%) e Reatores Nucleares (-89,4%), quando comparados com 2016. Couros e Peles (207%) foi o setor que registrou maior crescimento nesse grupo, seguido por Castanha de Caju (183%) e Combustíveis Minerais (75%) (Tabela 1.6).

Tabela 1.6 – Principais Produtos Importados pelo Ceará - 2016-2017-2017

Descrição dos produtos	2016		2017		Var %
	US$	Part %	US$	Part %	
Combustíveis minerais, óleos minerais; derivados	495.451.461	14,20	867.074.993	38,65	75,01
Produtos ind. química	194.928.402	5,59	228.813.491	10,20	17,38
Cereais	219.492.416	6,29	208.420.822	9,29	-5,04
Reatores nucleares, máquinas e suas partes	1.684.815.377	48,28	177.748.696	7,92	-89,45
Têxteis	132.276.485	3,79	137.915.660	6,15	4,26
Produtos metalúrgicos	115.907.262	3,32	128.665.433	5,74	11,01
Máquinas, materiais elétricos, e suas partes	333.959.132	9,57	107.578.073	4,80	-67,79
Plásticos, borrachas e suas obras	69.005.262	1,98	89.911.796	4,01	30,30
Castanha de caju, fresca ou seca, com casca	10.019.184	0,29	28.371.129	1,26	183,17
Couros e peles	7.234.383	0,21	22.218.967	0,99	207,13
Demais produtos	226.787.160	6,50	246.462.029	10,99	8,68
Ceará	**3.489.876.524**	**100,00**	**2.243.181.089**	**100,00**	**-35,72**

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: Ipece.

Em 2017, a China foi o país do qual o Ceará mais importou (Tabela 1.7), registrando o montante de US$ 383,9 milhões, respondendo por 17% do total importado. Desse país foram adquiridos principalmente: glifosato e seu sal de monoisopropilamina; produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado; e partes e acessórios de motocicletas. Os Estados Unidos foi o segundo país de onde o Ceará mais importou, correspondendo à quantia de US$ 322,3 milhões, ou 14,3% da pauta importadora cearense. Registrou-se um aumento de 26% dos produtos oriundos dos EUA em relação a 2016. Desse país, os principais produtos adquiridos foram hulha betuminosa, gás liquefeito e algodão.

Da Colômbia, o Ceará importou o correspondente ao valor de US$ 250,4 milhões, respondendo por 11% das importações do Ceará. Os principais produtos importados desse país foram hulha betuminosa e óleo de dendê. A Argentina foi o quarto país do qual o Ceará mais importou em 2017 (US$ 201,4 milhões), respondendo por 8,98% das importações do estado. Desse país, o Ceará importou principalmente trigo e milho, ambos produtos correspondendo a 89,5% do total das importações do país.

Tabela 1.7 – Principais Países de Origem das Importações do Ceará - 2016-2017

Descrição do País	2016		2017		Var %
	US$	Part %	US$	Part %	
China	518.912.616	14,87	383.947.833	17,12	-26,01
Estados Unidos	255.790.389	7,33	322.329.649	14,37	26,01
Colômbia	135.841.067	3,89	250.418.965	11,16	84,35
Argentina	134.783.880	3,86	201.472.881	8,98	49,48
Austrália	68.636.742	1,97	164.646.618	7,34	139,88
Nigéria	80.319.683	2,30	140.560.916	6,27	75,00
Alemanha	201.709.800	5,78	86.402.802	3,85	-57,16
Índia	39.398.712	1,13	64.062.031	2,86	62,60
Moçambique	21.613.727	0,62	63.351.673	2,82	193,11
Angola	0,00	0,00	52.561.792	2,34	-
Rússia	13.094.986	0,38	50.977.492	2,27	289,29
Espanha	104.006.153	2,98	33.167.055	1,48	-68,11
Canadá	25.527.163	0,73	29.504.108	1,32	15,58
Costa do Marfim	10.019.184	0,29	28.371.129	1,26	183,17
Indonésia	42.879.440	1,23	28.358.603	1,26	-33,86
Itália	27.717.612	0,79	27.789.649	1,24	0,26
Catar	39.021.115	1,12	27.581.136	1,23	-29,32
Coreia do Sul	1.258.662.839	36,07	24.120.418	1,08	-98,08
Taiwan (Formosa)	26.411.445	0,76	20.684.296	0,92	-21,68
Áustria	163.783.380	4,69	20.251.348	0,90	-87,64
Principais Países (20 Maiores)	**3.168.129.933**	**90,78**	**2.020.560.394**	**90,08**	**-36,22**
Demais países	**321.746.591**	**9,22**	**222.620.695**	**9,92**	**-30,81**
Ceará	**3.489.876.524**	**100,00**	**2.243.181.089**	**100,00**	**-35,72**

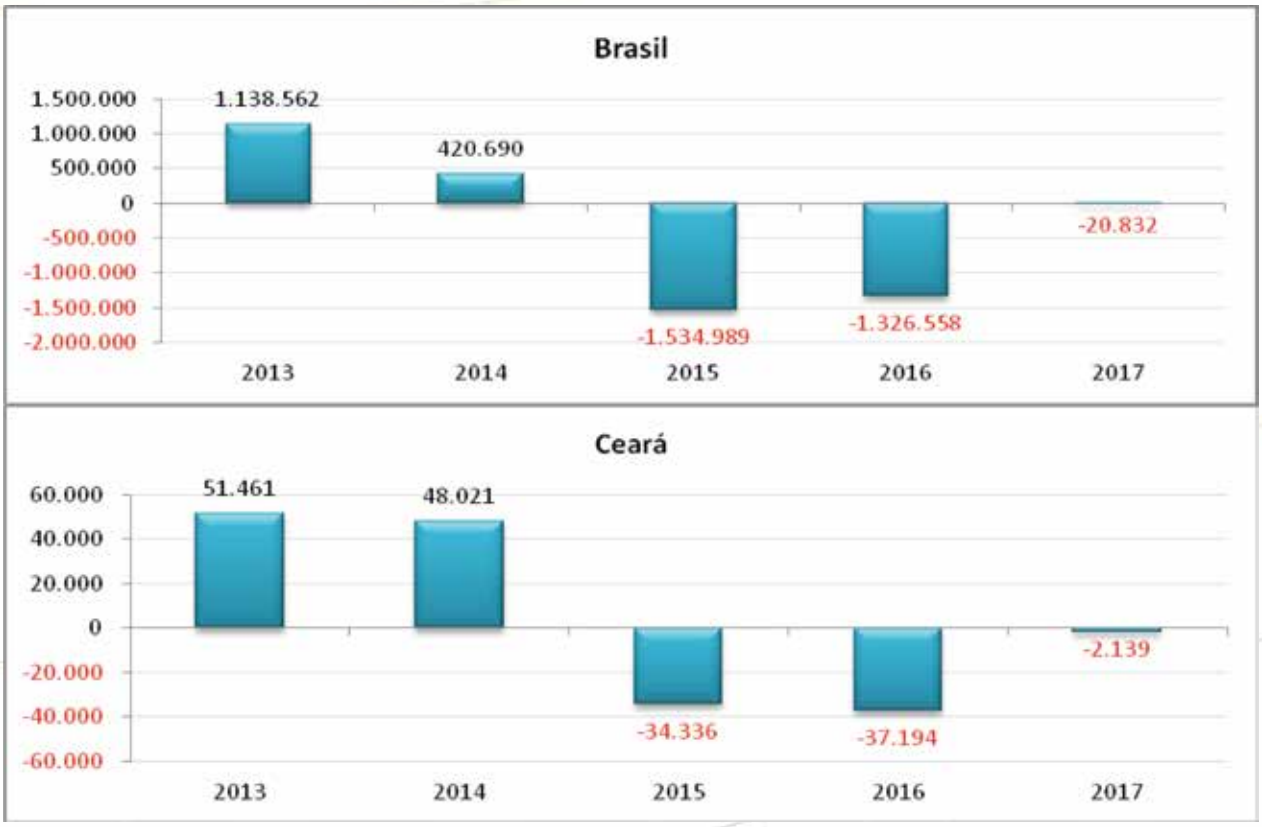
Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: Ipece.

1.1.5. O Mercado de Trabalho

Pela análise dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, é possível observar a dinâmica do saldo de empregos para o Brasil e o Ceará ao longo dos anos de 2013 a 2017. Nota-se que 2017 foi o terceiro ano a registrar saldo negativo de empregos no país com carteira assinada, porém, num patamar bem inferior àquele observado nos anos de 2015 (-1.534.989 vagas) e 2016 (-1.326.558 vagas), revelando dessa forma um movimento consistente de recuperação do mercado de trabalho nacional por apresentar uma nítida desaceleração do ritmo de destruição de vagas com carteira assinada (Gráfico 1.8).

Assim como ocorrido no país, o mercado de trabalho cearense também registrou um fechamento de vagas bem inferior ao observado nos últimos dois anos, 2015 (-34.336 vagas) e 2016 (-37.194 vagas), reforçando a trajetória de melhoria nas condições macroeconômicas do país e seus efeitos sobre a desaceleração do ritmo de fechamento de postos de trabalho com carteira assinada, ou seja, sinais claros de redução dos efeitos da crise sobre as expectativas dos agentes econômicos, ocorrendo de forma mais intensa na segunda metade do ano.

Gráfico 1.8 – Evolução do Saldo de Empregos Celetistas – Brasil e Ceará – 2013-2017

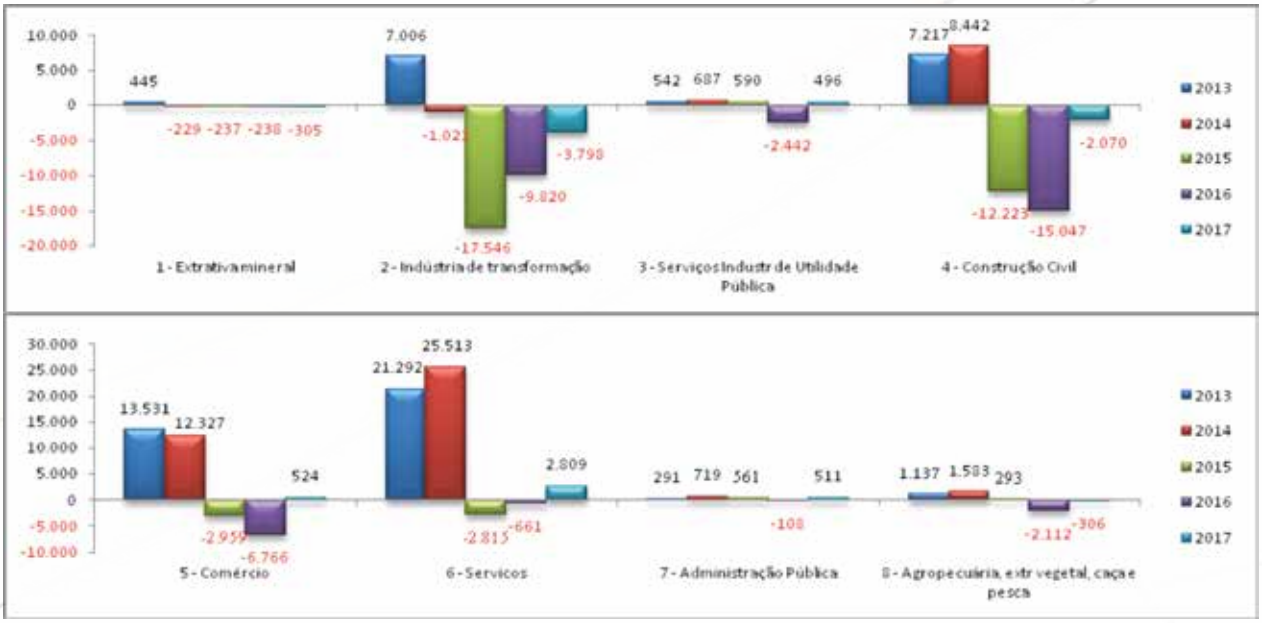


Fonte: Caged/MTb. Elaboração: Ipece. Nota: Dados dentro e fora do prazo coletados em 01/03/2018.

O Gráfico 1.9 apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores para a economia cearense ao longo dos anos de 2013 a 2017. Dos oito setores analisados, quatro deles registraram criação de postos de trabalho com carteira assinada: Serviços (+2.809 vagas); Comércio (+524 vagas); Administração pública (+511 vagas); e Serviços industriais de utilidade pública, revelando evidente recuperação, comparado aos dois anos de crise.

Por outro lado, outros quatro apresentaram nítidas perdas de vagas, a exemplo da Indústria de transformação (-3.798 vagas), Construção civil (-2.070 vagas), Agropecuária (-306 vagas) e Extrativa mineral (-305 vagas). Vale ressaltar que a destruição de postos de trabalho na indústria de transformação foi bem menos intensa quando comparado ao ano de 2015 (-17.546 vagas) e 2016 (-9.820 vagas). Nota-se que a construção civil também apresentou menor destruição de vagas na mesma comparação com 2015 (-12.223 vagas) e 2016 (-15.047 vagas), revelando, em parte, um cenário de desaceleração de crise.

Gráfico 1.9 – Evolução do Saldo de Empregos Celetista – Ceará – Acumulado até o 4º Trimestre/2013-2017



Fonte: Caged/MTb. Elaboração: Ipece. Nota: Dados dentro e fora do prazo coletados em 01/03/2018.

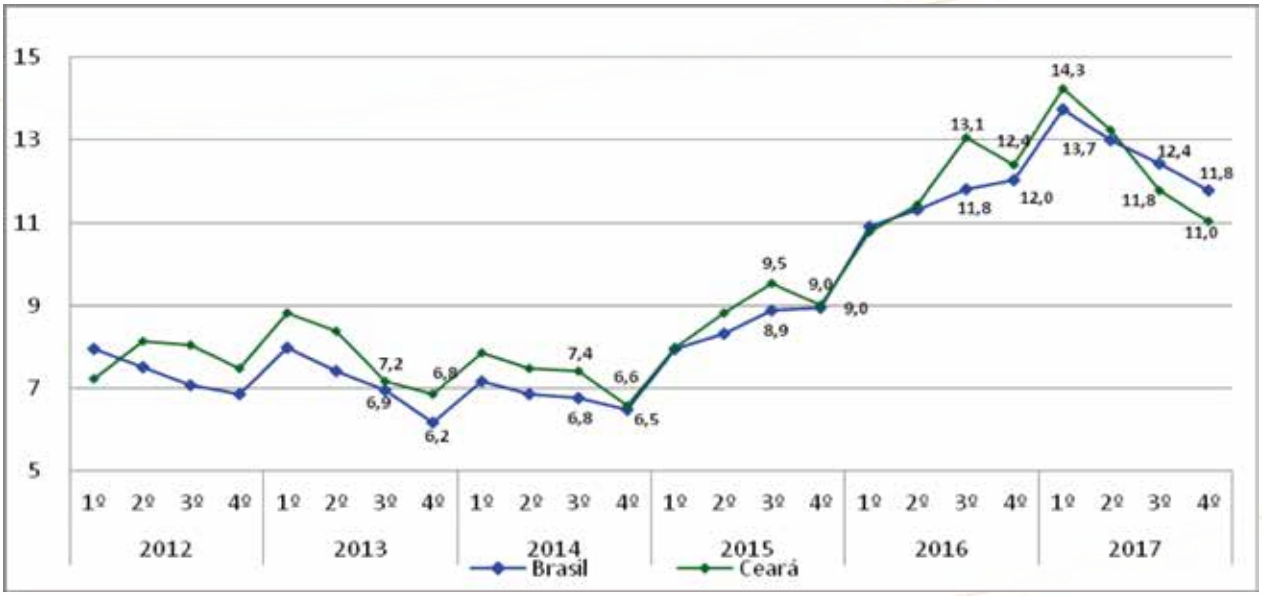
Por fim, o Gráfico 1.10 apresenta a Taxa de Desemprego (TD), também denominada de Taxa de Desocupação. É um indicador que mede uma pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas sem trabalho, que foram à busca e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Desde que atingiu a máxima na série histórica no primeiro trimestre de 2017, a Taxa de Desocupação do Ceará e do Brasil seguiram uma tendência declinante ao longo de 2017, principalmente no estado. No quarto trimestre de 2017, o desemprego no Ceará ficou em 11%, um recuo de 3,3 pontos percentuais (p.p.) com relação à máxima atingida de 14,3% no primeiro trimestre do ano. No Brasil, a Taxa de Desemprego também segue em queda desde a máxima histórica no mesmo período.

Além disso, o cenário de recuperação da atividade econômica tem levado pessoas Fora da Força de Trabalho a retornar à Força de Trabalho, o que explica o maior crescimento da Taxa de Atividade cearense.

É importante também observar que o desemprego ainda encontra-se em patamares elevados, considerando a mínima histórica alcançada no quarto trimestre de 2014. Por outro lado, o influxo de pessoas Fora da Força de Trabalho para a Força de Trabalho não permitiu uma queda ainda mais intensa do desemprego no estado.

Gráfico 1.10 – Taxa de Desemprego – 1ºT./2012 - 4ºT./2017 – Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

1.2. Perspectivas da Economia Cearense para 2018-2019

O crescimento da economia mundial para o ano de 2018, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,7%, sendo o mesmo valor verificado em 2017. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento mais forte da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

Tabela 1.8 – Variação Percentual do Produto Interno Bruto (PIB) Mundo e Países Selecionados – 2017 a 2019

Países	De Ano para Ano (Var. %)		
	Definitivo	Projeções	
	2017	2018	2019
Produto Mundial	**3,7**	**3,7**	**3,7**
Economias Avançadas	**2,3**	**2,4**	**2,1**
Estados Unidos	2,2	2,9	2,5
Área do Euro	2,4	2,0	1,9
Alemanha	2,5	1,9	1,9
França	2,3	1,6	1,6
Itália	1,5	1,2	1,0
Espanha	3,0	2,8	2,2
Japão	1,7	1,1	0,9
Reino Unido	1,7	1,4	1,5
Canadá	3,0	2,1	2,0
Outras Economias Avançadas	2,8	2,8	2,5
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	**4,7**	**4,7**	**4,7**
Comunidade de Estados Independentes	2,1	2,3	2,4
Rússia	1,5	1,7	1,8
Emergentes e em Desenvolvimento da Ásia	6,5	6,5	6,3
China	6,9	6,6	6,2
Índia	6,7	7,3	7,4
Emergentes e em Desenvolvimento da Europa	6,0	3,8	2,0
América Latina e Caribe	1,3	1,2	2,2
México	2,0	2,2	2,5

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Oct. 2018.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no ano de 2017 foi de 2,2%. Esse bom desempenho é explicado pelos aumentos do investimento privado e do consumo das famílias, apoiados por uma forte confiança do setor privado, bem como pelo crescimento de transações no mercado de capitais, somado aos baixos níveis de desemprego, taxa de juros (1,0%) e uma inflação de 2,1%, para 2017. Segundo o FMI, esses fatores projetam o crescimento do PIB americano para 2,9%, em 2018, e 2,5%, em 2019. Já a economia japonesa apresentou um crescimento de 1,7%, em 2017, sendo explicado pelos aumentos das despesas das famílias, investimento em capital fixo das empresas e exportações. Projeta-se para a economia japonesa em 2018 um crescimento de 1,1%, e para 2019, um crescimento de 0,9%.

A União Europeia apresentou em 2017 um crescimento de 2,4%, apresentando um ritmo de recuperação da recessão europeia iniciada em 2011, e que está sendo explicado pelos aumentos do investimento privado, consumo das famílias e exportações. França, Espanha e Alemanha foram os destaques de crescimento em 2017. O nível de confiança do setor privado está no mais alto nível desde o início dos anos 2000, e a taxa de desemprego diminuiu para 8,7%, a menor desde o início de 2009, e as exportações mais altas também estão apoiando o crescimento. A economia da União Europeia, no ano de 2017, apresentou uma baixa inflação de 1,5% e uma taxa de juros nula. Esses fatores contribuem para uma estimativa de crescimento do PIB na região, em 2018, de 2,0% e 1,9%, em 2019.

O FMI estimou para as economias dos países emergentes um crescimento de 4,7%, em 2017, projetando o mesmo valor para 2018 e 2019. Essas projeções são influenciadas principalmente pela economia da China, onde, em 2017, o PIB registrou um crescimento de 6,9%. Esse crescimento foi puxado pelo forte investimento público em infraestrutura, pelo crescimento robusto do consumo das famílias e também em decorrência da melhoria da demanda externa. Para os anos de 2018 e 2019, as projeções de crescimento para a economia chinesa são iguais a 6,6% e 6,2%, respectivamente.

O PIB do Brasil cresceu 1,0%, em 2017, puxado pelo setor agropecuário (13%), seguido do setor de serviços (0,3%) e do setor da indústria (0,02%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,0%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias, o qual favoreceu o crescimento do comércio, beneficiando, assim, o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,7%) e da indústria extrativista (4,3%), puxada pelo aumento das exportações de *commodities* como o minério de ferro e a soja. Esse comportamento tende a se manter em 2018, mas num ritmo

de estabilidade devido às incertezas políticas quanto à definição eleitoral, repercutindo positivamente para uma previsão do aumento do PIB em 1,36%.

A retomada do crescimento da economia cearense, em 2017, foi mais intensa do que a do Brasil, onde o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%. Diferentemente da esfera federal, o Governo do Ceará, mesmo num período recente de crise macroeconômica, manteve as contas públicas estaduais em equilíbrio, apresentando uma boa capacidade de investimento em relação à sua receita corrente líquida. O investimento estadual passou de R$ 2,17 bilhões, em 2016, para R$ 2,47 bilhões, em 2017. Para o ano de 2018, o Governo do Ceará pretende aumentar o atual ritmo de investimento público com obras em rodovias, aeroportos, portos, barragens e adutoras, além de gastos em infraestrutura social, com investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social.

Dada as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) estimou, para o período 2018 – 2021, taxas de crescimento do PIB estadual de 1,6% para 2018, 3,0% para 2019, e 3,5% para os anos 2020 e 2021, todas superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos projetados são os seguintes:

Tabela 1.9 – Variáveis Macroeconômicas Projetadas – 2018 a 2021

Variáveis	2018	2019	2020	2021
Taxa de inflação (IPCA) (%)	4,40	4,22	4,00	3,97
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	1,36	2,50	2,50	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	1,60	3,00	3,50	3,50
PIB Ceará (R$ milhões)	145.883	156.420	168.859	181.760
Câmbio (R$/US$) - fim de período	3,70	3,80	3,78	3,86
Taxa de juros SELIC - fim do período (% a.a.)	6,50	8,00	8,00	8,00

Fonte: Relatório Focus/BACEN (01/11/2018) e Ipece.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Na presente seção são apresentados indicadores sociais que mostram o panorama da condição de vida dos cearenses nos últimos anos. As informações aqui destacadas expõem o comportamento populacional do estado, das condições de vida, educação, emprego, pobreza e desigualdade social. Acredita-se que a análise desses indicadores seja importante para o desenvolvimento econômico e social do Ceará, bem como dar suporte para a elaboração de políticas públicas do Governo do Estado que possam trazer qualidade de vida para a população cearense.

2.1. Demografia

Conhecer os aspectos demográficos da população do estado é essencial para construir políticas voltadas a atender de forma eficiente a demanda socioeconômica da sociedade. Em 2017, a população do Ceará foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em mais de 9,0 milhões de pessoas, representando 4,4% da população do Brasil e 15,8% do Nordeste. Em termos de densidade demográfica, o Estado registrou um valor de 60,62 hab./km².

Vale ressaltar que a distribuição da população no território cearense não se dá de forma uniforme. Na Região Metropolitana de Fortaleza, que corresponde a cerca de 5,0% da área total do Ceará, residia 43,4% da população, o que representa uma densidade demográfica nessa região de 526,21 hab./km².

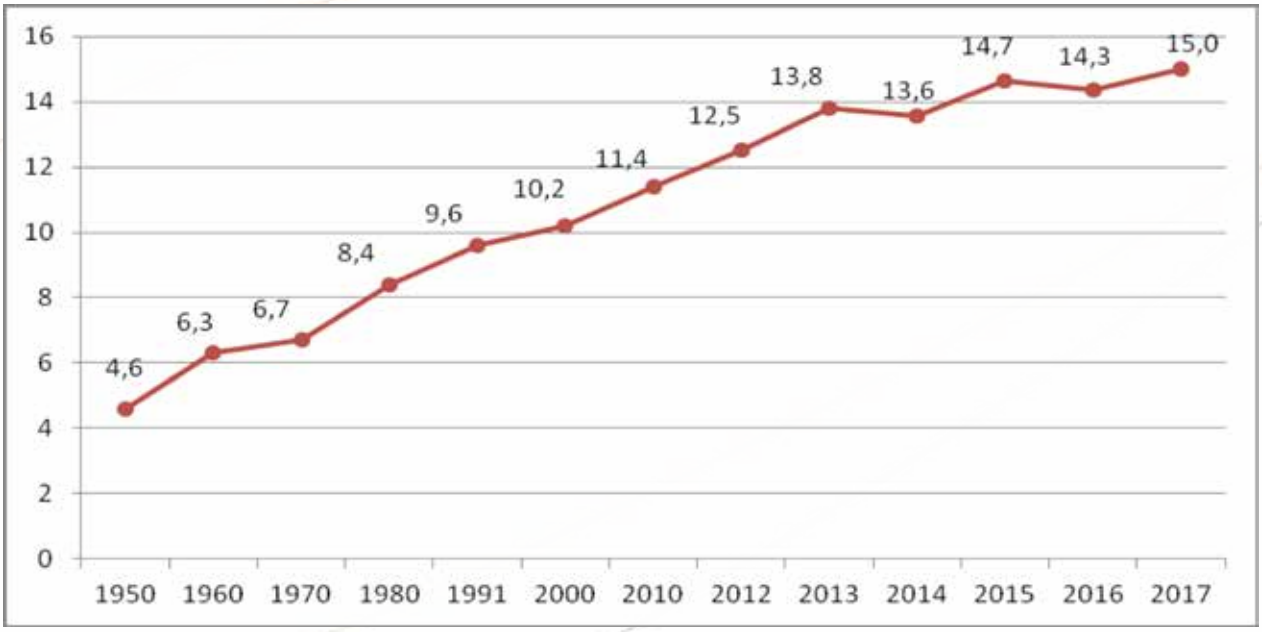
Em relação à taxa de urbanização, que consiste na proporção de pessoas que residem na área urbana em relação à população total, verificou-se que, o Ceará, em 2017, registrava uma taxa de 76,3%, sendo bastante próxima da taxa do Nordeste (74,5%), mas significativamente menor se comparada ao Brasil, que apresentou taxa de urbanização de 85,5% no mesmo ano.

Quanto à distribuição da população segundo a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, verificou-se pelo resultado da PNAD que, no Ceará, em 2017, a cada 100 mulheres havia pelo menos 94,1 homens no estado. Em números absolutos, são cerca de 275 mil mulheres, a mais que homens.

Outra constatação muito importante a ser verificada é o crescimento elevado da população mais idosa com relação aos demais grupos etários. Uma evidência disto está no crescimento consistente da razão de dependência dos idosos (65 anos ou mais) desde 1950 até 2015. No caso, considerando o inicio da série apresentada no Gráfico 2.1.1, havia 4,6 idosos para

cada grupo de 100 pessoas na faixa etária entre 15 e 64 anos, considerada a população potencialmente ativa. Já no final da série, em 2017, essa razão subiu para 15,0, indicando que há cada vez menos habitantes em idade potencialmente ativa para cada idoso da população. Além disso, existe uma tendência de aumento dos encargos assistenciais no estado. O envelhecimento da população no Ceará se deve a dois fatores principais: o aumento da expectativa de vida da população e a queda de fecundidade.

Gráfico 2.1.1 – Razão de Dependência dos Idosos (65 anos ou mais) - Ceará - 1950/1960/1970/1980/1991/2000/2010/2012-2017



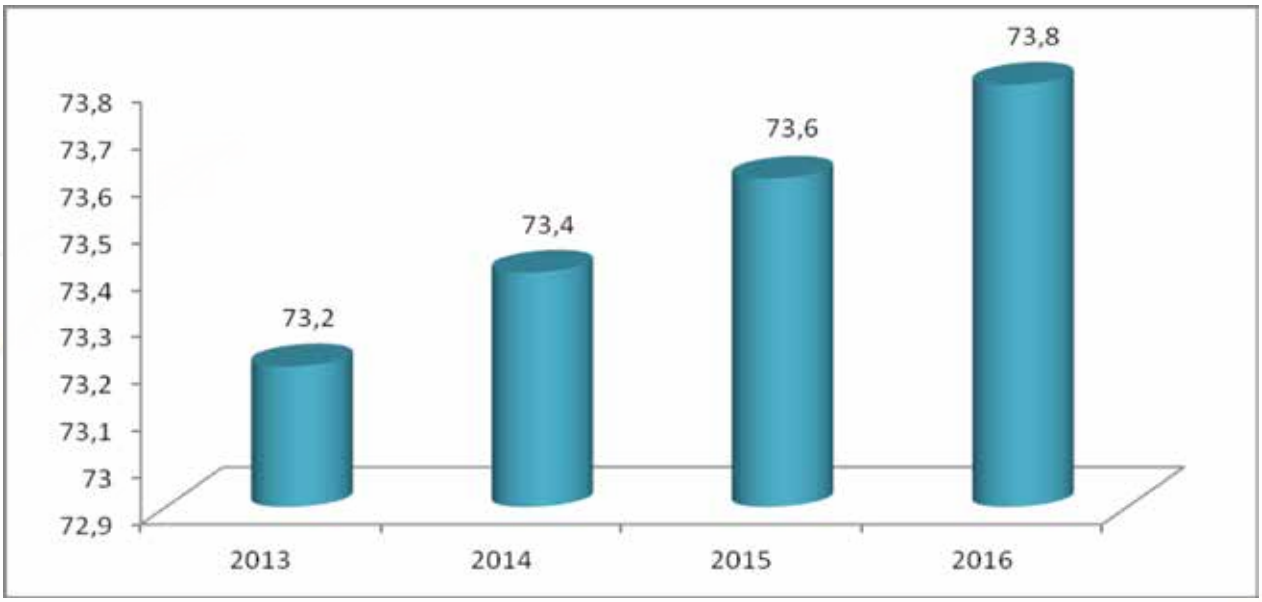
Fonte: Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010); PNAD-Contínua (2012-2017). Elaboração: Ipece.

2.2. Saúde

Considerada de suma importância para a qualidade de vida e bem estar da população cearense, a área da saúde no estado apresentou melhoras significativas ao longo dos últimos anos. Tal fato evidencia-se tanto pelo aumento da expectativa de vida no estado do Ceará, quanto pela redução da taxa de mortalidade infantil (TMI), quando analisado o período de 2013 a 2016.

Em 2016, a esperança de vida ao nascer da população residente no estado foi de 73,8 anos, enquanto que, ao observar tal indicador para o ano de 2006, este era apenas de 69,9 anos (ver o Gráfico 2.2.1). Considerando o período de 2013 a 2016, observa-se uma melhora de 0,8% deste indicador.

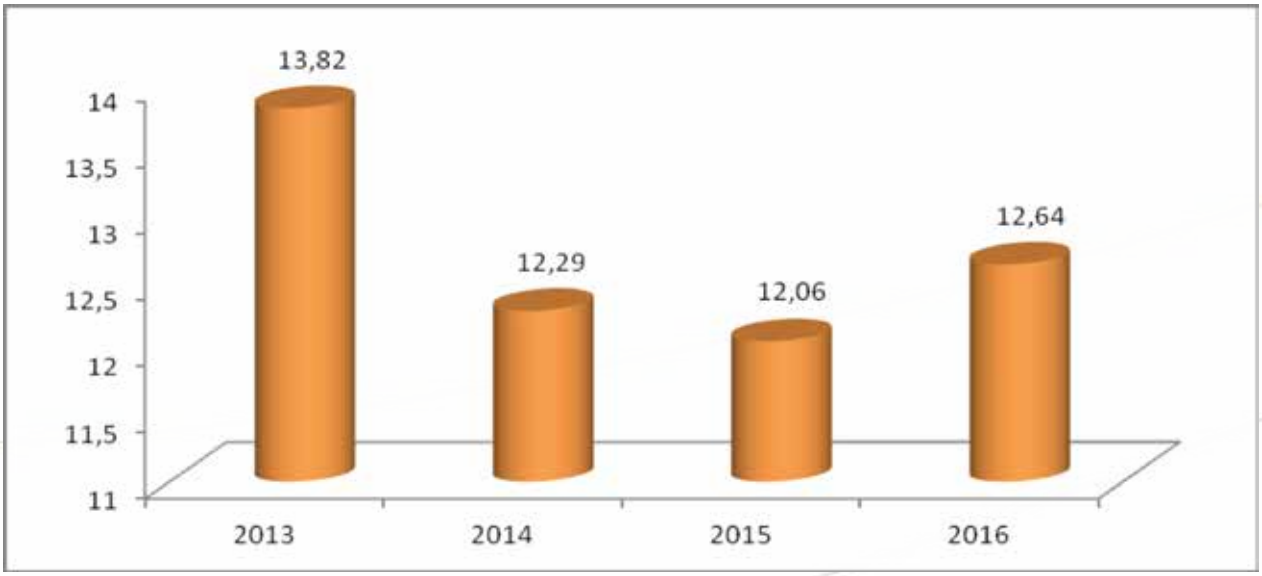
Gráfico 2.2.1 – Esperança de Vida ao Nascer no Ceará – 2013 a 2016.



Fonte: PNAD / IBGE. Elaboração Ipece.

Quanto à TMI, esta apresenta uma redução ao longo do período analisado, atingindo seu menor valor em 2015 (12,06) e sofrendo um pequeno aumento de 4,8% em 2016, chegando a 12,64 óbitos infantis por mil nascidos vivos (ver o Gráfico 2.2.2). Ainda sobre este indicador, a Tabela 2.2.1 apresenta as TMIs para o Estado do Ceará, Nordeste e Brasil, evidenciando assim que, ao longo dos últimos anos, o Ceará alcançou a menor taxa de mortalidade infantil (12,64) quando comparado ao Brasil (12,72) e Nordeste (14,45).

Gráfico 2.2.2 – Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) Ceará – 2013 a 2016.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Ipece.

Outro indicador importante a ser apresentado é a Razão de Mortalidade Materna (RMM), que expressa a razão entre o número de óbitos maternos confirmados e o número de nascidos vivos. Apesar de a RMM haver apresentado tendência negativa de 2013 a 2015, deve-se atentar para o fato de que, em 2016, sofreu um aumento de 19,51% em relação ao ano anterior.

Tabela 2.2.1 – Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) (por mil nascidos vivos) e de Razão de Mortalidade Materna (RMM) (por 100 mil nascidos vivos) - Ceará - 2013-2016

Discriminação		2013	2014	2015	2016
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Brasil	13,41	12,89	12,43	12,72
	Nordeste	15,48	14,53	13,97	14,45
	Ceará	13,82	12,29	12,06	12,64
	Neonatal	9,95	8,57	8,63	8,78
	Pós-neonatal	3,87	3,72	3,43	3,86
	Menores de 1 ano de idade	13,82	12,29	12,06	12,64
Razão de Mortalidade Materna (RMM)		3,70	3,80	3,78	3,86

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Ipece.

Em termos absolutos, observa-se que o Ceará obteve um grande avanço ao reduzir o número de óbitos em crianças menores de 1 ano, passando de 1.726 óbitos em 2013, a 1.596 em 2016. Mais especificamente, a maior redução apresentada dentro dos óbitos infantis, encontra-se entre os neonatais, passando de 1.243 óbitos em 2013, a 1.109 em 2016 (conforme mostra a Tabela 2.2.2).

Tabela 2.2.2 – Nascidos Vivos, Óbitos Neonatal, Pós-neonatal e em Menores de 1 ano de Idade - Ceará - 2013-2016

Discriminação		2013	2014	2015	2016
Nascidos vivos (1)		124.876	128.681	132.516	126.246
Óbitos	Neonatal	1.243	1.103	1.143	1.109
	Pós-neonatal	483	478	455	487
	Menores de 1 ano de idade	1.726	1.581	1.598	1.596

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Ipece.

A taxa de internação por Acidente Vascular Cerebral (AVC) por 10.000 habitantes também apresentou melhora no período considerado. Tal fato pode ser observado, uma vez que tanto para a população como um todo, como para a faixa etária específica de 40 anos de idade ou mais (considerada a faixa etária mais vulnerável a tal condição) houve uma pequena redução nos casos de AVC. Além disto, as taxas de internação também sofreram redução chegando a 3,15% na população total e 4,24% na população de 40 anos ou mais, alcançando assim, o patamar de 27,1, conforme observado na Tabela 2.2.3.

Tabela 2.2.3 – Casos e Taxa de Internação por Acidente Vascular Cerebral - 2013-2016

Discriminação			2013	2014	2015	2016
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	População (1)	Total	8.606.005	8.606.005	8.904.459	8.905.190
		40 anos e mais	2.663.116	2.663.116	2.663.116	2.827.685
	Casos de AVC	Total	8.207	8.506	8.262	8.219
		40 anos e mais	7.532	7.897	7.688	7.653
	Taxa de internação por AVC (por 10.000 habitantes)	Total	9,5	9,9	9,3	9,2
		de 40 anos e mais	28,3	29,7	28,9	27,1

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2016 e 2017 / Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
Nota: (1) Foi considerada a população do ano de 2012 para o cálculo da taxa, por indisponibilidade da população por faixa etária a partir de 2013.

Para atingir esta melhora na saúde no estado, foi necessária a realização de alguns investimentos e ações por parte do poder público, como mostram alguns outros indicadores relacionados às unidades e recursos em saúde. Isto é, resta analisar a oferta de saúde no Ceará. Por exemplo, com relação às unidades de saúde, de 2013 a 2016, houve um aumento de 5,53% na quantidade total destas unidades. Com destaque para o aumento expressivo das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) implantadas, dado que a quantidade destas mais do que dobrou neste mesmo período, chegando a 38 unidades em funcionamento, em 2016, conforme mostra a Tabela 2.2.4.

Quanto às unidades de saúde exclusivamente públicas, observa-se a implantação de mais 5 unidades pelo Governo Federal, de mais 60 unidades pelo Governo do Estado e de mais 104 unidades pelos governos municipais, contra a desativação de 14 unidades de saúde do setor privado, apresentados também na Tabela 2.2.4.

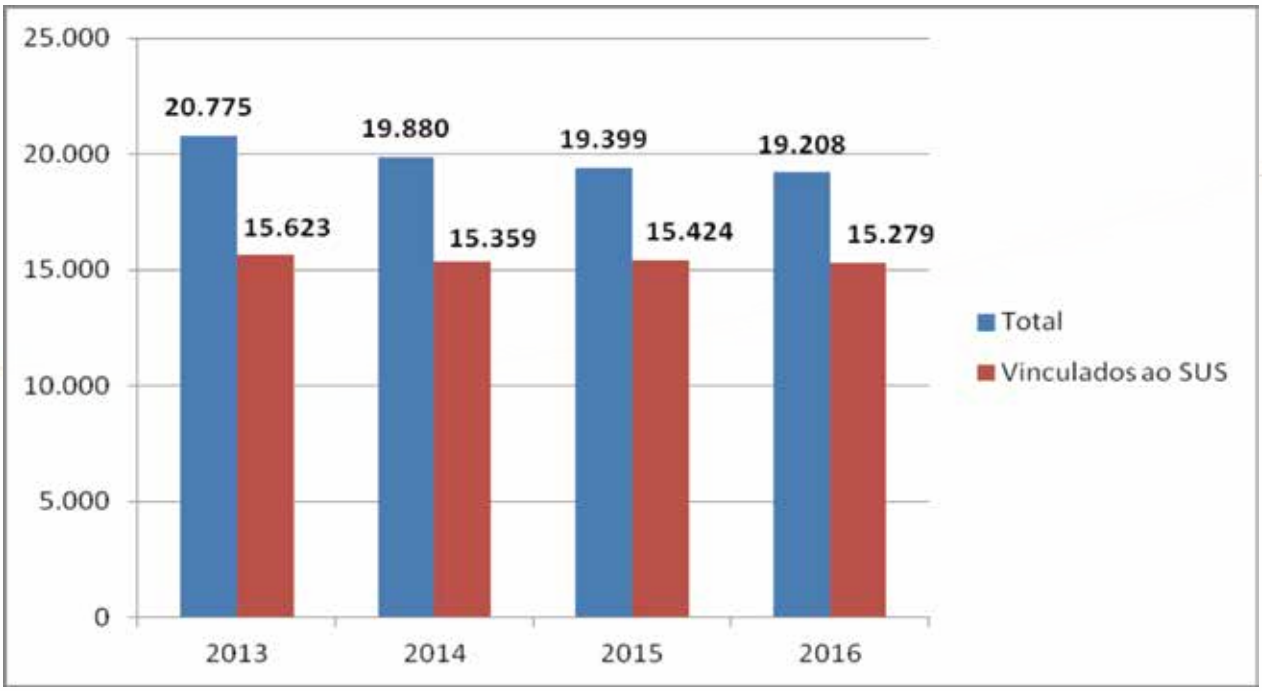
Tabela 2.2.4 – Unidades de Saúde Ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por tipo - Ceará - 2013-2016

Discriminação			2013	2014	2015	2016
	Total		3.689	3.765	3.819	3.893
Unidades de saúde ligadas ao SUS	Tipos	Hospital geral	187	189	185	185
		Hospital especializado	36	35	34	32
		Pronto socorro geral e especializado	10	7	8	9
		Policlínica	50	54	51	52
		Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	17	31	33	38
		Clinica e ambulatório de especialidades	443	440	420	421
		Consultório isolado	20	20	13	13
		Posto de saúde	465	469	457	464
		Centro de saúde/ Unidade básica de saúde	1.723	1.807	1.855	1.904
		Unidade mista de saúde	41	36	36	32
		Unidade móvel pré-hospitalar	92	102	138	137
		Centro de atenção psicossocial	134	145	145	149
		Unidade de serviço auxiliar de diagnóstico e terapia	163	157	159	159
		Centro de apoio à saúde da família	75	85	96	100
		Laboratório central de saúde pública	7	8	8	9
		Centro de atenção hemoterápica - HEMOCE	6	6	6	6
		Farmácia isolada	53	65	78	89
		Unidade de vigilância sanitária	94	86	74	72
	Públicas	Federal	7	11	12	12
		Estadual	182	202	241	242
		Municipal	3.046	3.114	3.150	3195
		Privadas	458	438	416	444

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2016 e 2017 / Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
Nota: (1) Inclusive as unidades não especificadas.

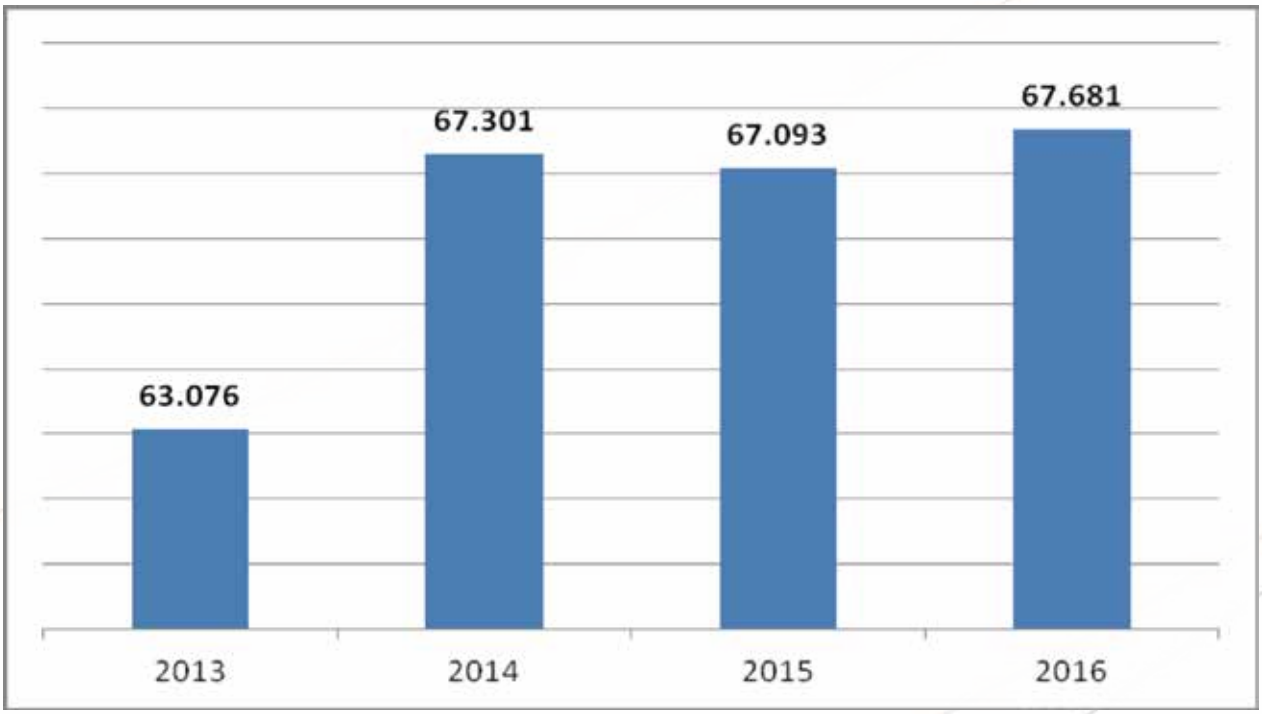
Apesar do número de unidades de saúde ter aumentado, o número de leitos vem reduzindo ano a ano e, quando analisados especificamente aqueles vinculados ao SUS, estes apresentam uma redução de 2,2% em sua oferta de 2013 a 2016 como pode ser observado no Gráfico 2.2.3. De maneira contrária, o total de profissionais de saúde sofreu um aumento expressivo de 7,3% neste mesmo período, chegando a 67.681 profissionais em 2016 (Gráfico 2.2.4). Esta oferta maior de profissionais observa-se majoritariamente entre profissionais de nível superior, principalmente enfermeiros (20,55%) e médicos (12,03%). Tal aumento pode ser explicado possivelmente pela implantação recente de novos cursos de nível superior no interior do Estado e aumento de cursos na área de saúde na Grande Fortaleza.

Gráfico 2.2.3 – Total de Leitos no Total e Vinculados ao SUS. Ceará – 2013 a 2016.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2016 / Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Gráfico 2.2.4 – Profissionais Vinculados ao SUS. Ceará – 2013 a 2016.



Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2016 / Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Os indicadores relacionados à atenção básica de saúde são de grande importância, uma vez que esta preza pela promoção e prevenção da saúde da população (principalmente de baixa renda). Estes apontam para um aumento pouco expressivo no período de 2013 a 2016, com destaque para o aumento de 354 (2,45%) Agentes Comunitários de Saúde e 273 (13,54%) Equipes do Programa Saúde da Família, em contraste com a redução de 211 (-2,8%) pessoas cadastradas de 2013 a 2015, como mostra a Tabela 2.2.5 (os dados de pessoas e famílias cadastradas ainda não se encontravam disponíveis para o ano de 2016).

Tabela 2.2.5 – Dados Gerais da Atenção Básica de Saúde - Ceará - 2013-2015

Discriminação			2013	2014	2015	2016
Atenção Básica de Sáude	Tipos	Agentes Comunitários de Saúde	14.438	14.784	14.714	14.792
		Equipes do Programa Saúde da Família	2.016	2.303	2.409	2.289
		Equipes do Programa Saúde Bucal	1.516	1.594	1.623	1.589
		Pessoas cadastradas	7.409.006	7.521.498	7.197.874	- (1)
		Famílias cadastradas	2.092.383	2.141.313	2.054.200	- (1)

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2016 e 2017 / Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
Nota: (1) Inclusive as unidades não especificadas.

Finalmente, deve-se analisar os indicadores que dizem respeito à vigilância epidemiológica, isto é, indicadores que acompanham as doenças de notificação compulsória como a Aids, dengue, hepatite, hanseníase, dentre outras. A Tabela 2.2.6 registra os casos confirmados com estas doenças no período de 2013 a 2016. Nesta tabela, destaca-se o aumento expressivo de casos das chamadas Arboviroses (dengue, chikungunya e zika). Enquanto os casos de dengue apresentaram uma redução, após expressivo aumento em 2015 (chegando a 37.769 casos), observa-se a introdução endêmica da zika e da chikungunya, que antes não haviam casos notificados, e apresentaram, em 2016, 112 e 29.837 casos, respectivamente.

Tabela 2.2.6 – Casos Confirmados de Doenças de Notificação Compulsória Ceará - 2013- 2015

Discriminação		2013	2014	2015	2016
Casos confirmados das doenças de notificação compulsória	Aids	819	927	856	806
	Dengue	24.958	18.242	55.588	37.769
	Chikungunya	-	-	-	29.837
	Zika	-	-	-	112[1]
	Febre tifoide	-	-	-	-
	Hanseníase	2.077	2.314	2.118	1.695
	Hepatite viral	491	420	312	451
	Leishmaniose tegumentar	529	577	598	394
	Leishmaniose visceral	523	637	524	370
	Leptospirose	31	49	28	48
	Meningite	439	339	249	19
	Raiva	-	-	-	1
	Tétano acidental	168	17	17	19
	Tuberculose	3.521	4.173	4.240	3.394

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - 2016 e 2017/ Ipece. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).
[1] Os casos de Zika confirmados laboratorialmente foram em gestantes.
Nota: Só a partir de 2016 que as arboviroses Chikungunya e Zika passaram a ser de notificação compulsória.

2.3. Condições dos domicílios

A análise das condições domiciliares constitui importante forma de avaliar o acesso da população aos serviços elementares de uma moradia adequada. Aqui se destaca a situação dos domicílios quanto à forma de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de coleta de lixo e oferta de energia elétrica.

Analisa-se, também, a presença de telefones celulares e microcomputadores com acesso à Internet, pois entende-se que, no contexto de uma economia cada vez mais globalizada e de um mercado de trabalho que exige níveis crescentes de qualificação, as comunicações e o acesso à informação, ao conhecimento e ao entretenimento são fundamentais tanto para elevar os níveis de produtividade dos indivíduos, como para lhes possibilitar ter vidas mais plenas e integradas à sociedade da qual fazem parte.

Então, com base nos dados da PNAD-Contínua divulgados nos anos mais recentes pelo IBGE, foi possível calcular alguns indicadores, sintetizados na Tabela 2.3.1, que refletem as condições dos domicílios particulares e permanentes[3] do Ceará nos anos de 2016 e 2017.

Tabela 2.3.1 – Indicadores Referentes às Condições dos Domicílios – Ceará – 2016 e 2017

Indicador	2016	2017
Com abastecimento pela rede de água (em %)		
Diariamente	78,0	81,4
De 4 a 6 vezes na semana	10,0	9,6
De 1 a 3 vezes na semana	9,5	7,4
Com acesso à rede coletora de esgoto (em %)	45,2	44,9
Com coleta de lixo (em %)	69,7	71,1
Com energia elétrica (em %)	99,8	99,9
Com telefone celular (em %)	89,7	90,5
Com microcomputador com acesso à Internet (em %)	25,4	25,5

Fonte: IBGE / PNAD-Contínua. Elaboração: Ipece

Como é possível perceber, os indicadores apresentados demonstram que as condições dos domicílios melhoraram no entre os anos de 2016 e 2017. Entretanto, em alguns casos (proporção dos domicílios com abastecimento pela rede de água, proporção dos domicílios com coleta de lixo e escoamento de esgoto adequado) apesar dos avanços, ainda existe uma proporção considerável de cearenses sem acesso a serviços essenciais para que possam ter uma qualidade de vida adequada.

É importante observar a melhoria do acesso da população à água pela rede geral de distribuição diariamente (passou de 78% em 2016 para 81,4% em 2017), uma vez que nos últimos anos o estado vem passando por um longo período de poucas chuvas e severas estiagens.

Já nos casos da proporção dos domicílios com acesso à rede coletora de esgoto, ocorreu uma pequena redução, caindo de 45,2% para 44,9% entre 2016 e 2017. Enquanto que a

[3] São domicílios particulares e permanentes, construídos para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

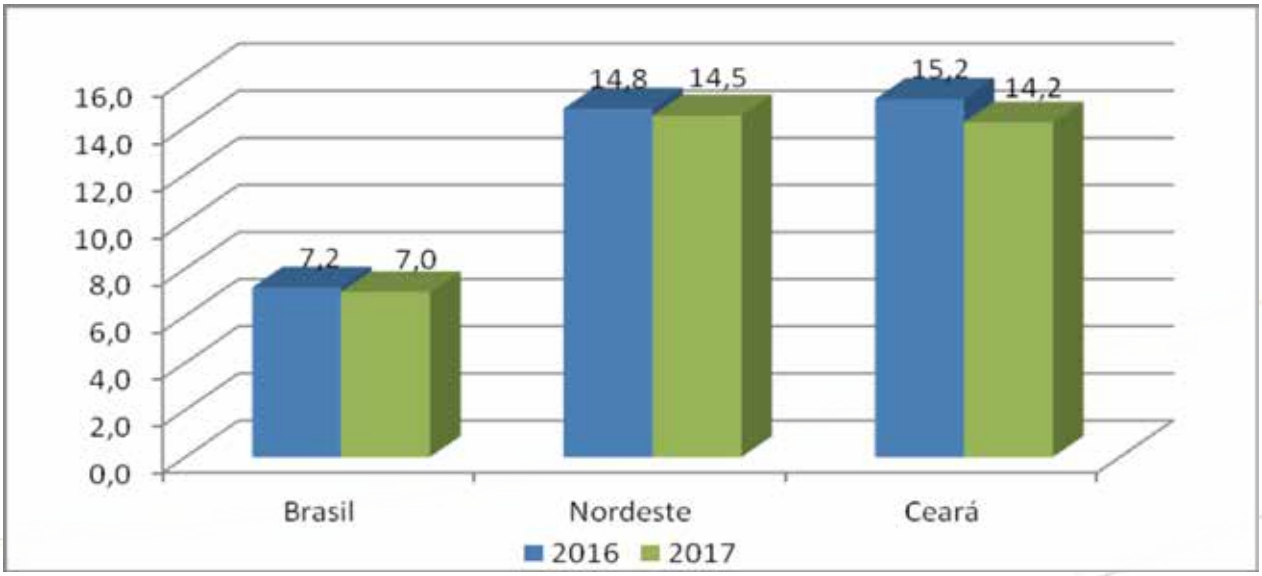
proporção dos domicílios com microcomputador com acesso à Internet teve uma pequena variação positiva, mas os patamares atingidos em 2017 ainda são relativamente baixos e, portanto, necessitam de políticas públicas e ou investimentos que estimulem o seu avanço.

Os maiores destaques foram verificados no caso da proporção dos domicílios com energia elétrica, que se encontra praticamente no nível de universalização do serviço, e na proporção dos domicílios com telefone celular, em que se verificou uma significativa expansão do indicador durante o período em consideração, de forma a atingir um patamar considerável, atingindo mais de 90% dos domicílios cearenses em 2017.

2.4. Educação

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD-Contínua indicaram melhora em relação à taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no estado. Em 2016, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 15,2%. Já em 2017, o estado apresentou um total de 14,2% da sua população acima de quinze anos de idade analfabeta, o que representou uma queda de 1,0 ponto percentual na taxa (ver o Gráfico 2.4.1). Os dados mostram ainda que o percentual do Ceará é sempre similar ao do Nordeste, mas é significativamente superior ao do Brasil durante o período analisado, apresentado quase o dobro da taxa nacional.

Gráfico 2.4.1 – Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017

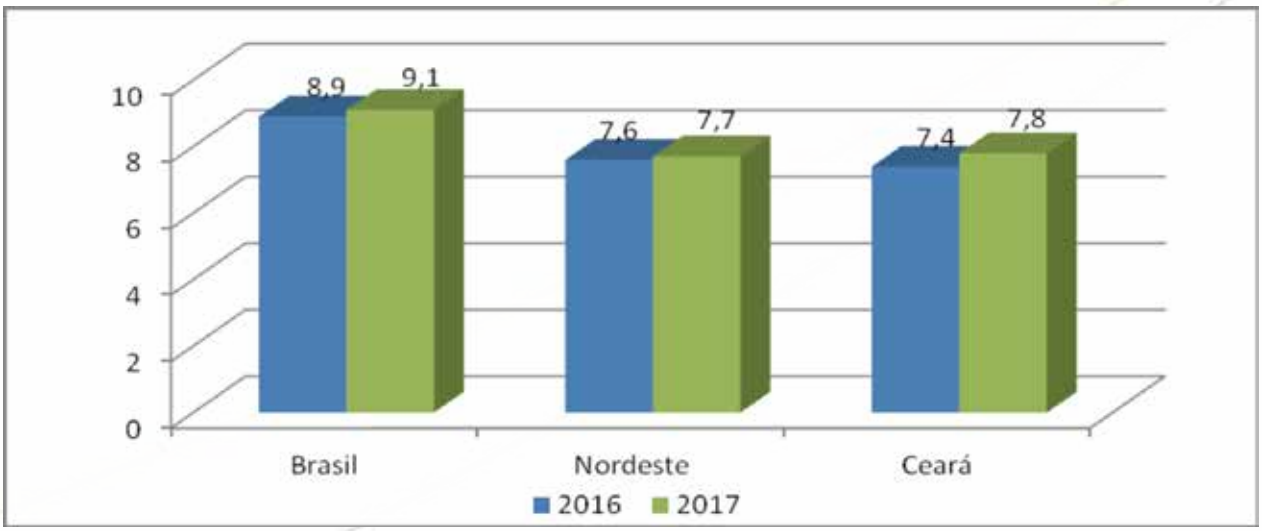


Fonte: IBGE / PNAD-Contínua- Suplemento Educação. Elaboração: Ipece.

Ainda pelos dados da PNAD-Contínua de 2016 e 2017 observou-se que a evolução da média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizado internacionalmente para medir o nível de escolarização de um país, vem apresentando tendência positiva, muito embora o ritmo de crescimento do indicador tenha sido relativamente lento.

O Gráfico 2.4.2 apresenta a escolaridade média do Brasil, Nordeste e do Ceará. A população de 25 anos ou mais do Nordeste e do Ceará apresenta escolaridade média muito semelhante. Em 2017, a média de anos de estudos da população cearense estava em torno de 7,8 anos e do Nordeste 7,7 anos de estudos, as duas abaixo da média nacional que era de 9,1 anos de estudos. Se considerarmos a escolaridade média por ciclo de ensino completo, o Ceará e o Nordeste não têm nem ao menos o Ensino Fundamental completo, já que para a conclusão dessa etapa são necessários oito anos de estudos completos.

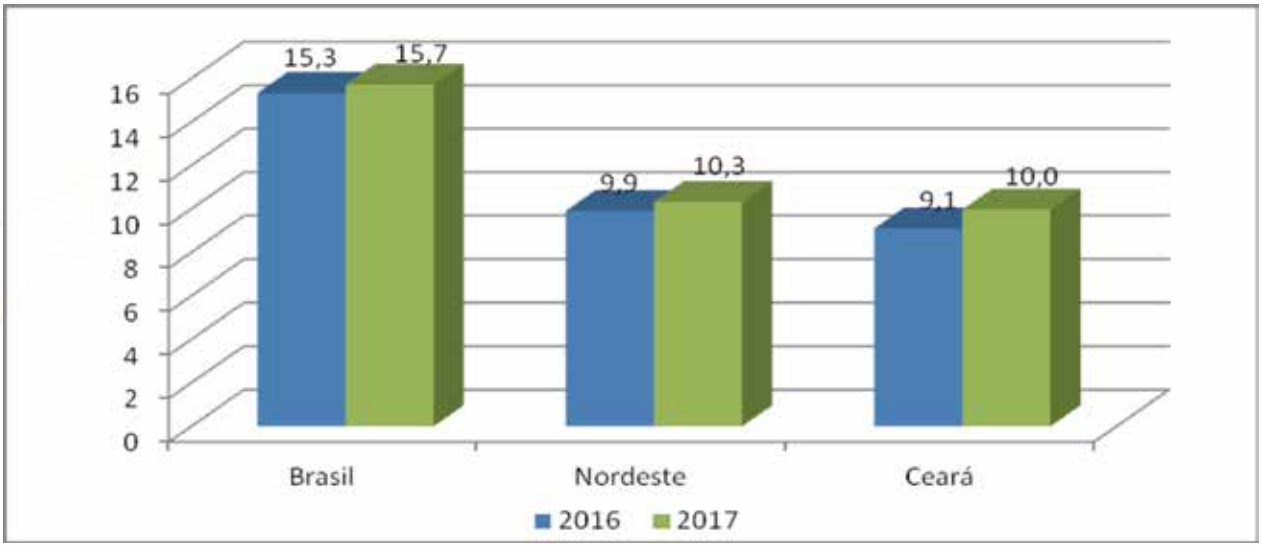
Gráfico 2.4.2 – Número Médio de Anos de Estudo (pessoas de 25 anos ou mais) Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: IBGE / PNAD-Contínua- Suplemento Educação. Elaboração: Ipece.

Já no percentual dessa faixa etária da referida pesquisa dos que concluíram o nível superior completo, é possível observar a grande disparidade deste ensino entre diferentes regiões no Brasil. Enquanto no Brasil o percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade que já concluíram o Ensino Superior, em 2017, era de 15,7%, no Nordeste e no Ceará apenas 10,3% e 10%, respectivamente, concluíram este nível de escolaridade, como ilustra o Gráfico 2.4.3.

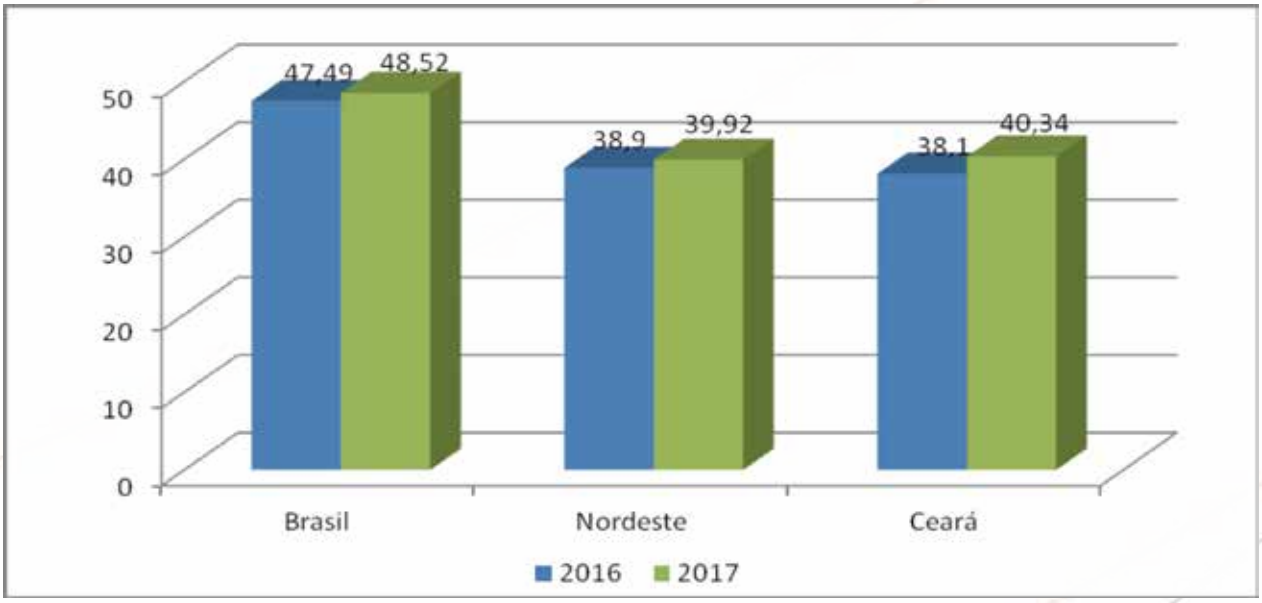
Gráfico 2.4.3 – Percentual da População (com 25 anos ou mais) com o Ensino Superior Completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

Finalmente, os resultados referentes àqueles que completaram pelo menos o Ensino Médio não são muito diferentes dos demais indicadores. Os valores apresentados pela Região Nordeste e no estado do Ceará são muito próximos, e com valores bem abaixo da média nacional (ver Gráfico 2.4.4). Conhecida como etapa final da Educação Básica no Brasil, o Ensino Médio é, em hipótese, uma das etapas mais importantes para a formação do indivíduo, pois é neste período que o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no Ensino Superior. Porém, apesar de sua importância, o Estado perpassa com a grande missão de diminuir a evasão, pois é nessa fase que a maioria dos jovens deixa precocemente os estudos, muitos deles em busca de trabalho e renda.

Gráfico 2.4.4 – Percentual da População (com 19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



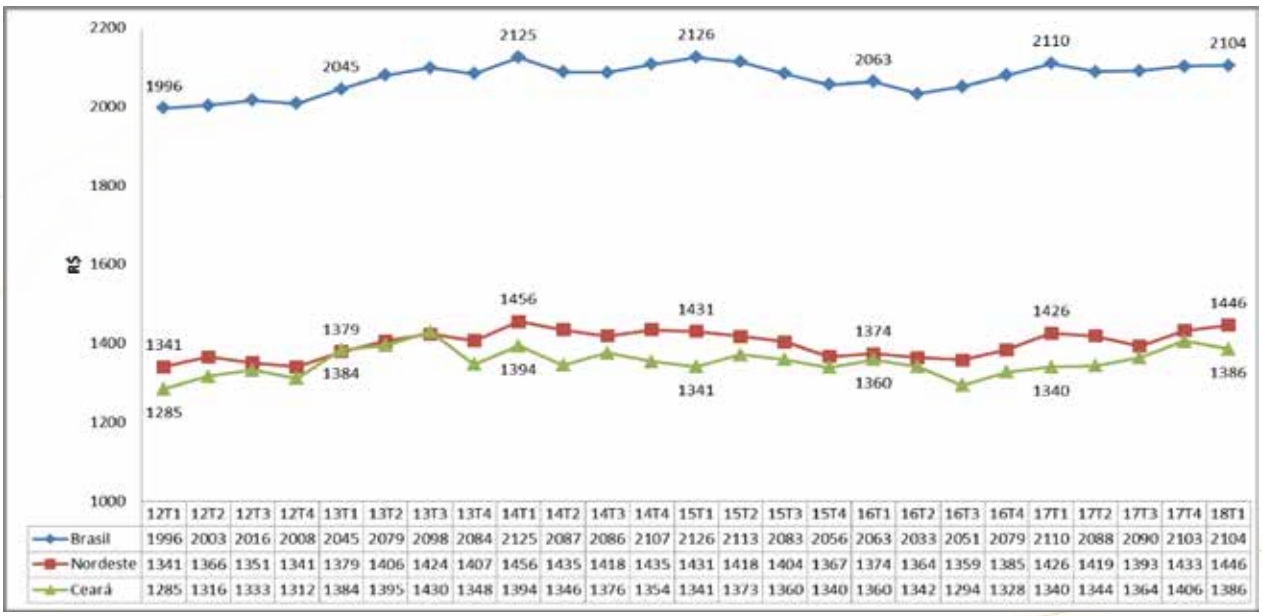
Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

2.5. Emprego e Rendimentos do Trabalho

A presente subseção é dedicada aos resultados do mercado de trabalho com base nas informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quatro importantes indicadores são acompanhados: rendimento médio real de todos os trabalhos, taxa de desocupação, taxa de participação na força de trabalho, e proporção de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam e não trabalham.

No Gráfico 2.5.1, apresenta-se o comportamento do rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas na semana de referência da pesquisa, o qual alcançou o valor de R$ 1.386 no 1º trimestre de 2018. Esse valor é 3.4% maior do que o rendimento médio no primeiro trimestre de 2017, mostrando um leve crescimento real da renda do trabalho no Ceará. Todavia, o rendimento médio real habitual no Ceará é 4,15% inferior à média do Nordeste, e 36% menor do que a média nacional. Essa diferença de rendimentos do Ceará para a média regional e nacional se mostra persistente durante todo o período analisado, exceto do 1º ao 3º trimestre de 2013, quando o rendimento médio do trabalho no Ceará se equiparou ao rendimento médio do Nordeste. No 3º trimestre de 2013, esse indicador alcançou o seu maior valor no período analisado, respectivamente R$ 1.430.

Gráfico 2.5.1 – Rendimento Médio Real de Todos os Trabalhos, Habitualmente Recebido por mês, pelas Pessoas de 14 anos ou mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, com Rendimento de Trabalho (em R$) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1º Trim./2012 ao 1º Trim./2018

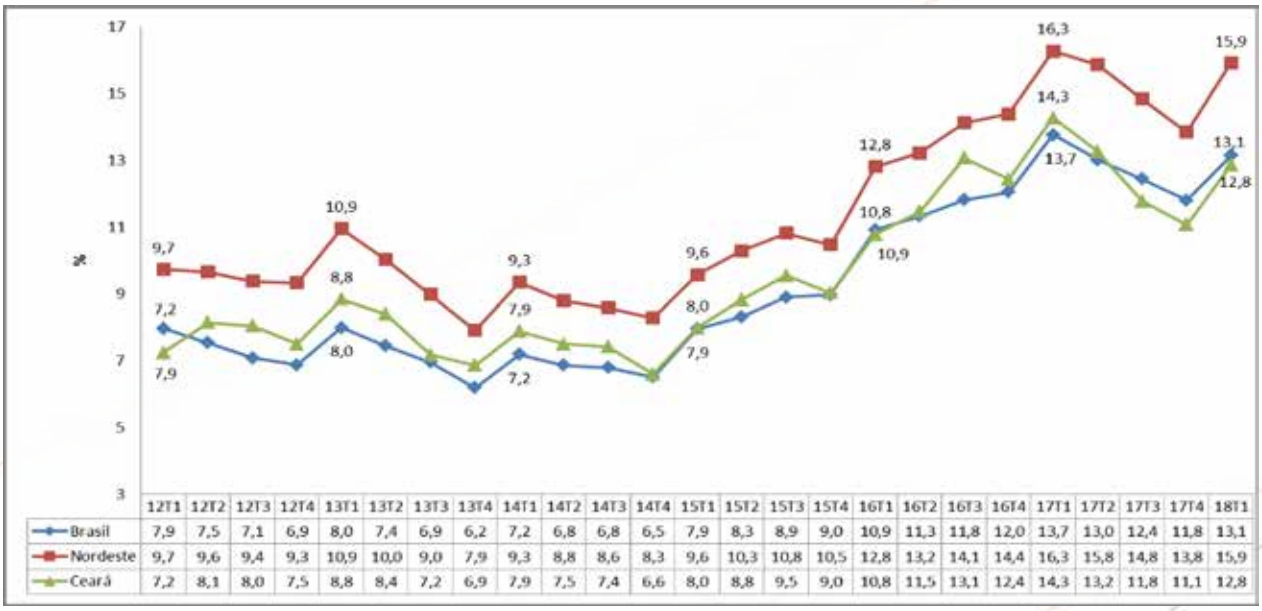


	12T1	12T2	12T3	12T4	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3	17T4	18T1
Brasil	1996	2003	2016	2008	2045	2079	2098	2084	2125	2087	2086	2107	2126	2113	2083	2056	2063	2033	2051	2079	2110	2088	2090	2103	2104
Nordeste	1341	1366	1351	1341	1379	1406	1424	1407	1456	1435	1418	1435	1431	1418	1404	1367	1374	1364	1359	1385	1426	1419	1393	1433	1446
Ceará	1285	1316	1333	1312	1384	1395	1430	1348	1394	1346	1376	1354	1341	1373	1360	1340	1360	1342	1294	1328	1340	1344	1364	1406	1386

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: Ipece.

Em termos de desemprego, o Ceará apresentou uma queda nesse indicador durante o ano de 2017, mas voltando a crescer no início de 2018 (ver Gráfico 2.5.2). No 1º trimestre de 2018, a desocupação no Ceará atingiu 12,8% da população de 14 anos ou mais de idade que participam da força de trabalho. Esse valor é 1,7 pontos percentuais a mais do que o registrado no 4º trimestre de 2017, capturando a sazonalidade do mercado de trabalho entre os trimestres. Todavia, a taxa de desocupação no 1º trimestre de 2018 está 1,5 pontos percentuais abaixo do mesmo trimestre em 2017, indicando uma melhoria de curto prazo da absorção de mão de obra no mercado de trabalho cearense. Essa melhoria nas condições do mercado de trabalho se deu em um contexto de aumento da participação na força de trabalho, que alcançou aproximadamente 56% da população com 14 anos ou mais de idade no 1º trimestre de 2018 (ver Gráfico 2.5.3).

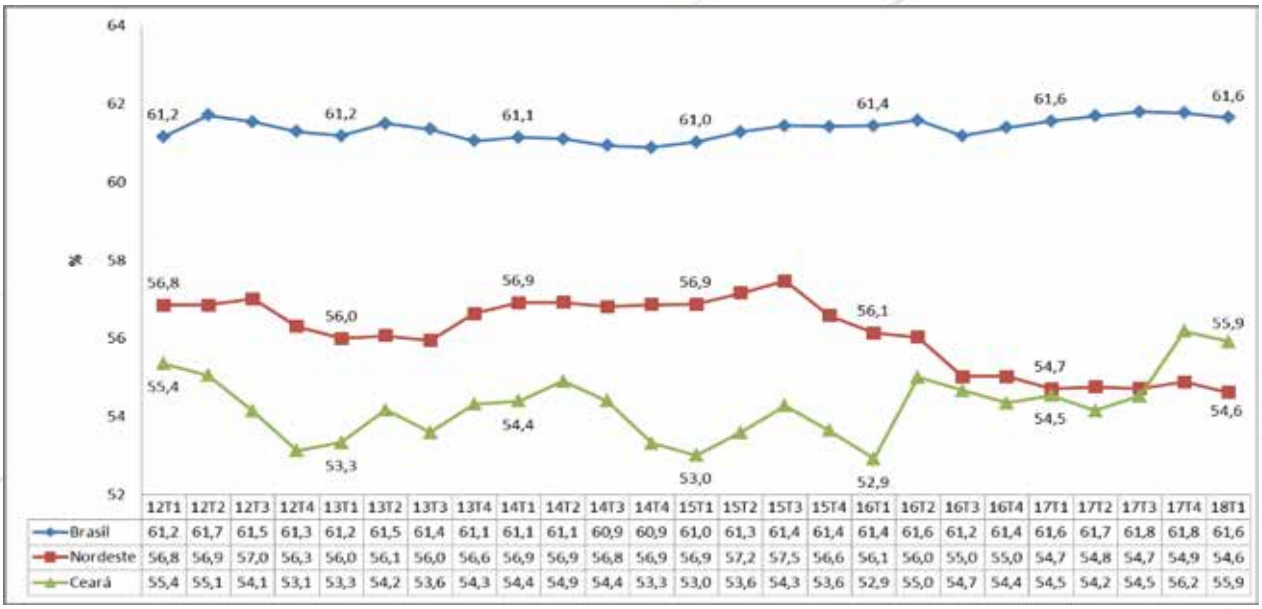
Gráfico 2.5.2 – Taxa de Desocupação (Taxa de Desemprego) das Pessoas de 14 anos ou mais de Idade (%) – Brasil, Nordeste e Ceará – 1º Trim./2012 ao 1º Trim./2018



	12T1	12T2	12T3	12T4	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3	17T4	18T1
Brasil	7,9	7,5	7,1	6,9	8,0	7,4	6,9	6,2	7,2	6,8	6,8	6,5	7,9	8,3	8,9	9,0	10,9	11,3	11,8	12,0	13,7	13,0	12,4	11,8	13,1
Nordeste	9,7	9,6	9,4	9,3	10,9	10,0	9,0	7,9	9,3	8,8	8,6	8,3	9,6	10,3	10,8	10,5	12,8	13,2	14,1	14,4	16,3	15,8	14,8	13,8	15,9
Ceará	7,2	8,1	8,0	7,5	8,8	8,4	7,2	6,9	7,9	7,5	7,4	6,6	8,0	8,8	9,5	9,0	10,8	11,5	13,1	12,4	14,3	13,2	11,8	11,1	12,8

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: Ipece.

Gráfico 2.5.3 – Evolução da Taxa de Participação (%) – Brasil, Nordeste e Ceará 1º Trim./2012 ao 1º Trim./2018



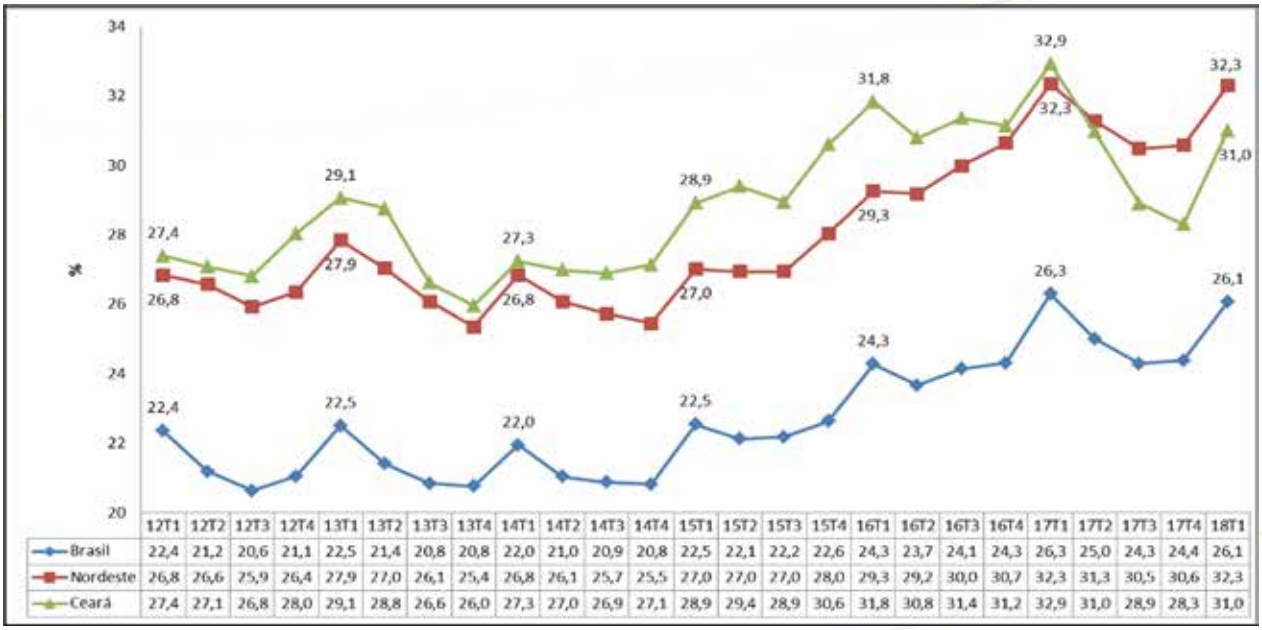
	12T1	12T2	12T3	12T4	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3	17T4	18T1
Brasil	61,2	61,7	61,5	61,3	61,2	61,5	61,4	61,1	61,1	61,1	60,9	60,9	61,0	61,3	61,4	61,4	61,4	61,6	61,2	61,4	61,6	61,7	61,8	61,8	61,6
Nordeste	56,8	56,9	57,0	56,3	56,0	56,1	56,0	56,6	56,9	56,9	56,8	56,9	56,9	57,2	57,5	56,6	56,1	56,0	55,0	55,0	54,7	54,8	54,7	54,9	54,6
Ceará	55,4	55,1	54,1	53,1	53,3	54,2	53,6	54,3	54,4	54,9	54,4	53,3	53,0	53,6	54,3	53,6	52,9	55,0	54,7	54,4	54,5	54,2	54,5	56,2	55,9

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: Ipece.

Vale salientar ainda que o desemprego no Ceará se encontra em níveis muito elevados se comparado ao ano de 2014, quando a taxa de desocupação variou entre 7,9% a 6,6% entre o 1º e o 4º trimestre do respectivo ano. O desaquecimento da economia nos anos subsequentes resultou em uma escalada do desemprego no Ceará, chegando a quase dobrar o valor da taxa no 1º trimestre de 2017 (comparada o mesmo trimestre de 2014). No entanto, a desocupação no Ceará se encontra abaixo na média do Nordeste em toda a série histórica, e ligeiramente abaixo da média nacional a partir do 3º trimestre de 2017.

O público jovem (15 a 29 anos) tem sido especialmente prejudicado pelo desaquecimento da economia nacional, regional e local. A baixa absorção do mercado de trabalho fez com que a proporção de jovens que não estudam e não trabalham (jovens Nem-Nem) aumentasse a partir do primeiro trimestre de 2015 (ver Gráfico 2.5.4). No Ceará, a proporção de jovens nessa condição saiu de 27,3% para 33% no 1º trimestre de 2017. Esse aumento na proporção de jovens Nem-Nem coincide com o crescimento do desemprego no Ceará.

Gráfico 2.5.4 – Percentual de Jovens (de 15 a 29 anos) que não Estudam e nem Trabalham Brasil, Nordeste e Ceará – 1º Trim./2012 ao 1º Trim./2018



	12T1	12T2	12T3	12T4	13T1	13T2	13T3	13T4	14T1	14T2	14T3	14T4	15T1	15T2	15T3	15T4	16T1	16T2	16T3	16T4	17T1	17T2	17T3	17T4	18T1
Brasil	22,4	21,2	20,6	21,1	22,5	21,4	20,8	20,8	22,0	21,0	20,9	20,8	22,5	22,1	22,2	22,6	24,3	23,7	24,1	24,3	26,3	25,0	24,3	24,4	26,1
Nordeste	26,8	26,6	25,9	26,4	27,9	27,0	26,1	25,4	26,8	26,1	25,7	25,5	27,0	27,0	27,0	28,0	29,3	29,2	30,0	30,7	32,3	31,3	30,5	30,6	32,3
Ceará	27,4	27,1	26,8	28,0	29,1	28,8	26,6	26,0	27,3	27,0	26,9	27,1	28,9	29,4	28,9	30,6	31,8	30,8	31,4	31,2	32,9	31,0	28,9	28,3	31,0

Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: Ipece.

No entanto, houve uma considerável redução da proporção de jovens Nem-Nem entre o 2º e 4º trimestre de 2017, chegando a 28,3% nesse último trimestre. No 1º trimestre de 2018, essa proporção voltou a crescer, muito influenciada pela sazonalidade do mercado de trabalho, alcançando 31% dos jovens entre 15 e 29 anos. Porém, a proporção de jovens Nem-Nem no 1º trimestre de 2018 é quase 2 pontos percentuais abaixo do 1º trimestre de

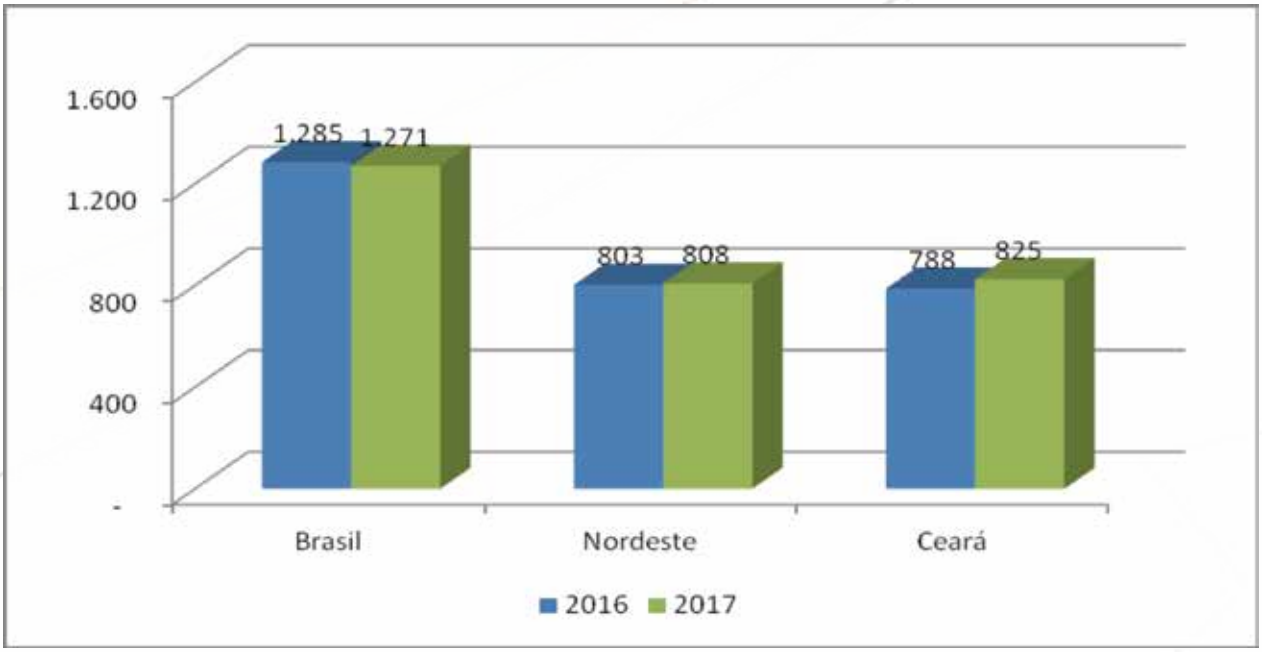
2017, indicando uma possível melhoria na trajetória desse indicador. Além disso, a proporção de jovens Nem-Nem no Ceará é 2 pontos percentuais menor do que a média do Nordeste, mas quase 5 pontos percentuais acima da média nacional, tomando como base o último trimestre da série histórica.

2.6. Pobreza e desigualdade

No referente aos indicadores de pobreza e desigualdade, o Estado do Ceará também apresentou avanços em alguns indicadores nos últimos anos, embora os desafios para melhorar as condições existentes ainda persistam.

No que se refere ao rendimento domiciliar per capita médio mensal, por exemplo, o indicador do Ceará apresentou um aumento real de aproximadamente 5% durante o período 2016-2017, passando de R$ 788 para R$ 825 (a preços de 2017). Movimento contrário ao ocorrido no cenário nacional. Apesar do avanço significativo, verifica-se que essa média de rendimentos no Estado é baixa em termos absolutos e, também, em comparação com a média nordestina e, principalmente, com a brasileira (ver o Gráfico 2.6.1).

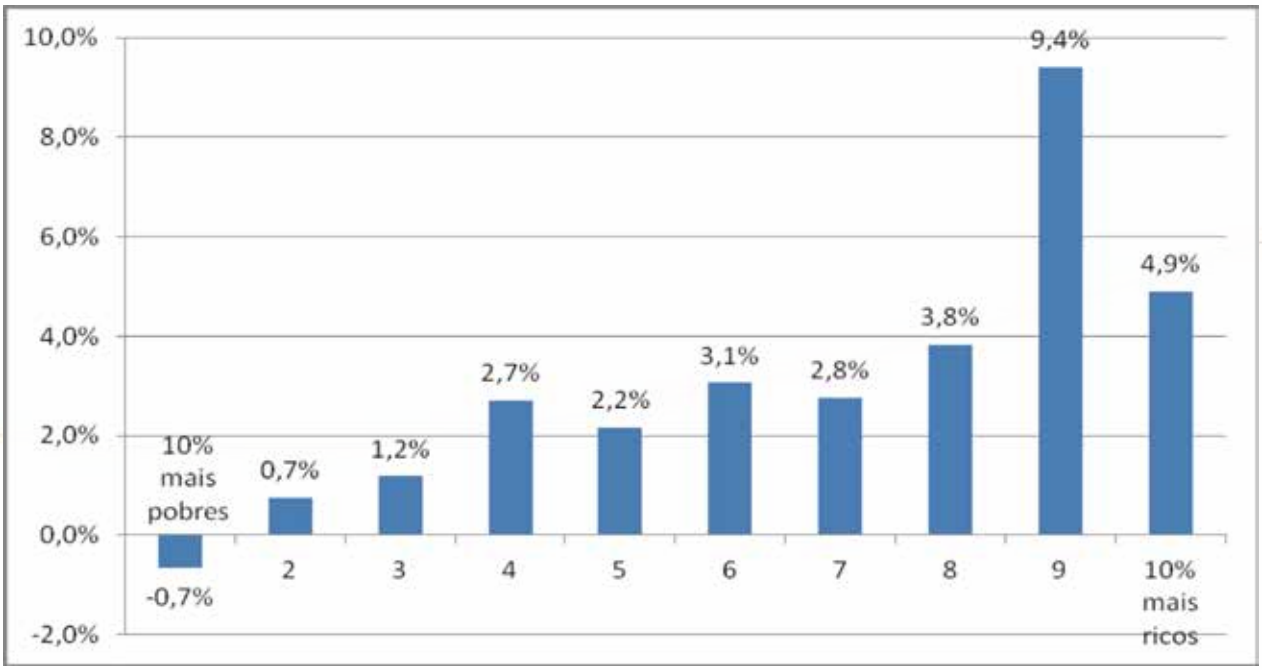
Gráfico 2.6.1 – Rendimento Médio Mensal Real Domiciliar per capita, Efetivamente Recebido no mês de Referência, a Preços Médios do Último ano – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

Outro ponto a destacar, é como esse aumento da renda per capita verificado no período 2016-2017 se manifestou nos diferentes extratos da população. Com a ajuda do Gráfico 2.6.2, observa-se como se deu este processo considerando os décimos da população cearense. No caso, verifica-se que a maioria dos décimos, com a exceção do primeiro, que agrega os 10% mais pobres, a taxa de crescimento do indicador foi positiva. No caso, o décimo que apresentou a maior evolução foi o nono, em que a Renda per capita cresceu em média 9,4% no período.

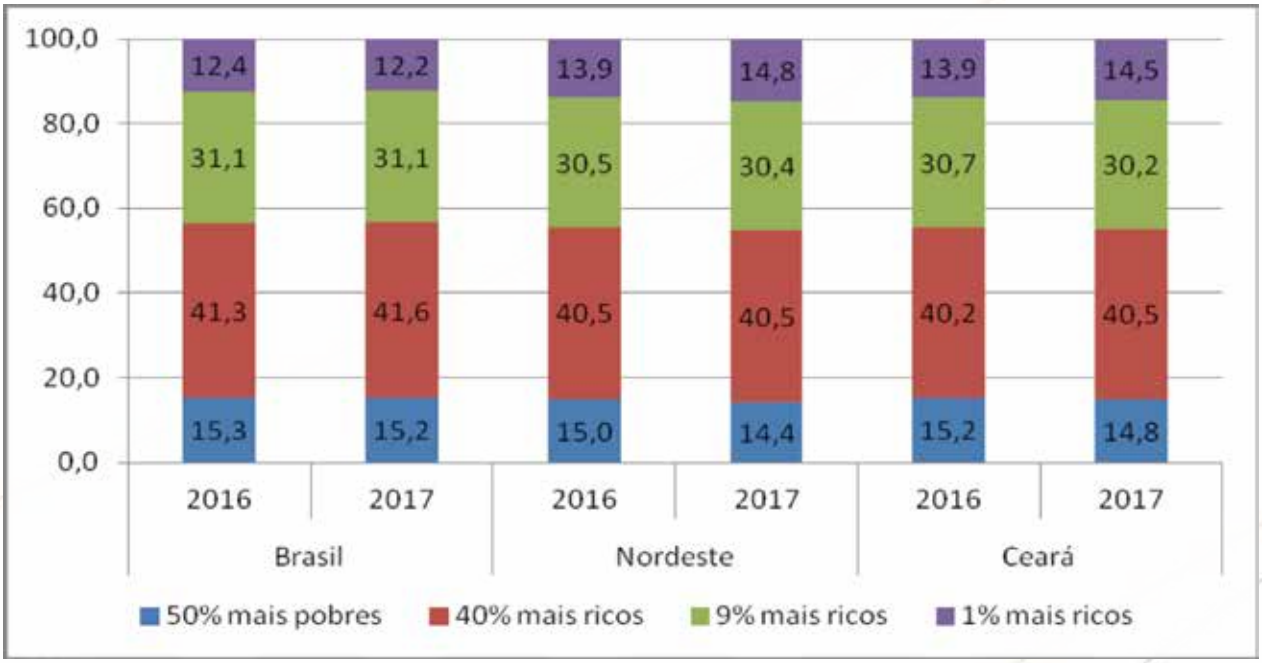
Gráfico 2.6.2 – Taxa de Crescimento Médio da Renda Domiciliar per capita por Décimos da Distribuição – Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

Essa dinâmica trouxe impactos sobre como se dá a acumulação da renda pelos estratos da população, como pode ser visualizado no Gráfico 2.6.3. No caso, verificam-se reduções nas fatias da renda acumulada pelos 50% mais pobre. Em contrapartida, o 1% mais rico apresentou crescimento na parcela apropriada da renda total da economia. Isso pode ser atribuído em parte, como mostrado anteriormente, ao crescimento mais elevado da renda per capita dos décimos mais ricos da população. Mais especificamente, em 2016, os 10% mais pobres acumulavam 15,2% da renda total, passando para 14,8% em 2017. No mesmo período, os 40% mais ricos elevaram a sua participação de 40,2% para 40,5%. Enquanto que os 9% mais ricos reduziram de 30,7% para 30,2%, os 1% mais ricos ampliaram de 13,9% para 14,5% sua participação entre 2016 e 2017.

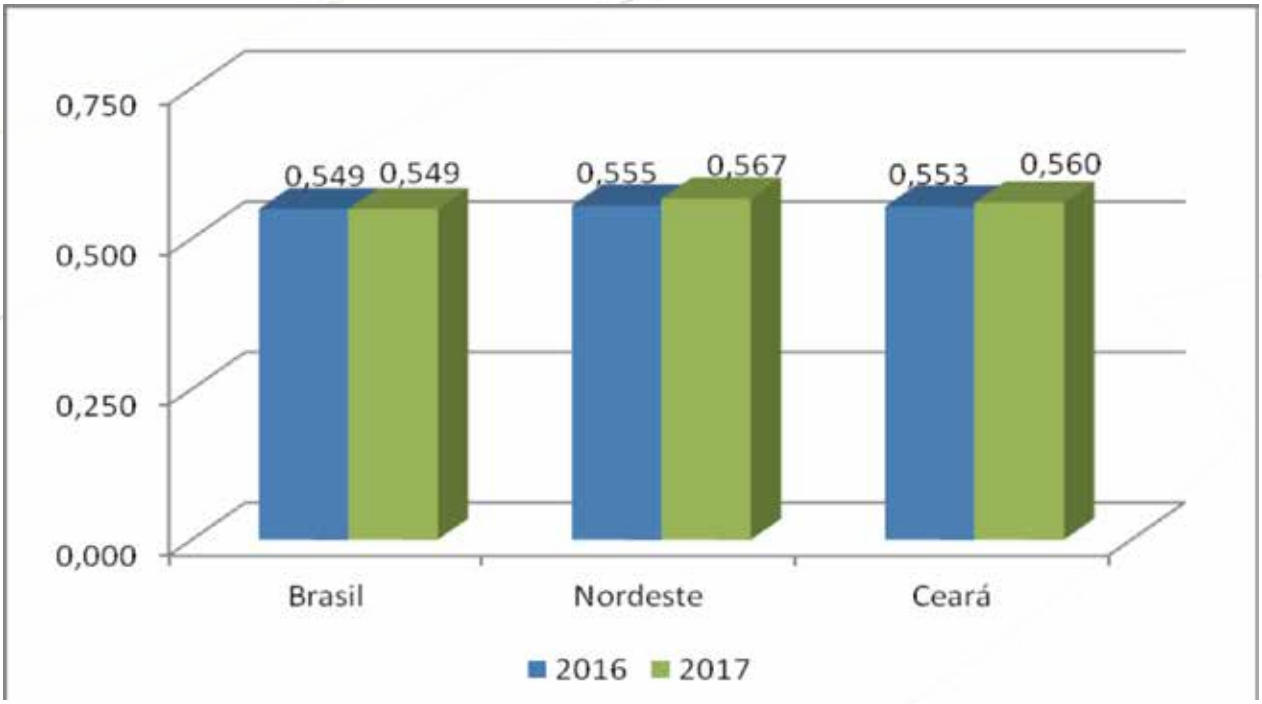
Gráfico 2.6.3 – Renda Acumulada por Estratos da População – Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

Dessa forma, uma vez que os relativamente mais pobres estão reduzindo a sua participação na renda, é plausível esperar uma piora na distribuição geral da renda, medida pelo índice de Gini, conforme ilustra o Gráfico 2.6.4 .

Gráfico 2.6.4 – Índice de Gini da Renda Domiciliar per capita Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.

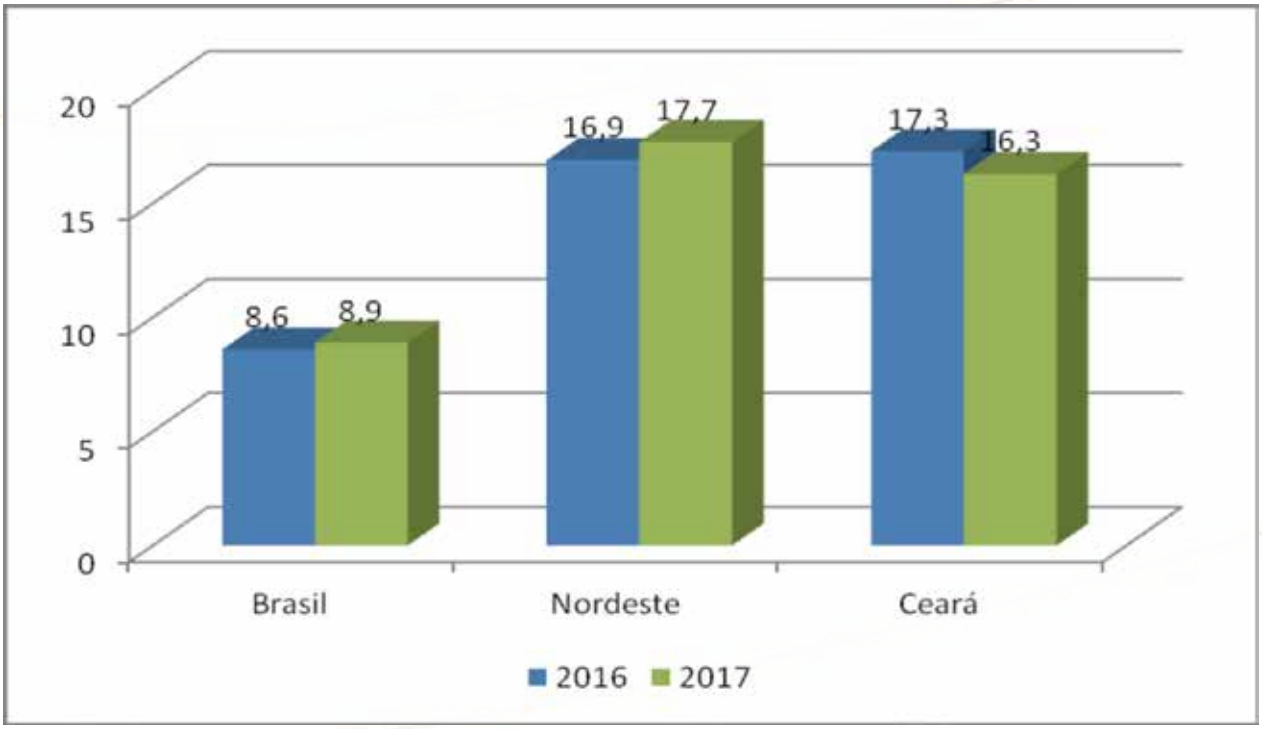


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece.

Como é possível perceber, o índice de Gini do Ceará aumentou durante o período considerado, passando de 0,553 em 2016 para 0,560 em 2017. Contudo, esse movimento ocorreu de modo similar na região Nordeste e no Brasil. Ademais, é importante salientar que, o valor do Índice expressa uma elevada concentração de renda no Brasil, no Nordeste e no Ceará, o que pode trazer repercussões negativas em termos do crescimento da economia e da qualidade de vida dos mais pobres.

Com relação aos indicadores de pobreza, no caso da proporção de pobres, o Gráfico 2.6.5 mostra que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha da pobreza caiu entre 2016 e 2017 no estado do Ceará. Passando de 17,3% para 16,3%. Esse resultado merece atenção, dado que esse movimento de redução da taxa de pobreza no Ceará não foi observado na região Nordeste e no Brasil, que apresentaram aumento em suas taxas. A proporção de pobres no Brasil aumentou de 8,6% em 2016 para 8,9% em 2017. A região Nordeste passou de 16,9% para 17,7% no mesmo período.

Gráfico 2.6.5 – Percentual de Pessoas com Renda Domiciliar per capita Abaixo da Linha da Pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.

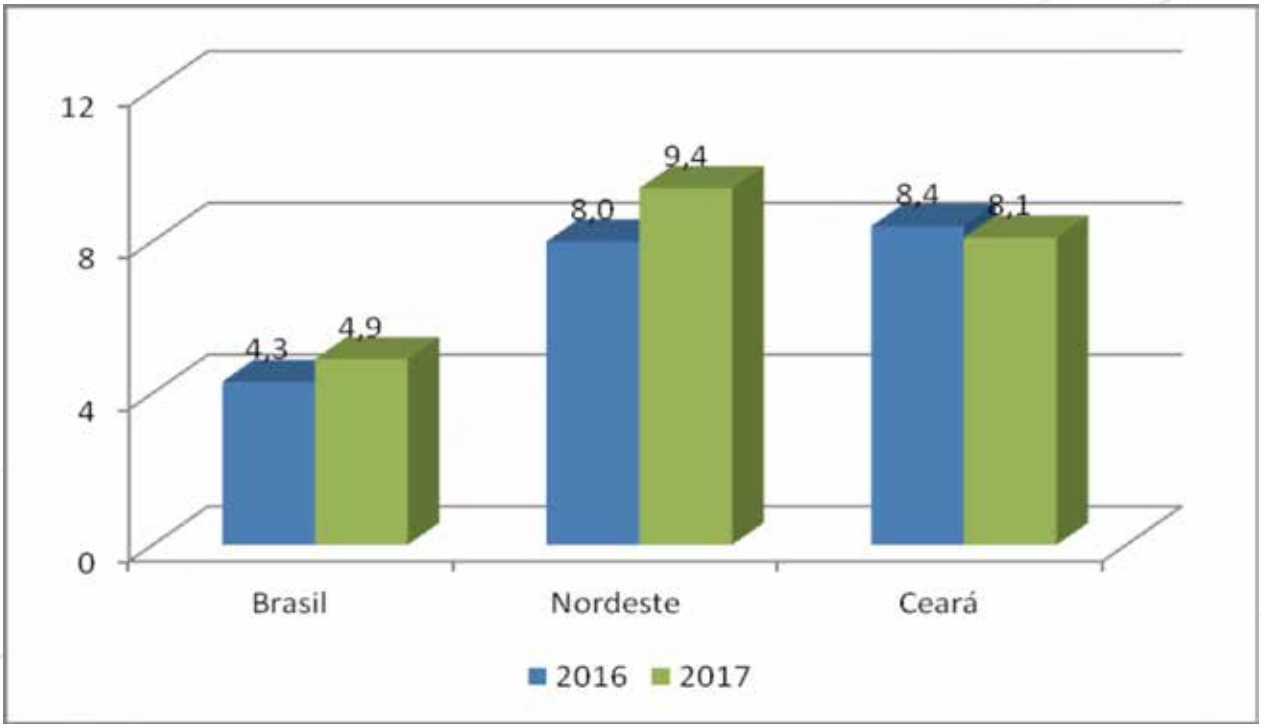


Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece. Nota: A linha de pobreza é igual a R$ 170,00.

De toda forma, o Ceará ainda apresenta um número considerável de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R$ 170. É importante salientar que esse percentual é compatível com o que se verifica para o Nordeste como um todo, mas ainda é consideravelmente superior à média brasileira.

Um comportamento similar a esse se verifica para o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha da extrema pobreza, ilustrada no Gráfico 2.6.6. No caso, em 2016, o Ceará apresentava 8,4% de sua população em situação de pobreza extrema, tendo esse percentual sido reduzido para 8,1% em 2017. Novamente, esse foi um importante resultado para o estado, já que o Ceará apresentou trajetória diferente à observada no Nordeste e no Brasil. Enquanto houve redução no indicador do estado do Ceará, a região Nordeste passou de 8% para 9,4% a proporção de pessoas em extrema pobreza entre 2016-2017. O Brasil passou de 4,3% para 4,9%, no mesmo período.

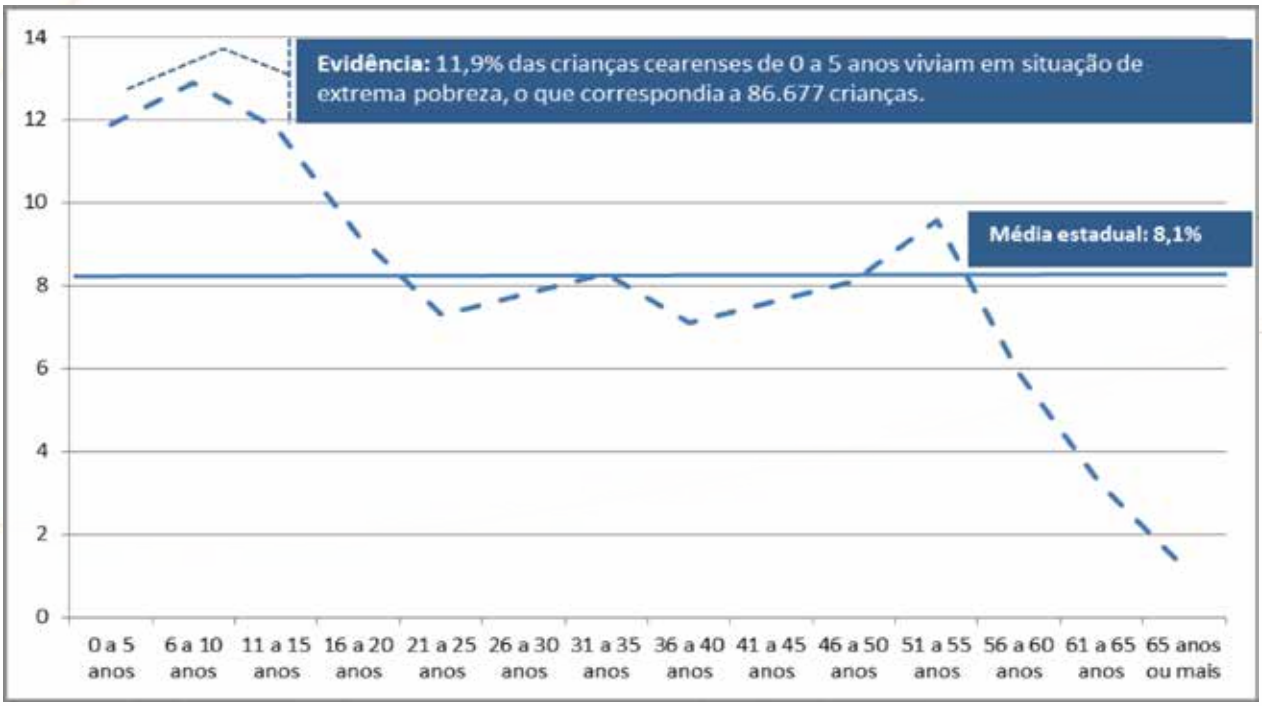
Gráfico 2.6.6 – Percentual de Pessoas com Renda Domiciliar per capita Abaixo da Linha da Extrema Pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: Ipece. Nota: A linha de extrema pobreza é igual a R$ 85,00.

Outra constatação importante acerca do problema da extrema pobreza diz respeito em que faixas etárias o problema se concentra no Ceará. O Gráfico 2.6.7 apresenta a proporção de pessoas em extrema pobreza por faixa etária no Ceará, considerando a linha de extrema pobreza estabelecida pelo governo federal e utilizada como critério para determinação dos valores transferidos pelo Programa Bolsa Família, de até R$ 85 per capita.

Gráfico 2.6.7 – Percentual de Pessoas com Renda Domiciliar per capita Abaixo da Linha da Extrema Pobreza por Faixa Etária – Ceará – 2017.



Fonte: PNADC/IBGE – 1ª visita. Elaboração Ipece.

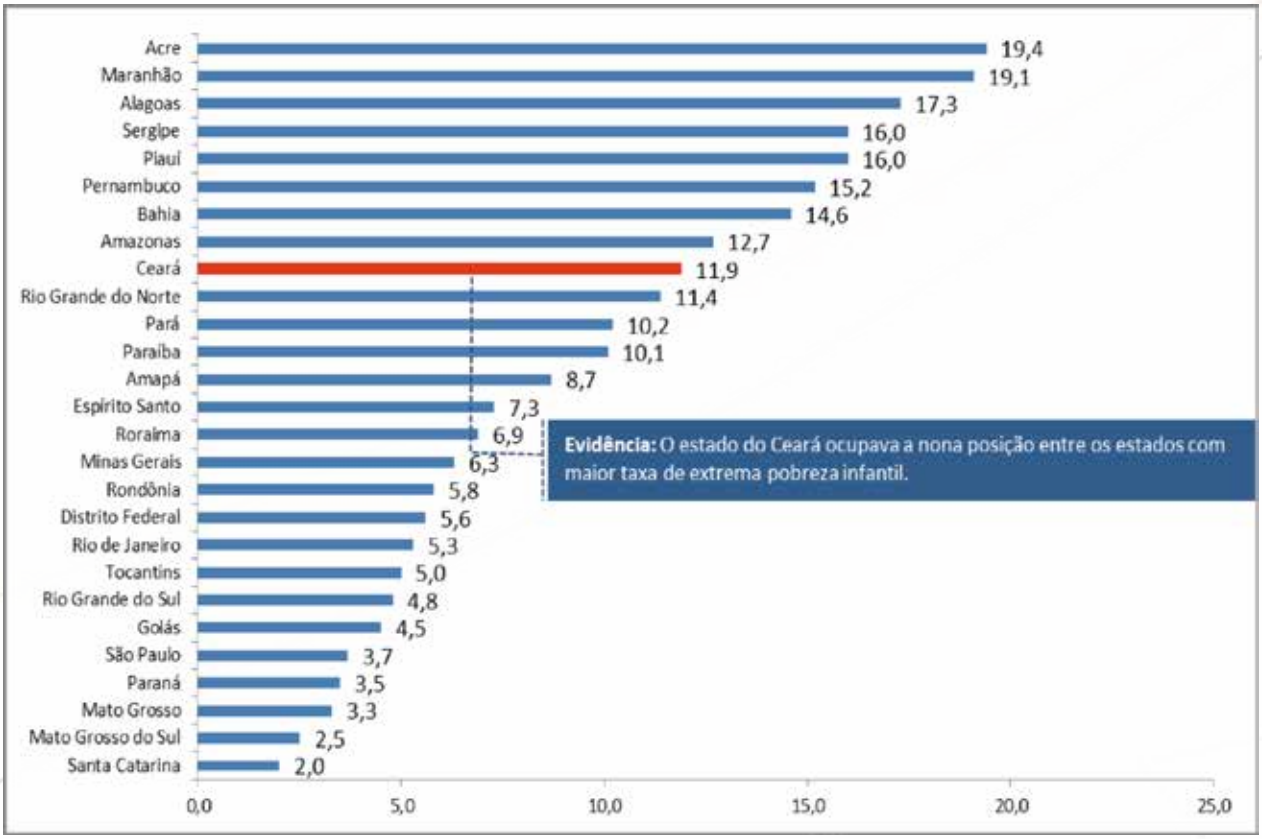
Apesar da melhoria dos indicadores econômicos e sociais na última década, ainda é elevada a proporção de pessoas em extrema pobreza no estado, com 8,1% da população cearense nessa condição. Mais preocupante ainda é o fato desse percentual ser ainda maior quando consideradas apenas as crianças na primeira infância, com idade entre 0 a 5 anos. Em termos absolutos, eram aproximadamente 87 mil crianças vivendo em extrema pobreza, em 2017, o que correspondia a 11,9% da população nessa faixa etária.

Esse resultado coloca o Ceará na nona posição entre os estados com maiores percentuais de crianças em extrema pobreza, em 2017. Considerando apenas os estados nordestinos, o Ceará ocupava a sétima posição. Apenas Paraíba e Rio Grande do Norte tinham taxas de extrema pobreza infantil inferiores à média cearense na região. Apesar de ainda estar entre os dez estados com maiores percentuais de extrema pobreza infantil, houve uma melhora

em relação ao ano anterior. Em 2016, o estado ocupava a sétima posição no ranking de pobreza infantil. Naquele ano, o estado do Ceará ficava na frente apenas de Alagoas, Piauí e Bahia, considerando apenas a região Nordeste.

O Gráfico 2.6.8, a seguir, apresenta o ranking das unidades da federação de acordo com o percentual de crianças em extrema pobreza na primeira infância. O estado com a maior taxa de pobreza infantil é o Acre, enquanto a menor é de Santa Catarina. Cabe destacar que dos dez estados com piores resultados, todos fazem parte das regiões Norte e Nordeste, evidenciando a elevada desigualdade regional brasileira. Destas regiões, apenas o estado do Tocantins está entre os 10 com menores taxas de extrema pobreza infantil, ocupando a oitava posição neste ranking.

Gráfico 2.6.8 – Percentual de Crianças em Extrema Pobreza por UF – 2017.



Fonte: PNADC/IBGE – 1ª visita. Elaboração Ipece.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

NOVAS IDEIAS, NOVAS CONQUISTAS.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

BIÊNIO 2016-2017

2

AVALIAÇÃO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

Com a visão de tornar o Ceará um Estado com Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida, o Plano Plurianual possui como desafios prioritários: garantir maior equidade social e regional; construir uma cultura de paz e qualidade de vida; gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza; recuperar e usar com sabedoria o meio ambiente, preservando-o para as futuras gerações; e promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

Para superar tais desafios, o Governo vem atuando na lógica da Gestão para Resultados e focando suas ações com o intuito de promover uma efetiva mudança nas áreas econômica, social, ambiental e de gestão. Para tanto, organizou suas ações em sete eixos estruturadores: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico, os quais se desdobram em resultados estratégicos a serem alcançados.

Dessa forma, os resultados estratégicos de governo expressam os grandes compromissos da gestão com a sociedade e, portanto, são sistematicamente monitorados a partir de seus respectivos indicadores.

A análise da evolução dos indicadores, visando aferir os avanços e evidenciar os desafios que ainda persistem para o governo estadual é de relevante importância para a tomada de decisões estratégicas, constituindo-se também como instrumento de transparência à atuação de governo.

Neste sentido, o presente capítulo apresenta, para cada um desses sete eixos, sua caracterização, o resultado estratégico esperado, seus respectivos indicadores e a análise de seu comportamento entre os anos de 2014 e 2017.

1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Uma das vertentes do eixo "Ceará da Gestão Democrática por Resultados" é a organização das ações governamentais, de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, de modo a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e cuja atenção encontra-se concretamente direcionada às necessidades dos cidadãos.

Neste sentido, busca-se garantir no estado o crescimento econômico constante; o equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário; bem como a redução de desigualdades das realidades sociais vigentes. Buscando concretizar tais propostas desde o momento inicial da gestão, tem sido possível trespassar desafios e orientar diretamente o foco aos resultados desejados.

O ponto de partida da Gestão Democrática, baseada no alcance de resultados, lastreia-se no planejamento estratégico, democrático, inclusivo e participativo. Além disso, em busca de eficiência, eficácia e efetividade, visa a pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes.

Um modelo que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, instigando a mudança de postura dos gestores públicos e a conscientização acerca dos compromissos pactuados. Isto condiciona o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

O êxito da implementação deste modelo pressupõe a integração de eixos estratégicos, a integração de processos, recursos, programas e produtos com os resultados, assim como a internalização e o compartilhamento de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação constante.

Deste modo, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade é possibilitado por meio de uma agenda governamental que reconheça e incorpore a importância da transversalidade dos temas, da intersetorialidade das ações e do desenvolvimento regional sustentável em seu sentido mais amplo, depreendendo a realidade como resultado de múltiplas variáveis, facetas e determinações.

A transição de iniciativas setoriais para arranjos intersetoriais e transversais contribui para uma administração pública eficaz e eficiente, podendo repercutir em todo o sistema social. Isto favorece o melhor desempenho dos atores públicos e a alocação técnica e adequada de recursos.

O planejamento regionalizado e descentralizado origina as condições para a construção de vetores econômicos interdependentes e corredores mais dinâmicos de atividades. Isto contribui para o desenvolvimento das aptidões regionais e eleva a eficiência sistêmica, rumo à ruptura da geração de pobreza e desigualdade.

Em sintonia com a política federal, o Governo Estadual reconhece a necessidade do fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle da sociedade, transparência e qualidade da gestão enquanto instrumentos para a efetiva democratização do Estado.

A qualificação da gestão pública, com o aprimoramento técnico e político dos processos de incorporação social e o adequado atendimento à população, permitirá ao Estado cumprir seu papel no fomento ao desenvolvimento e, assim, contribuir para a superação das desigualdades.

O diálogo entre governo e sociedade deve assegurar a participação popular no processo decisório e na gestão das políticas públicas; propiciar maior transparência; aprimorar o acesso a essas políticas; disponibilizar e divulgar as informações acerca das mesmas. Nesta cultura de aproximação entre governo e sociedade, dois instrumentos de controle social assumem protagonismo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. Estes dispositivos contribuem para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

Um Estado transparente e comprometido com a participação social fortalece a idoneidade na gestão fiscal, a racionalização e o controle da qualidade dos gastos. Assim, busca aproximar-se de suas metas e ações finalísticas e da execução de seu planejamento estratégico.

Com isso, o Governo busca qualificar seu desempenho de planejamento e gestão, de modo a aprimorar o processo de monitoramento e avaliação de suas ações, a partir do desenvolvimento das seguintes políticas: Gestão Fiscal; Planejamento e Gestão; Transparência e Controle; e Participação Social.

Resultado Estratégico: Serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Índice de concentração regional dos investimentos públicos (ICI)	índice	1,22	0,93	0,93	0,94
Despesa de pessoal do poder executivo /receita corrente líquida	percentual	44,09	45,93	40,68	42,45
Despesa finalística empenhada/despesa total	percentual	37,5	31,62	31,01	37,31
Investimento/receita corrente líquida	percentual	24,1	15,89	12,18	13,89
Nível de endividamento (dívida consolidada líquida/receita corrente líquida)	proporção	0,42	0,62	0,44	0,46

Fontes: Ipece, Seplag e Sefaz.

Pela metodologia do indicador "Índice de Concentração Regional dos Investimentos Públicos Realizados pelo Governo do Ceará (ICI)", os investimentos públicos na Grande Fortaleza estão relativamente menos concentrados do que a população, quanto mais próximo seu valor estiver de 0 (em termos per capita, os investimentos na Grande Fortaleza são menores do que a média do Estado).

Em termos populacionais e econômicos, há uma forte concentração na região de planejamento da Grande Fortaleza, onde em 2017 residiam 44,92% da população cearense, enquanto que o Produto Interno Bruto (PIB) equivalia, em 2015, (último dado disponível) a um percentual da ordem de 64,94%.

Pelos dados apresentados do ICI para o período de 2014 a 2017, verifica-se que nos últimos três anos o Ceará desconcentrou investimentos públicos em favor do interior do Estado, sinalizando um esforço do governo estadual em desconcentrar os investimentos públicos. Se esse direcionamento for mantido ao longo do tempo, então, será possível vislumbrar no futuro uma redução consistente das disparidades históricas existentes entre o entorno da capital do Estado e as demais regiões do Ceará, sem perda de crescimento para a região da Grande Fortaleza.

No que se refere à análise fiscal, o resultado do indicador "Despesa de Pessoal do Poder Executivo/Receita Corrente Líquida" em 2017 é superior ao percentual observado em 2016, em função de receitas não recorrentes executadas nesse último ano, como a repatriação de recursos não declarados e a expressiva arrecadação, embora atípica, do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Ao final de 2017, o Poder Executivo atingiu o percentual de 42,45%, abaixo do limite de alerta definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que é de 43,74% da Receita Corrente Líquida.

Em relação ao indicador "Despesa Finalística Empenhada/Despesa Total", este também apresentou em 2017 um percentual de execução superior ao de 2016. Diversos fatores contribuíram para tanto, destacando-se o crescimento do custeio nos programas finalísticos, elevação dos investimentos e alocação das despesas de pessoal no orçamento dos programas finalísticos, a fim de desenvolver um centro de custo que resulte em informações fidedignas para o controle gerencial e a tomada de decisão.

Os fatores acima destacados, com ênfase na migração da despesa com pessoal da Secretaria da Educação (Seduc) para os programas finalísticos, evidenciam a tendência positiva para uma maior execução das despesas finalísticas em relação à despesa total executada pelo Estado.

No campo dos investimentos, o valor referente ao "Investimento/Receita Corrente Líquida (RCL)" apresentou em 2016 uma queda em relação à série histórica. Contudo, aumentou novamente em 2017 em 1,71 pontos percentuais em função do crescimento dos investimentos na ordem de 13,59%, com destaque para o Projeto São José III, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), associada à redução da RCL em 2017 comparativamente a 2016, quando houve registro de receitas atípicas, como na repatriação de recursos não declarados e na arrecadação do ITCMD.

Por fim, acerca do nível de endividamento do Ceará, observa-se que em 2016 e 2017 atingiu-se um patamar abaixo do que foi registrado em 2015, indicando que a política de investimentos do Estado vem sendo conduzida em um ambiente de sustentabilidade. A representatividade dos investimentos realizados com recursos do Tesouro perante a Receita Corrente Líquida coloca o Ceará em posição de destaque perante os demais Estados da federação.

O Ceará e o Governo Federal possuem um termo de entendimento técnico, por meio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que procura manter o controle do endividamento público. A intenção é que dívidas elevadas não comprometam a receita futura com o pagamento de encargos, o que inviabilizaria a qualidade dos gastos públicos com serviços prestados à população.

2. CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se na articulação de um conjunto de políticas públicas pautado na inclusão social das classes excluídas da sociedade, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos e civis.

Estas políticas se conjugam no firme propósito de ampliar o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. Com o fortalecimento de uma ação pública pautada no acolhimento, o Governo passa programaticamente a assumir o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária segura, inclusiva e que resguardem direitos sociais.

Assim, o acolhimento torna-se um dos principais eixos da política deste Governo, como condição primordial para se avançar no desenvolvimento social, econômico, político e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, na política governamental, o acolhimento eleva o diálogo como norte do entendimento, firmando o compromisso de responder às necessidades e assegurar os direitos de todos os cearenses.

A presente gestão, em sintonia com os governos federal e municipais, com entidades representativas, categorias profissionais, organizações e setores sociais, orienta suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento de lutas históricas. Tal quadro apresenta-se como legado do processo de redemocratização do país com a conquista dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação cidadã, a exemplo dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros mais, bem como ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

Na esfera do Eixo Ceará Acolhedor, enquadram-se as políticas públicas de Assistência Social; Habitação; Inclusão Social; Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional.

Resultado Estratégico: Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, com prioridade aos segmentos vulneráveis.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita)	percentual	-	-	48,4[1]	47,7[1]
Percentual de extremamente pobres (<R$ 85 per capita)	percentual	-	-	8,4 [1]	8,1[1]
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	percentual	-	-	28,8 [1]	29,4[1]
Percentual de domicílios com insegurança alimentar[2]	percentual	ND	ND	ND	ND
Déficit Habitacional	número	283.102	300.752	ND	ND

Fontes: Ipece e SCidades
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD-Continua, não comparável aos valores calculados a partir das PNAD's anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[2] O último dado disponível do indicador é de 2013, quando registrou o valor de 35,5%.

Para determinar na população o quantitativo de pobres e não pobres sob a ótica monetária, é necessário optar por uma linha de corte, e a sua escolha se deve muitas vezes ao valor adotado administrativamente nas políticas. O Estado do Ceará, por meio da Lei Complementar Nº 37, de 26/11/2003, criou um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade consiste em viabilizar, para a população pobre e extremamente pobre do estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, denominado de Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), que classificou administrativamente pobre, pela ótica monetária, as pessoas vivendo com menos que ½ (meio) salário mínimo per capita, que em 2017 representou 47,7 % da população do estado.

No Brasil, diferentes linhas são adotadas e utilizadas administrativamente, tais como as linhas do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), de R$ 85,00 (pobreza extrema), e a linha do Benefício de Prestação Continuada (BPC), definida como o rendimento domiciliar per capita abaixo de ¼ (um quarto) de salário mínimo. A partir do critério utilizado pelo Programa Bolsa Família e pelo Plano Brasil Sem Miséria no Ceará, em 2017, 8,1% dos cearenses viviam em situação de extrema pobreza.

Em conformidade com o tamanho do problema, destaca-se a criação, em 2017, do Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil no Ceará (Lei Nº 172/2017). A partir de então, as famílias que devem ser atendidas com prioridade são as que residem no Ceará e que tenham renda per capita de até R$ 85,00, sem levar em consideração valores recebidos de outros auxílios, como Bolsa Família e Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Além disso, nessas casas devem morar crianças de zero anos a cinco anos e onze meses, e as famílias devem estar inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais, além de terem sido selecionadas pelo índice de vulnerabilidade econômica do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Dentre as diversas ações destaca-se o "Cartão Mais Infância Ceará", que foi regulamentado pela lei de Nº 16.360, do dia 30 de novembro de 2017, e lançado em 11 de dezembro desse ano como um benefício de transferência de renda para famílias cearenses com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social.

Além do tamanho da pobreza no estado, é preocupante também o tamanho da proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham, conhecidos como "nem-nem". Ao longo do período analisado, este percentual vem aumentando consideravelmente. Em 2016, esta proporção era de 28,8% e, em 2017, aumentou para mais de 29%. Com tal indicador aumentando de forma alarmante, o Governo do Estado vem realizando estudos para a implementação de um plano de ações específicas para esse público que consigam reverter de forma efetiva este crescimento.

Falar de pobreza também sugere falar da fome e da insegurança alimentar e nutricional. A existência de diferentes indicadores na literatura para retratar a questão da segurança alimentar é, antes de tudo, reflexo da complexidade de tal conceito. O IBGE incorporou na forma de suplemento da PNAD, nos anos de 2004, 2009 e 2013, a questão da segurança alimentar e nutricional do Brasil e dos estados baseado na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Esse indicador mediu para a população brasileira o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas no país.

Em 2013, a pesquisa registrou que 35,5% dos domicílios particulares no Ceará apresentaram algum tipo de insegurança alimentar e nutricional (leve, moderada ou grave). Comparativamente à pesquisa anterior (ano de 2009), tal patamar representou uma queda no indicador de 12,6 p.p em relação a 2009 (48,1%).

O indicador "Déficit Habitacional" representa a necessidade de construção de novas moradias para solucionar a falta de habitação. Seu cálculo é realizado pela soma de quatro componentes: habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano, e adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados.
A metodologia de cálculo do déficit habitacional vem sofrendo alterações ao longo do tempo para incorporar críticas e sugestões, levando em conta a viabilidade técnica e a contribuição para a obtenção de resultados mais fidedignos. Os dados de déficit habitacional de 2015 publicados em 2017 no estudo "Déficit Habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares" foram produzidos pela Fundação João Pinheiro (FJP), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

A análise das primeiras estimativas do déficit habitacional no Brasil, em 2015, aponta para um aumento nos números total e relativo em relação a 2014. Além disso, revela também que o peso relativo do fator ônus excessivo com aluguel na composição do déficit habitacional vem crescendo nos últimos anos, tendo superado a marca dos 50%.

No Estado do Ceará, o déficit total, em termos absolutos, é de 300.752 habitações, sendo 222.504 delas urbanas e 78.248 rurais. Já o déficit relativo de habitações representa 10,8% do total de habitações do estado. A composição do déficit estadual é formada por 23,9% de habitações precárias; 24% de coabitação familiar; 47,4% de ônus excessivo de aluguel; e 4,8% de adensamento excessivo.

3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Eixo Ceará de Oportunidades integra os temas representativos das bases de sustentação econômica do desenvolvimento no Ceará. Nesta esfera, as políticas estruturadas buscam responder aos desafios da economia estadual mediante objetivos estratégicos que visam promover o crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento territorial, bem como gerar mais emprego, renda, riqueza e trabalho emancipado.

A estratégia de crescimento econômico pressupõe novos arranjos e impulsos produtivos, bem como o melhor esclarecimento, consolidação ou recuperação dos fatores que determinaram o ritmo de desempenho da economia cearense e possibilitam-na estar posicionada acima da média da economia nacional.

Nas díspares condições do desenvolvimento desigual, a possibilidade de captação de projetos sustentáveis de investimento mais complexos se mantém entre os fatores que sinalizam a dinamização da economia cearense. Entre os entraves, a redução do crédito e o declínio do emprego são aspectos que demandam novas estratégias.

Estas variáveis podem influenciar o desempenho de diversos setores da economia. É notável, por exemplo, reconhecer a crise hídrica e seus efeitos negativos sobre o ramo agropecuário em seis anos de seca. A forte queda na produtividade da área, bem como as repercussões no crescimento industrial e de serviços, são fatores a serem considerados nesta análise conjuntural.

Não bastasse, prevaleceu o reconhecimento de que o atual modelo de fomento ao crescimento econômico, fundamentado na atração de empreendimentos e na concentração de grandes projetos, em especial na Região Metropolitana de Fortaleza, tenderia a ampliar a desigualdade regional. Desse modo, destaca-se o desafio da propagação da equidade social e regional. Neste sentido, o Governo Estadual adotou, como primeira estratégia, o mapeamento do Estado em 14 Regiões de Planejamento. Esta divisão possibilitou priorizar as estratégias de política e a atuação regionalizada dos Programas do PPA, por exemplo. A divisão regional em 14 áreas resultou em um conhecimento mais específico dos gargalos regionais.

Em última instância, a interiorização está sendo articulada rumo a um processo de desenvolvimento econômico fortemente atrelado ao desenvolvimento territorial. No que permeia a segunda estratégia, esta iniciativa consistiu no propósito de gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, tratando de ampliar as ações governamentais no sentido de incorporar a totalidade das forças produtivas.

Como foco desta estratégia, primeiramente ressalta-se a ampliação da dimensão e do número de empresas que fazem uso de tecnologias e que, ao mesmo tempo, não geram prejuízo ao aumento de postos de trabalho. Delas, aproveita-se o potencial gerador de oportunidades e a atratividade tecnológica com vistas ao desenvolvimento regional.

O segundo foco é a geração apoderada de trabalho emancipado, que reflete o movimento de economia solidária como uma alternativa nas relações sociais de produção e se consolida enquanto uma estratégia de sustentação econômica para o desenvolvimento A consequência é a redução dos elementos intermediários na distribuição de renda e o fomento à geração desconcentrada de riqueza

As políticas estaduais que contemplam o Ceará de Oportunidades articulam-se nos temas: Agricultura Familiar e Agronegócio; Indústria; Serviços; Infraestrutura e Mobilidade; Turismo; Trabalho e Renda; Empreendedorismo; Pesca e Aquicultura; e Requalificação Urbana.

Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de crescimento do PIB (%)[1]	percentual	4,18	-3,42	-5,33	1,87
PIB per capita (R$)[1]	R$	14.255	14.669	14.663	15.281
Participação PIB Ceará/PIB Brasil[1]	percentual	2,18	2,18	2,10	2,10
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil[1]	proporção	0,50	0,50	0,48	0,48
Índice de Gini da renda domiciliar per capita	índice	-	-	0,55[2]	0,56[2]
Razão PIB Interior/Grande Fortaleza[3]	proporção	0,54	0,54	ND	ND
Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza	proporção	0,46	0,46	0,48	ND
Razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total	percentual	-	-	48,4[2]	48,3[2]
Participação do Ceará nas exportações brasileiras	percentual	0,65	0,55	0,70	0,97
Valor das exportações cearenses (US$ Milhão (FOB)	US$ milhão FOB	1.471,11	1.045,78	1.294,13	2.102,68

Fonte: Ipece
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Há uma defasagem de 2 anos no cálculo do PIB Regional realizado pelo IBGE. Os anos de 2016 e 2017 são previsões realizadas pelo Ipece.
[2] Informação atualizada pela PNAD-Continua, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[3] Existem dois anos de defasagem para a divulgação do PIB municipal pelo IBGE. A divulgação anual é sempre realizada em dezembro, sendo que não existem previsões calculadas para o PIB municipal.

O PIB do Ceará, que representa o somatório dos valores adicionados dos setores da agropecuária, indústria e serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios, registrou um crescimento real de 1,87%, em 2017 com relação ao ano de 2016, mantendo uma participação de 2,10% da economia brasileira. Este resultado elevou o PIB per capita do Ceará, passando de R$ 14.663 reais, em 2016, para R$ 15.281 reais, em 2017, representando 48% do PIB per capita do Brasil.

O crescimento do PIB cearense em 2017 consolida o momento de recuperação da economia após o registro de queda em anos consecutivos, 2015 e 2016, decorrentes da crise macroeconômica. Dentre os setores da economia, a agropecuária foi o setor que apresentou maior crescimento, 28,9%, beneficiada pelas chuvas dentro da média histórica. O setor de serviços cresceu 1,09%, beneficiado pelo crescimento de 3,21% na atividade do comércio. Já o setor da indústria apresentou queda de 0,64%, influenciada pela queda de 4,22% na atividade da construção civil. Por outro lado, o crescimento de 2,74% na indústria de transformação mostra a recuperação da indústria tradicional cearense.

Em relação ao comércio exterior, as exportações cearenses estão ganhando um maior destaque no cenário nacional nos últimos anos. Esse fato deve-se à estrutura que o Porto do Pecém possui em operar um grande volume de cargas. Outro fator impactante foi o início das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), iniciando em agosto de 2016.

Diante desse contexto, a participação das exportações cearenses no total das exportações brasileiras apresentou crescimento, passando de 0,55%, em 2015, para 0,70%, em 2016, e 0,97% em 2017. O crescimento das exportações cearenses foi de 62,5% em 2017, comparado ao ano de 2016. Ressalte-se que esse valor foi recorde, ultrapassando o montante de US$ 2 bilhões. Esse resultado foi influenciado principalmente pelas exportações da CSP, que passou a liderar a pauta de exportação do estado. As vendas externas de calçados e suas partes também contribuíram para esse desempenho positivo das exportações cearenses nesse período.

Como resultado das mudanças ocorridas na conjuntura econômica nacional, o estoque de vínculos formais de empregos apresentou sua primeira baixa no ano de 2015, ao registrar queda de 0,6% comparada ao ano anterior. Assim, o estado finalizou esse ano com um total de 1.542.759 vínculos formais de trabalho, dos quais 68,50% lotados na região da Grande Fortaleza e outros 31,50% no Interior. Isso foi resultado de uma perda mais acentuada de vagas de empregos formais na primeira região (0,9%) comparado ao Interior, que registrou uma perda de vínculos de apenas 0,1%, ambos comparados ao ano de 2014.

Em 2016, a crise nacional se intensificou bastante, resultando em mais fechamento de postos de trabalhos formais. A queda registrada no total de vínculos formais foi de 6,4%, comparada a 2015, com o estado do Ceará finalizando o ano com um estoque de empregos formais de 1.443.365 vínculos. Nota-se que a capital cearense apresentou uma queda bem mais significativa, de 7,4%, resultando em perda de participação para 67,79%, enquanto o Interior registrou uma queda de 4,3%, mas ganhando participação no estoque total de empregos no estado para 32,21%. Com isso, a razão de empregos formais do interior/ Grande Fortaleza aumentou de 0,46, em 2015, para 0,48, em 2016.

Esses números revelam que a crise afetou fortemente o mercado formal de trabalho cearense, mas de forma mais expressiva os empregos formais localizados na região da Grande Fortaleza, cujos reflexos se deram diretamente sobre o aumento do indicador de razão de empregos formais/Grande Fortaleza.

Em suma, a maior participação dos empregos no interior do estado deve-se, primeiro, à forte perda de participação dos empregos da Grande Fortaleza, e também pela maior criação de empregos no interior do estado, revelando nítida desconcentração espacial dos vínculos formais de trabalho na economia cearense.

Para medir o nível de desigualdade social de uma região, um dos índices mais utilizados é o índice de Gini da renda domiciliar per capita. Este mesmo mede o nível de concentração da renda de uma determinada população, variando em um intervalo de zero a um, onde zero equivale à máxima igualdade, e um equivale à máxima desigualdade de renda. De acordo com os dados apresentados, o índice de Gini da população cearense chegou a 0,56 em 2017, superior ao valor apresentado em 2016 (0,55), mostrando que ainda existem grandes desafios para alcançar níveis satisfatórios de maior proximidade entre aqueles mais vulneráveis e os detentores de maior riqueza no Ceará.

Considerando a razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total no estado, observa-se que esta razão não obteve grandes variações, mantendo-se relativamente constante ao longo do período analisado. Desta maneira, a renda rural representa um pouco menos da renda cearense total.

4. CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará tem 86,8% de sua área na região climática do semiárido brasileiro. Este perfil sugere um risco de seca 60% mais significativo e prolongado. Tal fato reflete-se sobre toda a população, requerendo medidas que aprimorem a convivência com o ambiente, bem

como minimizem seus impactos ambientais, sociais e produtivos. Deve-se então considerar as múltiplas alternativas e estratégias voltadas ao acesso aos recursos naturais e bens fundamentais articulados aos consideráveis atributos potenciais do bioma caatinga.

Apesar desse quadro restritivo de padecimento ante às desigualdades sociais, são múltiplas as alternativas e estratégias possíveis, algumas construídas com o protagonismo popular e adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e bens fundamentais. As inovações em tecnologias sociais, atreladas às técnicas e estratégias de convivência com o semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se converterem em possibilidades efetivas de aumento da renda e melhoria na qualidade de vida de milhões de cidadãos afetados cotidianamente com a seca.

Somente por meio do fortalecimento de políticas públicas de convivência com o semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se das potencialidades do bioma caatinga e de sua ampla e única biodiversidade funcional: forrageira, medicinal ou madeireira, para promover o pleno desenvolvimento sustentável em todo o seu território.

Nesta perspectiva, em julho de 2017, o Governo Estadual instituiu o Pacto pelo Ceará Sustentável, que, por sua abrangência e transversalidade, tende a conquistar uma destacada posição nas ações voltadas para o desenvolvimento inclusivo no estado do Ceará, com o objetivo de planejar e monitorar, de forma sistêmica e integrada, as políticas socioambientais realizadas em conjunto com outras instituições. Além disso, pretende articular ações na gestão de recursos hídricos, na convivência com o Semiárido, no saneamento básico e nas energias renováveis.

Resultado Estratégico: Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Índice de qualidade do meio ambiente (IQM)	índice	60,4	49,8	52,0	42,0
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	52,66	52,95	53,45	53,49
Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR	número	7	21	21	21
Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará	percentual	39,00	41,58	41,58	46,04
Percentual de cobertura vegetal	percentual	ND	57	58	59

Fonte: Ipece, SCidades, Cogerh, Seinfra e Sema.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.

O Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM) identifica a existência de iniciativas municipais relacionadas à correta captação, separação e destinação dos resíduos sólidos urbanos gerados. Os municípios que atendem a todos os requisitos que compõem o índice de qualidade alcançam a pontuação máxima de 1,0 ponto. Já aqueles que não atendem a nenhum dos requisitos têm pontuação 0,0 (zero). O resultado para o Estado é obtido pela soma da pontuação obtida por cada município, e pode variar de 0,0 a 184,0. Quanto mais elevado for o resultado estadual (mais próximo de 184), maior é o indicativo de que os municípios têm, em conjunto, desenvolvido ações corretas no tratamento dos resíduos sólidos, melhorando a qualidade do meio ambiente local e de todo o Ceará.

Os resultados para o IQM observados desde 2014 revelam um escore que tem se mantido baixo para o indicador, alcançando nesse mesmo ano um pico de apenas 60,4 pontos, o que representa menos da metade do escore máximo. Nos últimos anos, o indicador tem oscilado e registrou em 2017 o mais baixo valor da série, apenas 42,0. Os resultados indicam recuo e insustentabilidade das iniciativas municipais voltadas à melhoria do meio ambiente, pelo menos em relação àquelas que são observadas no índice. De fato, a grande maioria dos municípios não tem atendido ao conjunto dos requisitos estabelecidos nos anos recentes, o que sinaliza a necessidade de ações mais efetivas direcionadas ao tratamento dessa situação.

O indicador "População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos" registrou em 2017 o percentual de 53,49%. O incremento observado no período 2014-2017, pode ser atribuído, principalmente, ao crescimento vegetativo da população, uma vez que nesse período o Estado não disponibilizou novas estruturas para a destinação adequada dos resíduos sólidos. Vale ressaltar, no entanto, que, em 2016, o principal fator de incremento deste índice foi o fato de que o município de Santana do Acaraú começou a destinar seus resíduos ao aterro de Sobral, e que o aterro sanitário de Brejo Santo passou a operar com licença ambiental, o que resultou na melhoria do indicador.

O Estado tem empreendido esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana do interior por meio da construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR). Essas Centrais atenderão aos consórcios públicos municipais denominados Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral (CGIRS-RMS) e Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte (Comares-UL). Serão beneficiados 28 municípios com a destinação e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de construção civil e de serviço de saúde. No final de 2017, a CTR de Sobral se encontrava com obras em execução (45,31%) e a CTR de Limoeiro do Norte estava em fase final de licitação.

Além disso, o Ceará vem desenvolvendo iniciativas de fomento à implementação da coleta seletiva no Estado, disponibilizando aos municípios um projeto-padrão de Centrais Municipais de Reciclagem (CMRs) que possibilitam a destinação adequada aos resíduos passíveis de serem reinseridos no sistema produtivo.

Na perspectiva hídrica, há o indicador "Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do Índice de Qualidade da Água de Reservatórios (IQAR)", calculado inicialmente nos sete reservatórios estratégicos que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza e expandido para todos os vinte açudes da Bacia Metropolitana, além do Castanhão.

A aplicação deste índice mostrou-se bastante promissora, uma vez que retrata bem a real qualidade da água observada nos reservatórios. O grande objetivo nos próximos anos é aplicar uma versão regionalizada para todos os reservatórios monitorados.

No tocante à matriz energética do Ceará, em 2016, o percentual de participação das energias alternativas atingiu a marca de 41,58% devido à conclusão de obras de parques eólicos, bem como ao incremento da participação da geração distribuída, notadamente no setor de energia solar fotovoltaica. Em 2017, foi notório um leve incremento de unidades geradoras de energia, especialmente por meio das fontes eólica e solar, porém ainda representam apenas 46,04% de toda a capacidade de geração de energia elétrica no Estado.

A respeito da preservação ambiental, o "Percentual de Cobertura Vegetal" tem como base os dados publicados no Inventário Florestal Nacional realizado no Ceará. O estudo compreende o levantamento da situação das florestas do território cearense, com relação à cobertura vegetal, área de floresta e percepção do uso das florestas pelas comunidades. O levantamento apontou que nos anos de 2014-2015, 57% do território cearense estava coberto por vegetação florestal, ou seja, 84.830,82 km². Nesta perspectiva, foi estabelecido como meta o incremento da cobertura vegetal em torno de 1% ao ano, considerando projetos e ações previstos no planejamento estadual.

Neste sentido, em 2017, a partir da efetivação das ações de florestamento e reflorestamento, foi realizado o monitoramento por meio de sensoriamento remoto, constatando-se o alcance dos 59% esperados para o ano.

5. CEARÁ DO CONHECIMENTO

O conhecimento incorporado por uma sociedade é determinante para seu desenvolvimento econômico, compreendendo distribuição de riqueza inclusiva às camadas historicamente excluídas. Neste sentido, o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento da riqueza atrelado à redução da desigualdade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento é um dos instrumentos mais relevantes de transformação. Nessa construção, manifesta-se como motor eficaz e proeminente na geração da riqueza e na inclusão social.

A missão do Governo é, portanto, assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade. O compromisso central do Plano Plurianual 2016-2019 é lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará.

Esta proposta visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia inovadora do século XXI, alavanca para um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há algumas décadas. Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o acesso ao conhecimento, à cultura e à educação para todas as classes e camadas sociais.

As ações que envolvem a construção do conhecimento dispõem de um amplo espectro; do ensino básico à pesquisa e inovação, passando pela cultura, pela economia criativa, pela educação profissional e qualificação do trabalhador. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão alcançam praticamente todos os aspectos da vida social: do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado; do aprimoramento do exercício da cidadania até um apoderamento mais equânime e generalizado dos bens culturais e da riqueza material.

Portanto, trata-se aqui da determinação clara de um projeto para o Ceará, baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento, da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isso se traduz, nessa dimensão, em um desafio a ser enfrentado de forma conjunta, pelo Estado e pela Sociedade. Outras tarefas, igualmente decisivas, estão

conectadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Profissional e à Cultura.

Neste sentido, a construção de um Ceará mais próspero e justo passa pelo delineamento de estratégias que sejam capazes de correlacionar os aspectos educacionais ao desenvolvimento econômico-social, trilhando o caminho do conhecimento como catalisador para uma nova economia, com vistas a garantir melhores e maiores oportunidades.

Resultado Estratégico: População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	percentual	16,3	17,3	15,2	14,2
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade	anos de estudo	7,0	7,0	8,0	8,3
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	percentual	18,8	20,9	20,6	ND
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais	anos de estudo	-	-	2,8[1]	2,8[1]
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da Rede Estadual do Ensino Médio[4]	índice	-	3,45	-	3,8
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	percentual	19,00	16,95	13,60	14,00

Fonte: Ipece e Seduc.
ND: Dado não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD-Continua, não comparável aos valores calculados a partir das PNAD's anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.

De acordo com os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), uma pessoa analfabeta é aquela que é incapaz de ler ou escrever um bilhete simples no seu próprio idioma, desconsiderando seu nível de instrução ou mesmo seus anos de estudos. A partir das informações apresentadas, constata-se uma melhoria discreta no indicador referente à taxa de analfabetismo da população cearense de 15 anos ou mais de idade ao longo dos últimos anos. Porém, em 2017, aproximadamente 14% dos cearenses de 15 anos ou mais ainda não sabiam ler nem escrever, sendo necessários, portanto, grandes esforços para erradicar o analfabetismo no estado.

É importante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população cearense são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhares de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no estado é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de qualidade, como também pela reposição de "novos analfabetos". Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade cearense é caracterizado, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias de erradicação do analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente, evitando dessa maneira que, no futuro, elas venham a fazer parte do grupo de analfabetos. Dessa maneira, espera-se que, daqui a alguns anos, o Ceará consiga erradicar o analfabetismo absoluto, visto que importantes melhorias educacionais vêm sendo implementadas pelo Governo do Estado nos últimos anos, como o Programa Alfabetização na Idade de Certa e a lei de incentivos aos gestores municipais que se propõem a melhorar a qualidade da educação ofertada às crianças de seus municípios.

Considerando a escolaridade média da população de 15 anos ou mais no Ceará, percebe-se que a escolaridade média dos cearenses nessa faixa de idade, em 2017, foi de 8,3 anos de estudos, o que corresponde apenas ao Ensino Fundamental completo. O ideal seria que a população dedicasse, em média, onze anos ou mais de suas vidas aos estudos, correspondendo à conclusão do Ensino Médio.

Vale salientar que o Estado é responsável pela oferta do Ensino Médio regular e profissional, enquanto compete aos municípios a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, este último compartilhado com o Governo Estadual. Dessa forma, destaca-se como políticas a

implementação das escolas de tempo integral e de ensino profissionalizante. Em 2017, o Ceará contava com 71 escolas de tempo integral e 117 escolas de Ensino Profissionalizante.

Apesar de todos os esforços em melhorar a educação dos cearenses, a diferença de escolaridade entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais ainda é expressiva. Em 2017, essa diferença estava em torno de 2,8 anos de estudos. O nível de escolarização da mão de obra constitui um fator importante para mensurar a qualidade da força de trabalho no Estado. O indicador relativo à participação de graduados no mercado de trabalho formal apresenta um comportamento crescente desde 2014, evidenciando que a inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho formal tem aumentado nos últimos anos. Em 2017, o percentual de empregados no mercado formal com graduação chegou a 20,6% dos postos ocupados.

Em seus esforços para melhorar a qualidade do Ensino Médio da rede estadual, o Governo elevou o índice do Ideb de 3,4, obtido em 2015, para 3,8 em 2017, um aumento de 0,35 pontos percentuais. Esse aumento passou o Estado do Ceará do 12º lugar no ranking de melhores Idebs das redes estaduais de ensino do Brasil para o 4º lugar em 2017.

O indicador "Percentual de estudantes egressos das Escolas Estaduais de Educação Profissional inseridos no mercado de trabalho", em 2017, atingiu o percentual de 14,0%, apresentando um acréscimo de 0,4 ponto percentual em relação a 2016. Isso explica-se pela intensificação do acompanhamento da inserção dos alunos em campo de trabalho, a partir de um sistema piloto, aberto para os principais atores: alunos, professores e gestores da rede de educação profissional.

No entanto, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador ao longo da série histórica (2014 a 2016), que podem ser justificadas, dentre outros motivos, pela crise econômica que tem afetado os setores produtivos da economia e pela elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

6. CEARÁ SAUDÁVEL

A saúde cidadã é uma diretriz fundamental para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará. Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana e resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre determinantes culturais, econômicas, sociais e ambientais.

Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável deve promover a garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais, bem como a mudança de estilos de vida. Com a finalidade de concretizar tais premissas, é imprescindível a articulação de diversos setores da sociedade, priorizando a participação social e o acesso da população ao conhecimento. Além disto, faz-se fundamental a interação entre distintas políticas públicas, reorientando o modelo de atenção à saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, promotor de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte, lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial intitulado Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, quais sejam: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.

Resultado Estratégico: População mais saudável.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Expectativa de vida ao nascer	ano	73,4	73,6	73,8	ND
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado	percentual	-	-	78,0[1]	81,4[1]
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	percentual	-	-	48,7[1]	51,2[1]
Razão da mortalidade materna (óbitos maternos por 100 mil NV)	óbito por 100 mil nascidos vivos	83,2	55,8	57,9	69,61[2]
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	óbito por 1 mil nascidos vivos	11,8	12,1	12,7	13,2

Fonte: Ipece e Sesa.
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
[1] Informação atualizada pela PNAD-Continua 2016, não comparável aos valores calculados a partir das PNADs anuais divulgadas anteriormente pelo IBGE.
[2] Devido ao não fechamento da base de dados do Ministério da Saúde, os dados de 2017 ainda podem ser inseridos no sistema de mortalidade, alterando os resultados de indicadores.

O indicador relacionado à expectativa de vida, também conhecido como a esperança de vida, diz respeito ao número médio de anos que a população de uma determinada região pode esperar viver. Esta quantidade de anos reflete a qualidade de vida da região, onde a educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança pública e outros aspectos influenciam diretamente. Segundo IBGE, a expectativa de vida brasileira vem crescendo historicamente. No caso do Ceará, em 2016, a expectativa de vida encontrava-se em torno de 73 anos de vida, sendo esta dois anos menor do que a média do Brasil (75,8 anos). Isto é, tal comparação entre os indicadores permite analisar que o cearense possui uma qualidade de vida inferior à do brasileiro como um todo. Além disto, quando analisada de acordo com o gênero, a expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens, devido à sobremortalidade masculina em todas as idades. No entanto, mais especificamente, a mortalidade masculina torna-se mais acentuada entre os 15 e 29 anos de idade.

Uma grande parte do aumento deste indicador para a população cearense pode ser explicada pelas melhorias das condições médico-sanitárias ofertadas e pelas mudanças nos fatores socioeconômicos observadas nos últimos anos. Como exemplo destas melhorias, pode-se citar os avanços obtidos nas políticas públicas implementadas na área da saúde, incluindo a implementação de novos hospitais e unidades de atendimento e o aumento da oferta de serviços de saúde, além das iniciativas da redistribuição de oferta de profissionais da saúde para chegar a municípios mais carentes de tal atenção. Além disto, podem ser citadas também as melhorias alcançadas nas políticas que buscam não somente melhorar a nutrição da população, como também reduzir o sedentarismo desta mesma, incentivando a prática de exercícios físicos. Mais ainda, devem ser citadas também a melhoria nas condições de trabalho da população, no ensino cearense e no bem-estar econômico de um modo geral.

De maneira mais específica, as melhorias nas condições sanitárias também causam grande impacto na qualidade de vida dos cearenses, dado que, uma vez consideradas como adequadas, reduzem a vulnerabilidade às doenças de veiculação hídrica, que representam um risco epidemiológico para a população. Destacam-se, desse modo, as proporções de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados no estado.

De acordo com dados da PNAD-Contínua de 2017, 81,4% dos cearenses tinham acesso à água adequadamente, ou seja, a principal forma de abastecimento de água utilizada pelos domicílios era a rede geral de distribuição. Já o acesso ao saneamento básico adequado foi mais restrito, exigindo uma atenção mais especial, uma vez que apenas 51,2% dos domicílios cearenses eram atendidos pelo serviço de rede coletora de esgoto, o que coloca em risco tanto a saúde dos moradores (principalmente dos mais pobres) como o meio ambiente.

Quanto à medida da mortalidade materna, observou-se, comparando 2014 com 2017, uma redução de 14 óbitos por 100 mil nascidos vivos, embora os números tenham permanecido elevados no último ano. Vale ressaltar que a Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) considera aceitável uma RMM inferior a 20 mortes por 100.000 NV – Nascidos Vivos.

Os esforços para a redução da mortalidade materna e neonatal e da morbidade e agravos resultantes das complicações da gravidez e do parto, além das oriundas do próprio processo assistencial, abrangem a organização da Linha de Cuidado Materno Infantil na rede de saúde do Estado, com um pré-natal de qualidade, através da qualificação na atenção primária com a publicação e implantação da Linha Guia Nascer no Ceará (diretriz clínica), capacitação dos profissionais na estratificação de risco das gestantes, capacitações das enfermeiras obstétricas e médicos obstetras das maternidades nas boas práticas no parto e nascimento, e no manejo obstétrico na hemorragia pós-parto e abortamento.

Já com relação ao indicador "Taxa de Mortalidade Infantil", houve variação de 11,8 óbitos por mil Nascidos Vivos, em 2014, para 13,2, em 2017. A situação no Ceará acompanha o contexto nacional, destacando a inversão proporcional dos seus componentes da mortalidade infantil, em que o risco de morte de crianças maiores de 27 dias (óbitos pós-neonatais) apresenta redução e o risco de morte de crianças menores de 28 dias (óbitos neonatais) passa a representar quase a totalidade dos óbitos em menores de um ano de idade, chegando a representar 70,1% dessas mortes e a neonatal precoce (0 a 6 dias completos de vida), 50% dos óbitos.

As ações desenvolvidas para melhoria das condições de saúde dessas crianças com até um ano de idade abrangeram os Cursos de Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso – Método Canguru e Atenção Básica: Cuidado Compartilhado, oficinas de capacitação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, treinamentos sobre Triagem Neonatal, seminário de sensibilização para o Aleitamento Materno, publicação e implementação da Linha Guia Nascer no Ceará na atenção primária, entre outras.

7. CEARÁ PACÍFICO

Este Eixo consolida-se a partir da visão de um horizonte justo e pacífico. Engloba, assim, a busca por convivência e segurança cidadãs e aponta para uma sociedade pacificadora e pacificada. Ancora-se, também, na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito ao trabalho, à atenção social, à proteção, ao amparo, à defesa e à justiça.

Nesta perspectiva, o Estado atua como protagonista em duas frentes: i) no processo de defesa desses direitos, vez que abraça a concepção de transversalidade temática e intersetorialidade das suas ações, integrando-se ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública; e ii) enquanto agente não perpetuador de violação de direitos, vez que preza pela solidez de uma política de segurança que respeite plenamente o cidadão. Além disso, contempla a noção de desenvolvimento social e visa superar a percepção segmentada da violência e da própria segurança pública.

É em busca do alcance de tal objetivo que duas secretarias setoriais – a do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) – trabalham conjuntamente na compreensão das distintas nuances da questão. Elas compreendem o conceito ampliado do desenvolvimento social em sua complexidade, atuando de maneira incisiva no combate à violência e na promoção do acesso pleno aos direitos sociais.

A política de segurança cidadã deve adotar, de um lado, estratégias focadas no combate às desigualdades, das quais decorrem os fatores que potencializam os riscos de insegurança. De outro, estratégias que resultem no fortalecimento dos fatores de proteção, pelos quais se planejam ações que resguardem a tranquilidade social. Assim, busca-se o equilíbrio entre as noções de segurança e cidadania, conjugando a paridade entre deveres individuais e direitos sociais.

A garantia de um Ceará Pacífico pressupõe uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população. Atrelado a esta abordagem, projeta-se o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais, com vistas a garantir plena justiça social.

A atual política de segurança pública adota um modelo de gerenciamento de conflitos que busca a humanização do aparelho repressivo e a integração entre as polícias. Além disto, o Estado tem se esforçado no desempenho de ações articuladas às políticas preventivas municipais e às diversas instâncias de participação social, no fomento à qualidade de vida urbana e no acesso a uma justiça eficiente, dinâmica e eminentemente pública.

É amparado na compreensão das múltiplas causalidades da violência, da criminalidade e da criminalização, que se consolidam propostas voltadas para a construção de uma sociedade justa e pacífica, com ênfase na segurança pública articulada à justiça, à cidadania e à política sobre drogas, com o enaltecimento da defesa social.

Por fim, a política de justiça deve buscar a isonomia ante desigualdades que afetam a sociedade cearense, contrapondo a concentração da renda e da riqueza, o que gera assimetrias e apartes entre as classes e camadas sociais. Assim, resguarda-se a prevalência do interesse público, oportunizando a participação popular nos processos decisórios e construindo os caminhos para um horizonte em que a justiça se materialize.

Resultado Estratégico: População com segurança cidadã e justiça efetivas.

Indicadores Estratégicos	Unidade	2014	2015	2016	2017
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) por 100 mil habitantes	taxa por 100 mil habitantes	-	684,65	810,62	783,12
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes	taxa por 100 mil habitantes	50,2	45,13	38,01	56,90
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	percentual	38,94	85,12	50,26	44,90
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	percentual	48,3	45,55	59,1	56,62
Taxa de congestionamento processual	percentual	ND	70,1	74,2	75,48

Fonte: TJ, SSPDS e Sejus

No que tange aos indicadores de segurança pública, na "Taxa de crimes violentos contra o Patrimônio (CVP)", apesar do crescimento registrado em 2016, em comparação com 2015, a tendência foi modificada em 2017. O desenvolvimento de várias ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes, em especial, a continuidade da modernização da Delegacia Eletrônica e a instalação das Bases Móveis em mais duas Unisegs (Conjunto Ceará e Bom Jardim) estimulou a diminuição da subnotificação, trazendo dados mais realistas da taxa de CVP no estado.

Ressalta-se que, na comparação dos dados 2016/2015, o crescimento foi de 18,4%. Quando se faz o mesmo comparativo para o período 2017/2016, observa-se uma redução de 3,4%. Desta forma, pode-se afirmar que ações como a parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para utilização do Sistema Policial de Indicativo de Abordagem (SPIA), assim como o fortalecimento e a realização de operações integradas com os órgãos de segurança das esferas federal e municipal, têm possibilitado resultados que, embora ainda não sejam os desejáveis, prospectam a diminuição efetiva da Taxa de CVP, o que, em última instância, certamente se traduzirá em maior sensação de segurança para a população cearense.

Na taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), após dois anos consecutivos de redução, registrou-se um aumento, em 2017, de 49,7% em relação ao ano de 2016, apesar de todos os esforços envidados pelo Estado. Neste último ano, registraram-se números recordes de apreensão de armas de fogo, de drogas e de prisões em flagrante.

Cabe ainda ressaltar que em 2016 iniciou-se a análise dos dados para se conhecer o perfil das vítimas de homicídio do estado e, pelo que foi possível verificar a partir da análise da ficha criminal, 83% das vítimas no estado tinham envolvimento, direto ou indireto, com o tráfico de drogas, remetendo-se a uma possibilidade de morte, em alguns casos, por cobrança de dívidas do tráfico.

Um outro dado importante a ser registrado diz respeito às manchas criminais do Estado, quando, após análise dos mapas, fica evidente que as áreas de maior incidência do CVLI não são as mesmas de maior incidência do CVP, tendo como consequência a necessidade de que os esforços por parte dos profissionais de segurança sejam de grande monta e que os recursos necessários estejam disponíveis para o desempenho efetivo das ações.

Quanto à "Taxa de reincidência por autuação em flagrante", em 2017, embora tenha ocorrido um aumento de 5,96 pontos percentuais em relação a 2014, observou-se uma redução de aproximadamente 10,7% se comparada com a de 2016. A análise deste indicador pode

remeter a algumas conclusões, dentre elas, destaca-se a de que os sujeitos que cometeram crimes e contam com ficha criminal, ou até mesmo aqueles que já prestaram contas com a justiça, permanecem maior período de tempo cumprindo suas penas e, portanto, fora de circulação, ou, até mesmo, não voltam a cometer outros crimes.

Muitas são as ações que o Governo tem realizado para enfrentar a criminalidade. Dentre as quais, destacam-se a utilização da tecnologia por meio da integração de sistema e compartilhamento de dados com os órgãos de segurança pública dos Governos Federal e Municipais, e a assinatura de um Acordo de Resultados no âmbito do Poder Executivo estadual, fortalecendo o compromisso de unir esforços para a implementação de ações prioritárias no combate ao crime.

No contexto prisional, sobre o percentual de 56,62 registrado no indicador "Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada", é importante esclarecer que foram considerados o quantitativo de 27.342 pessoas, referente ao total do sistema, incluindo os seguintes regimes: fechados, semiabertos, provisórios e abertos.

Pela análise do indicador, é notório que essa faixa etária se encontra mais associada às práticas tidas como perpetuadoras de ameaças à segurança pública e, portanto, é alvo mais suscetível das ações que visam reprimi-las. Faz-se necessário, portanto, alinhar os eixos de atuação governamental que enfrentam contundentemente as causas da violência, buscando ampliar a ação do sistema de justiça criminal da simples repressão e punição para o tratamento e reinserção social dos apenados.

Atualmente, em relação a esta faixa etária, no estado há três unidades que abrigam cerca de 4.000 encarcerados da totalidade do sistema, ficando o restante distribuído nas demais unidades e em outros regimes.

Apesar da redução de 2,48 pontos percentuais em relação a 2016, é importante frisar que este indicador continua elevado, inclusive registrando no período 2016-2017 valores superiores aos observados no biênio anterior, motivo pelo qual o Governo tem investido em capacitação profissional, educação e diversos projetos de ressocialização voltados aos presos e egressos, com o objetivo maior de reduzir a reincidência por reiterada prática delitiva.

Vale ressaltar que, embora haja oferta de capacitação profissional e a realização de ações para que esses jovens não retornem à prática delitiva, é notório o crescimento do crime organizado não só no estado, mas no Brasil como um todo. Muitas famílias têm perdido

jovens para as drogas e para o crime e, junto ao aumento da violência, verifica-se também o aumento da entrada de jovens no sistema prisional, muitos deles sem estrutura familiar, trabalho, estudo ou esperança de uma vida melhor. Dessa forma, os jovens têm encontrado no crime uma forma de ganhar dinheiro rápido e fácil; e um dos grandes desafios dos governos é exatamente combater, com políticas públicas eficientes, o recrutamento desses jovens para o crime.

Por fim, a taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Este indicador representa um dos principais desafios em termos de eficiência do sistema judiciário. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

Apesar de ter ocorrido um aumento nos últimos anos, ações foram tomadas, como a realização da Semana de Sentenças e Baixas em 2017, que promoveu a baixa de mais de 40 mil processos, evitando um aumento ainda maior no congestionamento. A falta de magistrados em unidades, bem como de servidores, representa uma das causas da alta desse indicador nos últimos anos, exigindo ações como a registrada acima para desobstruir os trâmites processuais no âmbito judiciário.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

NOVAS IDEIAS, NOVAS CONQUISTAS.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

BIÊNIO 2016-2017

3

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL - TEMAS E PROGRAMAS FINALÍSTICOS

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 1

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

O Ceará da Gestão Democrática por Resultados contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – GESTÃO FISCAL

O principal foco deste tema é garantir o equilíbrio fiscal do Estado do Ceará ao longo dos exercícios. Para tanto, é preciso atuar em um contexto que envolve uma série de variáveis que são influenciadas individualmente por fatores nem sempre tão previsíveis. Isto implica na necessidade de um monitoramento amiúde do comportamento das finanças públicas requerendo decisões tempestivas sobre a alocação de recursos.

O Estado do Ceará tem tradição na condução de suas finanças, promovendo ajustes quando se faz necessário. Prova disso é que, a despeito de crises e fatores exógenos, o Estado mantém suas despesas em dia, cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais limites formais que regem as finanças públicas, possui capacidade de endividamento e capacidade de investimento. Neste último caso, paradoxalmente, se por um lado, o Estado do Ceará possui elevada capacidade e ritmo de investimentos realizados no passado recente, representando algo benéfico para nossa população, por outro lado, existe a preocupação de garantir recursos nos exercícios seguintes para custear o funcionamento dos novos equipamentos.

No contexto de um cenário desafiador para as finanças estaduais, considerando-se ainda os efeitos dos desequilíbrios fiscais identificados em outras unidades da federação, o tema Gestão Fiscal ganha ainda mais importância considerando-se que, uma vez sendo alcançados resultados satisfatórios, fica garantido um ambiente de equilíbrio fiscal salutar para a economia cearense e o desenvolvimento do Estado.

O resultado esperado neste tema estratégico é o equilíbrio fiscal e orçamentário garantido. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Capacidade de investimento do Tesouro	R$ milhão	622,19	629,36	1.634,57	967,76
Crescimento nominal do ICMS	%	8,62	4,27	5,85	8,79
Resultado Primário/PIB Estadual	%	0,40	0,40	1,36	0,75

Fonte: Sefaz

O indicador "Capacidade de investimento do Tesouro" alcançou o montante de R$ 967,76 milhões em 2017, valor inferior ao registrado em 2016, porém superior aos demais anos da série histórica. Mesmo nos momentos mais severos da crise econômica e fiscal brasileira, o Governo do Ceará conseguiu, por meio de políticas bem estruturadas, recuperar e manter a arrecadação estadual, permitindo, assim, o nível de investimentos que tem colocado o Ceará em posição fiscal de destaque no país. Os investimentos, por sua vez, geram renda e emprego, reaquecendo a economia em cenários de recessão. Aliado a uma política de governo e econômica de busca por parcerias privadas que tragam para a região desenvolvimento econômico, o Ceará desponta com um grande diferencial para ser o estado que largará na frente com a possível retomada econômica do Brasil. O Porto do Pecém, a Siderúrgica, o Aeroporto de Jericoacoara, o Hub da AirFrance-KLM, dentre outras diversas potencialidades, já sinalizam para uma recuperação da atividade econômica cearense.

Destaca-se, perante o cenário nacional, inclusive, o fato de o Estado do Ceará ocupar a primeira posição em investimentos realizados, proporcionalmente à Receita Corrente Líquida, dentre todos os estados da federação, alcançando o percentual de 13,88% em 2017, sem comprometer o nível de endividamento do Estado.

Os dados no "Crescimento nominal do ICMS" demonstram a consolidação da tendência de crescimento desse indicador. No período de janeiro a dezembro de 2017, esta totalizou, em termos nominais, o valor de R$ 11,354 bilhões, que corresponde a um incremento de 8,79% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação atingiu o total de R$ 10,436 bilhões. No que se refere a segmento econômico, merece destaque o desempenho dos macrossegmentos de Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, com representatividade de 42,87% da arrecadação total do ICMS.

A arrecadação tributária própria do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2017, atingiu o montante de R$ 12,536 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 90,57%

da Receita de Arrecadação Própria. O IPVA contribuiu com 6,86%, o ITCD com 0,82% e as taxas e outras receitas correntes com 1,75%. O montante tributário relativo à arrecadação própria obteve um crescimento nominal de 4,90%, comparado ao exercício de 2016, quando se atingiu o valor de R$ 11,950 bilhões, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 – Receitas de Arrecadação Própria (Valores Nominais em R$)

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016
ICMS	10.436.149.947,25	11.353.930.911,23	8,79%	90,57%
IPVA	729.233.429,94	859.700.544,42	17,89%	6,86%
ITCD	657.604.784,68	102.755.304,54	-84,37%	0,82%
Multas Autônomas /Taxas e Outras Direta	127.416.509,88	219.361.615,58	72,16%	1,75%
TOTAL	**11.950.404.671,75**	**12.535.748.375,87**	**4,90%**	**100,00%**

Fonte: Sefaz
Nota 1: Nestes montantes estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.

No que diz respeito às transferências constitucionais do Governo Federal para o Tesouro Estadual, estas atingiram R$ 6,372 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2017, com um decréscimo nominal de 2,91% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela 2. Destaca-se como a de maior representatividade a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R$ 6,084 bilhões, com um decréscimo nominal de 4,12%, comparado com 2016.

Tabela 2 – Receitas de Transferências Constitucionais (Valores Nominais em R$)

Receitas	2016	2017	Variação (2017/2016) %	Participação
FPE- Cota Parte de Participação dos Estados e do Distrito Federal	6.345.216.365,16	6.084.109.296,16	-4,12	185
CIDE- Cota Parte da contribuição de intervenção do Domínio Econômico	45.449.281,60	62.168.441,90	36,79	32
FEP-Cota Parte do Fundo Especial do Petróleo	12.923.051,91	16.803.726,76	30,03	9
ROYALTIES	9.220.423,28	9.459.958,73	2,60	52
IPI- Cota Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados	30.536.312,01	33.171.137,52	8,63	38
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	23.821.346,28	23.821.346,28	0,00	421
FEX- Auxílio para Fomento Exportações	520.796,25	1.239.095,76	137,92	13
CFEM-Cota Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.766.059,20	1.739.489,01	-1,50	464
FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação	93.550.910,60	139.615.413,98	49,24	1.904
ISO-Cota Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro	905,67	0,00	-100,00	32
TOTAL	**6.563.005.451,96**	**6.372.127.906,10**	**-2,91**	**100,00**

Fonte: Sefaz

O resultado do indicador "Resultado Primário/PIB Estadual" ilustra outro fator favorável ao equilíbrio fiscal do Estado do Ceará. Embora em 2017 tenha havido uma redução de 0,61 pontos percentuais em relação a 2016, o percentual registrado ainda é superior em 0,35 pp comparando com 2014 e 2015. Adicionalmente, vale ressaltar que o Estado ultrapassou a meta de Resultado Primário para 2017, totalizando um superávit de R$ 1,047 bilhão.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA GESTÃO FISCAL

PROGRAMA 002 - EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo desenvolver ações para esclarecer os cidadãos sobre a função social dos tributos, a gestão fiscal do Estado e de sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos, por meio do exercício da cidadania, buscando, assim, a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, tendo como público-alvo professores, alunos de todos níveis de ensino, servidores públicos, sindicatos, comunidades e ONGs.
A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016–2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	-	-	-
2017	-	-	-
Total	**-**	**-**	**-**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de formações presenciais e à distância	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	1.500	378	1.500	486	3.000	864
Formações em Educação Fiscal para servidores e terceirizados para atuarem como agentes de cidadania	Servidor Capacitado	Sim	unidade	100	473	200	377	300	850

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: Ipece.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Em relação à capacitação em formações presenciais e a distância, a iniciativa correspondente atingiu apenas 28,8% da meta programada para o biênio 2016-2017, devido a fatores como: o contingenciamento financeiro da Escola de Administração Fazendária (ESAF), do Ministério da Fazenda, gestora do Programa Nacional de Educação Fiscal, destacando-se a diminuição de vagas do curso de Disseminadores de Educação Fiscal, que é a base de sustentabilidade das capacitações; além da baixa adesão das Coordenadorias Regionais de Educação (Credes) ao Programa Nacional de Educação Fiscal (das 20 Credes, apenas a de Acaraú desenvolve ações de Educação Fiscal, de forma permanente, desde 2008).

Em relação à capacitação de servidores e terceirizados, a meta foi superada em 283% (equivale ao quantitativo de 550 acima da meta - mais que dobrou em relação ao programado) em face da oferta do Curso de Educação Fiscal e Cidadania, promovido pela Escola de Gestão Pública, em parceria com a Sefaz, e da oportunidade de capacitação por meio do Projeto Taxas para todos servidores dos órgãos estaduais da Administração direta e indireta, onde foi incluído o módulo de Educação Fiscal.

Informa-se, ademais, que não houve disponibilidade de recursos finalísticos para o programa no período em análise, em face do contingenciamento do Estado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios do programa estão relacionados à utilização de novas mídias e novas técnicas de dialogar com o mundo digital, à disseminação do Programa de Educação Fiscal de forma simples e eficaz, bem como ao desenvolvimento de estratégias de priorização dos conteúdos de Educação Fiscal nas escolas de tempo integral e de ensino profissionalizante.

Destaca-se também a necessidade de implantação do Programa de Educação Fiscal nos demais municípios do Estado do Ceará, institucionalizando-o por meio de uma lei, tornando-o uma política pública do Estado. Atualmente, o referido programa está implantado apenas em seis municípios (Fortaleza, Aquiraz, Horizonte, Caucaia, Juazeiro do Norte e Crato).

Convém mencionar que o Estado também vem desenvolvendo a educação fiscal nos municípios dentro do Programa de Gestão Fiscal Eficiente, contando com a participação da sociedade, como agente de cidadania, para potencializar a arrecadação, o controle e a transparência do gasto do município.

PROGRAMA 053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa tem como objetivo principal garantir a eficiência e eficácia do sistema de fiscalização, arrecadação, tributação e de Gestão Fiscal do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os contribuintes.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	32.223.242,57	26.500.127,73	82,24
2017	26.548.643,81	22.498.460,87	84,74
Total	**58.771.886,38**	**48.998.588,60**	**83,37**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Aparelhamento e manutenção dos postos fiscais e células de execução tributárias	Unidade Fazendária Estruturada	Não	unidade	4	0	6	0	6	0
Integração das informações fiscais	Centro Integrado de Operações Fiscais Implantado	Sim	unidade	0	0	1	0	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Dentre as principais realizações neste marco temporal está o desenho do processo de negócio do Centro Integrado de Operações Fiscais (CIOF), que finalizou o período na fase de homologação do processo automatizado na metodologia *Business Process Management* (BPM), com base na qual foram cumpridas as etapas formais de sua construção. Apesar de o produto CIOF não ter sido implantado no período em análise, devido à complexidade inerente ao processo, cabe destacar que sua execução vem atualmente ocorrendo dentro do esperado. A integração das bases de dados prevista vai gerar oportunidades para novas análises mais detalhadas e completas. A automação de outros processos na metodologia BPM facilitará essas integrações, gerando oportunidade de maior controle sobre os processos de monitoramento das obrigações tributárias.

Restrições orçamentárias e dificuldades nos trâmites burocráticos que envolvem o processo de aquisições de equipamentos impactaram negativamente na execução da iniciativa de aparelhamento das unidades fazendárias; sendo assim, a execução se concentrou no desenvolvimento do CIOF.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Considerando as complexidades inerentes às integrações de sistemas, configurações de ferramentas e instalações dos novos softwares adequados para a implementação do Centro Integrado de Operações Fiscais (CIOF), a sua implantação permanece como desafio para o biênio 2018-2019.

O Estado possui uma grande quantidade de sistemas legados que atuam em funcionalidades específicas e foram construídos em diversas plataformas ao longo do tempo. A integração requer a existência de estrutura robusta para operar as críticas e compartilhamento de dados, fato que representará enorme ganho de eficiência para o Fisco Cearense, com a adequação de um único ambiente para as informações consolidadas das operações de seus contribuintes, fomentando e dando celeridade à tomada de decisão nas unidades fazendárias.

PROGRAMA 060 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado do Ceará, com ampliação das receitas próprias, contenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos e aperfeiçoamento da transparência e da governança na gestão, por meio da integração

dos fiscos, da transparência e da modernização da gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras, tendo como público-alvo os contribuintes.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	46.526.456,06	24.609.566,43	52,89
2017	12.911.468,7	7.742.113,07	59,96
Total	**59.437.924,76**	**32.351.679,5**	**54,43**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Automação do controle das mercadorias em trânsito nas operações interestaduais	Posto Fiscal Automatizado	Sim	unidade	0	0	5	0	5	0
Atendimento de excelência ao cidadão, buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários	Unidade Fiscal Modernizada	Sim	unidade	3	3	2	0	5	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As ações de automação de procedimentos em postos fiscais, como o processo do Centro Integrado de Operações Fiscais (CIOF), não foram concluídas no decorrer do período em análise por dependerem da conclusão de outras automações de processos ainda em curso, com base em nova metodologia de atendimento padrão.

Em referência ao cadastro fiscal sincronizado, as iniciativas tecnológicas estão em fase de testes e ajustes para viabilizar a entrada da solução em produção, cumprindo os requisitos de integração necessários.

No segundo semestre de 2017, foram adotadas algumas medidas no sentido de modernizar o atendimento ao cidadão em três unidades fazendárias, envolvendo adequações de infraestrutura, renovações no layout, aquisição de equipamentos e capacitação de pessoal. Afetaram diretamente a execução dessa iniciativa o contingenciamento orçamentário e trâmites burocráticos, prejudicando o cumprimento das metas previstas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A visão de futuro vinculadas às oportunidades deste programa contempla a unidade e processos de atendimento fazendários modernizados e ágeis.

TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Uma das vertentes do eixo "Ceará da Gestão Democrática por Resultados", que tem por finalidade garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

O ponto de partida para a consecução desta finalidade está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente.

Assim, para o bom funcionamento das instituições, é necessário promover um aperfeiçoamento institucional, a intersetorialidade e o desenvolvimento regional sustentável, o que estimula a prosperidade e a inovação em todo o sistema social. E, para isto, é importante promover a

passagem das iniciativas setoriais para um arranjo multissetorial e transversal, garantindo maior efetividade por parte dos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritórica de recursos.

Finalmente, um planejamento regionalizado e descentralizado, aliado à concepção de uma gestão pública moderna, focada no alcance de resultados, cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades, fortalecimento das vocações regionais e aumento da eficiência sistêmica, contribuindo para o rompimento do ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a gestão pública eficiente, efetiva, descentralizada e regionalizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Despesa Executada em relação à Despesa Autorizada	R$ milhão	98,88	95,03	96,60	97,34
Despesa Finalística Empenhada em relação à Despesa Total	%	37,50	31,62	31,01	37,31
Operações de Crédito Aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual	%	89,00	75,00	55,00	43,00
Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total da Ata de Registro de Preço do Estado	%	21,00	33,20	40,06	39,27

Fonte: Seplag

O indicador "Despesa Executada/Despesa Autorizada" atingiu um percentual de 96,98% no biênio (2016-2017), em linha com o percentual obtido no biênio (2014-2015), que foi de 97,07%. É importante ressaltar que as despesas com pessoal e as transferências constitucionais aos municípios contribuíram para o elevado percentual de execução desse indicador. Assim, por serem despesas com maior previsibilidade e relevante participação no total da despesa empenhada, há uma maior propensão do indicador em apresentar percentuais elevados ao longo da série histórica.

Em relação ao indicador "Despesa Finalística Empenhada/Despesa Total", este também apresentou em 2017 um percentual de execução superior ao de 2016. Diversos fatores contribuíram para tanto, destacando-se o crescimento do custeio nos programas finalísticos, elevação dos investimentos e alocação das despesas de pessoal no orçamento dos programas finalísticos, a fim de desenvolver um centro de custo que resulte em informações fidedignas para o controle gerencial e a tomada de decisão.

Considerando o indicador "Operações de Crédito aplicado em relação à Previsão de Desembolso Anual", verifica-se que a tendência de decréscimo do resultado anual foi mais acentuado de 2015 para 2016 e se deve a fatores como a flutuação cambial na previsão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), que elevou o valor previsto de desembolso para o ano, e às dificuldades de execução do Estado, que envolvem desde a etapa de assinatura dos contratos (atraso de análises técnicas, autorizações, inadimplências etc.), aos trâmites inerentes à execução dos projetos financiados por meio das operações de crédito contratadas no período (regularidades licitatória, fundiária e ambiental, quando exigidas), além das restrições à disponibilidade de recursos para contrapartida estadual.

Dentre as operações contratadas com melhor execução nos exercícios 2016 e 2017, destacam-se: Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico – PforR/BIRD; Projeto São José III - 1ª Fase/BIRD; Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV-A/BID; Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV-B/BID; Prodetur Nacional/BID; Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste/CAF e Programa de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – Promotec II/MLW.

Com o indicador "Valor de Ordens de Compras emitidas em relação ao Valor Total da Ata de Registro de Preço do Estado", avalia-se o cumprimento de duas importantes diretrizes do Governo na área de compras: a) aquisições baseadas em demandas corporativas da Administração Pública Estadual, com foco no planejamento anual dos órgãos e entidades; e b) prioridade de contratação de bens, materiais e serviços por meio do Sistema de Registro de Preços. A sua aferição permite conhecer o grau de eficiência na gestão dos compradores, notadamente quanto à atividade de planejamento.

Analisando o desempenho do indicador, embora em 2017 tenha havido um aumento significativo em relação a 2014, ainda existem fatores que dificultam a obtenção de melhores índices de utilização das Atas de Registro de Preços. A primeira é a própria legislação, que não obriga os órgãos participantes a contratarem as quantidades estimadas; a outra, traduz-se nas medidas de contenção de gastos para o cumprimento das diretrizes de ajuste fiscal, as

quais repercutiram também na redução das contratações por registro de preços.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA 021 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

O Programa tem como objetivo elevar a capacidade institucional dos municípios do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	17.932.929,95	3.624.577,55	20,21
2017	24.968.426,00	13.297.279,48	53,26
Total	**42.901.355,95**	**16.921.857,03**	**39,44**

Fonte: SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Plano Elaborado	Sim	unidade	4	0	14	4	18	4
Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	40	40	40	80	80	120

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - Continuação

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria do processo de formalização de empresas nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Município Bene-ficiado	Não	unidade	2	2	2	2	2	2
Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú	Projeto Elaborado	Sim	unidade	12	0	9	1	21	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa é composto por iniciativas que incluem desde o apoio à melhoria da gestão tributária e fiscal municipal, formação e capacitação em gestão pública, promoção do planejamento regional, apoio à execução de equipamentos e espaços públicos, até o apoio ao controle social de políticas de desenvolvimento urbano e de integração regional.

A iniciativa "Promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú" consiste em dotar as prefeituras municipais de instrumentos atualizados de planejamento e ordenamento de seu território, promovendo a mobilidade urbana sustentável que permita aos cidadãos o direito de acesso seguro e eficiente aos espaços urbanos.

No período em análise, a iniciativa proporcionou a entrega de quatro planos elaborados de mobilidade urbana em duas regiões administrativas de planejamento. Os municípios contemplados foram Sobral, Coreaú, Forquilha e Aracati, do programado de 18 planos, com execução de 22,22%.

As principais dificuldades enfrentadas são a demora no processo licitatório regido à luz das políticas para seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a mudança de gestores municipais, o que ocasionou demora na constituição de equipes locais para o acompanhamento dos trabalhos nos 14 municípios beneficiados.

A iniciativa "Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú" consiste na capacitação destinada ao corpo técnico e gerencial dos municípios que integram a área de atuação do Programa de Desenvolvimento de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

No biênio 2016-2017 ocorreu a capacitação de 120 pessoas, superando em 50% a meta programada. Em 2016, foram capacitados 40 técnicos e gestores municipais com cursos de gestão pública, em atividades de planejamento que se referem ao processo licitatório, nas normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para contratação de serviços e organização de Capacitação em Gestão Ambiental Municipal. Em 2017, houve a capacitação para 80 técnicos e gestores municipais de 17 municípios das regiões Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, por meio de duas capacitações, com participação de 40 técnicos em cada uma, nos temas Gestão de Projetos e Licenciamento Ambiental. A principal dificuldade foi superar os entraves das atividades iniciais relacionadas ao trâmite licitatório.

A iniciativa "Melhoria do processo de formalização de empresas nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú" tem como escopo o redesenho de processos de abertura e legalização de empresas nos municípios de atuação do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Cidades do Ceará II – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú.

A programação do biênio foi 100,00% executada, sendo beneficiados os municípios de Russas e Sobral com a oferta de serviços relacionados ao redesenho dos processos para melhoria do ambiente de negócios nesses dois municípios.

A iniciativa "Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú" prevê a execução de projetos de arquitetura, urbanismo, paisagismo, engenharia, orçamento e compatibilização de todos os projetos para obras de edificações e urbanismo diversos, no apoio à execução de equipamentos e espaços públicos beneficiados por meio do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e do Vale do Jaguaribe.

Durante o biênio ocorreu a entrega de um projeto elaborado, do programado de 21 projetos (4,76%). Devido à proximidade do encerramento do referido Programa, e por não haver mais tempo hábil de contratar empresa para elaborar projetos básicos/executivos, e implementá-los, o produto deixou de ser executado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

No âmbito do programa, tem-se como desafio para o biênio 2018-2019 envolver os entes Estado, Prefeituras e Sociedade Civil Organizada, no sentido de implementar a lei complementar Nº180, de 18/07/2018, que dispõe sobre o Programa de Governança Interfederativa do Estado do Ceará, em especial para planejar e regulamentar o Sistema Integrado de Alocação de Recursos (SIAR).

Outro desafio para o biênio está relacionado à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbanos Integrados (PDUIs) das Regiões Metropolitanas do Cariri, Sobral e Fortaleza, sendo os dois primeiros com conclusão prevista até 2019. Nesse contexto, ressalta-se também a importância de aprovar os referidos planos junto à Assembleia Legislativa, na forma de lei estadual.

PROGRAMA 065 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

O Programa tem como objetivo promover o aperfeiçoamento da Gestão Pública do Estado do Ceará, orientada para o alcance de resultados, tendo como público-alvo os órgãos e entidades públicos, instituições privadas e sociedade civil organizada.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	13.046.120,74	4.078.222,08	31,26
2017	8.374.267,34	6.453.354,40	77,06
Total	**21.420.388,08**	**10.531.576,48**	**49,17**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Disponibilização do conhecimento voltado ao aperfeiçoamento da Gestão Pública orientada para Resultados e à proposição de políticas públicas	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	38	61	38	113	76	174
Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos	Evento Realizado	Sim	unidade	14	0	14	14	28	14
Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados	Instru-mento de Planeja-mento e Gestão Elaborado	Sim	unidade	5	6	5	5	10	11

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As iniciativas prioritárias do programa em análise obtiveram um desempenho satisfatório no biênio 2016-2017, à exceção da iniciativa de promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos, cujos eventos relacionados às oficinas regionais do Plano Plurianual não puderam ser realizados em 2016 devido à inexistência de metodologia participativa específica para avaliação do PPA 2012-2015 e, também, porque o PPA vigente estava em seu primeiro ano, sendo inviável seu monitoramento participativo.

As oficinas regionais, que têm o objetivo de promover a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas, foram realizadas em 2017 nas 14 Regiões de Planejamento do Ceará, com a temática direcionada à avaliação do primeiro biênio de execução do PPA 2016-2019, cujos resultados estão contemplados em capítulo específico deste documento, qual seja, a avaliação da sociedade.

Em relação à disponibilização do conhecimento voltado ao aperfeiçoamento da Gestão Pública orientada para Resultados e à proposição de políticas públicas, foram realizados 174 estudos, com a respectiva divulgação, superando a meta física para o biênio. Por meio dessa iniciativa, também foram entregues 43 documentos que deverão assessorar o desenvolvimento e a avaliação de políticas públicas.

Dentre os instrumentos de planejamento e gestão elaborados no período estão a Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Projeto de Lei Orçamentária Anual e o Projeto de Lei da Revisão do PPA para o Biênio (2018-2019). Destaca-se, também, a celebração de seis acordos de resultados, envolvendo as Secretarias da Educação, da Infraestrutura, do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos, da Saúde e da Segurança Pública e Defesa Social, além do início da implementação do Modelo de Gestão para Resultados em mais 12 secretarias finalísticas de Governo.

No âmbito do assessoramento ao Governo na gestão de cooperações técnicas financeiras e não-financeiras e alianças com o setor privado, foram celebrados 28 Contratos de Gestão,

totalizando R$ 794,56 milhões, e ainda 21 aditivos a contratos, no valor de R$ 63,10 milhões. Foram elaborados estudos de dois projetos de Parcerias Público-Privadas: Planta de Dessalinização e PPP 1 do Metrofor (Linha Sul, VLT Paragaba-Mucuripe, VLT Sobral e VLT Cariri), além de dois projetos de Concessão de Uso de Grande Porte: Centro de Eventos do Ceará e Placas Solares nas áreas livres do Eixão das Águas. Foram acompanhados os projetos de PPP - Castelão e PPP - Vapt Vupt, que, juntos, desembolsaram o montante de aproximadamente R$ 50 milhões.

Vale ressaltar que, nos projetos de PPP em execução, houveram atrasos nos pagamentos ocasionados por descumprimento da apresentação de relatório de desempenho, assim como atraso do planejamento dos órgãos/entidades na elaboração dos termos de referência. Além disso, a decisão de contratar por meio de organização social gerou atrasos na execução da prestação de serviços.

Nas ações desenvolvidas com foco no combate à pobreza e inclusão social, foram aprovados 218 projetos estratégicos de combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais, representando um volume expressivo de deliberação da ordem de R$ 581 milhões.

Quanto à execução orçamentária, verifica-se que houve um baixo desempenho no período em análise, especialmente no ano de 2016, sobretudo por dois fatores: a não execução das 14 oficinas participativas regionais do PPA, anteriormente justificada, e baixa execução física do projeto de Fortalecimento da Participação Cidadã, cujo valor correspondia a cerca de 92% do total dos recursos da iniciativa "Promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos". Tal projeto só teve sua execução efetivada e concluída no ano de 2017.

Outro fator que interferiu na execução orçamentária do período foram as ações referentes ao desenvolvimento dos sistemas Ipecedata e de monitoramento do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), e ao desenvolvimento de metodologia de previsão e análise de impacto econômico, ambas com financiamento internacional, tendo, portanto, que se submeter a procedimentos especiais de licitação que perdurou durante todo o ano de 2016, viabilizando a assinatura dos contratos somente em 2017. Neste último ano teve início

a execução das referidas ações, quando foi possível executar quase 70% do valor anual previsto, com conclusão de previsão em 2018.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta alguns desafios importantes para o próximo biênio. Na iniciativa de assessoramento ao Governo na gestão de cooperações técnicas financeiras e não-financeiras e alianças com o setor privado, podem ser destacados: o fortalecimento da equipe técnica para estruturação e avaliação dos estudos de PPP/Concessões; o estreitamento do relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, visando aprimorar o processo e dar maior celeridade na contratação de projetos de PPP/Concessão; a capacitação dos órgãos/entidades em gerenciamento de projetos de PPP/Concessão e em serviços prestados pelas organizações sociais; e o estabelecimento de indicadores de desempenho para possibilitar uma melhor avaliação dos serviços prestados pelas organizações sociais.

Destaca-se, também, a expansão do processo de implementação do Modelo de Gestão para Resultados, cuja meta está relacionada à adoção do modelo por todas as Secretarias de Estado, e da efetiva implementação da metodologia de Gestão do Investimento Público.

Vale mencionar, ainda, a realização de oficinas de monitoramento e de elaboração do próximo PPA, o qual deverá estar alinhado com o planejamento estratégico de desenvolvimento de longo prazo, o Ceará 2050. Para a promoção da participação, novas técnicas deverão ser idealizadas e ferramentas inovadoras deverão ser utilizadas, como a Plataforma de Participação Cidadã, no âmbito do Ceará Transparente.

PROGRAMA 069 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Programa tem como objetivo promover a eficiência na utilização dos recursos públicos e a otimização de processos governamentais, tendo como público-alvo os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	5.056.822,80	702.701,00	13,90
2017	1.836.128,00	827.000,12	45,04
Total	**6.892.950,80**	**1.529.701,12**	**22,19**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará	Sistema de Gestão Corporativa Modernizado	Não	unidade	2	2	2	1	2	2
Gestão da logística corporativa do Estado do Ceará	Sistema de Gestão Corporativa Modernizado	Não	unidade	1	0	1	0	1	0
Gestão da política de Compras Governamentais do Estado do Ceará	Sistema de Gestão Corporativa Modernizado	Não	unidade	1	1	1	1	1	1
Avaliação e adequação das estruturas organizacionais para alinhamento às diretrizes estratégicas do Estado	Plano Elaborado	Sim	unidade	4	14	6	28	10	42

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa apresentou um desempenho físico de modo geral satisfatório no período em análise, conforme se observa no quadro da execução física das iniciativas prioritárias. Na Gestão do Patrimônio e Logística, foi dada ênfase à implantação dos novos Procedimentos Contábeis de Depreciação, Amortização e Exaustão para os bens móveis pertencentes ao patrimônio estadual, assim como às providências pertinentes à alienação de bens (móveis e imóveis) inservíveis e/ou antieconômicos. Foram realizadas ações de implantação dos procedimentos contábeis no Sistema de Gestão de Bens Móveis – SGBM e ministrados cursos para treinamento dos servidores que utilizam o Sistema, atendendo diretrizes estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Destaca-se, também, a contratação de consultores para a Roteirização/Modernização do Sistema de Rotas, a elaboração do Projeto de Implantação de Sistema para Uso de Frota Compartilhada e Gestão de Uso da Frota Dedicada no Estado do Ceará, e a conclusão do Leilão de Bens Móveis Inservíveis e/ou Anti-Econômicos – Leilão Nº 01/2016, com arrecadação de R$ 3.798.090,00 para os cofres públicos.

A avaliação e adequação das estruturas organizacionais para alinhamento às diretrizes estratégicas do Estado no âmbito do Programa de Modernização da Gestão Pública Estadual no biênio 2016-2017 se consubstanciou na elaboração de três projetos de lei e 39 minutas de decretos de reestruturação organizacional de órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual. Destaca-se também nessa iniciativa os redesenhos dos processos da Gestão de Terceirização e Perícia Médica e a atualização da Carta Eletrônica de Serviços, disponibilizada no site do Acesso Cidadão e no Portal do Governo, com o objetivo de facilitar as informações necessárias para acessar os serviços que o Estado presta à sociedade, proporcionando a transparência e o exercício do controle social, com vista a propiciar a constante melhoria no desempenho dos serviços prestados.

Na Gestão de Compras Governamentais, podem ser destacadas as seguintes ações: implantação do Banco de Itens (preços) Adjudicados, para ser utilizado como referência para novas compras (desde janeiro de 2016 já são mais de 476 mil itens adjudicados disponíveis

para consulta e utilização pelos gestores do Estado e demais entes); implantação do Módulo de Planejamento de Compras no Sistema Licitaweb, para utilização por todos os órgãos e entidades do Governo do Ceará; e implantação do módulo de Elaboração Eletrônica dos Editais no Sistema Licitaweb, permitindo a padronização dos instrumentos de convocação e demais documentos do processo de aquisição, já atingindo 85% do total de processos.

Desde 2016, a Seplag vem modernizando o sistema de gestão de compras (Licitaweb), utilizado por 820 unidades contratantes, entre órgãos, entidades e escolas estaduais para gerenciar suas compras. Essas iniciativas visam dar maior celeridade nos procedimentos, melhorar a eficiência na gestão e ampliar a transparência nos gastos com as aquisições. Cita-se, ainda como exemplo de modernização, a melhoria do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, que, por meio do processo de padronização, chegou a uma redução de 73% dos itens no Catálogo.

Com relação à execução orçamentária, o programa apresentou alguns entraves no período em análise, como, por exemplo, na iniciativa "Gestão da política de Compras Governamentais do Estado do Ceará", que não registrou execução sobre o orçamento previsto para 2016. Isso ocorreu devido à descontinuidade do processo de contratação de consultoria para o desenvolvimento dos novos módulos do sistema de gestão de compras (Licitaweb), tendo em vista os riscos elevados dos produtos não serem entregues nos prazos e qualidade esperados. De todo modo, como mencionado acima, os módulos do Licitaweb foram desenvolvidos e implementados em 2017, porém, com a utilização de recursos internos.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Na área de patrimônio, um grande desafio existente é a implementação de uma nova forma de gestão dos imóveis do Estado, no que diz respeito à regularização, manutenção e alienação daqueles não mais úteis. O uso da frota de veículos também deverá ser otimizado com a criação de um módulo que permite gerir um conjunto de veículos em utilização partilhada (pool de veículos), os quais servirão a mais de um órgão.

Em relação à gestão de compras, destaca-se a oportunidade de modernização do sistema Licitaweb com a implementação do módulo de registro de preços, visando fortalecer as compras compartilhadas por meio da ampliação do número de itens registrados e dos órgãos e entidades participantes do sistema de registro de preços. O aperfeiçoamento do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, de modo a integrá-lo com o Banco de Preços Referenciais, e o aperfeiçoamento das integrações com os demais sistemas da cadeia de compras também são desafios importantes nessa área.

PROGRAMA 070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

O Programa tem como objetivo alcançar o perfil desejado do servidor público para o atendimento ao cidadão, de forma motivada e eficiente, em um modelo de gestão baseado em resultados, tendo como público-alvo os servidores públicos estaduais e seus dependentes, servidores públicos de outros entes e colaboradores.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	96.753.746,60	86.076.472,26	88,96
2017	98.221.789,00	89.670.423,09	91,29
Total	**194.975.535,60**	**175.746.895,35**	**90,14**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção de ações voltadas à qualidade de vida do servidor público inativo e pensionistas	Atendi-mento Realizado	Sim	unidade	30.000	33.736	25.000	27.160	55.000	60.896
Formação e qualificação profissional de servidores públicos	Servidor Capacitado	Sim	unidade	14.000	12.845	10.500	15.551	24.500	28.396
Gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual	Plano Elaborado	Sim	unidade	1	1	1	1	1	1
Promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais, assistência em fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas	Pessoa Assistida	Não	unidade	581.074	406.973	416.939	287.972	581.074	406.973

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No período em análise, as metas dos produtos principais das iniciativas prioritárias do Programa foram alcançadas em sua quase totalidade, chegando, em alguns casos, inclusive, a superar a sua projeção. A promoção da qualidade de vida do servidor, por exemplo, foi realizada por meio da execução de 11 projetos nas modalidades de coral, karatê e ginástica laboral, ultrapassando a meta com a realização de 60.896 atendimentos, um incremento de 11% sobre o programado para o biênio.

Na formação e qualificação profissional de servidores públicos, a meta foi superada com capacitação de 28.396 servidores (16% a mais), em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGPCE, através de cursos presenciais, cursos a distância, palestras, seminários e oficinas. A superação das metas foi possível face a estratégias que envolveram, dentre alguns fatores, parcerias com outras instituições através de acordo de cooperação. Na iniciativa de gestão estratégica do dimensionamento e da alocação da força de trabalho no serviço público estadual, foi dado um passo importante com o início do trabalho de dimensionamento da força de trabalho e a auditoria na folha de pagamento, paralelamente à análise de 1.955 processos referentes a editais de concursos e seleção pública simplificada, inserção de 1.003 estagiários de nível médio e superior nos órgãos estaduais e a coordenação da realização de dez concursos públicos.

Em relação à promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais, assistência em fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas, destacam-se: o atendimento de 406.973 pessoas em 2016 e 287.972 em 2017 e a construção de uma agenda positiva junto às entidades representativas dos Servidores Públicos Estaduais, culminando na implantação de um novo modelo de Assistência à Saúde, contemplando a contribuição financeira do Servidor e a reestruturação do modelo de credenciamento, pelo qual passa a ocorrer exclusivamente com o prestador pessoa jurídica, gerando, em 2017, uma economia de quase R$ 600 milhões.

Ressalta-se, entretanto, a dificuldade para o credenciamento de prestadores localizados no interior do estado, devido à baixa oferta de serviços regionais, problemas na documentação exigida para credenciamento e ausência de auditoria médica. Além disso, a tabela de preços dos procedimentos praticada está defasada em relação ao mercado, o que desestimula o credenciamento.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Na área de assistência à saúde, pretende-se implantar o novo modelo financiado pelo Governo do Estado, com a contribuição do servidor público estadual de forma sustentável ao longo do tempo. A ampliação da auditoria médica para o interior do estado, atualização das tabelas de procedimentos e materiais e fortalecimento da Rede Credenciada, com foco no interior do estado, são outros desafios importantes a serem superados.

Na promoção de ações voltadas à qualidade de vida do servidor público inativo e pensionistas, o grande desafio é medir o efeito das ações realizadas na vida destes e adotar como parte integrante da rotina do Governo do Estado os métodos ora desenvolvidos para a Gestão Estratégica da Força de Trabalho.

Destaca-se, por fim, a implementação do estudo de um Novo Projeto de Escola, acrescentando às atuais áreas de atuação já consolidadas o forte direcionamento para a formação de líderes. Este projeto trará grandes desafios frente a ampliação de sua atuação e abrangência de público.

PROGRAMA 081 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa tem como objetivo contribuir para a agilidade e a qualidade na formulação e execução das políticas públicas, programas, projetos e atividades que venham ao encontro das aspirações do cearense, tendo como público-alvo as instituições governamentais e a sociedade.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	129.411.193,30	127.135.573,54	98,24
2017	187.709.432,31	184.858.430,57	98,48
Total	**317.120.625,61**	**311.994.004,11**	**98,38**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção de ações voltadas à melhoria na implementação de políticas públicas	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	1	1	1	1	2	2
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas	Instituição Apoiada	Sim	unidade	100	78	120	76	220	154

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas foi criado, em 2016, para execução da política de comunicação e de publicidade das ações de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, visando aprimorar a comunicação dentro do Governo e entre Governo e Sociedade em prol do aperfeiçoamento das políticas públicas para o bem-estar do cidadão.

Nessa perspectiva, esse programa contribui para agilidade e qualidade na formulação e execução das políticas públicas, programas, projetos e atividades, elegendo como prioritárias as iniciativas referentes ao apoio a instituições e organizações da sociedade civil e à promoção de ações voltadas à melhoria na implementação de políticas públicas.

Em relação à promoção de ações voltadas à melhoria na implementação de políticas públicas, no biênio 2016-2017, foram realizados estudos e pesquisas no âmbito do Projeto Pacto por um Ceará Pacífico, com coleta e sistematização dos dados relacionados aos índices de violência e criminalidade; e foram executados serviços de *clipping* jornalístico para

monitoramento diário e em tempo real de notícias veiculadas em mídia impressa, eletrônica e digital, relacionadas ao Governo.

Por sua vez, nas ações de apoio a instituições e organizações da sociedade civil para implementação de políticas públicas, houve o incentivo a projetos nas áreas sociais, de esporte, educação, crenças religiosas e capacitação profissional, voltados para incentivo à cultura, promoção do crescimento da economia, geração de emprego e renda para melhoria de vida da população, especialmente das pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de parcerias submetidas a um processo democrático de seleção através de edital de chamamento público. Nesse sentido, no período de 2016-2017, foram apoiadas 154 instituições da sociedade civil na realização de projetos, destacando-se, entre eles: Ceará Natal de Luz, Casa Cor Ceará, Mostra Educativa Audiovisual do 10° For Rainbow, I Encontro de Protagonismo Juvenil, Aprender a ler é um prazer, Dragão Fashion Brasil 2017, 54ª Expolguatu, 7º TIC – Festival Internacional de Teatro Infantil do Ceará, Festival Halleluya e 63ª Expoece, nas regiões do Cariri, Centro-Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Sertão Central e Sertão de Sobral.

Além desses produtos, destaca-se, também, no biênio 2016-2017, a elaboração de 547 relatórios para auxiliar no monitoramento de 672 obras em todo o Estado, entre elas, obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), praças, areninhas, escolas, estradas, hospitais e policlínicas, habitação e urbanização do Rio Cocó, Maranguapinho e da Comunidade do Dendê. Diante dos dados de execução física apresentados, associados ao alcance de 98,38% de execução orçamentária, conclui-se que, no biênio 2016-2017, o programa obteve desempenho satisfatório.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Na implementação das políticas de comunicação institucional e apoio às políticas públicas, apesar de todos os esforços e dos benefícios obtidos, ainda existem muitos desafios a serem superados no apoio à implementação de políticas para potencializar ações que contribuam para melhoria da saúde, segurança, educação, esporte, lazer e qualidade de vida da população cearense em todo o Estado do Ceará.

Em relação às ações de publicidade institucional, cujo foco é a divulgação de atos, programas, obras e serviços a serem disponibilizados à população, como instrumento educativo, informativo, de orientação social, tem-se como principal desafio buscar, cada vez mais, de forma simples, clara, didática e sucinta, que o público-alvo perceba os benefícios e compreenda onde e como buscar os serviços públicos de seu interesse.

No âmbito das ações de apoio a instituições e organizações da sociedade civil, o maior desafio consiste no aprimoramento dos mecanismos de controle, seja pela fiscalização adequada da execução da parceria quanto pelo acompanhamento financeiro e avaliação da prestação de contas, a fim de assegurar a ampliação e a utilização mais eficaz dos recursos públicos.

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, e sim organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igualdade e da justiça social. Para tanto é preciso fortalecer a participação cidadã, ou controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Atuando nesse sentido, a regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de equilíbrio do mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O fortalecimento dos aspectos acima mencionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação e fórum de interconselhos.

O resultado esperado neste tema estratégico é a transparência, controle e participação social promovidos de forma ampla e efetiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de implementação das ações propostas para sanar fragilidades	%	-	-	-	78,08
Percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	96,19	95,17	93,40	85,58
Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social	%	2,95	4,11	4,41	5,56
Índice de satisfação dos usuários dos serviços públicos delegados	índice	7,4	-	-	-

Fonte: CGE e Arce.

O indicador "Percentual de implementação das ações propostas para sanar fragilidades" representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (Pasf). Em decorrência das atividades de controle do Estado (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas e ouvidoria), desenvolvidas com a finalidade de sanar fragilidades identificadas pelo Órgão Central de Controle Interno, obteve-se o resultado de 78,08% em 2017, indicando um resultado satisfatório em relação aos órgãos e entidades que foram monitorados.

O indicador "Percentual de regularidade das contas de gestão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)" representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do controle externo em relação às contas dos gestores estaduais, estando relacionado à atuação do controle interno do Estado. O indicador é apurado com base no somatório das contas julgadas regulares ou regulares com ressalvas, sem imputação de débito ou multa, em relação ao total de contas julgadas pelo TCE, no exercício analisado.

Nesse sentido, registrou-se, em 2017, o crescimento de 133,33% da quantidade de contas julgadas regulares, bem como decréscimo de 18,68% na quantidade de contas julgadas regulares com ressalvas, em relação a 2016, o que evidencia melhoria no julgamento das contas dos gestores do Estado. Não obstante, o indicador apresentou uma redução de 7,82 pontos percentuais em 2017, o que foi impactado pelo aumento de 225% de multas aplicadas por parte daquela Corte de Contas, em relação às contas julgadas com ressalvas no ano anterior.

O indicador "Percentual de utilização das ferramentas de transparência e de participação social", que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência

e de participação social disponibilizadas pelo Estado (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o resultado de 5,56%, em 2017, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores, considerando a ampliação da realização de ações de divulgação das ferramentas por meio de oferta de cursos, palestras nas escolas estaduais e nas universidades de Fortaleza, bem como eventos de fomento à participação social.

Em relação ao "Índice de satisfação dos usuários dos serviços públicos delegados", este não pode ser auferido no período analisado devido à impossibilidade de contratação do serviço de consultoria técnica, por meio do qual seria realizada a pesquisa de satisfação, conforme determinado na Resolução do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf) Nº 17/2016.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

PROGRAMA 013 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

O Programa tem como objetivo contribuir para a melhoria da gestão dos recursos públicos municipais, tendo como público-alvo os jurisdicionados e a sociedade civil.
A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	597.009,33	502.231,83	84,12
2017	155.037,58	154.391,58	99,58
Total	**752.046,91**	**656.623,41**	**87,31**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de atividades de Controle Externo	Instrução processual realizada	Sim	unidade	10.100	18.866	10.100	16.128	20.200	34.994
Formação e qualificação de jurisdicionados e sociedade civil	Pessoa capacitada	Sim	unidade	10.000	9.524	15.000	6.792	25.000	16.316

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Realização de atividades de Controle Externo" corresponde à atividade formal de análise e emissão de exame técnico de processos, para fins de apreciação dos órgãos deliberativos do Tribunal de Contas. Por sua vez, a iniciativa "Formação e qualificação de jurisdicionados e sociedade civil" consiste na quantidade de pessoas capacitadas pela extinta Escola de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/CE), Instituto Waldemar Alcântara, tanto jurisdicionados como sociedade, de forma presencial ou à distância, no âmbito dos municípios.

Quanto ao desempenho do programa no biênio 2016-2017, verificam-se resultados satisfatórios, tanto em âmbito físico como financeiro. Em relação às instruções processuais, por exemplo, registra-se o quantitativo de 34.994 processos instruídos, o que evidencia que os recursos disponíveis foram utilizados com racionalidade e eficiência, permitindo a superação dos resultados esperados e o acompanhamento, em tempo real, das contas públicas.

Em relação à inciativa de formação e qualificação de jurisdicionados e sociedade civil, embora não tenha sido atingida a meta estabelecida para o período, registra-se o quantitativo de 16.316 pessoas capacitadas no biênio, o que é um desempenho significativo diante do cenário observado no início do ano de 2017, marcado pela redução de R$ 20 milhões no orçamento do órgão, o que impactou diretamente nas atividades de todos os setores e campos de atuação do extinto TCM/CE.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Não se aponta aqui desafios específicos, considerando-se que, em função da extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/CE), órgão originalmente gestor do programa em análise, os desafios foram concentrados no programa Controle Externo da Administração Pública Estadual.

PROGRAMA 014 - CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Programa tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública Estadual, tendo como público-alvo a sociedade cearense.
A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	5.705.088,51	3.089.730,88	54,16
2017	4.784.121,48	4.088.008,57	85,45
Total	**10.489.209,99**	**7.177.739,45**	**68,43**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de atividades de controle externo	Instrução processual realizada	Sim	unidade	8.000	7.106	8.000	11.744	16.000	18.850
Desenvolvimento e qualificação de jurisdicionados e sociedade	Pessoa capacitada	Não	unidade	7.000	11.485	9.000	9.359	9.000	11.485

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Realização de atividades de controle externo" corresponde a todos os documentos técnicos acostados especificamente aos processos finalísticos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em âmbito estadual. Enquanto isso, a iniciativa "Desenvolvimento e qualificação de jurisdicionados e sociedade" consiste na quantidade de pessoas capacitadas pela Escola de Contas do TCE/CE (Instituto Plácido Castelo), tanto jurisdicionados como sociedade, de forma presencial ou à distância, em âmbito estadual.

O programa registra no biênio 2016-2017 resultados bastante satisfatórios, em especial no âmbito físico. Em relação ao quantitativo de instruções processuais realizadas, verifica-se que a realização do período ultrapassou a meta programada em 17,81%, refletindo, principalmente, o bom desempenho do ano de 2017.

Em relação ao aspecto orçamentário, registra-se que o ano de 2016 fechou com baixo empenho, devido a fatores, como: (i) Programa para Resultados do Banco Mundial (PforR) - a maior parte dos serviços contratados somente foram empenhados e pagos em 2017; e (ii) São José III - não houve liberação adicional de recursos financeiros para 2016, além de todo o montante já empenhado.

Na iniciativa referente ao desenvolvimento e qualificação de jurisdicionados e sociedade, a meta estabelecida para o biênio também foi superada, em 27,61%, o que foi impulsionado

pelo programa de capacitação promovido pelo Instituto Plácido Castelo, que contempla a oferta de cursos e eventos educacionais, tanto na modalidade presencial como à distância, por meio do programa "e-Ducando", com o uso de plataforma virtual de ensino.

Observa-se uma elevação gradativa no número de cursos e eventos promovidos pela referida Escola de Contas ao longo do tempo, e particularmente para o período analisado, em função de uma maior estruturação de recursos e tecnologia para o setor.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Destaca-se como desafio para este programa a automatização de todo o processo de análise inicial das prestações de contas e dos atos de pessoal. Isso trará grande eficiência aos trabalhos desenvolvidos pelo corpo técnico estadual, gerando maior agilidade para o julgamento dos processos finalísticos, bem como abrirá a oportunidade de atuação mais efetiva na fiscalização concomitante dos recursos públicos estaduais despendidos.

A Escola de Contas do TCE/CE, Instituto Plácido Castelo, vem se modernizando e recebendo maior estrutura de recursos e tecnologia. Com isso, verifica-se elevação gradativa na disponibilização de eventos de capacitação, tanto para o público interno, quanto para o público externo, contribuindo, assim, para a potencialização dos resultados esperados.

PROGRAMA 026 - REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa tem como objetivo promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados, propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários, tendo como público-alvo o poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	3.954.821,00	2.268.781,46	57,37
2017	2.111.735,00	1.475.559,73	69,87
Total	**6.066.556,00**	**3.744.341,19**	**61,72**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de transporte rodoviário e metroviário de passageiros	Estudo Elaborado	Sim	unidade	3	0	0	2	3	2
Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros	Serviço Avaliado	Não	unidade	0	0	1	0	1	0
Regulação técnica dos serviços de saneamento básico	Relatório de Fiscalização Elaborado	Sim	unidade	41	42	41	41	82	83
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico	Estudo Elaborado	Não	unidade	1	0	0	1	1	1
Regulação técnica dos serviços de distribuição e geração de energia elétrica	Relatório de Fiscalização Elaborado	Sim	unidade	34	46	40	11	74	57

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As iniciativas do programa têm impacto em todo o Estado do Ceará e auxiliam outros órgãos e entidades que também desempenham ações nos setores regulados pelo Estado, na tomada de decisão e formulação de políticas públicas.

A iniciativa "Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de transporte rodoviário

e metroviário de passageiros" refere-se ao desenvolvimento de metodologia da atividade regulatória no setor de transporte rodoviário e metroviário de passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza, Sobral e Cariri. No biênio, foram concluídos dois estudos que apresentam o cenário de concessão dos serviços do metrô e a forma de atuação da regulação dos serviços públicos delegados no Estado do Ceará.

A iniciativa relacionada à "Avaliação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros" visa operacionalizar um sistema de informações do transporte baseado no manual de indicadores do setor, permitindo monitorar e controlar os dados do setor e aprimorando a gestão e regulação do sistema. Estava prevista a entrega de produtos apenas no exercício de 2017, quando foram realizados os levantamentos de requisitos para o módulo de arrecadação e homologação dos documentos dos casos de uso do módulo de coleta de dados operacionais. O módulo de monitoramento está suspenso em virtude de necessidade de definição da tecnologia a ser aplicada.

A iniciativa "Regulação técnica dos serviços de saneamento básico" diz respeito à verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais pela empresa do setor. A fiscalização pode ser direta ou indireta, planejada ou contingencial, resultando num Relatório de Fiscalização do qual poderá resultar em processos de acompanhamento de não conformidades e/ou aplicação de penalidades. No biênio 2016-2017, fiscalizações foram realizadas e finalizadas com a emissão de 83 relatórios técnicos.

A oferta da iniciativa "Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico" refere-se ao desenvolvimento de um modelo de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para o Estado e aborda a análise do cenário da gestão do setor, recomendações de mudanças da legislação e formas de financiamento da atividade regulatória.

Para o setor de energia, a iniciativa "Regulação técnica dos serviços de distribuição e geração de energia elétrica", assim como as demais iniciativas relacionadas à regulação técnica de outros setores, está relacionada à garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais pelas empresas. No caso da geração de energia, bem como a distribuição de energia elétrica, o Estado atua por meio de contratos de metas firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica. No biênio, foram realizadas as seguintes fiscalizações nas regiões do Estado do Ceará relacionadas à geração de energia: Cariri, duas fiscalizações nas usinas térmicas; Centro Sul, uma fiscalização na usina térmica de Iguatu; Grande Fortaleza, seis fiscalizações nas usinas térmicas e eólicas; Litoral Leste, sete fiscalizações nas usinas térmicas e eólicas; Litoral Norte, 11 fiscalizações em usinas eólicas; Litoral Oeste/Vale do

Curu, 15 fiscalizações; Maciço de Baturité, uma fiscalização na usina térmica de Baturité; Serra da Ibiapaba, seis fiscalizações nas usinas; Vale do Jaguaribe, uma fiscalização na usina em fase de implantação no município de Quixeré; além da produção de sete relatórios de fiscalização que atenderam todo o Estado do Ceará.

Vale ressaltar que no setor de distribuição de energia elétrica, as atividades têm impacto no Estado como um todo, eventualmente com ações regionalizadas. Para o biênio, foi realizada a adoção de nova metodologia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pela qual os sistemas de informações das concessionárias passaram a ser o objeto principal de atuação, ficando a atividade regulatória concentrada no monitoramento de dados e análise de procedimentos específicos dos serviços.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios relacionados ao programa estão relacionados, principalmente, à definição de políticas públicas e questões institucionais, a exemplo da atuação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) no município de Fortaleza, no setor de saneamento básico. Também no setor de saneamento, destaca-se as recentes legislações federais que têm impacto na atuação das atividades locais e que devem ser adaptadas, bem como a definição da atuação da regulação estadual no Sistema de Saneamento Rural (Sisar) e nos resíduos sólidos que trazem impacto na elaboração e/ou adaptação de normativos para disciplinar as novas atividades.

Os recursos oriundos da operação de crédito a ser firmada entre o Estado do Ceará e o Banco Mundial, visam uma reestruturação dos processos de regulação, com especial atenção aos processos de saneamento, em virtude das novas atividades a serem implementadas. O desafio é que a contratação seja efetivada no menor tempo possível e que não haja descumprimento do cronograma para o fechamento da operação de crédito pelo Estado.

A definição de uma tecnologia que permita a obtenção de dados operacionais no sistema de transporte e que tenha o menor impacto na tarifa é um desafio no módulo que compõe o sistema que vem sendo desenvolvido pelo Estado e deverá ser repensado quanto à sua forma de obter os dados. A possível realização de licitação para o sistema metropolitano, que ensejará uma revisão do estudo já realizado face às novas diretrizes e encaminhamentos dados pelo órgão gestor e pelo Governo, trará impacto na organização e estruturação do serviço de regulação no Estado, principalmente se houver integração com o sistema metroviário de passageiros.

PROGRAMA 047 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	66.219,58	41.477,51	62,64
2017	-	-	-
Total	**66.219,58**	**41.477,51**	**62,64**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de auditorias de contas de gestão	Auditoria Realizada	Sim	unidade	85	95	85	95	170	190
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação Realizada	Sim	unidade	1	4	1	2	2	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Em 2016, foram realizadas 290 atividades de auditoria interna, sendo, além das 95 relativas à Auditoria de Contas de Gestão, 152 referentes à auditoria de Tomada de Contas Especial;

33, a cadastramentos de recomendações dos Planos de Ação para Sanar Fragilidades; três, a auditorias especializadas de obras e serviços de engenharia; duas, a auditoria em projetos financiados com recursos externos; duas, a auditorias técnicas de indicadores; e duas, a auditoria de apuração de denúncia.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se a divulgação do Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, elaborado com o objetivo de orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto aos procedimentos a adotar para a execução e fiscalização de obras e serviços de engenharia contratados com recursos públicos.

No ano de 2017, foram realizadas 95 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2016 à distância, sendo 30 referentes às unidades sorteadas e 65 relativas à verificação de composição processual.

Foram realizadas, ainda, cinco atividades de auditorias especializadas em obras públicas; uma atividade de auditoria especial de apuração de denúncia, registrada por meio do Sistema de Ouvidoria (SOU); duas atividades de auditoria técnica de indicadores no âmbito da operação do Programa para Resultados (PforR), do Banco Mundial; duas atividades de auditoria em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José III); 79 atividades de auditoria de instrução de Tomada de Contas Especiais; realização de uma atividade de auditoria na Folha de Pagamento, em parceria com a Empresa Deloitte; e de uma atividade de auditoria de processo em contratos de gestão celebrados.

Dentre as atividades realizadas, a XXXIX edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, contemplou apresentação e discussão técnica específica do Manual de Obras Públicas para engenheiros, técnicos e todos os envolvidos na execução de serviços de engenharia e obras públicas do Poder Executivo do Governo do Estado do Ceará.

Com relação ao fato de não ter havido execução orçamentária em 2017, isso ocorreu devido às auditorias serem realizadas pelos auditores efetivos, cujos recursos foram executados normalmente por meio das despesas com pessoal.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios relativos ao desempenho do programa para os anos seguintes são: a consolidação das auditorias de desempenho em programas de governo e das auditorias

especiais de obras públicas, bem como a implantação da auditoria de processo com foco em riscos, da auditoria em consórcios públicos e Parcerias Público-Privadas e da auditoria das empresas estatais não dependentes.

PROGRAMA 048 - CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf), Governador, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	4.202.739,38	2.905.780,89	69,14
2017	3.418.237,29	2.130.627,58	62,33
Total	**7.620.976,67**	**5.036.408,47**	**66,09**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio à tomada de decisão pelos gestores, com base na atuação do controle interno como suporte à gestão	Modelo de Informação Elaborado	Não	unidade	0	0	1	1	1	1
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores	Capacitação Realizada	Sim	unidade	1	1	1	2	2	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Em 2016, foi elaborada Nota Técnica contendo o planejamento detalhado do projeto de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliassem no desenvolvimento e na implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC) no âmbito do PforR.

Foi elaborada e disponibilizada a Cartilha do Conselheiro Fiscal, em que apresenta orientações técnicas, visando a padronização das atividades desenvolvidas pelos Conselheiros Fiscais das Organizações Sociais (OS), como forma de aperfeiçoar o uso dos recursos públicos aplicados nessas organizações.

Ainda em 2016, foi implantado o Observatório da Despesa Pública do Estado do Ceará (ODP. Ceará), em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral do Estado (CGU), bem como o Controle Interno Preventivo no âmbito do processo de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, com

funcionamento do Cadastro Geral de Parceiros, do banco de dados único dos fornecedores de bens e serviços dos convenentes, da mão de obra contratada pelos convenentes, além do acompanhamento de todo o processo de forma eletrônica.

No biênio, também foi oferecida a capacitação para 21 turmas de servidores responsáveis pelo processo de transferências de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, com utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv CE), nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Vale destacar que, em 2017, foram realizadas capacitações sobre "Apoio às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público" e "Detecção de Casos de Fraude e Corrupção" para os auditores de controle interno.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios relativos ao desempenho do programa referem-se à consolidação do Programa de Integridade no âmbito do Poder Executivo e a efetiva implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC), a fim de ser utilizado pelos gestores.

PROGRAMA 049 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	8.687.446,75	2.927.006,67	33,69
2017	6.913.885,80	3.736.016,65	54,04
Total	**15.601.332,55**	**6.663.023,32**	**42,71**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Prestação de serviços de ouvidoria, acesso à informação e transpa-rência	Atendi-mento Realizado	Sim	unidade	360.000	379.383	415.000	490.174	775.000	869.557
Realização de ações de fomento ao controle social e qualificação dos servidores e da sociedade	Capa-citação Realizada	Não	unidade	0	0	1	1	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Em 2016, com a implementação de melhorias nas ferramentas informatizadas de relacionamento com a sociedade, foi obtida a nota máxima em avaliação do Portal da Transparência e dos serviços de transparência prestados pelo Governo do Estado do Ceará, por parte do Ministério Público Federal, que considerou aspectos legais e boas práticas de transparência, com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

No tocante ao Sistema de Ética, foram realizadas duas turmas de capacitação em Gestão da Ética Pública, destinada aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Até o final do referido ano, dos 67 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, 61 formaram suas comissões setoriais de ética pública.

Registre-se, também, a contratação de empresa para desenvolver o projeto de "Reformulação

do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão", no âmbito da operação PforR com o Banco Mundial.

Com relação à área de Ouvidoria, o Estado realizou o gerenciamento do Sistema Estadual de Ouvidoria, formado por 67 Ouvidorias Setoriais (Órgãos e Entidades) e 59 unidades de Ouvidorias ligadas à Secretaria de Saúde (Sub-rede da SESA). Foram registradas 69.640 manifestações de ouvidoria, representando um crescimento de cerca de 10% em relação ao número de registros no ano anterior.

Na área de educação social, a CGE realizou sete palestras do Projeto Caminhos da Cidadania, sobre Controle Social, em escolas da Rede Pública Estadual para alunos e professores.

Com relação a 2017, foi realizado o curso de Cidadania ParticipAtiva na modalidade de Educação a Distância (EAD): Controle Social ao Alcance de Todos, com o objetivo de desenvolver na população a consciência cidadã, disseminando de forma didática conhecimentos relacionados à prática do controle social, atingindo mais de 23 mil inscritos.

Cumpre destacar, que foram registrados 391.664 acessos ao Portal da Transparência e alcance de quase 1,5 milhão de acessos desde sua implementação, bem como foram registradas 73.436 manifestações de Ouvidoria e 33.019 solicitações de informações, considerando toda a Rede do Poder Executivo Estadual.

Em relação ao nível de execução orçamentária do programa no biênio, o percentual abaixo de 50% está relacionado aos Projetos de Assistência Técnica voltados ao fortalecimento da gestão do setor público, realizados no âmbito do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR), financiado com recursos do Banco Mundial.

Com efeito, as estimativas orçamentárias originais desses projetos acabaram por não se confirmar em sua execução em virtude de: a) frustração de procedimentos licitatórios; b) conclusão de procedimentos licitatórios somente no final de 2016, impossibilitando a consequente contratação ou execução orçamentária; c) conclusão de procedimentos licitatórios em valores inferiores aos originalmente previstos; e d) redução nas cotações cambiais utilizadas nas estimativas originais.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios relativos ao desempenho do programa para os anos seguintes

são a consolidação do Portal Ceará Transparente, o qual reúne os sistemas de Ouvidoria, Transparência e Acesso à Informação, visando garantir aos cidadãos um canal moderno e prático de comunicação com o Governo do Estado do Ceará; bem como a consolidação do Sistema de Ética Pública.

PROGRAMA 051 - DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PARLAMENTAR

O Programa tem como objetivo aprimorar a qualidade do desenvolvimento da atividade parlamentar, tendo como público-alvo servidores públicos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, estudantes das escolas públicas do Ceará e a sociedade cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	79.823.577,00	78.702.323,61	98,60
2017	78.085.000,00	77.282.542,96	98,97
Total	**157.908.577,00**	**155.984.866,57**	**98,78**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Manutenção dos canais de comunicação do Legislativo com o cidadão	Emissora de Tv/Rádio Mantida	Não	unidade	2	2	2	2	2	2
Apoio ao desenvolvimento da ação parlamentar	Gabinete Parlamentar Mantido	Não	unidade	46	46	46	46	46	46

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Por meio do programa em análise, busca-se assegurar a eficiência e a eficácia do processo legislativo, garantindo o pleno desenvolvimento das atividades parlamentares, oferecendo uma maior transparência destas atividades através dos seus veículos de comunicação.

Com relação ao processo legislativo, destaca-se, na produção legislativa do período em análise, a apresentação de 601 Projetos de Lei; 26 Projetos de Resolução; nove Propostas de Emenda Constitucional; nove Projetos de Lei Complementar; 267 Projetos de Indicação e dez Projetos de Decreto Legislativo, além da apreciação do legado de anos anteriores. Destaca-se, ainda, a atuação das Comissões Técnicas Permanentes, com 318 reuniões ordinárias, 279 reuniões extraordinárias, 352 audiências públicas, 443 estudos técnicos e a realização de 23 seminários.

No que diz respeito à transparência, a Assembleia Legislativa conta, dentre os vários canais de comunicação, com a Rádio FM e TV Assembleia. Foi inaugurado neste período o novo estúdio da TV Assembleia, mais moderno, projetado dentro das normas de acessibilidade e com novos equipamentos de alta tecnologia para a transmissão das Sessões Plenárias, reuniões das Comissões Técnicas Permanentes, Audiências Públicas, além da programação contínua, como telejornais, documentários e programas especiais.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O desafio maior desse programa é assegurar a melhoria contínua do processo legislativo, para que a elaboração de leis e atos normativos tenham maior qualidade e celeridade. Isso perpassa por vários agentes em cadeia, como a manutenção da certificação ISO 9001:2008 da Consultoria Parlamentar, que assessora diretamente os parlamentares e órgãos da Assembleia Legislativa, além da implementação, no biênio 2018/2019, do Banco de Leis Temáticas (BELT).

Outro desafio merece destaque: manter a excelência e a transparência nas transmissões das Sessões Plenárias, reuniões das Comissões Técnicas Permanentes, Audiências Públicas e nas demais atividades legislativas exercidas, a fim de que as informações cheguem em tempo real e de forma fidedigna ao cidadão cearense.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 2

CEARÁ ACOLHEDOR

O Ceará Acolhedor contempla as políticas governamentais que se sustentam no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos. O propósito central deste eixo consiste na inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, priorizando os segmentos vulneráveis.
Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em quatro temas estratégicos: Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política publica que deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

1. de acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;
2. de renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
3. de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: por meio da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;
4. de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais; e
5. sobrevivência a riscos eventuais de natalidade e mortalidade, incluindo o benefício pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários.

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários tendo como unidade de atendimento o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); e os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, que objetivam proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos

direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários decorrentes de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras que tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O resultado esperado neste tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com acesso aos direitos socioassistenciais garantidos. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados	%	86,41	86,41	86,41	88,41
Percentual de municípios com Benefícios Eventuais cofinanciados	%	88,04	88,04	90,21	90,22
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados	%	21,20	21,20	21,20	21,20

Fonte: STDS

O indicador de Cofinanciamento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica manteve-se constante de 2014 a 2016, aumentando dois pontos percentuais em 2017. Contudo, o Governo Estadual ainda não conseguiu atingir a meta de cofinanciamento para a totalidade dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos 184 municípios, conforme determina o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como a de repassar para os municípios o valor de 50% correspondente ao valor da União.

Em relação aos Benefícios Eventuais cofinanciados, o indicador, após apresentar um crescimento de 2,17 pontos percentuais de 2015 para 2016, manteve-se constante desde então. Vale ressaltar que a insuficiência dos repasses provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) ocasionou em 2017 uma descontinuidade dos serviços cofinanciados, deixando de atender um grande contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Quanto ao indicador "Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados", executados pelos Centros de Referência Especializados da

Assistência Social (CREAS), verifica-se que, em razão da falta de recursos financeiros, não houve a expansão do cofinanciamento para demais municípios ao longo da série histórica.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA 072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

O Programa tem como objetivo garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público-alvo crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência com direitos ameaçados ou violados e com vínculos familiares rompidos.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	38.054.467,50	34.711.855,44	91,22
2017	37.715.476,97	35.418.102,86	93,91
Total	**75.769.944,47**	**70.129.958,30**	**92,56**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação de oferta de serviços especializados de média complexidade	Centro de Referência implantado (2)	Não	unidade	6	0	8	0	14	0
Apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	Sim	unidade	968	1.355	1.438	2.130	2.406	3.485
Ampliação da oferta de serviços especializados de alta complexidade	Abrigo implantado	Sim	unidade	8	0	1	0	9	0
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços especializados de alta complexidade	Abrigo estruturado	Não	unidade	13	13	13	1	13	13

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019 como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa prioriza a ampliação de oferta de serviços especializados de alta e média complexidade, o apoio às entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social e a melhoria da estrutura das unidades prestadora de serviços especializados de alta complexidades.

As iniciativas prioritárias de ampliação da oferta de serviços especializados de média e alta complexidade, que contemplam, respectivamente, a implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e dos abrigos, não atingiram a meta programada para o período, pois o recurso financeiro disponibilizado foi insuficiente para a implantação

dos novos serviços, tendo em vista que o Estado do Ceará mantém serviços de acolhimento que deveriam ser municipalizados.

A iniciativa de apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de riscos pessoal e social, superou a meta programada no biênio, em mais de 100%, alcançando o número de 3.485 pessoas atendidas.

A iniciativa de melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços especializados da alta complexidade foi plenamente atendida por tratar-se de ações contínuas para melhoria do atendimento nas 13 unidades de abrigamento.

A execução das iniciativas descritas acima, bem como a reprogramação dos recursos referentes àquelas que não puderam entregar as metas programadas para o período possibilitou a obtenção do percentual médio de empenho dos recursos de 92,56% no biênio 2016-2017.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os principais desafios relacionados a esse programa, estão a universalização do cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, a municipalização dos serviços de Acolhimento Institucional ofertados pelo Estado, o cofinanciamento da Alta Complexidade para os municípios com acolhimentos implantados e a ampliação da descentralização dos serviços de Proteção Especial por meio da implantação de três Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) Regionais, seis abrigos regionais e três unidades regionais do serviço social Famílias Acolhedoras.

PROGRAMA 073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa tem como objetivo consolidar o Sistema Único de Assistência Social em todo o Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	5.900.578,86	772.617,92	13,09
2017	1.615.256,09	814.200,08	50,41
Total	**7.515.834,95**	**1.586.818,00**	**21,11**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Assesso-ramento à gestão municipal na Política de Assistência Social	Município asses-sorado	Não	unidade	184	175	184	184	184	184

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa possui como iniciativa prioritária o assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social, cujo objetivo é a capacitação dos gestores e técnicos municipais sobre os temas relacionados a essa política.

Considera-se satisfatório o desempenho das ações no programa, pois foram assessorados os 184 municípios, atingindo o percentual de 100% da meta programada para o período. Os assessoramentos aos municípios consistem na realização de consultoria individualizada e de oficinas de apoio técnico de forma regionalizadas, atendendo as 14 regiões do planejamento, cujo público-alvo são os secretários municipais, técnicos de gestão e conselheiros.

As oficinas de apoio técnico abordaram temas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, implantação dos blocos de cofinanciamento federal, elaboração do Plano Decenal de Assistência Social, elaboração do Plano Plurianual referente ao quadriênio 2018/2021, preenchimento do CEMARIS/2017 e Censo SUAS/2017 e funcionamento da vigilância socioassistencial e Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

O biênio foi finalizado com o Encontro Estadual de Gestores Municipais, com o objetivo de fomentar a integração e a articulação entre governos estadual e municipais na operacionalização das políticas públicas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Trabalho, assim como contribuir para a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados aos usuários.

O valor previsto no orçamento do programa para 2016 foi de R$ 5.900.578,86, dos quais R$ 5.550.578,86 seriam provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Entretanto, desse valor, só foram liberados R$ 423.617,86, ou seja, 8,07%, sendo os demais recursos empenhados pela fonte tesouro estadual. Em 2017 houve uma melhora na execução, mesmo o MDS não tendo liberado a totalidade dos recursos previstos para o ano, pelo que muitas ações tiveram que ser financiadas pelo custeio do Estado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa refere-se à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujas iniciativas contemplam o assessoramento à gestão municipal na política de Assistência Social e a capacitação dos gestores e trabalhadores do SUAS com o objetivo de consolidar o sistema em todo o Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses.

A implementação do SUAS apresenta muitos desafios, dentre os quais pode-se destacar o apoio dos municípios nas articulações e adesões ao programa e no desenvolvimento das atividades relacionadas ao fortalecimento da política.

PROGRAMA 080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Programa tem como objetivo assegurar a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Ceará, apoiando a gestão municipal e a rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica, tendo como público-alvo os gestores e técnicos dos municípios, crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	53.402.242,12	37.268.568,18	69,79
2017	70.206.604,62	53.237.960,38	75,83
Total	**123.608.846,74**	**90.506.528,56**	**73,22**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	Família atendida	Não	unidade	1.391.000	683.175	1.368.796	644.750	1.391.000	683.175
Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	Não	unidade	7.600	0	7.200	0	7.600	0
Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social	Pessoa atendida	Não	unidade	3.473	419	3.359	2.794	3.473	2.794
Atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social	Família atendida	Sim	unidade	125	10.079	2.000	2.062	2.125	12.141
Manutenção da oferta de serviços da Proteção Social Básica	Unidade de Atendimento mantida	Não	unidade	21	21	21	12	21	21
Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social (2)	Equipamento Social implantado	Sim	unidade	34	17	0	36	34	53

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) Houve um problema no registro da adequação do valor para 2017, que seria 51, e não 0. Foi também identificado um erro no preenchimento dos dados da execução física no sistema, cujos valores corretos constam no texto da avaliação do programa.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa de "Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social" contempla as famílias referenciadas no território de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) municipais em situação de vulnerabilidade social e o público prioritário do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), Estação Família e Benefício Eventual (BE). A sua execução atingiu somente 49,11% da meta programada em razão da redução dos recursos para os projetos Estação Família e Benefício Eventual (BE).

A iniciativa de "Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social" refere-se ao Projeto Investimento Cidadão, que não recebeu recursos para a execução de suas ações no biênio.

Em relação à iniciativa de "Apoio ao atendimento a pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social", que consiste na implementação de políticas públicas para inserção social e de acessibilidade (Ceará Acessível), destaca-se que, embora não tenha sido atingida a meta estabelecida no biênio, houve uma evolução no número de pessoas atendidas entre 2016 e 2017, passando de 419 para 2.794 pessoas atendidas no último ano.

O "Atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social" é o que tem apresentado desempenho mais satisfatório no âmbito deste programa. Ele é realizado por meio das unidades da Proteção Social Básica que são: ABCs, Circos, Espaço Viva Gente e os Centros Comunitários. São espaços de convivência e fortalecimento de vínculos sociais, financiados com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, cujas metas estão sendo atendidas satisfatoriamente.

A iniciativa de "Manutenção da oferta de serviços da Proteção Social Básica" refere-se aos espaços de convivência e fortalecimento de vínculos sociais onde são executados os serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica. Durante o biênio foram mantidas 21 unidades para o atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.

A iniciativa de "Apoio à ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social" refere-se a implantação de espaços lúdicos para o desenvolvimento infantil, contribuindo para a educação e proporcionando à comunidade do entorno, um local de lazer e socialização. Das 85 unidades programadas para o biênio, foram implantadas 31 brinquedopraças e 35 brinquedocreches, totalizando 66 equipamentos, beneficiando 3.500 crianças.

Observa-se que houve uma execução satisfatória do orçamento onde a meta executada no biênio atingiu 73,22% do programado. Devido à abrangência das ações desse programa, as maiores dificuldades resultam de iniciativas cuja implantação depende de critérios técnicos, das parcerias e do envio de documentação por parte das prefeituras, principalmente quando há mudanças na chefia do executivo dos municípios que contemplam esses projetos.

PRINCIPAIS DESAFIOS

São muitos os desafios no âmbito da Proteção Social Básica, dentre os quais se incluem o reordenamento das Unidades de Atendimento da Capital, o fortalecimento da Rede de Atendimento da Proteção Social Básica e o Pacto de aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com a universalização do Cofinanciamento do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e dos Benefícios Eventuais (BE) para os 184 municípios cearenses. Até 2017, o BE e o PAIF estavam em 166 e 159 municípios, respectivamente.

O Cofinanciamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o BE (Benefícios Eventuais) são ações de caráter continuado que envolvem o trabalho com famílias, com a finalidade de fortalecer a sua função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de qualidade de vida.

O Estado do Ceará firmou pacto com a União, através da Secretaria Nacional da Assistência Social, como forma de se qualificar para gestão da Política de Assistência Social e para receber recursos federais no âmbito dessa política. O não cumprimento das metas, que são pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e aprovadas no Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS), coloca o Estado numa situação de débito com Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e com os municípios.

TEMA – HABITAÇÃO

A questão habitacional no Ceará, refletindo a realidade brasileira, se caracteriza pela existência de déficit habitacional e inadequação dos domicílios em nível expressivo. Os componentes do déficit habitacional são classificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco); coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo); ônus excessivo (famílias com renda de até três salários mínimos despendendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel); adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de

três). Por sua vez, a inadequação domiciliar se constitui em: domicílios carentes de serviço de infraestrutura; domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva; e adensamento excessivo em domicílios próprios.

A Política de Habitação foi estabelecida com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e à inadequação domiciliar no Estado do Ceará. O tema Habitação, relacionado ao Eixo Acolhedor, em função da descentralização das políticas, tem a execução dos seus programas e projetos sob a responsabilidade dos estados e municípios, com a parceria com o Governo Federal.

Além disso, o Estado é uma das partes envolvidas no enfrentamento do problema. Os municípios também celebram instrumentos junto a União e o Governo Federal detém a informação totalizada das contratações, bem como das entregas.

Ademais, há instituições financeiras federais que também contribuem para o enfrentamento do déficit habitacional, uma vez que os financiamentos para habitações populares são parte da solução desse problema para as famílias de baixa renda, segmento alvo das ações do Governo do Estado do Ceará.

O resultado esperado nesse tema estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos. O desempenho do indicador que mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Famílias beneficiadas com habitação de interesse social	Nº	3.149	3.591	7.696	4.858

Fonte: SCidades

O indicador "Famílias beneficiadas com habitação de interesse social" refere-se ao número de famílias de baixa renda que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais. No biênio 2016-2017, foram beneficiadas 12.554 famílias com a entrega de unidades habitacionais, resultando no aumento de 86,26% em relação às entregas realizadas no biênio 2014-2015, o que evidencia a potencialização da política de habitação neste PPA quanto à ampliação da oferta de moradia.

Das 12.554 unidades habitacionais entregues no biênio 2016-2017, 12.499 unidades relacionavam-se ao apoio do Estado junto ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e 55 unidades no apoio à construção de unidades habitacionais em parceria com os municípios. No apoio ao PMCMV, a distribuição das unidades no biênio foi composta pelas modalidades Fundo de Arrendamento Residencial - FAR (11.667 unidades), PMCMV Fase 2/SUB 50 (170 unidades), e Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR (662 unidades).

O contingenciamento de recursos da União desde 2015, em decorrência da crise político-econômica enfrentada no país, provocou atraso no repasse dos recursos federais para início/execução/conclusão dos empreendimentos e, ainda, contribuiu expressivamente na diminuição de novas contratações, cujo reflexo se observa na reversão da tendência de crescimento da entrega de unidades habitacionais, em 2017, comparativamente ao período 2014-2016.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA HABITAÇÃO

PROGRAMA 022 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Programa tem como objetivo proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar, tendo como público-alvo famílias de baixa renda aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais no âmbito estadual e federal.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	48.245.137,87	34.945.090,56	72,43
2017	47.618.924,80	34.413.081,89	72,27
Total	**95.864.062,67**	**69.358.172,45**	**72,35**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana	Unidade Habitacional Entregue	Sim	unidade	15.500	7.101(2)	10.400	4.714	25.900	11.815
Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho	Unidade Habitacional Entregue	Sim	unidade	128	0	128	0	128(3)	0
Oferta de moradia de interesse social - Dendê	Unidade Habitacional Entregue	Sim	unidade	600	0	1.080	0	1.080(3)	0
Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dend	Unidade Habitacional Reformada	Sim	unidade	1.200	0	147	0	1.347	0
Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural	Fogão Sustentável Instalado	Sim	unidade	3.000	3.139	3.000	1.485	6.000	4.624
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural	Unidade Habitacional Entregue	Sim	unidade	2.750	470(2)	2.750	144	5.500	614

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA).
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) Na comparação entre o total de unidades de 2016 de "Famílias beneficiadas com habitação de interesse social" registrado na tabela dos Indicadores Temáticos (7.696), com o somatório das iniciativas de oferta de moradia de interesse social na área urbana e área rural (7.571), há uma diferença de 125 unidades habitacionais. Essa diferença corresponde a entregas de unidades habitacionais realizadas em 2016, cujas informações foram recebidas dos agentes operadores somente em 2017.
(3) O valor corresponde à reprogramação da oferta de 2016 para 2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa Habitacional inclui iniciativas que vão desde a ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana, oferta de moradia de interesse social nos projetos de desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) Rio Maranguapinho,

Rio Cocó e Dendê, melhoria das condições físicas das unidades habitacionais em áreas urbanas e no âmbito do Projeto Dendê, melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural, até a execução de ações de regularização fundiária em áreas urbanas e em conjuntos habitacionais administrados pela extinta Cohab-Ce (em liquidação). O principal parceiro das ações de oferta de unidade habitacional é a União, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), operacionalizado pelos agentes CAIXA e Banco do Brasil.

A iniciativa "Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana" viabilizou no biênio 2016-2017 a entrega de 11.815 unidades habitacionais, do programado de 25.900 unidades (45,62%). Refere-se ao aporte de recursos de contrapartida do Estado junto ao PMCMV (FAR e Sub 50.2) em contratos de subvenção econômica, bem como a convênios e termos de ajuste celebrados com os municípios.

O contingenciamento de recursos do PMCMV desde 2015 e a redução das contratações de novos empreendimentos foi a principal causa do desempenho desta iniciativa e se constitui fator de risco para o programa.

As entregas do biênio 2016-2017 aconteceram nas regiões de planejamento Cariri (1.593 unidades), Centro Sul (22), Grande Fortaleza (7.158), Maciço do Baturité (15), Serra da Ibiapaba (16), Sertão de Canindé (509), Sertão de Sobral (2.301), Sertão dos Crateús (195) e Sertão dos Inhamuns (6).

A iniciativa "Oferta de moradia de interesse social - Rio Maranguapinho" não realizou entrega no período 2016-2017. Corresponde a 128 unidades habitacionais do Residencial Santo Sátiro, no Bairro Acaracuzinho, no Município de Maracanaú, ligado ao componente de habitação do Projeto Rio Maranguapinho.

Embora com 47% dos serviços executados em dezembro de 2017, a obra de construção do Residencial Santo Sátiro necessitou de alterações no projeto quanto a abastecimento de água e esgotamento sanitário, rede de energia elétrica e a pavimentação de vias. A construtora desistiu da obra, alegando dificuldades financeiras, houve paralisação, e o contrato venceu em março de 2017. Foi realizado o levantamento dos serviços restantes para concluir a obra e o orçamento, que se encontra na CAIXA, em análise. Nesse ínterim, houve invasão do Residencial, em novembro/2017.

A iniciativa "Oferta de moradia de interesse social – Dendê" não realizou entrega no biênio 2016-2017. São 1.080 unidades no Residencial Dendê, bairro Edson Queiroz, para famílias

daquela comunidade que ocupam de forma irregular a área de preservação do Rio Cocó, na área da baixada.

Os fatores que prejudicaram o desempenho desta iniciativa foram a demora na aprovação dos serviços referentes à estação elevatória de esgotamento sanitário, na execução dos pontos de entrega de energia (postes), e na liberação do pagamento de medições à construtora.

A iniciativa "Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais – Dendê" não realizou entrega no biênio 2016-2017. Houve necessidade de alterar o projeto de urbanização para atender demandas da Comunidade Dendê, e de submeter os projetos para análise e aprovação pela Prefeitura de Fortaleza e CAIXA, que motivou a reprogramação de conclusão para 2018.

A iniciativa "Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural" entregou 4.624 fogões sustentáveis no biênio 2016-2017, de uma programação de 6.000 fogões (77,07%).

As entregas aconteceram nas regiões Cariri (468 unidades), Centro Sul (189), Grande Fortaleza (453), Litoral Leste (315), Litoral Norte (132), Litoral Oeste/Vale do Curu (346), Maciço do Baturité (771), Serra da Ibiapaba (96), Sertão Central (572), Sertão de Canindé (244), Sertão de Sobral (172), Sertão dos Crateús (277) e Vale do Jaguaribe (589).

A iniciativa "Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural" entregou 614 unidades habitacionais no biênio 2016-2017, do programado de 5.500 unidades (11,16%). A queda do ritmo das contratações do PMCMV – PNHR em decorrência do contingenciamento de recursos do Governo Federal refletem também a redução dos recursos de contrapartida do Estado e se constitui num fator de risco para o programa, caso o cenário econômico não melhore.

As entregas aconteceram nas regiões Cariri (119 unidades), Centro Sul (47), Grande Fortaleza (123), Litoral Leste (16), Litoral Norte (39), Litoral Oeste/Vale do Curu (153), Maciço do Baturité (25), Serra da Ibiapaba (11), Sertão Central (26), Sertão de Sobral (39), Sertão dos Crateús (6), Sertão dos Inhamuns (10).

No período em análise foram empenhados 72,35% dos recursos consignados nas LOAs 2016 e 2017 (Lei + Créditos). Caso persista a queda do ritmo das contratações do PMCMV, em decorrência do contingenciamento de recursos do Governo Federal, e não haja melhora do cenário econômico no biênio 2018-2019, persistirá a redução do número de entregas de unidades habitacionais.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O principal desafio do Programa Habitacional para o biênio 2018-2019 é no sentido de viabilizar os recursos federais junto à União com vistas a ampliar a oferta de unidades habitacionais no Estado do Ceará.

Ressalte-se, ainda, o desafio de entregar 13.654 unidades habitacionais, das quais 12.446 no apoio ao PMCMV, nas modalidades FAR (7.597 unidades), Sub 50 (559 unidades) e PNHR (4.290 unidades); a entrega do Residencial Santo Sátiro (128 unidades), do Projeto Rio Maranguapinho; e a entrega do Residencial Dendê (1.080 unidades), tendo em vista contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo do estado.

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O tema Inclusão Social e Direitos Humanos baseia-se no acolhimento à dignidade da pessoa humana como direito constitucional. O Governo do Estado do Ceará tem alinhado seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos uma condição de políticas especiais em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, o Estado do Ceará, seguindo a União, garantiu na sua organização político-administrativa o atendimento constitucional das diretrizes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), pelo que fortaleceu e reorganizou a sua estrutura organizacional, tratando os segmentos especiais como tema transversal das políticas setoriais.

O Governo Estadual definiu alternativas de política para acolher os segmentos de crianças e adolescentes, mulheres, étnico-raciais, idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população de rua e minorias sociais (contingentes populacionais vulneráveis), o que tem gerado bons resultados em relação à promoção e defesa dos direitos desses segmentos.

O resultado esperado neste tema estratégico são os indivíduos e grupos sociais vulneráveis com inclusão e direitos humanos assegurados. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de imóveis rurais com regularização fundiária realizada	%	62,06	62,00	69,03	78,52
Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidas.	Nº	2.443	1.341	1.355	1.226
Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE	%	50,00	50,00	30,00	60,00

Fonte: SDA/STDS/SEAS

No biênio 2016-2017, o processo de regularização fundiária aumentou o percentual de imóveis regularizados em 16,52% em relação ao biênio anterior. O ano de 2017 alcançou a totalidade 78,52% de imóveis rurais regularizados no Estado, representando um acréscimo de 9,49 pontos percentuais em comparação às ações desenvolvidas no ano de 2016.

Importante destacar, ainda, que as atividades de regularização fundiária no ano de 2017 foram desenvolvidas nas 14 regiões de planejamento, com recursos estaduais, em maior montante, e complementados com recursos federais. Tal incremento se deve à execução do processo de retirada de pendências geocadastrais dos municípios já beneficiados em anos anteriores. Em 2017, foram geocadastrados 205.273 imóveis rurais.

Os serviços de acolhimento de gestão estadual têm como público-alvo crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, cujos direitos foram ameaçados ou violados, e apresentaram vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Os referidos serviços ofertaram proteção integral aos usuários com acesso aos direitos básicos: saúde, segurança alimentar, moradia, vestuário, profissionalização, educação, lazer, entre outros, reduzindo os agravos decorrentes de situações violadoras de direitos.

Os atendimentos realizados no ano de 2014 proporcionaram o acolhimento de 2.443 pessoas, número bastante elevado, em decorrência do contexto de vulnerabilidade social e das dificuldades de acesso das famílias à rede de atendimento básico. No ano de 2015, verificou-se uma redução significativa de 1.102 acolhimentos (45,10%), estendendo-se para os anos de 2016 e 2017, em consequência do desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas e do reordenamento e ampliação dos serviços de acolhimento de gestão municipal.

O número total de adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos que cumpriram medidas socioeducativas nos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará foi de 3.342, em 2017,

sendo que destes, 2.615 foram admitidos durante o ano e 727 eram remanescentes do ano de 2016. Os provisórios ficam por um período mais exíguo, de até 45 dias, enquanto os sentenciados permanecem entre seis meses a três anos, havendo, portanto, uma grande rotatividade. Em 2017, a média de adolescentes e jovens em atendimento em um mesmo dia foi de 900, número abaixo da capacidade total de atendimento do conjunto das Unidades, que é de 950 socioeducandos.

Os dados foram analisados de acordo com o número de adolescentes que estavam no Sistema no primeiro dia do ano, somados aos que passaram, no decorrer do mesmo ano, pelos Centros Socioeducativos localizados nas cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu e Crateús, e que, portanto, foram atendidos pelo Estado com as ações socioeducativas conforme orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O indicador "Percentual de unidades de medidas socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE" cresceu 30 pontos percentuais em relação a 2016, especialmente devido à criação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) em julho de 2016, impactando na melhoria da gestão do sistema, e ao aumento do volume de recursos destinados à melhoria da infraestrutura e manutenção dos Centros Socioeducativos. Estas melhorias permitiram a implementação das atividades de educação formal e profissional, saúde, arte, cultura, esporte e lazer em todos os Centros Socioeducativos do Estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

PROGRAMA 005 - GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo atender a garantia dos direitos humanos e cidadania, ampliando a visibilidade e a acessibilidade dos serviços oferecidos a sociedade, tendo como público-alvo a população em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	44.227.516,52	42.595.822,62	96,31
2017	53.133.222,05	51.013.794,09	96,01
Total	**97.360.738,57**	**93.609.616,71**	**96,15**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Garantia da proteção a pessoas ameaçadas	Pessoa Assistida	Não(2)	unidade	155	109	155	167	310	276
Atendimento e acolhimento de vítimas e familiares de crimes violentos e tráfico de pessoas	Pessoa Atendida	Não(2)	unidade	9.980	5.899	10.620	3.514	20.600	9.413
Realização de atendimentos em ações de cidadania	Pessoa Bene-ficiada (3)	Não	unidade	1.550.000	2.474.298	1.820.000	2.597.958	1.820.000	2.597.958

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) O produto Pessoa Assistida foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019 como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.
(3) Considera-se nesse produto a quantidade total de atendimentos realizados, o que importa dizer que uma mesma pessoa pode ter sido beneficiada por um ou mais atendimentos.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No período em análise, o Programa Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania teve sua atuação pautada por três grandes áreas: a coordenação dos programas de proteção, a prestação de serviços ao público e o enfrentamento à violência e ao tráfico de pessoas.

Sobre os programas de proteção, é importante salientar que, embora as ações realizadas pelos mesmos não sejam tão divulgadas à sociedade em virtude do sigilo que as envolve, os números alcançados pelo Estado são bem expressivos e relevantes. Entre os anos de 2016 e 2017, o Estado contou com convênios celebrados para a Proteção das Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), das vítimas e testemunhas de crimes (PROVITA) e da Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH). Apenas contabilizando esses três programas nos anos em referência, foram contempladas 276 pessoas com atendimento voltados à garantia de sua integridade física e psicológica. Ademais, destaca-se que o esforço empregado para a realização das ações e o número de pessoas atendidas indiretamente e beneficiadas pela proteção são muito maiores, lembrando que não se pode falar de garantia

efetiva da proteção a uma pessoa sem pensar no impacto que também recai sobre sua família, amigos e comunidade.

Vale ressaltar que, embora os três programas estejam em plena execução, o PPCAAM passou seis meses sem realizar atendimentos no ano de 2016 em virtude da celebração de novo convênio, o que restringiu significativamente a quantidade de atendimentos que poderiam ter sido realizados.

Diante do exposto e considerando as atuais equipes reduzidas de trabalho na coordenação dessas políticas de proteção, considera-se satisfatório o resultado dos indicadores, tendo em vista que nunca houve qualquer tentativa de homicídio de pessoas que estejam em proteção.

No tocante ao enfrentamento à violência e ao tráfico de pessoas, o Estado conta com o Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV) e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). Sobre o CRAVV, ressalta-se a dificuldade na ampliação das ações considerando as equipes multidisciplinares reduzidas de trabalho e a não expansão das ações para o interior do estado. De acordo com os dados acumulados do biênio em referência, foram atendidas 1.440 pessoas pelo CRAVV e 7.973 pessoas pelo NETP, e atualmente englobam também o Posto de Atendimento ao Migrante do aeroporto de Fortaleza e realizam atendimentos aos refugiados, público inicialmente não previsto no escopo das ações. Cumpre ressaltar ainda o trabalho realizado pelo NETP junto à concessionária do aeroporto, bem como a outras instituições públicas e da sociedade civil para a realização de capacitação acerca do tráfico de pessoas.

Com relação aos atendimentos realizados em ações de cidadania, estas respondem pelos dados mais expressivos positivamente, como pode ser observado nos resultados do Programa Vapt Vupt, fruto de uma parceria público-privada. O Programa realizou por meio de suas quatro unidades (Antônio Bezerra – Messejana – Sobral – Juazeiro do Norte) 3.887.472 atendimentos no biênio 2016-2017, e arrecadou mais de R$ 3 milhões de reais apenas com a taxa de emissão da 2ª via do documento de identidade. Todas as unidades operam na capacidade máxima, realizando em torno de 165.000 atendimentos por mês e há estudos sendo realizados para a ampliação do Programa em mais duas novas unidades.

Comparando os dados realizados pelas unidades do Vapt Vupt nos anos de 2016 e 2017, registrou-se um crescimento de mais de 50.000 atendimentos. É importante ainda destacar que dentro das unidades desse Programa no município de Fortaleza estão instalados os Núcleos de Cadastro de Visitante (NUCAV), porta de entrada dos familiares dos internos do Sistema Prisional. Apenas nos NUCAVs, foram realizados no ano de 2017 mais de 42.000 atendimentos.

Além do Programa mencionado acima, são mantidos e coordenados ainda o Balcão da Cidadania e as Casas do Cidadão, além do Projeto Caminhão da Cidadania que retornará às atividades ainda no ano de 2018, após dois anos sem funcionamento, por meio da emissão de documentos e distribuição do Papel da Casa nos municípios do interior.

O Balcão da Cidadania e as Casas do Cidadão também realizam os serviços de emissão de documentos. No entanto, enquanto existem duas unidades da Casa do Cidadão em Fortaleza (Assembleia e Benfica), o Balcão da Cidadania realiza atividades itinerantes por todas as regiões do Estado do Ceará.

Mesmo com as unidades do Vapt Vupt em funcionamento, houve crescimento dos atendimentos realizados também por essas outras unidades, o que comprova a elevada demanda por esse tipo de serviço que engloba, além da emissão de RG, CPF, Carteira de Trabalho, CNH, atendimentos bancários (em parceria com a Pague Menos Serviços). Apenas nas Casas do Cidadão, a quantidade de atendimentos passou de 76.423 em 2016 para 169.646 em 2017.

Sobre a Comissão Especial de Anistia Wanda Rita Othon Sidou, compete também à Sejus coordenar esse trabalho de análise, julgamento e pagamento das indenizações aos ex-presos políticos do Estado, atendendo a um compromisso de governo. No ano de 2016, foram concedidas nove indenizações, enquanto em 2017 houve um crescimento expressivo nos julgamentos e pagamentos, obtendo-se 49 indenizações.

Paralelo a essas ações, está a coordenação dos conselhos e comitês voltados à temática, como: Conselho Penitenciário (Copen), Conselho Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT) e Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH) que, no biênio 2016-2017 tiveram como maior objetivo garantir o fortalecimento e a ampliação do alcance de suas ações.

Verifica-se, de forma geral, que as metas programadas para o biênio foram alcançadas em sua quase totalidade, em alguns casos até superadas, o que se refletiu no desempenho orçamentário, com execução de quase 100% do valor programado para o período. Apenas a iniciativa de atendimento e acolhimento de vítimas e familiares de crimes violentos e tráfico de pessoas teve um desempenho físico abaixo do esperado, devido principalmente à impossibilidade de regionalização das ações no período em análise.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta, dentre os seus desafios, a implantação da 5° Central de Atendimento do Programa Vapt Vupt em Fortaleza, como forma de cumprir com o contrato comercial que

gerou a Parceria Público-Privada (PPP) e, mais que isso, dESAFogar as duas outras unidades já estabelecidas na capital, que estão operando em sua capacidade máxima.

A formalização dos Núcleos de Cadastro de Visitantes (NUCAVs) na estrutura organizacional do Estado configura-se como outro importante desafio. Este programa foi concebido com a missão de proporcionar ao visitante do sistema prisional uma estrutura humanizada, digna e com atendimento ágil e padronizado, que hoje é realizado dentro das Unidades do Vapt Vupt, em Fortaleza. É importante esclarecer ainda que esse Programa beneficiou de forma efetiva as gestões das unidades penitenciárias, com a retirada do diário e constante atendimento aos familiares dos privados de liberdade das Unidades Prisionais, dESAFogando, assim, os agentes penitenciários dessa atividade.

Por fim, destaca-se a necessidade de regionalização dos atendimentos de enfrentamento e superação da violência por meio de unidades regionais do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV), além das ações que são realizadas pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), alcançando os dois principais polos que atualmente não estão contemplados: Norte e Sul do Estado.

PROGRAMA 030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O Programa tem como objetivo contribuir com a redução das desigualdades regionais e nas formulações de políticas públicas, que atendam as diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como público-alvo agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	35.535.342,11	20.677.919,22	58,19
2017	29410873,1	20237895,94	68,81

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio a implantação de projetos de infraestrutura produtiva e social nos territórios rurais	Projeto Apoiado	Sim	unidade	14	0	14	0	28	0
Promoção do acesso ao Subprojeto de Aquisição de Terra - SAT pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF	Família Atendida	Sim	unidade	600	184	600	20	1.200	204
Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário	Família Beneficiada	Sim	unidade	8.522	8.892	5.682	9.597	14.204	18.489

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa tem um forte componente de parceria com o governo federal, no tocante às ações para o atendimento das demandas territoriais; estas, por sua vez, dependem de recursos previstos em instrumentos de repasse efetivados pela União, que sofreu redução na sua disponibilidade. Mesmo com a realização de uma série de ações com o objetivo de subsidiar uma melhor efetividade do programa durante o biênio, os avanços observados foram tímidos.

Na iniciativa "Apoio à implantação de projetos de infraestrutura produtiva e social nos territórios rurais", que visa apoiar a infraestrutura produtiva com aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis para melhorar a geração de emprego e renda, não houve execução das metas previstas para o biênio de 2016-2017. Os processos demandados pelos colegiados territoriais não foram aprovados pela Caixa Econômica Federal, mandatária dos recursos no biênio em questão.

A iniciativa "Promoção do acesso ao Subprojeto de Aquisição de Terra - SAT pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF" atendeu 204 famílias no período com o acesso a terra e a infraestrutura produtiva, através de financiamento no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), em suas três linhas de financiamentos. Importante destacar que no biênio em questão o PNCF sofreu uma paralização nas aquisições em carteira, devido à reestruturação do Programa.

Referente à iniciativa de apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário, no que diz respeito ao processo de regularização fundiária no Estado do Ceará, no biênio 2016-2017, foram atendidas 18.489 famílias com o processo de regularização fundiária, que envolve desde as atividades de retirada de pendências cadastrais, à confecção de peças técnicas e elaboração de Títulos de Domínios, superando a meta total programada para o período.

No período foram empenhados 63% dos recursos (Lei+ Créditos) consignados nos orçamentos 2016 e 2017. Do exposto, pode-se enfatizar que a eficiência e a eficácia do programa ficaram comprometidas no tocante ao planejado com recursos de outras fontes, fatores esses que levaram ao não alcance de algumas metas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Considera-se como o principal desafio para o biênio 2018-2019, a busca dos recursos pactuados pelo Estado e União para a efetiva execução do Programa, principalmente para o encaminhamento e a finalização de processos de aquisição já iniciados e não concluídos ou que fracassaram, dificultando a execução das metas contratadas.

Nesse sentido, estão sendo realizadas articulações junto aos órgãos da União para efetiva liberação dos recursos e confeccionados novos processos licitatórios para execução e alcance das metas estimadas.

Outro desafio encontrado foi a manutenção da estrutura territorial colegiada existente no estado diante da nova estrutura do governo federal decorrente da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No caso, as políticas e os programas de desenvolvimento territorial foram impactados fortemente com essas mudanças.

Destaca-se, ainda, como oportunidades, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais, como: prefeituras municipais, sindicatos rurais e entidades governamentais.

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como objetivo contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis, tendo como público-alvo mulheres, populações negra, indígena, cigana e de rua, crianças e adolescentes, jovens, segmento LGBT, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	17.314.460,39	16.846.100,07	97,29
2017	2.543.524,00	1.363.720,00	53,62
Total	**19.857.984,39**	**18.209.820,07**	**91,70**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis	Servidor Capacitado	Não	unidade	3.425	762	2.785	3.127	3.425	3.127
Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais	Evento de Participação Cidadã Realizado	Não	unidade	138	34	87	76	138	76
Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis	Evento Realizado	Não	unidade	225	69	110	57	225	69
Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis	Pessoa Capacitada	Não	unidade	9.530	2.038	2.620	9.465	9.530	9.465
Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade	Pessoa Atendida	Não	unidade	17.290	22.158	32.290	23.727	32.290	23.727

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa, na perspectiva de contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos, prioritariamente de pessoas em situação de vulnerabilidade, definiu iniciativas que abrangem desde a melhoria do acolhimento às pessoas com direitos humanos violados, até estímulos para a busca de autonomia e empoderamento, visando à melhoria de sua qualidade de vida.

Durante o biênio 2016-2017, investiu-se na capacitação de 762 agentes públicos, em 2016, e de 3.127, em 2017, visando à melhoria do atendimento aos grupos vulneráveis, por agentes

públicos das áreas da saúde, assistência social, segurança pública e educação, bem como por servidores do Tribunal de Justiça, Ministério Público, dentre outros órgãos e entidades estaduais e municipais, capacitando-os para atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para realizar um acolhimento humanizado, com sensibilidade, sem preconceito e discriminação de qualquer natureza.

No que se refere à ampliação do controle social e da participação democrática e popular, daqueles grupos, nas políticas transversais, foram promovidos e realizados 34 eventos de participação cidadã, em 2016, e 76, em 2017, objetivando a efetividade dessas políticas por meio do estímulo à criação, instalação e fortalecimento dos conselhos municipais e estaduais, de fóruns, realização de audiências públicas com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entre outros organismos relacionados com aquelas políticas. Ainda em relação à participação cidadã, no período de 2016 e 2017 pode-se destacar a realização de oficinas e seminários para fortalecimento/criação dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência, de reuniões institucionais nas comunidades quilombolas, do Comitê da Reserva Taba dos Anacés, do Comitê Estadual de Acompanhamento da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado do Ceará, das conferências macrorregionais e Conferência Estadual para Promoção da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT do Ceará, Comitê Gestor do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural, dos Fóruns Regionais de Juventude, dos Fóruns dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, além da criação do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Comitê de Combate à LGBTfobia.

Em relação à promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais, foram realizados 69 eventos, em 2016, e 57, em 2017, entre eles, campanhas, seminários, palestras, oficinas, rodas de conversas, apresentações culturais, mostra de filmes, intervenções artísticas, shows, eventos e debates em alusão a datas comemorativas e marcos legais com distribuição de material educativo e pronunciamentos.

Tais ações, associadas à formação de 2.038 pessoas dos grupos vulneráveis, em 2016, e de 9.465, em 2017, buscaram contribuir para o seu empoderamento, de forma a torná-los aptos a ingressar no mercado de trabalho em melhores condições, com maior autoestima para superar as dificuldades, conquistar seus direitos e enfrentar situações relacionadas à violência contra a mulher; a armas, drogas e homicídios na adolescência; ao racismo institucional e à LGBTfobia, entre outras formas de violência, assim como capacitar organizações não governamentais de pessoas com deficiência em gestão e sustentabilidade dessas instituições. Entre as citadas formações, incluem-se o Projovem Urbano e o Projovem Campo, que ampliam o acesso à educação e à qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos que

não concluíram o Ensino Fundamental, inclusive em unidades prisionais.
Outras ações realizadas no biênio 2016-2017 que merecem destaque, são: a construção da Casa da Mulher Brasileira, a ser inaugurada em 2018, e a adoção de medidas para promover, resgatar direitos e possibilitar avanços significativos à população LGBT.

Também foram beneficiadas 22.158 pessoas, em 2016, e 23.727, em 2017, por meio do acesso à meia passagem e à meia cultural; da efetivação do passe livre intermunicipal para pessoas com deficiência e hemofilia; da utilização dos equipamentos públicos e do atendimento às mulheres nas unidades móveis do Campo, da Floresta e das Águas sobre violência de gênero e implementação da Lei Maria da Penha no meio rural; de atendimentos a pessoas, por equipe multidisciplinar, composta por advogado, assistente social, psicóloga, técnica administrativa, assessora para conflitos fundiários, assessora para defesa e violência institucional, com demandas de violações de direitos humanos.

Além da execução dessas iniciativas, foram dispendidos esforços em articulações para estabelecer parcerias na criação de condições para que as dimensões de raça/etnia e gênero sejam incorporadas aos programas de Governo da Administração Pública e para a execução de ações multissetoriais com o objetivo de implementar e fortalecer as políticas públicas voltadas prioritariamente para os grupos vulneráveis.

Isto posto, e observando-se a tabela de execução orçamentária 2016-2017, verifica-se que o Programa teve uma satisfatória execução neste biênio, alcançando 91,70% em relação ao planejado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Por mais esforços e investimentos que sejam aplicados no trabalho do tema de inclusão social e direitos humanos, esses ainda não são suficientes para resguardar os direitos de grupos de indivíduos portadores de vulnerabilidades e, portanto, carentes de meios específicos de proteção, tendo, como principal desafio, sensibilizar e envolver pessoas e instituições do poder público e da sociedade civil, no empenho conjunto, para execução de ações contínuas, visando proporcionar condições mais dignas de vida, prioritariamente para o segmento mais carente e vulnerável da população.

Com esse propósito, o Governo, no biênio 2018-2019, continuará executando ações de promoção e defesa dos direitos humanos e de fortalecimento de parcerias nas seguintes perspectivas:
- superação do racismo e redução das desigualdades raciais, estabelecendo relevantes articulações com instituições comprometidas com a transversalidade da igualdade racial e

diálogo profícuo com seus grupos de interesse: indígenas, população negra, quilombolas, povos de terreiro e ciganos;
- adoção de medidas para promover e resgatar direitos que possibilitem avanços significativos à população LGBT, entre elas, inauguração de ambulatório TT (direcionado a travestis e homens e mulheres trans), instalação do Conselho LGBT e implantação do Centro de Referência Estadual LGBT;
- consolidação e ampliação da luta em defesa da mulher cearense, promovendo, implementando e coordenando as políticas voltadas para o empoderamento, equidade e enfrentamento à violência de gênero em consonância com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e com o Pacto por um Ceará Pacífico;
- articulação, implementação e manutenção das políticas públicas de juventude para ampliação dos seus direitos e garantia de maiores oportunidades de educação, emprego, qualificação profissional, saúde, cultura, esporte, lazer, sobretudo nas áreas mais vulneráveis;
- discussão, elaboração e implementação, em âmbito estadual, das Políticas Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência do Estado do Ceará, com a participação da sociedade civil, dos organismos representativos desses segmentos e de outras instituições que realizam ações voltadas a esse público;
- consolidação da Rede de Defesa de Direitos Humanos com a instituição do Sistema Estadual de Combate à Tortura, do Sistema Estadual de Proteção à Pessoa; monitoramento do Programa Estadual de Direitos Humanos, do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo; e
- promoção da Cartografia da Memória, que identificará as referências históricas, no Estado do Ceará, de defesa dos Direitos Humanos.

PROGRAMA 074 - PROMOÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

O Programa tem como objetivo garantir os direitos da população vulnerável em todos os municípios do Estado do Ceará, tendo como público-alvo pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de assistência jurídica gratuita no Estado.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	12.403.472,70	3.237.261,71	26,10
2017	16.257.086,00	7.695.344,64	47,34
Total	**28.660.558,70**	**10.932.606,35**	**38,15**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da prestação dos serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Núcleo de Atendimento Jurídico Implantado	Sim	unidade	0	0	1	1	1	1
Melhoria da estrutura física e tecnológica para a oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Núcleo / Unidade de Atendimento Jurídico Modernizado	Sim	unidade	37	42	20	18	57	60
Manutenção da oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Núcleo de Atendimento Jurídico Mantido	Não	unidade	7	32	33	32	33	32
Manutenção da oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita	Unidade de Atendimento Mantida	Não	unidade	18	56	56	64	56	64

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio 2016-2017, o investimento na estrutura física das unidades de atendimento foi uma das preocupações do Estado, com vistas a melhorar o atendimento ao assistido.

A melhoria da estrutura física e tecnológica com o foco na oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita nos anos de 2016 e 2017 ficou evidenciada através do aumento de 5,26% em relação às atividades inicialmente programadas. Foram promovidas reformas e reestruturação física de diversos núcleos na capital e no interior, com a respectiva renovação de parque tecnológico e adesão ao Cinturão Digital, com vistas a assegurar mais qualidade e conforto ao atendimento de milhares de assistidos.

Além disso, em Fortaleza, foram realizadas melhorias na sede administrativa da Defensoria Pública, em especial na parte destinada ao atendimento ao público, ganhando novas instalações os Núcleos de Solução Extrajudicial de Conflitos (Nu-Sol) e Núcleo do Idoso, com ambientes maiores e mais confortáveis para oferecer à população cearense uma assistência jurídica de qualidade.

Além disso, ganharam novas sedes os Núcleo das Defensorias de Segundo Grau, Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON) e Núcleo de Resposta ao Réu (Nurdp).

Também ganhou novas instalações o Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA), o qual, diariamente, recebe cerca de 70 novos pedidos que visam o fornecimento pelo poder público ou pelos planos de saúde de medicamentos, procedimentos médicos, vagas para internação hospitalar, dentre outros procedimentos. Além disso, no espaço funciona o projeto para a solução extrajudicial das demandas. Ao receber a demanda, o NUDESA encaminha o pedido ao Núcleo de Atendimento Inicial em Saúde (NAIS), para que o problema seja resolvido, evitando que a Justiça seja acionada. Caso a demanda seja provisória ou substitutiva, uma Câmara de Conciliação pode ser acionada para prover um entendimento entre as esferas de poder público e o paciente, mediado pela Defensoria.

Destaca-se, ainda, as novas instalações do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório e às Vítimas de Violência (NUAPP), local onde também funciona o programa Rede Acolhe, lançado em julho de 2017 com o objetivo de promover a assistência jurídica e psicossocial aos familiares das vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) ou vítimas de tentativa de homicídio. A Rede Acolhe realizou em 2017 visitas sociais a 44 famílias, que geraram 214 ações de acompanhamento. Durante as visitas é realizado um levantamento das demandas psicossociais e de acesso à justiça, que são encaminhadas aos núcleos especializados da Defensoria e às redes locais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas, postos de saúde e Centro de Atenção Psicossocial (CAPs).

Ainda na expansão dos serviços da Defensoria Pública e readequação dos novos espaços, no ano de 2017 houve a criação do escritório da Defensoria em Brasília, possibilitando a atuação perante os Tribunais Superiores, no intuito de ampliar o acesso à justiça da população. A instalação e a manutenção do Escritório foram possíveis também com a assinatura de um termo de cooperação técnica entre as Defensorias Públicas do Ceará e a de São Paulo, que também compartilha o espaço, promovendo ainda uma interlocução entre os defensores públicos dos Estados.

Com relação à ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita, o Estado implantou, em 2017 o Núcleo Jurídico no município de Camocim, atingido a meta de 100% do programado.

Na manutenção da oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita nas unidades e núcleos da Defensoria na capital e interior, foram realizadas milhares de atividades com o objetivo de não só manter as respectivas unidades, mas aumentar a eficiência e produtividade, no qual fica evidenciado através do crescimento do Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD), que no ano de 2015 foi de 603.009, passando para ano de 2016 à quantidade de 832.363 e no ano de 2017 à quantidade de 931.186 pessoas.

Destaque-se que no biênio de 2016 e 2017 a Defensoria conseguiu aumentar em 14,28% o número de unidades de atendimento mantidas, trazendo assim uma resposta direta à alta demanda da sociedade cearense, principalmente aquela que tem dificuldade no acesso à justiça gratuita e integral.

A baixa execução orçamentária do período se deve a um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que não foi assinado na data prevista; porém, quando se desconsidera os recursos reservados à execução deste financiamento, o percentual de execução do período passa a ser de 93,84%, considerando recurso do tesouro e recursos próprios arrecadados pelo Fundo de Amparo e Aparelhamento da Defensoria Pública (FAADEP).

PRINCIPAIS DESAFIOS

São muitos os desafios no âmbito do programa, dentre os quais se destaca a ampliação e a manutenção da oferta de serviços de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, em razão do escasso número atual de defensores públicos e da impossibilidade de aumento no quadro ante as limitações orçamentárias e o Novo Regime Fiscal.

A Emenda Constitucional Federal Nº 80, de 4 de Junho de 2014, conhecida como "PEC Defensoria Para Todos – PEC das Comarcas", alterou o artigo 98, parágrafo 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e estabeleceu que "no prazo de oito anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais". Destaca-se que a Defensoria Pública é a única instituição que é contemplada por mandamento constitucional federal para a expansão do serviço para todas as Comarcas.

No caso específico da Defensoria Pública do Ceará, atualmente, dos 184 municípios do Estado, apenas 54 contam com Núcleo Defensorial instalado. Dessa forma, é imperiosa a expansão das atividades para que seja dado cumprimento à Lei Maior Brasileira.

PROGRAMA 075 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Programa tem como objetivo prestar atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa/restritiva de liberdade, fortalecendo sua reinserção sociofamiliar e comunitária, tendo como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 21 anos incompletos, em internação provisória ou sentenciados judicialmente.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	85.579.627,11	68.522.593,36	80,07
2017	78.666.473,03	76.957.119,66	97,83
Total	**164.246.100,14**	**145.479.713,02**	**88,57**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de vagas no sistema de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Unidade de internação implantada	Sim	unidade	2	2	0	0	2	2
Melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Unidade de internação reformada	Não	unidade	14	0	7	6	14	6
Formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Pessoa capacitada	Sim	unidade	109	100	1.080	332	1.189	432

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio de 2016-2017, as realizações do programa se concentraram no intuito de implementar as ações socioeducativas e manter o funcionamento qualificado dos Centros Socioeducativos, que estava fragilizado devido às diversas crises do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo nos anos anteriores e se estenderam até 2016.

Neste contexto, várias ações foram desenvolvidas para a requalificação do atendimento aos adolescentes em internação provisória e em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, com destaque para: (I) reformas de seis Centros Socioeducativos; (II) construção de dois Centros Socioeducativos de privação de liberdade, nos municípios de Sobral e Juazeiro do Norte; (III) celebração de convênios com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para cogestão de 16 Centros Socioeducativos, por meio de termos de colaboração; (IV) celebração de termos de cooperação técnica com as Secretarias do Eesporte, Cultura,

Educação e Saúde dos municípios onde estão localizados os Centros Socioeducativos, para o desenvolvimento de atividades socioeducativas; e (V) formação de 1.124 profissionais que atuam nos Centros Socioeducativos.

Estas iniciativas possibilitaram o desenvolvimento das seguintes atividades continuadas: escolarização formal em todos os Centros Socioeducativos de privação de liberdade e encaminhamentos dos jovens em semiliberdade para as escolas da comunidade; oferta de atendimento médico, odontológico e de enfermagem nos Centros Socioeducativos, bem como a realização de ações coletivas de saúde para os adolescentes e profissionais; atividades sistemáticas de arte, cultura, esporte e lazer em todas as unidades; oferta cursos de formação profissional, com certificação de 432 adolescentes e jovens, em medida de internação e semiliberdade.

Referente aos resultados das iniciativas prioritárias destaca-se que os dois Centros Socioeducativos de Juazeiro do Norte e Sobral tiveram suas obras concluídas conforme programado. Considerando as reformas dos Centros Socioeducativos, as obras iniciadas em 2016 foram concluídas em 2017 e, portanto, o registro de unidades reformadas só ocorreu neste ano. Ressalta-se que as sete unidades com reformas programadas para 2017 estavam incluídas também no total programado para 2016, sendo que seis Centros Socioeducativos tiveram as reformas concluídas até dezembro de 2017, totalizando 42,85% da execução física programada para o biênio.

Em relação à formação profissional dos socioeducandos, o alcance das metas foi de 36,33% do programado, principalmente devido à baixa escolarização dos adolescentes que ingressaram nas unidades, o que inviabilizava a matrícula em cursos de formação com exigência de escolarização específica; além disso, esse biênio foi de melhoria da infraestrutura e organização do Sistema Socioeducativo, com oferta gradativa dos cursos.

Na execução orçamentária aponta-se que foi empenhado o equivalente a 88,57% do programado para o biênio. As despesas com a manutenção dos Centros Socioeducativos totalizaram R$126.236.052,53, que equivale a 86,77% do empenhado no programa nos dois anos, com destaque para o repasses para as OSCs parceiras responsáveis pela contratação de pessoal terceirizado (técnicos de nível superior, socioeducadores, administrativos, profissionais da saúde, professores de arte, cultura e esporte, serviços gerais etc), para a aquisição do material para as atividades socioeducativas, alimentação dos socioeducandos e profissionais, aquisição de material de uso pessoal (roupas, colchão, produtos de higiene, etc), serviços de lavanderia e rouparia, entre outras despesas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Entre os principais desafios para o alcance dos resultados do programa, destaca-se o funcionamento dos dois Centros Socioeducativos construídos em Sobral e Juazeiro do Norte (não inaugurados até o ano de 2017), ampliando efetivamente o número de vagas para atendimento dos adolescentes nas duas regiões e, consequentemente, evitando o deslocamento dos adolescentes sentenciados para as unidades de Fortaleza.

Como oportunidades, destaca-se o preenchimento de 742 vagas disponíveis e não preenchidas até dezembro de 2017, bem como a capacitação continuada dos profissionais do sistema. Ainda como oportunidades de melhorias, pontua-se o fortalecimento da gestão dos 18 Centros Socioeducativos (16 em funcionamento e 2 a serem inaugurados), principalmente quanto ao acompanhamento dos termos de colaboração firmados com as OSCs parceiras, garantindo a manutenção da unidade e a realização das ações socioeducativas sem interrupções.

Por fim, a capacitação dos adolescentes e jovens, em medida de internação e semiliberdade, em cursos de formação profissional também apresenta potencial de ampliação do alcance das metas, tendo em vista a oferta de novas turmas de formação profissional e a regularidade das atividades de escolarização, que contribui para melhoria do nível educacional dos socioeducandos e os habilita à capacitação.

TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis dos pontos de vista ambiental, econômico e social.

De conformidade com esse conceito, a SAN tem como premissa a intersetorialidade, o que requer o envolvimento tanto das esferas de governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes linhas de ação – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

Ressalte-se que a institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos

anos, em especial no tocante à temática da fome, pela urgência e necessidade de superá-la.

O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA), vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de fortalecer o debate em torno do tema e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Como política pública garantidora de oferta e do acesso de alimentos para toda a população, o Governo do Ceará construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, adotando as premissas básicas da SAN, em que se destaca a intersetorialidade. O conjunto de ações envolve a continuidade das políticas em implementação: ampliação do acesso aos alimentos com aumento dos empregos e transferência de renda; ampliação das tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção; expansão da cobertura da vigilância alimentar e nutricional e programas de promoção da saúde; ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Associe-se a essas ações a incorporação dos desafios de executar programas de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, combate ao uso de agrotóxicos, estratégias de enfrentamento aos transgênicos e condições de fiscalização sanitária, garantindo agrobiodiversidade e controle produtos que envolvam risco à saúde, educação alimentar e nutricional, tendo como foco principal crianças e adolescentes e monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões do tema.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no Ceará	%	1,3	1,6	1,2	1,6
Número de municípios com o SISAN implementado	Nº	19	14	17	5
Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional	Nº	4.289	2.146	1.091	1.517

Fonte: SDA e STDS

O indicador "Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Ceará", retomou, em 2017, o mesmo percentual registrado em 2015. A redução observada em 2016, decorreu, principalmente, do fato de as modalidades de operação "Compra com Doação Simultânea" e "Incentivo à Produção e Consumo de Leite" terem sido afetadas pelo longo período de estiagem que assola o Estado, dificultando a produção de alimentos.

O indicador "Número de municípios com o SISAN implementado" compreende a implantação do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS) e das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) nos municípios. Ao final de 2017, o número de municípios com o SISAN implementado era de 55 (considerando os valores desde 2014), representando 29,89% do total de municípios cearenses. Vale salientar que, deste total, 32 municípios formalizaram a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

No indicador "Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional", em 2017, foram 1.517 pessoas, correspondendo a um acréscimo de 39,04% em relação ao ano de 2016. Entretanto, comparando as realizações entre os biênios 2014-2015 e 2016-2017, verifica-se neste último uma redução de 59,47%, o que pode ser explicado pelas restrições financeiras que impactaram no desenvolvimento das ações de capacitação.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PROGRAMA 033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional

da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória, tendo como público-alvo agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações, beneficiários dos PAA, Leite Fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros e estudantes das escolas públicas.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	69.993.268,20	49.009.614,02	70,02
2017	54.248.775,31	51.555.024,48	95,03
Total	**124.242.043,51**	**100.564.638,50**	**80,94**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Viabilização das adesões de agricultores ao Garantia Safra	Adesão ao Garantia Safra Realizada	Não	unidade	350.000	249.848	350.000	231.225	350.000	249.848
Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção	Produtor Beneficiado	Sim	unidade	2.036	1.270	1.577	2.020	3.613	3.290

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Considerando a continuidade do período de estiagem que vem assolando o Estado, os resultados do conjunto das iniciativas prioritárias do programa são vistos como positivos, dado o alcance efetivo no atendimento a pessoas e produtores rurais, conforme dados abaixo.

Do programado de 350.000 adesões na iniciativa "Viabilização das adesões de agricultores ao Garantia Safra", foram efetivadas 249.848, que corresponde a 71,3%. A diferença apresentada na execução desta meta deu-se pela reestruturação dos critérios de adesão e controle do programa, gerenciado pelo Governo Federal.

A iniciativa "Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção" teve 3.290 produtores beneficiados por meio dessa ação, destacando-se que, no ano de 2017, o Ceará registrou aumento de 10% do volume de leite captado, oriundo da agricultura familiar.

Somam-se a isso as aquisições realizadas pelo PAA, beneficiando 2.049.862 pessoas através da distribuição alimentos, contribuindo com a garantia da segurança alimentar e nutricionais. No período foram empenhados 80,94% dos recursos (Lei + Créditos) consignados nos orçamentos de 2016 e 2017, percentual satisfatório obtido mesmo diante da existência de fatores que levaram à não obtenção de algumas metas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A continuidade do longo período de estiagem no Estado do Ceará reduziu a disponibilidade de produtos a serem adquiridos. Garantir a oferta de produtos foi o maior desafio enfrentado no biênio. Soma-se a este outros desafios latentes que poderiam potencializar o resultado do programa, tais como: a melhoria do valor pago pelo litro de leite ao produtor; a manutenção do volume diário de comercialização permitido ao agricultor; o aumento da quantidade de laticínios interessados na prestação de serviço ao Programa PAA – Leite; e a adesão efetiva dos municípios ao Programa de Aquisição de Alimentos.

O processo da requalificação dos beneficiários do Programa Garantia Safra, com o objetivo de evitar a adesão de beneficiários indevidos, é um desafio realizado em conjunto pelas Comissões Municipais de Implementação, pelo controle social dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Social (CMDS) e pelo Tribunal de Contas de União (TCU) que permite a identificação de 11 indicadores determinantes do bloqueio de aderidos, o que vem sendo aprimorado pela gerência do programa no Estado do Ceará.

PROGRAMA 084 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo promover a intersetorialidade das ações da segurança alimentar e nutricional, com base no direito humano à alimentação adequada, tendo como

público-alvo gestores, técnicos e conselheiros municipais, manipuladores de alimentos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, famílias e crianças atendidas pelo Centro de Educação Infantil e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN).

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	600.000,00	66.304,60	11,05
2017	469.549,00	0,00	0,00
Total	**1.069.549,00**	**66.304,60**	**6,20**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado	Município apoiado	Não	unidade	184	38	184	90	184	90
Promoção de ações de educação alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada	Pessoa capacitada	Sim	unidade	3.877	467	3.450	1.498	7.327	1.965

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Por meio da gestão da política de Segurança Alimentar e Nutricional, realizou-se o assessoramento a 90 municípios, abrangendo ações de sensibilização dos gestores na adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a criação dos

marcos regulatórios em âmbito municipal, como a elaboração de uma Lei Orgânica de SAN, criação da Câmara intersetorial de SAN e do Conselho Municipal, instrumentos utilizados para o apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nos municípios.

No que diz respeito à iniciativa "Promoção de ações de educação alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada", foram capacitadas 1.965 pessoas em manipulação de alimentos e coordenadores pedagógicos em Boas Práticas.

Ressalta-se que as metas das iniciativas acima citadas não foram atingidas em sua totalidade porque o recurso proveniente do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), orçado em 2016 no valor de R$1.000.000,00, cuja liberação estava prevista para execução em 2017 e 2018, não ocorreu devido a procedimentos operacionais, como ajustes no plano de trabalho e o processo licitatório, que somente foi concluído em 2018, sendo reprogramadas as metas para 2019 e 2020.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta muitos desafios para implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), os quais envolvem a promoção de ações de educação alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada para a população dos municípios cearenses.

Os municípios que aderirem ao SISAN terão inúmeras vantagens, tais como: ampliação da força política, pois defenderão as políticas de segurança alimentar e nutricional de forma integrada e intersetorial em nível local; a possibilidade de recebimento de apoio técnico e político para a implementação e aperfeiçoamento da gestão do SISAN e dos seus planos de segurança alimentar e nutricional; além da possibilidade de maior acesso à alimentação adequada pelos titulares desse direito, atendendo a cidadania, a dignidade, a saúde e a qualidade de vida de seus cidadãos.

As principais ações que precisam ser implementadas para garantir a ampliação de oportunidades de acesso e consumo à alimentação saudável para a população mais vulnerável referem-se à transferência de renda para população mais vulnerável; à capacitação dos beneficiários do Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda, no tocante à aquisição de alimentos saudáveis; à articulação com órgãos parceiros na ampliação de projetos que contemplem acesso à água (cisternas); e ao fortalecimento de equipamentos públicos de alimentação (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos etc), que contribuam com maior número de pessoas tendo acesso à alimentação de qualidade.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 3

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Ceará de Oportunidades contempla as políticas governamentais voltadas aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. O propósito central deste eixo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em nove temas estratégicos: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Trabalho e Renda, Empreendedorismo, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante duas frentes: o apoio à agricultura familiar e ao agronegócio.

No que tange à agricultura familiar, o Governo do Estado do Ceará vem buscando tornar esse público não apenas um receptor das tecnologias ou dos produtos e sim um produtor qualificado, de modo que tenham incrementos de renda e melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercializarem sementes das principais culturas, mudas de essências nativas, de cajueiros e de raquetes de palma forrageira.

Tal evolução na condução dessa política pública está alinhada à intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido, o que exige cada vez mais um processo consistente de capacitação de agricultores e agricultoras, em diferentes atividades da agropecuária cearense, com destaque na transferência de novos conhecimentos nas áreas de irrigação, produção e industrialização da mandioca, produção de mudas, sistemas agroecológicos, boas práticas na ovinocaprinocultura e produção de mel.

Convém enfatizar, ainda, o papel do Governo, em parceria com outras instituições, na busca de soluções para minimizar os efeitos danosos dos seis anos de estiagem, principalmente para os agricultores familiares, na distribuição e construção de cisternas, aquisição de equipamentos para pequenos irrigantes.

No que se refere ao setor do agronegócio cearense, a política governamental se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado que se comprovaram nos últimos anos. Como estratégia de gestão, o Governo Estadual estimulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia.

O resultado esperado neste tema estratégico é a economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Valor Bruto da Produção da Agricultura	R$ mil	2.621.218	1.771.146	2.020.491	2.793.054
Cobertura vacinal da febre aftosa	%	95,44	92,66	91,22	92,15
Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense	US$ FOB mil	548.191	537.729	532.230	470.276

Fonte: SDA e SEAPA

O indicador "Valor Bruto da Produção da Agricultura (VBP)" representa o valor de venda da produção agrícola recebido pelo produtor. Incluem-se neste cálculo todos os produtos cearenses constantes do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), pesquisados pelo IBGE.

Registra-se que os valores aqui apresentados são valores a preços correntes; portanto, as análises decorrentes são com base no apurado ao final de cada ano.

A quadra invernosa é o principal fator na determinação do VBP. A oscilação nos valores do VBP no período de 2014 a 2017 se deve, principalmente, à estiagem que assola o Estado do Ceará desde 2012, influenciando tanto na produção quanto nos preços praticados pelos produtores; assim, quando comparamos o biênio 2014-2015 com o biênio 2016-2017, observa-se no valor acumulado um acréscimo de 9%. No que se refere ao VBP, o valor obtido em 2017 teve um incremento de 38% em relação ao ano anterior.

Vale salientar que a produção de grãos em 2016 foi de apenas 187,8 mil toneladas e que no ano de 2017 atingiu 531,6 mil toneladas, porém ainda bem abaixo da safra recorde de grãos, que foi de 1.301,8 mil toneladas em 2011.

A evolução do indicador "Cobertura vacinal da febre aftosa", que desde 2012 registra percentuais superiores a 90%, demonstra o compromisso do produtor com as políticas públicas, colaborando para que o Estado continue livre de febre aftosa com vacinação, o que permitiu a comercialização de animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal em todo o Brasil.

Outro avanço motivado por esse índice foi a mudança de estratégia da segunda etapa de vacinação, onde esta foi obrigatória somente nos animais até 24 meses de idade. O aumento de fiscalizações em propriedades rurais, levando em consideração as de maior risco, aliado à exigência irrestrita da Guia de Trânsito Animal (GTA), contribuiu para a manutenção desse indicador em níveis elevados, visto que, indiretamente, o trânsito dos animais passou a ser monitorado de forma mais efetiva e eficiente. Ressalta-se que esses avanços, inclusive a decisiva participação de produtores/comunidade, deveu-se a um forte trabalho de parceria com outros órgãos, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Patronal e Prefeituras Municipais, através de suas Secretarias de Agricultura, além da participação da imprensa.

O indicador "Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense" apresenta queda nos últimos três anos da série histórica. Essa redução pode ser associada aos baixos índices pluviométricos no Estado do Ceará, aliado à restrição das áreas de irrigação, afetando a produção de uma forma geral. Os principais produtos agropecuários exportados foram a castanha do caju, frutas, cera da carnaúba, sucos de fruta, lagosta, peixes, mel de abelha, entre outros.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

PROGRAMA 029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

O Programa tem como objetivo principal incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, tendo como público-alvo agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	60.297.121,07	34.169.094,23	56,67
2017	59.174.934,90	45.977.574,79	77,70
Total	**119.472.055,97**	**80.146.669,02**	**67,08**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio à implantação de projetos hidroagrícolas	Família Beneficiada	Não	unidade	384	303	384	384	384	384
Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar	Semente distribuída	Sim	tonelada	3.122,9	3.151,1	3.189,7	3.042,9	6.312,6	6.194,0
Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo	Unidade de Produção Implantada	Não	unidade	363	225	363	339	363	339
Implementação de práticas agrícolas de convivência com o semiárido e transição agroecológica	Produtor Beneficiado	Não	unidade	3.000	0	3.000	0	3.000	0
Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação para famílias assentadas	Família Beneficiada	Não	unidade	1.911	1.378	1.911	900	1.911	1.378
Fomento à cajucultura com a substituição de copa em cajueiro improdutivo	Produtor Beneficiado	Sim	unidade	634	240	634	201	1.268	441

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva de mandiocultura	Agroindústria Implantada	Sim	unidade	20	0	20	0	40	0
Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação	Projeto Apoiado	Não	unidade	2.192	254	2.192	527	2.192	527
Comercialização de produtos hortifrutigranjeiros	Hortigranjeiros Comercializados	Não	tonelada	730.026,0	638.843,0	761.978,0	1.292.755,4	761.978,0	1.292.755,4
Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária	Produtor Beneficiado	Sim	unidade	5.017	4.237	2.063	3.013	7.080	7.250
Prestação de assistência técnica e extensão rural	Produtor Assistido	Não	unidade	76.200	61.148	65.617	48.193	76.200	61.148

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Apesar da crise hídrica nos últimos anos, foram realizadas ações que buscam a efetividade dos resultados do programa. Parcerias com os governos federal e municipal, em diversos projetos, difusão de técnicas de convivência com o semiárido, prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) contínua e apoio na comercialização da produção do agricultor familiar foram realizadas em todas as regiões do estado.

A iniciativa "Apoio à implantação de projetos hidroagrícolas" proporcionou suporte a 384 projetos hidroagricolas no Complexo Castanhão com realização de ações estruturantes e produtivas nos três assentamentos do Complexo, como: manutenção dos 325 ha de pastejo rotacionado nos 130 lotes do Projeto Mandacaru; contratação de Subprojeto de Aquisição da Terra (SAT); e proposta para contratação do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC)

da Associação dos Pecuaristas do Mandacaru, para aquisição de 2.080 matrizes bovinas.

A iniciativa de "Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar" viabilizou a distribuição de 6.194 toneladas (98% da meta para o período) de sementes e mudas do programa Hora de Plantar em todo o Estado, nas culturas de milho, sorgo, feijão, palma forrageira, caju, mandioca etc.

Por meio da iniciativa "Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo", foram implantadas 339 unidades de produção, atingindo 93% da meta para o biênio, assegurando o autoconsumo da família e viabilizando a melhoria de renda dos agricultores familiares.

A iniciativa de "Implementação de práticas agrícolas de convivência com o semiárido e transição agroecológica" não teve execução devido à não alocação de recursos financeiros suficientes. Soma-se a isso os entraves burocráticos, como lei autorizativa, para a efetivação das parcerias com associações e prefeituras.

Nas iniciativas "Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação para famílias assentadas" e "Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação", foram identificados, adequados e implantados 1.905 projetos produtivos de caprinocultura, apicultura, galinha caipira, quintais produtivos, irrigação de pastagem e fruticultura irrigada, beneficiando um total de 1.905 agricultores familiares, atingindo 46% da meta prevista para essas duas iniciativas.

A iniciativa de "Fomento à cajucultura com a substituição de copa em cajueiros improdutivos" apresentou, no biênio em questão, redução na disponibilidade de recursos quanto ao seu montante e à alocação no tempo hábil para execução, o que prejudicou o alcance da meta estabelecida para o período, ficando em apenas 34,7%.

Em relação à "Promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva de mandiocultura", a iniciativa correspondente não teve disponibilidade de recursos financeiros no biênio, o que prejudicou totalmente a execução física do projeto de modernização da mandiocultura, resultando na paralisação de suas atividades.

A iniciativa "Comercialização de produtos hortigranjeiros" viabilizou a comercialização de 1.292.755,4 toneladas de hortigranjeiros nas unidades da Centrais de Abastecimento do Ceará (Ceasa) em Cariri, Ibiapaba e Grande Fortaleza, ultrapassando a meta para o período.

Na iniciativa "Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária", foram beneficiados 7.250 produtores com ações de mobilização,

identificação, capacitação e acompanhamento técnico nas diversas cadeias.

Por meio da iniciativa de "Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)", foram assistidos 61.148 agricultores familiares em todo o estado nos diversos projetos constantes deste Programa, atingindo 80% do previsto para o biênio.

No período foram empenhados 67,08% dos recursos consignados nos orçamentos para o biênio 2016 e 2017, refletindo, em parte, a existência dos fatores mencionados anteriormente que levaram à não obtenção de algumas metas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os maiores desafios relacionados ao programa está plena execução dos projetos previstos devido à escassez hídrica observada no estado em decorrência da situação da quadra invernosa dos últimos anos, gerando incerteza quanto ao suporte hídrico para desenvolvimento dos projetos e execução das iniciativas.

Além deste desafio, outros são observados, como a capacitação das associações nos instrumentos necessários à celebração dos convênios e efetivação dos seus processos de aquisições, e a mobilização e organização entre os produtores da agricultura familiar.

PROGRAMA 035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

O Programa tem como objetivo tornar os produtores do estado competitivos e capazes de conviver com as adversidades, explorando as vantagens competitivas do semiárido cearense, das serras úmidas e da região litorânea, tendo como público-alvo pequenos, médios e grandes produtores do segmento agropecuário.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	333.225,00	0,00	0,00
2017	1.041.924,16	963.783,73	92,50
Total	**1.375.149,16**	**963.783,73**	**70,09**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Prestação de serviços de assistência técnica	Produtor Assistido	Não	unidade	800	0	800	0	800	0
Estruturação da comercialização da produção agropecuária	Abatedouro Implantado	Não	unidade	3	0	2	0	3	0
Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentáveis	Muda Distribuída	Sim	unidade	70.050	0	70.050	0	140.100	0
Promoção de renovação dos pomares de cajueiro	Copa de Cajueiro Substituída	Sim	unidade	105.000	0	105.000	0	210.000	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa não registrou, no biênio 2016-2017, as entregas referentes aos produtos de suas iniciativas prioritárias, devido, dentre outros fatores, as dificuldades relativas à liberação de recursos financeiros, especialmente em 2016, o que resultou na baixa execução orçamentária do período e na reprogramação das metas para o biênio seguinte (2018-2019).

A iniciativa "Prestação de serviços de Assistência Técnica" envolvia a prestação de uma assistência técnica vinculada à aquisição de uma empacotadora automática de farinha de mandioca que beneficiaria os produtores do município de Salitre. A expectativa é de que a empacotadora seja entregue até o fim de 2018 ao referido município.

A iniciativa "Estruturação da comercialização da produção agropecuária" nesse biênio é executada por meio de convênio com a Prefeitura de Fortaleza para a implantação do Mercado das Flores na Praça do Joaquim Távora. O mercado das flores promoverá a comercialização dos produtos da floricultura estadual em local apropriado, incentivando a cadeia produtiva e requalificando a Praça Joaquim Távora. A entrega do mercado está prevista para o final de 2018.

Em relação à iniciativa "Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentáveis", em 2017 foi aprovado pelo Governo do Estado o projeto de reflorestamento com espécies florestais nobres no Estado do Ceará que visa implantar um sistema produtivo (Floresta Comercial Produtiva) de forma racional e sustentada no Litoral Leste, Vale do Curu, Cariri, Sertões de Crateús e Sertão Central do estado do Ceará. Serão entregues 51.000 pés de mogno africano até o final de 2018

A iniciativa de promoção de renovação dos pomares de cajueiro não teve execução no biênio em questão; no entanto, o Estado está trabalhando em um novo projeto que visa melhorar o manejo do cajueiro comum, através da difusão das práticas recomendadas para a tecnologia mínima, renovação e monitoramento dos pomares de cajueiro comum, mediante uso da tecnologia de substituição de copa, prestação de assistência técnica regular e de qualidade para os médios produtores e capacitação de extensionistas, agentes rurais e produtores em modernas técnicas de produção, boas práticas de fabricação em unidades familiares e gestão no agronegócio. Com isso, espera-se que haja geração de novos empregos, aumento da renda e aumento da produção de caju-castanha.

No ano de 2017 foram empenhados R$ 963.783,73, dos quais R$ 800.000,00 destinaram-se à implantação do Mercado das Flores, em Fortaleza, que será entregue em 2018. Na iniciativa de Prestação de Serviços de Assistência Técnica, foram empenhados R$ 136.123,73 para a contratação do serviço de fabricação da empacotadora de farinha de mandioca e R$ 27.660,00 para contratação da empresa fornecedora de mudas de mogno africano, as quais estão atualmente em fase de produção.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Para a melhor execução do programa, faz-se necessário aperfeiçoamento dos processos para o alcance das metas de forma mais eficiente, bem como se apresenta importante o desenvolvimento de novos projetos que visem o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Com vistas a prover autossuficiência estratégica de insumos e infraestrutura para cadeias produtivas prioritárias, se propõe como desafio a implantação de módulos produtivos de palma forrageira que visam o apoio à formação de reserva alimentar para bovinos, ovinos e caprinos, principalmente em épocas de seca, e ainda realizar a entrega do Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante, no município de Crato-CE, ação esta que visa o desenvolvimento do turismo, da cultura, e de negócios para a região do Cariri.

PROGRAMA 052 - DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo elevar a segurança e competitividade dos produtos agropecuários cearenses e propiciar a qualidade sanitária dos produtos industriais e artesanais derivados de produtos animais e vegetais, tendo como público-alvo produtores agropecuaristas.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	1.982.469,00	1.365.525,27	68,88
2017	2.016.728,41	1.722.120,60	85,39
Total	**3.999.197,41**	**3.087.645,87**	**77,21**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Fiscalização do uso e comércio de agrotóxico	Fiscalização Realizada	Sim	unidade	2.040	1.115	935	806	2.975	1.921
Realização de controle da qualidade sanitária dos animais	Fiscalização Realizada	Sim	unidade	1.260	1.347	1.260	1.497	2.520	2.844
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Fiscalização Realizada	Sim	unidade	3.298	103	600	818	3.898	921
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais	Inspeção Realizada	Sim	unidade	3.730	1.000	900	638	4.630	1.638
Realização da prevenção e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica	Fiscalização Realizada	Sim	unidade	3.400	2.653	2.500	2.140	5.900	4.793

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa de defesa agropecuária tem conseguido alcançar seus objetivos, apesar de não ter atingido as metas programadas para o biênio 2016-2017, as quais foram reavaliadas para a continuidade desse PPA 2016-2019.

As ações de fiscalização, inspeção, prevenção e controle apresentaram, de forma geral, resultados positivos do ponto de vista físico e orçamentário. No geral, as iniciativas atingiram mais de 60% das metas de seus produtos, o que manteve todo o território do Estado do Ceará fiscalizado e com suas áreas livre de pragas, do moko da bananeira, da sigatoka negra, de mosca das frutas e livre de febre aftosa, com índice de vacinação superior a 90%

PRINCIPAIS DESAFIOS

Permanece como desafio para o programa a manutenção da situação do estado livre de febre aftosa com vacinação e com a área livre de pragas (ALP). Mesmo com recursos limitados, fez-se todos os ajustes necessários para um bom funcionamento da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI.

Há ainda a necessidade de reestruturar as barreiras sanitárias e fitossanitárias e a emissão da Permissão de Trânsito Vegetal (PTV) para dar maior segurança ao Estado e aos trabalhadores que ali se encontram.

Destaca-se, também, como desafio, o alcance para o Estado do status de livre de febre aftosa sem vacinação, abrindo mais as fronteiras para outros países. Com esse aumento, pode-se ampliar a área livre de pragas e prevenir e impedir a introdução, disseminação e estabelecimento de pragas economicamente importantes para o Estado do Ceará, bem como assegurar a produtividade agrícola.

TEMA – INDÚSTRIA

Nas últimas décadas, a economia cearense registrou uma forte expansão da capacidade instalada da indústria, com reflexo no crescimento do produto industrial, fruto de reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), tal desempenho foi influenciado, especialmente, pela Construção Civil e pelas atividades industriais de utilidade pública de eletricidade, gás e água, seguida da Indústria de Transformação.

A construção civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, distribuídos, principalmente, em construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos, infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária.

A Indústria Extrativa Mineral, a despeito de possuir a menor participação na composição da indústria cearense, revela sua importância para a economia estadual, guardando relações importantes tanto com a Construção Civil como com a Indústria de Transformação no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos. O crescimento

médio anual negativo desse ramo de atividade, evidenciado nos últimos anos, pode, no entanto, ser explicado pela redução na produção de petróleo observada.

A Indústria de Transformação, por sua vez, o mais importante segmento da indústria cearense, exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia.
As propostas da política governamental objetivam imprimir nova dinâmica e desenvolvimento tecnológico à indústria cearense com a superação dos desafios, que podem ser assim sintetizados:

- incremento da produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico;
- elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor; e
- superação das fragilidades identificadas em termos do ambiente de inovação como: a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento; b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, governo e setor privado; c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação (SEI) sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles; d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva; e) esforços individuais desconectados e com dificuldades para se desenvolverem; e f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

O resultado esperado neste tema estratégico é a indústria cearense diversificada e competitiva com inserção nos mercados nacional e internacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Empregos gerados de empreendimentos implantados	Nº	2.008	1.519	3.242	1.672
Número de empreendimentos implantados	Nº	25	22	15	12
Taxa de crescimento do valor adicionado da Indústria	%	0,40	-4,60	-11,52	-0,64
Variação do estoque de empregos formais na Indústria	%	2,76	-6,71	-11,41	-5,0
Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados	R$ milhão	289,54	146,63	9.739,23	36,02

Fonte: SDE

O retrato de dificuldades registrado pela indústria cearense nos últimos anos é um acompanhamento da tendência nacional. Entretanto, a atração de investimentos importantes tem sido mantida a cada ano. No ano de 2017 e 2016, os empreendimentos atraídos e implantados no Ceará geraram 4.914 empregos, com a atração de 27 empresas para o estado.

Em relação aos investimentos realizados nesse biênio, tem-se o montante de mais de 9 bilhões realizados de empreendimentos no Estado. A queda em relação ao ano anterior nos indicadores de emprego e renda explica-se pelo investimento e emprego contabilizados no exercício de 2016 com a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Esse investimento é considerado atípico, sendo um dos maiores investimentos realizados na América Latina. Por uma questão de metodologia, o impacto da implantação dessa siderúrgica foi contabilizado em 2016; entretanto, o reflexo econômico teve início em 2013, ao longo do período de instalação.

Ao analisar os empreendimentos implantados em 2017, percebe-se uma queda em relação aos demais valores da série histórica. Contudo, esses empreendimentos superaram em mais de 500% a estimativa do valor de emprego.

Apesar desse esforço, a taxa de crescimento da indústria em 2016 acompanhou a tendência nacional de queda, com variação negativa de empregos formais no setor. Entretanto, no ano de 2017, apresentou crescimento de 6,41 pontos percentuais no valor do indicador em relação a 2016.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INDÚSTRIA

PROGRAMA 041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

O Programa tem como objetivo fortalecer e diversificar a indústria no Ceará, promovendo a elevação da competitividade, em nível nacional e internacional, com consequência no aumento dos empregos gerados pelo setor, tendo como público-alvo o setor produtivo industrial.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	85.377.981,91	74.061.427,64	86,75
2017	58.783.977,12	52.225.565,64	88,84
Total	**144.161.959,03**	**126.286.993,28**	**87,60**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Prestação de serviços de Assistência Técnica	Empreendimento Atraído	Sim	unidade	70	37	50	34	120	71
Estruturação da comercialização da produção agropecuária	Empreendimento Implantado	Sim	unidade	22	19	19	12	41	31
Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável	Zona de Processamento de Exportação Estruturada	Não	unidade	1	1	1	0	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Tomando como base o quadro da execução física, o programa da indústria apresenta um bom desempenho no quesito de implantação de empreendimentos no Estado. Mesmo com uma atração de investimentos menor do que as taxas programadas, atingindo 59,17% da meta para o biênio 2016-2019, a taxa de conversão da atração de empreendimentos atraídos em implantados foi superior ao esperado. Destaca-se a importância de ocorrer a implantação de empreendimentos no Estado, não apenas a atração, que é medida pela assinatura do protocolo de intenções; esta não deixa de ser uma forma de medir o impacto do trabalho, mas a taxa de conversão mais alta do que o esperado demonstra um importante medidor de efetividade do trabalho.

No caso da ZPE, a atração de empreendimentos com perfil exportador depende de uma análise detalhada de todo o contexto global de negócios, dado que essa infraestrutura apresenta um alto grau de competitividade. A ZPE é um instrumento capaz de atrair investimentos industriais com alto valor agregado, direcionados prioritariamente à exportação, sendo, nesse sentido, assediada por investidores de áreas calçadistas, graniteira etc. Ressalta-se que uma análise de setor a ser atraído precisa ser precedida da atração para que os investimentos sejam benéficos para o Ceará.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta grandes desafios para o biênio 2018-2019. Dentre eles, está a melhoria da produtividade a partir da desconcentração econômica de setores tradicionais para a segmentação em setores intensivos em conteúdo tecnológico, o que dependerá em grande parte da elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor. O aumento das exportações de produtos também é um desafio a ser vencido.

Outro grande desafio se refere à superação das fragilidades identificadas no ambiente de inovação, como: a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento; b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, governo e setor privado; c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação (SEI) sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles; d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva; e) esforços individuais

desconectados e com dificuldades para se desenvolverem; e f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

TEMA – SERVIÇOS

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira, com o avanço do processo democrático, o controle inflacionário e a retomada da trajetória de crescimento, apoiada, sobretudo, no aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional.

Neste ambiente, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, permitindo a um novo estrato social protagonizar um importante papel na expansão do consumo no mercado interno: "a nova classe média brasileira".

Esse novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, reforçando a liderança do Setor Terciário na economia do Estado em termos de produto, emprego e, consequentemente, contribuição fiscal.

O setor de serviços responde por uma significativa parcela do PIB do Estado, o que revela a importância que essa atividade assume para a economia cearense. Dentre as atividades que compõem este setor, merecem destaque a administração, saúde e educação públicas, seguridade social e a atividade de comércio.

Se a participação da administração pública na geração de valor adicionado pela economia cearense, por um lado reflete a ampliação da oferta de serviços públicos e o crescimento da máquina pública no Estado e em seus municípios, por outro indica uma economia ainda pouco diversificada onde boa parte das atividades econômicas detém participações pouco expressivas.

Por seu turno, a atividade do comércio, em especial o comércio varejista, tradicionalmente se destaca diante das demais atividades e tem apresentado nos últimos anos crescimento, o que é algo positivo para a economia do estado do Ceará.

No entanto, a participação elevada destas duas atividades, mostra um quadro de fragilidade do setor produtivo local, visto demonstrar sua pouca diversificação com as demais atividades possuindo diminuta expressão. Tal situação é ainda mais grave quando se observa que, dentre as atividades com menor participação, estão os serviços com maior poder de agregação de valor, como serviços de informação e outros especializados.

Sendo assim, é importante que se promova o desenvolvimento de novas atividades capazes de ampliar a competitividade do setor e reduzir sua dependência do comércio varejista tradicional e da administração pública.

O resultado esperado neste tema estratégico é o setor terciário fortalecido, competitivo e diversificado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Evolução da remuneração média no setor terciário	R$	2.830,17	2.810,18	2.766,23	2.805,52
Participação do setor serviços na massa salarial	%	74,81	74,68	75,00	74,00
Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços	%	3,66	-1,48	-5,52	1,09
Variação anual do estoque de empregos formais no setor de serviços	%	4,12	1,24	-4,77	1
Variação da Receita Nominal de Serviços no acumulado do ano	%	8,00	3,50	3,40	-0,8

Fonte: SDE

O Governo do Estado do Ceará, vem imprimindo esforços para alterar a realidade do setor de serviços, que tradicionalmente concentra-se no setor de comércio e serviços de utilidade pública. A iniciativa governamental deu ênfase a ações que promovem maior produtividade, assim como agregam valor maior ao setor, ao tempo em que estimula o comércio, o turismo, e também a infraestrutura para o fluxo de dados. A ideia é tornar o Ceará um centro logístico, integrando os serviços de infraestrutura de telemática para aproveitar a posição geográfica privilegiada do Ceará.

A proposta consiste em aumentar a participação de serviços de maior valor agregado na economia do setor terciário, bem como aumentar a remuneração média dos profissionais do setor com relações formais. Os indicadores medidos pela remuneração média desse setor, "Evolução da remuneração média no setor terciário" e "Taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços", nos anos de 2014 a 2016, apresentaram uma queda

que muito se explica como reflexo da crise econômica e política, da conjuntura econômica nacional e da geopolítica internacional.

Embora a crise econômica atual tenha desdobramentos em praticamente todos os setores da economia, a do setor terciário cearense se mantém constante, ficando o indicador "Participação do setor serviços na massa salarial" na casa dos 75%, em 2016, e 74%, em 2017, segundo o IBGE, mesmo tendo observado uma redução de mais de 5% do valor adicionado do setor e uma variação negativa do estoque de empregos formais em 2016. O crescimento de 1,09% na taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços em 2017 é um indício da retomada da curva de crescimento para o setor, que está sendo acompanhada por toda a economia cearense.

A atuação governamental tem conseguido prospectar negócios que devem produzir bons resultados futuros a esses indicadores. Com isso, estima-se que a estrutura do terceiro setor cearense se torne mais competitiva e retome a curva de crescimento nos anos seguintes de execução do PPA.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE SERVIÇOS

PROGRAMA 042 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS

O Programa tem como objetivo fortalecer o setor terciário, tornando-o mais competitivo e diversificado com capacidade de acomodar um estoque de mão de obra melhor qualificado, tendo como público-alvo o setor produtivo e seus trabalhadores.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	10.000,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00
Total	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Elaboração de estudos e diagnósticos sobre o setor de serviços	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	2	1	2	0	4	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A atuação do programa de serviços tem sido objeto de aprendizado ao longo dos anos. A realização de estudos no biênio ficou abaixo das expectativas; entretanto, o direcionamento de esforços ao longo do exercício de 2017 para a consolidação do hub aéreo no Ceará só foi possível por meio da dedicação de técnicos com a realização de estudos importantes que ajudaram a demonstrar a viabilidade desse tipo de negócio no território cearense.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios do programa estão relacionados à necessidade de diversificação do setor de serviços, estando, atualmente, 75% concentrado no segmento do comércio.

Destaca-se, também, como relevante para potencializar os resultados do programa, a realização de ações que visem aumentar a produtividade do setor de serviços, estimulando atividades de maior valor agregado, bem como ofertando estímulos à atração de empresas e empregos qualificados para o setor.

TEMA – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado do Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana, garantindo ao Ceará uma posição de destaque na esfera nacional.

Cabe ao Governo a responsabilidade pela implantação de uma política pública consolidada

de infraestrutura e mobilidade com o objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos, o aumento da produtividade e da competitividade norteado pelas vocações e aptidões naturais de cada região, de modo a promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

Alinhado a isso, destacam-se: o gerenciamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará, que, de forma eficiente, busca ampliar o atendimento das necessidades de deslocamento em todos os 184 municípios cearenses, por meio das transportadoras regularizadas perante o Poder Concedente; e a integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros com a implantação do Bilhete Único Metropolitano, possibilitando a integração tarifária entre os serviços metropolitano e urbano da Capital, mediante subsídio financeiro custeado pelo Tesouro Estadual.

No que se refere ao transporte de passageiros sobre trilhos, destaca-se a busca constante por oferecer um serviço com maior qualidade a partir de aprimoramentos técnicos na Linha Sul (RMF) e da oferta de serviço de transporte de passageiros na Linha Sul (metrô) e de VLT nas linhas Oeste (RMF), Sobral (RMS) e Cariri (RMC).

O resultado esperado neste tema estratégico é a infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP)	ton	8.274.471	7.011.355	11.230.466	15.808.961
Percentual da malha viária em condição "BOA"	%	74,40	76,00	72,63	74,03
Participação do número de passageiros transportados pelo Sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	1,49	1,58	1,93	2,79
Incremento do número de passageiros transportados pelo Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual	%	8,01	-0,84	4,12	-13,86
Taxa de Óbitos por acidentes de trânsito por 10.000 veículos	Óbitos/ 10mil veículos	11,82	9,26	7,48	6,82

Fonte: Seinfra, Metrofor, SCidades e Detran.

O indicador "Movimentação da Carga no Terminal do Pecém" apresentou um crescimento de 40,77% em relação a 2016, atingindo um total de peso bruto 15,8 milhões de toneladas. O maior responsável por este expressivo crescimento é, sem dúvida, o início das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) com a consolidação das exportações de placas. Além disso, o crescimento na movimentação de contêineres, transformando o Pecém em um hub concentrador deste tipo de carga especialmente para as regiões Norte e Nordeste, também contribuiu de forma muito positiva neste crescimento.

Já o indicador "Percentual da malha viária em condição BOA" apresentou em 2017 um crescimento de 1,4 pontos percentuais em relação a 2016. O estado de conservação da malha vem apresentando, desde 2010, valores superiores a "70% BOM", o que é condizente com uma malha de boa qualidade, refletindo os investimentos em obras de implantação, duplicação, restauração e recuperação funcional, além dos serviços de conservação rotineira realizados durante esse período. Convém ressaltar, no entanto, ser indispensável a consolidação da política de manutenção rodoviária, de modo a se preservar a condição de tráfego em bom nível de serviço, evitando-se, assim, em médio prazo, a deterioração descontrolada dos pavimentos, com altos prejuízos para a economia do Estado.

O indicador "Participação do número de passageiros transportados pelo Sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF" apresentou um crescimento de 0,86 pontos percentuais em relação ao exercício de 2016. Tal índice foi considerado satisfatório diante da estrutura e da dificuldade de recursos no exercício de 2017, bem como pela não interface do Bilhete Único com o Transporte Metroviário. Destacam-se no período em análise as seguintes ações que contribuíram para os resultados desse indicador: operação do projeto Piloto de Bilhetagem eletrônica; extensão do horário da Operação Comercial da Linha Sul - das 5h30 às 23h; e inclusão da operação da estação Juscelino Kubitschek na Linha Sul, diminuindo o intervalo entre os trens de 21 minutos para 17.

O indicador "Incremento do número de passageiros transportados pelo Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público Estadual" representa, em percentual, a variação do número de passageiros transportados por meio desse sistema (STRIP), que inclui os serviços por espécie - regular metropolitano e regular interurbano, realizado pelos concessionários (empresas de ônibus), e o serviço regular complementar metropolitano e interurbano, realizado pelos permissionários (cooperativas de veículos utilitários de passageiros).

Vale ressaltar que os números de pessoas transportadas pelos permissionários que fazem parte do STRIP é uma estimativa fornecida pelas cooperativas de veículos utilitários de

passageiros. Os passageiros transportados pelos permissionários no biênio 2016-2017 representaram 27,19% do total de passageiros registrados no STRIP.

Os dados finais de 2017 registraram o número de 79.478.607 passageiros beneficiados pelo serviço de transporte rodoviário intermunicipal público estadual, representando uma redução de 13,86% em relação a 2016, maior do que a redução estimada, que era de 3,96%. O principal fator do desempenho negativo do indicador pode ser atribuído à redução da frequência de utilização do serviço de transporte intermunicipal pela população, em decorrência da crise financeira que afetou o poder aquisitivo da população usuária do serviço, tendo como efeito a redução da oferta do serviço, com a diminuição de horários de viagens nas linhas regulares.

No biênio 2016-2017, foram transportados 171.744.308 passageiros, verificando-se uma redução de 4,27% em relação aos 179.398.887 passageiros transportados no biênio 2014-2015, cuja razão pode ser atribuída também à prolongada crise financeira que vem afetando nosso país.

O indicador "Taxa de óbitos por acidentes de trânsito por 10.000 veículos", em dados finais de 2017, registra o índice de 6,82 vítimas fatais para cada 10.000 veículos da frota registrada no Estado do Ceará. Em relação ao exercício de 2016, que registrou o índice de 7,48 vítimas fatais, a redução foi de 8,82%.

No período 2014-2017 houve redução de 42,30% do número de vítimas fatais. A tendência de queda apresentada pelo indicador no período 2014-2017 pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais se destacam: a intensificação das ações de fiscalização; as campanhas educativas por meio de cursos, palestras, blitze educativas, peças teatrais e campanhas na mídia; e aos investimentos em sinalização de trânsito (vertical, horizontal, semafórica e instalação de dispositivos de segurança nas rodovias estaduais).

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PROGRAMA 010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Programa tem como objetivo assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo a população do Estado do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	1.410.140.371,13	843.208.172,31	59,80
2017	1.157.162.078,44	833.965.463,70	72,07
Total	**2.567.302.449,57**	**1.677.173.636,01**	**65,33**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno	Complexo Industrial e Portuário Estruturado	Não	und.	1	0	1	1	1	1
Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém	Porto Ampliado	Não	und.	1	0	1	1	1	1
Modernização do Terminal Portuário do Pecém	Porto Modernizado	Não	und.	1	0	1	1	1	1
Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia Restaurada	Sim	km	302,5	92,0	345,5	284,2	648,0	376,2
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual	Rodovia Pavimentada	Sim	km	270,7	275,9	203,2	173,9	473,9	449,7
Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual	Rodovia Conservada	Não	km	11.369,8	11.648,0	11.369,8	11.395,0	11.369,8	11.648,0

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria da infraestrutura de transporte aeroviário	Aeroporto Estruturado	Não	und.	5	0	0	1	5	1
Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semafórica e dispositivos de segurança viária)	Sinalização Implantada	Sim	und.	380.000	801.782	780.000	1.251.397	1.160.000	2.053.179
Implantação de infraestrutura viária urbana	Via Implantada	Sim	km	70,0	1,3	3,0	0,3	73,0	1,6
Melhoria de infraestrutura viária urbana	Via Restaurada	Sim	km	233,0	45,9	55,5	123,9	288,5	169,8
Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe	Via Pavimentada	Sim	km	19,3	12,9	8,9	5,2	28,1	18,1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo o programa de gestão da malha rodoviária estadual, calçado em princípios que permitem uma estruturação do Sistema Rodoviário Estadual de forma sustentável. O objetivo é garantir sua manutenção em padrões que preservem a economia de custos dos transportes, bem como a segurança e o conforto dos usuários nas rodovias estaduais.

Os recursos são investidos essencialmente na preservação do patrimônio estadual, em programa de reabilitação, duplicação e pavimentação de rodovias de integração e acesso aos polos de desenvolvimento do Estado, visando, de um lado, a redução do custo de transporte e, de outro, atendimento à população e criação de condições de acessibilidade à população ocupada na atividade econômica no Estado.

O Estado investiu sistematicamente na conservação de sua malha rodoviária, que totaliza 11.648 km. Além disso, são realizadas diversas ações de manutenção preventiva e corretiva nos pavimentos. Foram concluídas as obras de restauração/revitalização e a ampliação da malha com a pavimentação/duplicação. Esses serviços são frutos do Programa Ceará IV e investimentos em parceria com o Governo Federal.

Com base no Plano Aeroviário do Estado do Ceará (PAECE), que objetiva definir e orientar o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária do Estado, em horizontes de cinco até quinze anos, de modo a capacitá-lo para atender as demandas da aviação civil, o Estado é responsável pela administração de 12 Aeroportos Regionais, com mais dois (Itapipoca e Canindé) em fase de projeto.

Quanto à ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual, registra-se em 2016 a execução de 275,89 km de rodovias pavimentadas e 26 obras de pavimentação/duplicação. Em 2017, houve a execução de 173,85 km de rodovias pavimentadas.

Para implantação de infraestrutura viária urbana, temos como principal produto a via restaurada, referindo-se ao caminho ou estrada reformada ou recuperada para garantia do transporte seguro e adequado de passageiros e/ou cargas e outros. No período de janeiro a dezembro de 2017 foi entregue a Avenida São Francisco, em Novo Oriente, com um total de 0,33 km.

Encontra-se vigente ainda a duplicação da saída de Ubajara via Ibiapina, que está com 18,39% de execução. No entanto, a obra está paralisada com problemas de desapropriação, o que inviabilizou o alcance da meta estabelecida para o período.

Para atingir as metas da iniciativa de melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, foram realizadas diversas ações, entre as quais destacam-se a implantação de sinalização horizontal (pintura asfáltica), sinalização vertical (placas), tachinhas/taçhões, colunas cônicas e defensas metálicas.

Todos os investimentos realizados no período, principalmente a obra de ampliação do porto, cujos novos berços já se encontram em operação, o início das operações do novo sistema de descarregamento de minério de ferro (descarregador e correia transportadora) e a construção da estrada de placas e duplicação da CE-155, cujas obras encontram-se em andamento, são fundamentais para esta consolidação do Porto do Pecém como o principal vetor de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

O fortalecimento de sua infraestrutura e de todo o Complexo Industrial e Portuário do Pecém permite o contínuo crescimento de movimentação de cargas, atração de novos negócios e consequente geração de emprego e renda.

Para fortalecimento das ações voltadas para infraestrutura portuária, destacam-se as obras a seguir, que permitem a melhoria da capacidade operacional do Pecém e sua competitividade:

- fornecimento e instalação das utilidades do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) do Terminal Portuário do Pecém, com 72% executados;
- obras da nova Ponte de Acesso, Ampliação do Terminal de Múltipla Utilidade (TMUT) e Pavimentação com Engorda do Quebra-Mar Existente no Tramo Norte-Sul, com 88% executados;
- fabricação de camisas metálicas, com 94,92% executados;
- fornecimento e instalação de um descarregador de minério de ferro, com 91,28% dos serviços executados;
- fabricação, fornecimento, montagem, testes e operação assistida do sistema de correias transportadoras, com capacidade nominal de 2.400 t/h, para transporte de minérios de ferro; e
- construção de obras complementares de modernização do Terminal Portuário do Pecém, incluindo: recuperação das torres de iluminação, ampliação e reforma do bloco administrativo, construção do pátio de fiscalização e inspeção de cargas e construção do bloco do Corpo de Bombeiros, por meio de convênio de apoio técnico e financeiro celebrado com a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Para potencializar o desenvolvimento de suas atividades do programa, apresenta-se como de fundamental importância a otimização do relacionamento com parceiros que tenham interferência na implantação de obras rodoviárias, como, por exemplo, a empresa de energia Enel.

Destaca-se, também, como desafio para os próximos anos o gerenciamento e a expansão do patrimônio rodoviário do Ceará, de forma sustentável, e que atenda às necessidades socioeconômicas do Estado.

No que concerne ao modal portuário, com a construção e disponibilização para operação dos pátios e berços 7 e 8 do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT, cabe ao Estado buscar novas linhas de navegação, visando a dinamização e aumento do volume de carga transportada através do Porto do Pecém.

PROGRAMA 019 - MOBILIDADE URBANA

O Programa tem como objetivo implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas, visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense, tendo como público-alvo a população do Estado do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	611.846.730,21	80.094.163,98	13,09
2017	659.251.639,77	135.442.294,76	20,54
Total	**1.271.098.369,98**	**215.536.458,74**	**16,96**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul	Linha Sul do Metrô Implantada	Sim	unidade	0	0	1	0	1	0
Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros- Linha Parangaba/ Mucuripe	Linha de Trem de Passageiros Implantada	Sim	unidade	0	0	1	0	1	0
Gerenciamento e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros	Gerenciamento de Trânsito e Transporte Realizado	Não	unidade	1	1	1	1	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Havia uma expectativa no programa de que fossem concluídas plenamente em 2017 as iniciativas referentes à implantação das linhas Sul e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba – Mucuripe, do Metrô de Fortaleza. Entretanto, pela restrição de recursos, tanto no âmbito estadual, quanto federal, além de dificuldades operacionais das empresas contratadas para execução das obras, as metas não foram cumpridas, o que se refletiu também na baixa execução orçamentária no biênio 2016-2017 (16,96%).

Ressalta-se, entretanto, que houve significativa evolução no número de passageiros transportados pelo sistema metroferroviário, à exceção do VLT do Cariri, que foi suspenso temporariamente por conta da construção de um viaduto rodoviário na cidade de Juazeiro do Norte.

Na Linha Sul do Metrô houve um incremento de 19%, passando de 5.496.027 passageiros em 2016 para 6.545.033 em 2017; na Linha Oeste, a evolução foi de 12%, passando de 1.883.253 em 2016 para 2.115.351 em 2017. Com a consolidação do transporte no VLT de

Sobral, iniciada em dezembro de 2016, foram transportados 362.352 passageiros em 2017. Cabe destacar os avanços de algumas obras e serviços prestados pelo sistema metroferroviário no período, conforme detalhamento a seguir:

- execução acumulada de 96% da Linha Sul, incluindo a conclusão das obras da estação Juscelino Kubitscheck;
- execução acumulada de 91% da implantação do VLT - Ramal Parangaba/Mucuripe, com a entrega de sete dos oito VLTs contratados;
- benefício a 25.433 passageiros (21.406 passageiros na Região Metropolitana de Fortaleza e 4.027 passageiros na Região Metropolitana do Cariri), com o subsídio à tarifa integrada, mediante a utilização do Bilhete Único Metropolitano;
- execução de 61% dos serviços técnicos especializados de engenharia para gerenciamento, fiscalização, controle tecnológico e assessoria técnica na execução das obras civis para implantação do VLT - Ramal Parangaba/Mucuripe;
- elaboração de 100% de Laudos de Vistoria dos Imóveis relacionados à Expansão da Linha Leste do Metrô de Fortaleza.

PRINCIPAIS DESAFIOS

No âmbito deste programa, o Estado tem como desafio melhorar seu relacionamento institucional, principalmente, com órgãos cuja atuação afete a implementação de obras metroferroviárias, como, por exemplo, a empresa de energia Enel. Destaca-se a forte interação que deverá existir com o Governo Federal e BNDES, de forma que haja regularidade no repasse de recursos correspondentes.

Deverá também ser buscado o aperfeiçoamento dos processos internos, permitindo que se reflitam na agilização dos processos de contratação de obras e serviços, bem como no trato de ações judiciais.

Com a conclusão das obras da Linha Sul do Metrô, o grande desafio será dotar o sistema de maior capacidade de transporte, aumentando o número de composições em operação, reduzindo, assim, o intervalo entre trens e aumentando a confiabilidade, de maneira que fidelize os usuários.

PROGRAMA 037 - GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

O Programa tem como objetivo melhorar a segurança e a fluidez do trânsito nas rodovias do Estado do Ceará, reduzindo o número de infrações no trânsito e, consequentemente,

os índices de acidentes, tendo como público-alvo os usuários dos sistemas de trânsito, condutores de veículos automotores, pedestres e a população em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	216.083.730,00	186.226.217,48	86,18
2017	215.307.200,00	181.977.454,28	84,52
Total	**431.390.930,00**	**368.203.671,76**	**85,35**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção de ações educativas sensibilizando a sociedade para a segurança do trânsito	Evento Realizado	Sim	unidade	600	680	720	748	1.320	1.428
Fiscalização da frota de veículos e condutores em circulação nas vias públicas do Estado do Ceará	Blitz Realizada	Sim	unidade	5.400	6.500	5.670	7.430	11.070	13.930
Cadastramento e emissão do Registro de veículos Automotores do Estado do Ceará	Veículo Registrado	Não	unidade	1.840.000	2.093.160	1.940.000	2.307.945	1.940.000	2.307.945
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará	Habilitação Concedida	Não	unidade	625.000	535.992	675.000	563.552	675.000	563.552
Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte	Unidade Operacional Implantada	Sim	unidade	11	4	5	2	16	6
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Educação de Trânsito	Unidade Operacional Estruturada	Não	unidade	2	0	2	0	2	0
Ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores	Unidade Operacional Implantada	Sim	unidade	15	4	4	2	19	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Governo do Estado do Ceará tem como objetivo principal, neste programa, otimizar a segurança do trânsito em vias públicas e há uma preocupação constante dos órgãos do sistema de trânsito na busca de implementar metas visando a segurança e a fluidez do tráfego nas rodovias do Estado do Ceará.

A iniciativa "Promoção de ações educativas sensibilizando a sociedade para a segurança do trânsito" realizou 1.428 eventos para conscientização da sociedade, através da implementação de campanhas contínuas, com cursos, palestras, blitze educativas, peças teatrais e outros eventos ligados à educação no trânsito. Atualmente, as ações contínuas são feitas por meio das Escolas de Educação para o Trânsito do município de Fortaleza (Sede/Maraponga) e do munícipio de Sobral, além da Unidade Móvel de Trânsito. Diariamente alunos de escolas públicas e particulares visitam as Escolas de Trânsito, onde recebem orientações pedagógicas sobre todos os aspectos do trânsito.

A iniciativa "Fiscalização da frota de veículos e condutores em circulação nas vias públicas do Estado do Ceará" objetiva a otimização da segurança do trânsito, com a redução de veículos e condutores irregulares em circulação nas vias públicas, autuando e aplicando as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no Código de Transito Brasileiro. Nesse sentido, foram realizadas 13.930 operações fiscalizatórias (blitze), por meio das quais foram fiscalizados 587.249 veículos, com os seguintes resultados: 148.436 veículos irregulares, 49.853 veículos removidos para depósito, 5.898 habilitações recolhidas e lavradas e 229.126 autuações de multas de trânsito.

Quanto à iniciativa "Cadastramento e emissão do Registro de Veículos Automotores do Estado do Ceará", foram registrados, neste período, 2.307.945 veículos automotores nos municípios cearenses. Neste total, estão computados o cadastramento de veículos novos implantados, licenciamento anual, segundas vias e transferências e mudança de jurisdição no sistema de registro de veículos do Estado. Salienta-se que a frota total de veículos registrada no Estado do Ceará é de 3.062.483 veículos (posição de 31.12.2017).

Por sua vez, em relação ao "Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará", foram cadastrados 563.552 condutores de veículos automotores nos municípios cearenses. Neste total estão incluídos o cadastramento de novos condutores e a renovação de condutores já anteriormente habilitados, expedição de segundas vias e outros serviços correlatos, no sistema de habilitação do Estado. Registra-se, também, que

o número total de habilitados no Estado do Ceará é de 2.054.997 (posição de 31.12.2017). Através das iniciativas de "Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte" e "Ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores", foram implantadas 12 Unidades Operacionais: seis Postos de Fiscalização Rodoviária, nos municípios de Canindé, Cariré, Jaguaribe, Quixeré, São Benedito e Tamboril; três Sedes Regionais do Detran, nos municípios de Aracati, Baturité e Camocim; e três Áreas de Exames de Prática de Direção, nos municípios de Baturité, Itapipoca e Quixadá.

A iniciativa "Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Educação de Trânsito" proporcionou investimentos no suporte das blitze e intervenções fiscalizatórias, com aquisição de 131 veículos, inclusive 12 caminhões tipo reboque, no biênio 2016-2017. Quanto à execução orçamentária do programa, salienta-se que houve uma aplicação de recursos satisfatória neste programa, tanto no exercício de 2016 (86,16% dos recursos programados), quanto em 2017 (84,52%).

PRINCIPAIS DESAFIOS

Considerando o aumento anual tanto na frota de veículos do Estado, quanto no número de condutores de veículos automotores, faz-se necessária a realização de várias ações para otimizar o aumento das condições de segurança do trânsito e transporte.

No Programa em análise, várias ações terão continuidade e outras mais serão implementadas, buscando a redução dos índices de acidentes de trânsito no Estado do Ceará, sendo as principais: implementação de campanhas educativas de trânsito; intensificação de intervenções fiscalizatórias de trânsito (blitze fiscalizatórias); investimentos constantes em equipamentos de suporte para melhoria nas atividades de fiscalização de trânsito (equipamentos fiscalizatórios); e investimentos na aquisição de veículos para suporte operacional das intervenções fiscalizatórias .

Além destes fatores, salienta-se que serão realizadas várias obras para melhoria da infraestrutura operacional das atividades fiscalizatórias, visando também a descentralização das atividades aos usuários dos serviços de trânsito (construção de sedes regionais e construção de Postos de Fiscalização Rodoviária da Polícia Rodoviária Estadual -PRE).

Ressalta-se, também, a continuidade do Programa de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Popular – criado pela Lei Estadual Nº14.288-A, de 06 de janeiro de 2009, cuja finalidade é possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da

primeira CNH; e a continuidade do Programa de Carteira de Motorista Popular Estudantil, destinado aos alunos do nível médio da rede pública estadual de ensino, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA) presencial e semipresencial, visando oferecer ao concludente do Ensino Médio da rede pública a oportunidade de contar com a CNH, que servirá para seus deslocamentos diários, seja no ingresso na faculdade ou no mercado de trabalho.

TEMA – TURISMO

O produto turístico cearense se compõe essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos – negócios e religiosidade –, enquanto os componentes científico-cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do Estado, de uma região seca e com vocação agrícola, em moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado.

A importância do turismo é traduzida pelo efeito multiplicador em diversos setores integrantes da sua cadeia produtiva, como: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e souvenirs, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros, envolvendo essa malha multissetorial na movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais no estado, criando novas oportunidades de crescimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é o destino turístico cearense sustentável e considerado referência nacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza	Nº	3.262.259	3.343.815	3.243.501	3.384.593
Gasto per capita diário do turista no estado	R$	173,17	208,31	224,97	273,31
Índice de interiorização do turismo via Fortaleza	%	71,5	72,0	70,0	72,8
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	%	78,0	78,1	78,3	79,2
Número de empregos nas atividades características do turismo	Nº	72.062	73.082	71.743	73.555
Oferta hoteleira (UHs) (posição dezembro cada ano)	Nº	30.787	32.286	33.340	36.611
Taxa de ocupação hoteleira	%	72,2	72,9	69,9	73,5

Fonte: Setur

O indicador "Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza" revelou um crescimento no período analisado de 2014 a 2017 de 3,75%, tendo o número de turistas saltado de 3.262.259 para 3.384.593. Esse índice é obtido pelos Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), encaminhados mensalmente pela rede hoteleira, e pela Ficha de Acompanhamento Mensal (FAM). Além disso, são utilizadas as variáveis das pesquisas realizadas anualmente pelo Estado no setor de turismo.

O indicador "Gastos per capita diário do turista no estado" revela um crescimento significativo no período analisado. Comparando os anos de 2014 a 2017, os gastos per capita diários saltaram de R$ 173,17 para R$ 273,31, sendo a média de crescimento de 57,83%. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BRs e CEs) e nos principais pontos turísticos.

Quanto aos indicadores "Índice de interiorização do turismo via Fortaleza" e "Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos", observa-se um contínuo crescimento anual, tendo o índice saltado de 71,5% para 72,8%, e de 78,0% para 79,2%, respectivamente. Tal resultado é reflexo de importantes investimentos realizados no interior do estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos.

Além disso, programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos turísticos e sinalizações turísticas foram realizados. Tais dados são também obtidos pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BRs e CEs), e também nos principais pontos turísticos.

O indicador "Número de empregos nas atividades características do turismo" considera somente os empregos dos setores de alojamento, alimentação, agências de viagens, locadoras de veículos, lazer e entretenimento, e registrou um aumento de 2,07% no período analisado. As estatísticas oficiais sobre emprego são disponibilizadas por meio do Registro Anual de Informações Sociais (RAIS) e contabilizam apenas os empregos formais.

Já o indicador referente à "Oferta hoteleira (UHs)" apresentou contínuo crescimento anual, saltando de 30.787 para 36.611 Uhs (apartamentos), um crescimento de 18,92% de 2014 a 2017. Tal resultado também é um reflexo dos importantes investimentos realizados na capital e no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. O indicador é obtido pelas pesquisas mensais realizados para os empreendimentos hoteleiros na capital e interior.

Por fim, no que diz respeito ao indicador "Taxa de ocupação hoteleira (%)", este revelou um crescimento no período analisado de 2014 a 2017 de 1,80%. Tal percentual foi de 72,2% para 73,5%. Além de ter crescido significativamente, a taxa de ocupação hoteleira mantém-se alta durante todos os meses do ano, fato esse influenciado pelo turismo de negócios e eventos nos meses de baixa estação.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO TURISMO

PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURISTICO CEARÁ

O Programa tem como objetivo consolidar o Ceará como destino turístico sustentável em nível nacional e internacional, tendo como público-alvo turistas, entidades de classe, profissionais da cadeia produtiva, organizações não governamentais, associações comunitárias, estudantes e professores.

A seguir, apresentamos a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	503.488.381,87	124.306.481,58	24,69
2017	369.523.579,91	165.497.411,31	44,79
Total	**873.011.961,78**	**289.803.892,89**	**33,20**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas	Rodovia construída	Sim	km	81,0	44,7	92,1	47,9	173,1	92,6
Realização de ações de valorização dos destinos turísticos	Área urbanizada	Sim	unidade	5	1	11	7	16	8
Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses	Campanha realizada	Sim	unidade	3	3	3	4	6	7
Promoção do turismo de negócios	Campanha realizada	Sim	unidade	2	2	2	2	4	4
Estruturação de equipamentos voltados à promoção do ecoturismo e turismo de aventura	Equipamento turístico reformado	Não	unidade	1	0	0	0	1	0
Formação e qualificação profissional nos serviços turísticos	Pessoa capacitada	Sim	unidade	5.068	0	8.400	1.084	13.468	1.084

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio 2016-2017, o Estado focou suas ações na infraestrutura das localidades turísticas e na promoção do Ceará no mercado nacional e internacional, utilizando-se de recursos oriundos do Tesouro Estadual, bem como dos programas Prodetur Nacional (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) e Proinftur (Programa de Valorização da Infraestrutura do Turismo), os quais abrangem respectivamente as regiões Leste, Serra da Ibiapaba, Maciço de Baturité e Litoral Oeste.

Destaca-se, nesse período, a realização de iniciativas como a ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas, com execução de 92,60km de rodovia construída, tendo como principais ações as obras de: duplicação da CE085 - Trecho IV (entroncamento da CE-341 (acesso a Paracuru) – entroncamento CE-163 (acesso a Trairi)); duplicação, adequação e melhoramento da CE040, no trecho compreendido de Guajiru à Viçosa; duplicação, adequação e melhoramento da CE040, no trecho compreendido de Viçosa a Aracati; e construção do acesso à praia do Preá.

Em relação às ações de valorização dos destinos turísticos, neste período foi concluída e entregue à sociedade oito obras de urbanização, sendo elas: pavimentação das ruas existentes na Praia do Icaraí de Amontada; urbanização da Vila do Cumbuco; urbanização da Praia da Barra, no município de Itarema, incluindo a construção de ponto de acesso à praia; urbanização da Prainha, no município de Aquiraz; iluminação do acesso à Praia de Arpoeiras; pavimentação em pedra tosca de ruas existentes na Praia do Icaraí de Amontada; pavimentação em pedra tosca na Praia da Baleia, no município de Itapipoca; e urbanização da Beira-mar de Lagoinha, no município de Trairi.

As ações previstas no âmbito das iniciativas de promoção da divulgação dos destinos turísticos cearenses e promoção do turismo de negócios foram todas realizadas, superando, inclusive, o resultado programado, o que rendeu novos negócios e o acréscimo de turistas para o estado do Ceará, mesmo na baixa estação. Dentre as realizações, pode-se destacar a participação do Estado do Ceará nos seguintes eventos: Ação Encantamento Jericoacoara; Feira Internacional de Turismo Brazil National Tourism Mart (BNTM); a 12ª edição do Latin American Corporate Travel & Events Experience (Lacte); o Festival de Turismo das Cataratas; a Feira Mundo Abreu; a Feira Internacional do Mercado de reuniões, exposições, incentivos e eventos da América Latina (Fiexpo); o Dragão Fashion Brasil; a Road Show M&E - Recife e Salvador, São Paulo e Porto Alegre; a Feira Internacional de Turismo TTG, em Rimini - Itália; o ABAV (Associação Brasileira de Agência de Viagens), em São Paulo; o IMEX, em Las Vegas – EUA; e o Thomas Cook, em Frankfurt- Alemanha.

Em relação à estruturação de equipamentos voltados à promoção do ecoturismo e turismo de aventura, devido a obstáculos ocorridos no processo de liberação da obra por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e dos atrasos ocorridos na elaboração e análise do projeto, bem como na tramitação do processo licitatório, a obra de modernização do teleférico de Ubajara sofreu atrasos e, por este motivo, não foi concluída dentro do biênio planejado, tendo previsão de conclusão em 2018.

Sobre a formação e qualificação profissional nos serviços turísticos, por se tratar de uma iniciativa complexa e peculiar, ocorreram diversos questionamentos dos Bancos financiadores e da Procuradoria Geral do Estado, acarretando o atraso dos processos licitatórios e, consequentemente, da execução do projeto. Por este motivo, os contatos para capacitação de pessoal só tiveram início em agosto de 2017.

Diversas questões, assim como as mencionadas acima, contribuíram para o baixo desempenho orçamentário do programa no biênio em análise (apenas 33,20% do valor previsto). A demora ocorrida nos trâmites processuais das licitações e na liberação das licenças por parte dos órgãos de fiscalização, por exemplo, motivou o atraso no início das seguintes obras: pavimentação da rodovia CE-187, no trecho de entroncamento da CE-085 (Barroquinha) - Bitupitá, com extensão de 27,72 km; Rodovia CE-187, Tianguá - Ubajara; e Rodovia CE-187, Ubajara - São Benedito. Apesar dos entraves, essas obras estão sendo executadas, com previsão de conclusão em 2018.

Algumas obras ligadas à iniciativa de valorização dos destinos turísticos também não foram finalizadas no biênio programado devido à celeuma nas tratativas entre a justiça e os expropriados das localidades atingidas, ao atraso na tramitação dos processos licitatórios e na liberação da licença por parte da Superintendência do Patrimônio da União nas áreas de abrangência do órgão. Vale ressaltar que obras de urbanização programadas para 2016-2017 encontram-se também em execução, com previsão de entrega em 2018. São elas: urbanização para a melhoria da Beira Mar - Lagoinha; urbanização da Praça José Batista de Carvalho; urbanização da praça principal e do mirante da Taíba; urbanização da Praça de Eventos do Preá; construção do Calçadão para pedestres entre a Praça da Barra do Mundaú e a Praça do Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPTA) – Mundaú; urbanização do Ponto de Acesso à Praia de Arpoeiras; e urbanização do Calçadão da Praia do Pecém.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O principal desafio do Ceará para os próximos anos no âmbito deste programa refere-se à conservação da consolidação do destino Turístico "Ceará" no mercado nacional e internacional,

bem como desbravar os mercados que atualmente se apresentam economicamente atraentes no cenário globalizado.

TEMA – TRABALHO E RENDA

A globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído barreiras à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, quando não gera exclusão dos trabalhadores.

Para fazer face a essa realidade, presente em diversos países, o Governo tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais (APL). Associam-se, ainda, às diretrizes de desenvolvimento integrado, reunindo as políticas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas regiões estaduais.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Números de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de artesanato	Nº	27.372	22.129	21.175	25.677
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego	%	15,30	14,00	17,10	17,35
Taxa de Colocação de Jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego	%	62,30	54,10	60,20	61,62
Variação do rendimento médio real dos trabalhadores	%	1,80	-6,20	-3,00	- (1)
Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural	%	6	8,6	-(1)	- (1)

Fonte: STDS
(1) Informação descontinuada, pois a Pesquisa de Emprego e Desemprego foi cancelada pelo Ministério do Trabalho(MTB).

O desempenho do indicador "Números de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de artesanato" apresenta redução em seus valores ao longo da série histórica em análise, devido à crescente restrição de recursos que impactou na implementação da política pública do artesanato, resultando, em 2017, em uma queda de 6,19% em comparação ao valor registrado em 2014. Comparando, entretanto, os dois anos do último biênio, esse indicador apresentou crescimento de 21,26%, demonstrando a retomada dos investimentos e apoio às unidades produtivas de artesanato.

A participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego registrou em 2017 um aumento de 2,05 pontos percentuais em relação ao dado registrado em 2014, refletindo o aumento da participação dos colocados do Sistema Nacional de Emprego (SINE/CE) em relação aos admitidos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A "Taxa de Colocação de Jovens de 16 a 29 anos pelo Sistema Público de Emprego", no biênio 2016-2017, apresentou aumento de 1,42 pontos percentuais, embora ainda esteja em fase de recuperação quando comparado com 2014.

Quanto à "Variação do Rendimento Médio Real dos Trabalhadores", no período de 2014 a 2016, houve uma queda no rendimento do trabalhador, passando de 1,80% de incremento

em 2014, para uma redução de 3,00% em 2016, o que se justifica pela elevação constante na taxa de desemprego nesses três anos. Isso aconteceu porque um contingente considerável de pessoas perdeu seus empregos com carteira assinada e passaram a trabalhar no setor informal, onde a remuneração normalmente é menor. A partir de janeiro de 2017, esse indicador deixou de ser auferido em razão do cancelamento da pesquisa pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE TRABALHO E RENDA

PROGRAMA 031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O programa tem como objetivo viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, tendo como público-alvo agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	77.592.254,10	52.051.430,09	67,08
2017	185.279.193,79	143.133.162,92	77,25
Total	**262.871.447,89**	**195.184.593,01**	**74,25**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos	Projeto Produtivo Implantado	SIM	unidade	340	3	242	25	582	28
Formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares	Evento Realizado	SIM	unidade	126	53	328	298	454	351
Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis	Família Atendida	SIM	unidade	11..500	181	10.420	971	2.1.920	1.152
Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar	Família Beneficiada	SIM	unidade	23.000	2..373	24.090	18..262	47.090	20.635

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio 2016-2017 foram implantados 28 projetos produtivos, o que representa apenas 4,8% do previsto na iniciativa "Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos", dentre eles, obras como casa de mel, apriscos, galpões, salas de beneficiamento e processamento de produtos de origem animal e vegetal. Esta iniciativa é executada através do Projeto São José no componente de inclusão produtiva, que tem como base a identificação e mobilização de comunidades para a elaboração de projetos de fomento.

Trata-se de um processo longo, onde os agricultores familiares e outros órgãos do Governo do Estado do Ceará têm papel fundamental para seu sucesso. A perspectiva do alcance total da meta de projetos implantados e em funcionamento previstos nos quatro anos de PPA deverá ocorrer, visto que as atividades preparatórias foram todas executadas neste primeiro biênio.

Na iniciativa de formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares, foram realizados 351 eventos de capacitação (77,3% do previsto) em diversas temáticas através de oficina, curso, missão técnica, seminário e dia de campo, além da elaboração de estudos, cartilhas, livros e revistas que promovem a comunicação e divulgação do Projeto.

A iniciativa "Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis" atendeu 1.152 famílias com apoio na elaboração e adequação dos Planos de Negócios/Investimentos através das entidades que atuam na assistência técnica continuada, além da capacitação dos beneficiários na participação em eventos, oficinas, cursos e dias de campo. A execução da iniciativa ficou abaixo do esperado para o período devido à indisponibilidade de recursos destinados à primeira fase do projeto referente aos Planos de Investimento.

A iniciativa "Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar" atendeu no biênio 20.635 famílias, o que representa apenas 43,8% do previsto, fato justificado pela demora na conclusão em tempo hábil do processo de contratação da assessoria técnica contínua. As atividades desenvolvidas tiveram seu foco na capacitação em políticas públicas, através de encontro de formação em políticas públicas, e no reconhecimento e promoção de direitos dos povos do semiárido nos 31 municípios de abrangência do Projeto Paulo Freire. Mesmo com a presença de entraves que prejudicaram sobremaneira o cumprimento de algumas metas de produtos, ainda assim o programa conseguiu obter um desempenho de 74,25% dos recursos previstos para o biênio 2016-2017.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Destaca-se como desafios enfrentados no período a regularização das inadimplências das comunidades quanto à documentação de suas associações, o que as impossibilitava de firmar os Termos de Fomento com o Estado; a fragilidade dessas entidades quanto à gestão contábil e financeira de suas associações e cooperativas; a manutenção dos cadastros e documentos atualizados, como licenciamento ambiental, inscrição municipal, estadual e federal, para que não ocorressem atraso no processo por conta do vencimento da documentação, e a demora na liberação dos licenciamentos ambientais, fatores esses que levaram à desistência de algumas entidades em participar dos projetos.

Para os anos seguintes, ficam os desafios de intensificação das ações de sensibilização e divulgação dos novos conceitos do Projeto Paulo Freire e de identificação de grupos produtivos com nível de organização adequado que permita administrar um empreendimento com foco na geração de renda e acesso ao mercado.

Além dos itens acima, foram observados pontos importantes a serem vencidos, como a definição e construção de estratégias para as temáticas de gênero e etnia, observadas no diagnóstico das comunidades selecionadas.

PROGRAMA 078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

O Programa tem como objetivo viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, tendo como público-alvo trabalhadores desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos prestadores de serviços, trabalhadores requerentes do seguro-desemprego e população socialmente vulnerável.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	74.888.242,75	56.215.500,01	75,07
2017	60.341.976,12	49.465.007,18	81,97
Total	**135.230.218,87**	**105.680.507,19**	**78,15**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego	Trabalhador colocado/ recolocado no mercado de trabalho	Sim	pessoa	74.109	65.947	62.845	58.395	136.954	124.342
Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis	Pessoa qualificada	Sim	unidade	21.600	13.983	22.675	12.458	44.275	26.441

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Observa-se que a execução do orçamento referente ao biênio 2016-2017, do Programa 78 - Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador, foi de 78,15%. O valor programado no orçamento foi superestimado, sendo ajustado no decorrer da execução, conforme desembolso do Ministério do Trabalho e Emprego.

Analisando as iniciativas prioritárias do Programa, observou-se, que o produto referente ao "Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego" apresentou um desempenho satisfatório (90,79% de execução em relação ao programado), mesmo considerando a conjuntura desfavorável do mercado de trabalho por conta da crise econômica que evidenciou taxas de desemprego elevados.

Com relação à iniciativa "Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis", o percentual médio de execução no período foi de 59,72%, não atingindo a meta prevista porque os recursos provenientes do Ministério do Trabalho e Emprego para a capacitação não foram repassados integralmente.

PRINCIPAIS DESAFIOS

São grandes os desafios no âmbito da inclusão e desenvolvimento do trabalhador, dentre as quais se pode destacar: o fortalecimento da Rede de Atendimento ao Trabalhador (unidades do Sine, CITS, CEPID, CEFIT), em interface com a rede socioassistencial; a integração das funções do Sistema Público de Emprego para otimização de resultados (trabalho decente); a ampliação da Rede de Qualificação Profissional (parceria Governo e entidades privadas) e das oportunidades de qualificação social e profissional para a geração de ocupação, trabalho e renda para a redução da pobreza, além da inserção de jovens no mercado de trabalho (primeiro emprego) e colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

PROGRAMA 083 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

O Programa tem como objetivo fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, integrando-o a cadeia produtiva do turismo e da cultura, tendo como público-alvo artesãos, grupos produtivos e entidades artesanais.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	7.836.824,34	6.238.100,74	79,60
2017	7.681.401,46	6.451.653,16	83,99
Total	**15.518.225,80**	**12.689.753,90**	**81,77**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses	Peça artesanal comercializada	Sim	unidade	122.500	69.113	128.780	77.968	251.280	147.081
Melhoria da qualidade da produção artesanal	Artesão beneficiado	Não	pessoa	7.100	7.776	7.500	29.868	7.500	29.868

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As iniciativas prioritárias desse programa referem-se ao apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses e à melhoria da qualidade da produção artesanal e, como estratégia para fortalecer a cadeia produtiva, são desenvolvidas ações de promoção, divulgação e comercialização e a certificação dos produtos, com o selo Ceart.

O orçamento disponível para a realização das ações no biênio 2016-2017 apresentou resultado satisfatório, com percentual de execução de 81,77%.

A quantidade de peças artesanais comercializadas no biênio mostrou-se crescente, apresentando um volume de vendas acumulado no período de R$ 3.969.549,51. As metas programadas tiveram como base o volume de vendas em 2014, de 122.700 peças, valor expressivo por conta da economia aquecida, e no biênio 2016-2017 alcançou-se um percentual de 59% do quantitativo programado para o produto.

Como parâmetro da melhoria da qualidade da produção artesanal, foi avaliado o número de artesões beneficiados, que superou a meta programada no biênio, principalmente em 2017, com cerca de 29.868 beneficiados.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O principal desafio do programa será consolidar a política de geração de ocupações produtivas no fomento ao artesanato, contemplando grandes, médios, pequenos e microempreendedores das grandes vocações produtivas do estado, caracterizada por um elevado potencial de geração de trabalho, emprego e renda e de desenvolvimento sustentável.

Dentre outras oportunidades, destaca-se o estabelecimento de parcerias com as prefeituras municipais para estimular o crescimento do setor artesanal, com o empoderamento das entidades artesanais e grupos produtivos; a ampliação dos canais de comercialização (feiras, eventos, portal, plano de mídia, fanpage, lojas); a criação e regulação de linhas de crédito específicas para o segmento artesanal; a criação de um polo comercial com ênfase no artesanato e na gastronomia; e a promoção do resgate de técnicas artesanais tradicionais, com a inclusão produtiva de jovens artesãos.

TEMA – EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo no estado experimentou avanços importantes com a criação de uma estrutura de apoio e fomento ao empreendedor e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006, além de oportunizar o crescimento dos pequenos negócios a partir das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

Os desafios que se apresentam no tema conformam as estratégias de políticas que visam assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.

Assim, criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa, inovadora, sustentável e integrada para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas, e a elaboração de um plano

estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos, é um grande desafio que o Governo assume nos quatro anos deste Plano Plurianual (PPA).

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com capacidade de inserção produtiva, empreendedora e inovadora. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Microempreendedores individuais formalizados	Nº	147.333	179.475	215.198	247.602

Fonte: SDE

Por meio do indicador "Microempreendedores individuais formalizados", observa-se um cenário positivo de aumento de formalização de empreendedores individuais a cada ano. Comparando os dados de 2017 em relação a 2014, verifica-se um aumento de aproximadamente 68,06% do número de microempreendedores individuais (MEIs) formalizados.

Além da atual conjuntura econômica, com elevado nível de desemprego, impactaram diretamente no crescimento deste indicador a simplificação do processo de registro de microempreendedores individuais, as medidas adotadas pelo Estado para facilitar a instalação de novos negócios e a redução dos juros da economia, com oferta de linhas de crédito mais atrativas. A economia em períodos de recessão e de dificuldade para geração de emprego e renda tende a estimular a geração de microempresas e empresas individuais como forma alternativa de renda.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO EMPREENDEDORISMO

PROGRAMA 043 - EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL

O Programa tem como objetivo principal promover e ampliar a educação e a cultura empreendedora no Estado do Ceará, tendo como público-alvo empreendedores e potenciais empreendedores.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Disponibilização de infraestrutura para atender empreendimentos produtivos	Empreen-dimento Apoiado	Sim	unidade	92	7	8	7	100	14
Formação e qualificação profissional em atividades empreendedoras	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	200	0	400	0	600	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A análise do programa de empreendedorismo necessita ser abordada a partir do contexto de uma ausência de estrutura técnica adequada para a execução e implementação de suas ações. O Estado não dispôs de estrutura humana e física para desenvolvimento da área de pequenos negócios, impossibilitando, assim, o alcance das metas estabelecidas nos indicadores do programa. Além disso, o componente político de não direcionamento estratégico para as iniciativas do programa contribuiu para o resultado insatisfatório.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios do programa são garantir o provimento de pessoal adequado para execução das suas atividades, bem como a unificação das ações para o setor do empreendedorismo, hoje divididas em geração de renda, empreendedorismo tecnológico e empreendedorismo de negócio, além do desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora nos jovens cearenses.

PROGRAMA 082 - EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, da economia formal, que possibilite ao empreendedor criar e alavancar o seu negócio de forma competitiva e com qualidade para enfrentar os desafios do mercado, tendo como público-alvo microempresários, empresários de pequeno porte, microempreendedores

individuais, cooperativas e grupos produtivos de economia solidária, profissionais autônomos ou liberais e empreendedores em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	2.364.131,89	606.365,22	25,65
2017	1.364.150,54	1.279.073,64	93,76
Total	**3.728.282,43**	**1.885.438,86**	**50,57**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação de acesso ao crédito para empreendimentos	Empreendedor apoiado	Sim	unidade	1.252	2.850	2.916	10.999	4.168	13.849
Manutenção da oferta de serviços de atendimento ao empreendedor	Unidade de atendimento mantida	Não	unidade	5	5	6	6	6	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa prioriza as iniciativas de ampliação de acesso ao crédito para empreendimentos e a manutenção de ofertas de serviços de atendimento ao empreendedor, realizadas na Unidade Móvel do Empreendedorismo e nas Centrais Fácil, distribuídas na capital e no interior. A ampliação de acesso ao crédito para empreendimentos, cujo produto prevê o empreendedor apoiado, mostrou-se crescente a cada ano, superando as metas estipuladas para os anos de 2016 e 2017. Esse resultado decorre da capilaridade dos serviços prestados pelo empreendedorismo e pelo empenho dos técnicos nos atendimentos realizados na capital e no interior, com destaque para a formalização, a capacitação e a orientação ao crédito.

Para a realização de todas as ações previstas, as unidades de atendimento encontram-se em pleno funcionamento e, em razão da demanda, em 2017 o serviço foi ampliado em mais uma unidade de atendimento.

Observa-se que o orçamento do Programa de 2017 foi ajustado em relação aos valores consignados na LOA de 2016, mostrando-se mais eficiente no que se refere à execução orçamentária, que foi de 93,76%. Mesmo com a referida redução, as ações previstas para o biênio apresentaram resultados satisfatórios.

É importante destacar que os recursos do projeto Política Integrada de Economia Solidária foram orçados ainda em 2007, iniciando suas atividades em 2012. Houve solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego para ajustes no plano de trabalho, o que se refletiu na execução orçamentária dos anos subsequentes.

No que se refere à execução do produto empreendedor apoiado, registra-se que os recursos utilizados para execução das ações são os dos projetos Unidade Móvel do Empreendedorismo e Unidades Central Fácil.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O maior desafio no âmbito deste programa é a captação de recursos para ampliar a realização das ações previstas e fortalecer, dentre outras, a capacitação de mulheres chefes de família cadastradas no CadÚnico, estimulando o empreendedorismo e a autonomia econômica na perspectiva de superação da pobreza.

Faz-se necessário, também, estabelecer junto a jovens a partir de 16 anos, que não estudam e nem trabalham, oportunidades de desenvolverem habilidades empreendedoras a partir de formação e orientação para o empreendedorismo, proporcionar a empreendedores informais as condições básicas para a formalização e o gerenciamento de seus negócios e desenvolver projetos de apoio aos empreendimentos solidários dos territórios Maciço de Baturité, Sertão dos Inhamuns e Vale do Curu, através do apoio ao desenvolvimento de feiras regionais, comercialização e compras governamentais.

TEMA – PESCA E AQUICULTURA

O tema da Pesca e Aquicultura integra o Eixo Ceará de Oportunidades como importante alternativa econômica para pequenos, médios e grandes produtores.

Na atividade de aquicultura, destacam-se no Estado a produção de camarão e tilápia. No que se refere à carcinicultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região Nordeste é responsável pela quase totalidade da produção nacional, sendo os estados do Ceará e Rio Grande do Norte os maiores produtores do Brasil.

No Ceará, aproximadamente 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, proporcionando cerca de 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe. Entretanto, apesar de ser um alimento desejado pela maioria dos brasileiros, o consumo de camarão equivale apenas a 1% do consumo anual per capita da carne, com cerca de meio quilo por pessoa.

Com relação à produção de tilápia, essa se destaca como a espécie mais cultivada no Brasil, representando 45,4% do total da pesca nacional. Apesar da crise hídrica e as mortalidades de peixe, o município de Jaguaribara, no Ceará, tem grande representatividade no setor. Essa representatividade o colocou no anos anteriores em segunda posição em relação à produção de peixes no Brasil, e em primeiro lugar em relação à produção de tilápia.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o governo estadual tem estimulado a sua organização em câmaras setoriais, como as ligadas ao tema do camarão e da tilápia, constituindo-se em importantes fóruns de discussão entre os diversos elos das cadeias produtivas.

O resultado esperado neste tema estratégico é a atividade pesqueira e aquícola com desenvolvimento integrado e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura	Nº	3.605	3.580	850	269
Valor das exportações de pescado no Estado	US$ FOB mil	46.947,00	48.450,72	50.607,58	54.760,06
Produção de pescado no Estado do Ceará	toneladas	108.095	101.000	ND	ND

Fonte: SEAPA
ND: Dados não disponibilizados pelas fontes oficiais de pesquisa.

O indicador "Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura" é obtido a partir da quantidade de empregos formais gerados pelo setor de pesca e aquicultura, o qual demonstra um declínio no decorrer da série histórica, o que pode ser associado ao recuo da economia em todo território nacional.

Quanto ao indicador "Valor das exportações de pescado no Estado", este apresentou sequência crescente nos seus valores. De 2016 a 2017, as exportações no setor pesqueiro apresentaram crescimento de aproximadamente 8,2%. Esse crescimento fez do Ceará o maior exportador de pescado do país. Os principais produtos exportados foram crustáceos (lagosta e camarão) e peixes.

Já sobre o indicador "Produção de pescado no Estado do Ceará", os dados de 2016 e 2017 ainda não foram disponibilizados. Esses dados eram cedidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, porém esse ministério foi extinto em outubro de 2015 e nenhum outro órgão assumiu o levantamento dos dados.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA PESCA E AQUICULTURA

PROGRAMA 034 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa tem como objetivo possibilitar o incremento da produção advinda da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental e, por consequência, contribuir para o aumento do consumo per capita de pescado estadual, além de ensejar a geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores, tendo como público-alvo pescadores e aquicultores de águas marinhas e continentais.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	3.580.883,90	1.969.348,81	55,00
2017	1.840.369,98	1.733.750,48	94,21
Total	**5.421.253,88**	**3.703.099,29**	**68,31**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental	Projeto Apoiado	Não	unidade	5	0	9	0	9	0
Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental	Projeto Apoiado	Não	unidade	40	1	23	0	40	1
Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira	Produtor Assistido	Não	unidade	2.120	744	2.500	1.223	2.500	1.223
Realização de inspeção sanitária e fiscalização na atividade de pesca e aquicultura	Fiscalização Realizada	Não	unidade	42	363	213	287	213	363

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa apresentou alguns entraves relacionados à indisponibilidade de recursos financeiros em tempo hábil para a execução de suas iniciativas prioritárias, principalmente as relativas ao apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental e de projetos de aquicultura marinha e continental. Enquanto que a primeira iniciativa não apresentou nenhuma entrega, a última viabilizou o apoio a um projeto de investimento para a carcinicultura familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí, no litoral leste. Foram entregues, no período, 37 aeradores, um grupo gerador e dois refratômetros para os produtores daquela associação.

Na iniciativa de prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira, foi realizado 49,32% do programado para o biênio 2016-2017. Essa iniciativa possibilitou a criação de novas alternativas de ocupação e renda para as famílias beneficiadas, melhoria

da qualidade de vida das famílias e inserção dos pescadores e aquicultores organizados em empreendimento economicamente sustentável.

A iniciativa de realização de inspeção sanitária e fiscalização na atividade de pesca e aquicultura, que visa a oferta de pescado de boa qualidade à população em geral, tanto nos aspectos físicos como sanitários, executou mais de 100% da meta programada para o biênio. A concentração no transporte, manipulação e comercialização de pescado passou a ser bem mais intensa nas regiões que a iniciativa abrange.

Outra iniciativa importante do programa está relacionada à promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais para a pesca e aquicultura. Dentre os eventos apoiados no biênio, destacam-se: Pecnordeste, Expocrato, Expoece e Fenacam.

Vale destacar que, no fim do ano de 2017, foi aprovado o contrato de gestão celebrado com o Instituto Centro de Ensino Técnológico (Centec), o qual influenciou positivamente no desempenho físico e orçamentário das iniciativas do programa em análise.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta como desafios o aperfeiçoamento dos processos internos para o alcance das metas de forma mais eficiente, além do desenvolvimento de novos projetos que visam qualificar e profissionalizar a pesca e aquicultura artesanais para competitividade internacional.

Desta feita, a continuação da promoção da campanha de incentivo ao consumo do atum, do processo de monitoramento da cadeia produtiva da lagosta, do projeto Apoio à Casa do Pescador, da estruturação das colônias de pescadores, além de negociações de novos convênios com organizações sociais, são ações que se apresentam fundamentais para o crescimento do setor pesqueiro do estado.

Destaca-se, ainda, a importância de se realizar o repovoamento piscícola de cerca de 260 reservatórios nas diferentes regiões do estado, com meta de distribuir 4.640.000 alevinos de espécie de valor comercial, considerando uma estimativa de produção oriunda da pesca extrativista nesses reservatórios de, aproximadamente, 858,8 toneladas de peixes, beneficiando aproximadamente 19.500 famílias/ano, residentes nos arredores desses reservatórios, no interior do estado.

TEMA – REQUALIFICAÇÃO URBANA

A política de desenvolvimento urbano é tratada no Plano Plurianual numa visão intersetorial envolvendo temas que se articulam e concorrem para o cumprimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e uma gestão democrática, quais sejam: mobilidade urbana (na operação do transporte metroferroviário e na gestão do transporte rodoviário), requalificação de espaços públicos, saneamento básico e habitação.

Torna-se importante também salientar que a execução de estratégias e ações efetivas no âmbito de cada um dos temas devem se respaldar em planos setoriais e municipais com diretrizes, indicadores e projetos que assegurem a organização e o desenvolvimento das áreas urbanas.

É com base nessa assertiva que o apoiar/fomentar o desenvolvimento da capacidade institucional dos governos municipais assume um papel central para o planejamento e gestão do desenvolvimento das cidades, que deve ser protagonizado pelas gestões municipais. Por seu turno, cabe ao governo estadual uma visão integrada dos municípios em função das necessidades e das questões de interesses comuns, objetivando otimizar os recursos destinados a investimentos para promover o desenvolvimento regional.

As regiões metropolitanas requerem políticas especiais de planejamento urbano, econômico e de mobilidade, como também, de fortalecimento de suas centralidades em função da polarização que exercem no contexto do estado.

Neste contexto, a União estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para as regiões metropolitanas ou as aglomerações urbanas instituídas, mediante lei complementar estadual, até a data de entrada em vigor da lei federal.

Para definir as diretrizes na gestão do PPA, a política relativa ao tema parte do reconhecimento de avanços contabilizados nos últimos anos, dentre as quais pode-se mencionar a requalificação de espaços públicos por meio da ampliação da oferta e da promoção de melhoria de estruturas públicas, estruturas públicas administrativas e infraestruturas públicas de convivência social, que contribuem para a redução das disparidades socioeconômicas entre a capital e as demais cidades do interior do estado.

O resultado esperado neste tema estratégico são os espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Área urbana requalificada	m²	110.041,82	107.678,74	283.111,82	101.595,52
Intervenção em vias urbanas	km	90,85	73,62	61,37	129,44

Fonte: SCidades

O indicador "Área urbana requalificada" representa o somatório de áreas urbanas construídas e/ou reformadas no Estado do Ceará, no Programa de Governo Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos. A extensão de áreas urbanas requalificadas em 2016 foi de 283.111,82 m² que beneficiaram, de forma direta, comunidades de 20 municípios, e no ano 2017 foi de 101.595,52 m², atendendo 23 municípios do estado.

Vale ressaltar que, em 2016, os 283.111,82 m² de área urbana requalificada foi resultado das entregas do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central. O referido projeto havia registrado 144.700,00 m² de áreas urbanas requalificadas, o que representou 51,11% do valor do indicador naquele ano.

Os principais fatores que explicam a redução no desempenho do indicador em 2017 estão relacionados às mudanças das gestões municipais, as quais priorizaram o processo de estruturação de seus modelos de gestão no primeiro ano do mandato 2017-2020. Outras causas estiveram relacionadas à situação de inadimplência/irregularidade cadastral de muitas prefeituras municipais em relação ao Estado do Ceará, e essas condições tanto dificultaram a transferência de recursos para os convênios e congêneres vigentes, bem como impediram a celebração de novos instrumentos.

Além disso, a crise fiscal e econômica do país, com a consequente redução do Fundo de Participação dos Municípios, foram fatores que dificultaram o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal para a maioria dos municípios cearenses, com repercussões na execução das obras de requalificação urbana em 2017.

No biênio 2016-2017, foi requalificada uma extensão de 384.707,34 m² de áreas urbanas. Comparando com o biênio 2014-2015, houve um aumento de 77% de área urbana requalificada.

O indicador "Intervenção em vias urbanas" representa o somatório de vias pavimentadas, vias implantadas e vias restauradas, com abrangência geográfica em todo o Estado do Ceará. A extensão realizada em 2016 registrou um total de 61,37 km, que beneficiou de forma direta comunidades de 34 municípios. No ano de 2017, a extensão de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas foi de 129,44 km, sendo beneficiados 65 municípios do estado. Em número absoluto, houve um crescimento do indicador em 2017 em relação ao ano de 2016, revertendo a tendência de queda, o que pode ser atribuído à conclusão de obras pelas prefeituras municipais, que foram supervisionadas a partir do segundo trimestre de 2017.

Destaque-se, em 2017, pela importância social e econômica da Região do Cariri, a conclusão da obra da Avenida do Contorno, no município de Juazeiro do Norte, com 5,2 km executados nesse exercício, correspondentes aos Trechos II e III. Essa obra foi construída em duas etapas e possui três trechos, em uma extensão em torno de 8,57 km.

No período 2016-2017 foi registrada uma extensão de 190,81 km de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas no estado. Comparando com o biênio 2014-2015, houve um aumento de 16% na extensão de vias urbanas pavimentadas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

PROGRAMA 040 - MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

O Programa tem como objetivo oferecer infraestrutura adequada aos municípios de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social, tendo como público-alvo a população que reside em municípios com deficiências em espaços e equipamentos públicos.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	83.677.098,21	43.220.249,07	51,65
2017	94.302.684,65	47.571.673,73	50,45
Total	**177.979.782,86**	**90.791.922,80**	**51,01**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de estruturas públicas	Equipamento Público Construído	Sim	unidade	59	14	41	5	100	19
Promoção de melhoria nas estruturas públicas	Equipamento Público Estruturado	Sim	unidade	86	6	65	22	151	28
Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social	Espaço Público Construído	Sim	unidade	26	10	23	10	49	20
Promoção de melhoria na infraestrutura pública de convivência social	Espaço Público Estruturado	Sim	unidade	31	3	16	15	47	18
Reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe	Espaço Público Estruturado	Sim	unidade	6	5	2	0	8	5

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa inclui iniciativas de ampliação de oferta e promoção de melhoria nas estruturas públicas e infraestrutura de convivência social, além de reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central, Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, e promoção da acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência nos equipamentos e espaços públicos

As iniciativas "Ampliação da oferta de estruturas públicas" e "Promoção da melhoria nas estruturas públicas", executaram, respectivamente, 19% e 18,5% do programado para o período. Viabilizaram a entrega/reforma de 47 estruturas públicas, como mercados, galpões, abrigos, terminais rodoviários, passarelas, auditórios, cemitérios, delegacias, presídios e outros. Dentre estas, destacam-se a construção/reforma dos abrigos rodoviários e passarelas e a manutenção dos Centros Socioeducativos, em 10 regiões de planejamento.

As iniciativas “Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social” e “Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social”, executaram, respectivamente, 40,8% e 38,3% da meta programada para o período. Viabilizaram a entrega/reforma de 38 espaços públicos, como áreas de praças, que incluem elementos de paisagismo, acessibilidade, urbanismo, quiosques, playground, caramanchão, academias ao ar livre, entre outros. As principais entregas foram construção ou reforma de praças e a entrega das obras de Implantação da Taba dos Anacé.

A iniciativa “Reestruturação de espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe” executou 62,5% do planejado. As principais entregas foram: recuperação ambiental e urbanização do bairro Seminário (Crato); urbanização da via de acesso - CE-060 (Caririaçu); readequação dos passeios no Centro Histórico, reestruturação da pavimentação do Centro Histórico e construção da Praça da Várzea, todos em Sobral.

No período foram empenhados 51,01% dos recursos consignados nas LOA 2016 e 2017 (Lei + Créditos). Os fatores que interferiram no desempenho das iniciativas foram a falta de liberação de limite financeiro do tesouro em decorrência da crise financeira e os atrasos nos processos licitatórios.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios para o biênio 2018-2019, no âmbito do Programa 040 - Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos, estão condicionados à melhoria contínua das gestões municipais com iniciativas de inovação e de aprimoramento de seus processos de negócio; ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, a exemplo dos planos diretores, e à priorização de forma ordenada da execução das ações de melhoria da infraestrutura do município bem como na capacitação de seus técnicos.

Outros desafios do período estão relacionados à execução de obras a partir das demandas sociais; da definição de critérios técnicos para implantação das políticas e do comprometimento formal dos parceiros (municípios) com a manutenção das ações implementadas.

Estima-se que haverá melhoria no desempenho do biênio 2018-2019 em virtude da nova programação de vistorias técnicas nas obras oriundas dos instrumentos celebrados pelo Estado, em que condicionou a atualização geral da situação de execução física de praticamente todos os 413 instrumentos conveniados vigentes. Além disso, está previsto encerramento do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e do Vale do Jaguaribe financiado por empréstimo do BID, o que acelerará a execução das obras previstas.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 4

CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará Sustentável contempla as políticas governamentais de convivência que atenuam os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. O propósito central deste eixo consiste no Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em três temas estratégicos: Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos corresponde a uma política implementada no Estado do Ceará há mais de duas décadas. Tal ação se constitui num aspecto fundamental na vida da população cearense e contribui para o incremento das atividades produtivas do estado.

O desafio constante é a busca da qualidade da água consumida pelas pessoas e a universalização do seu uso, com a inclusão de todas as camadas da população no processo de abastecimento hídrico.

Para a superação desse desafio é necessário promover o fortalecimento da infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor produtivo no que tange à viabilidade dos investimentos e à continuidade da geração de emprego e renda e estimular o desenvolvimento de uma política de Gestão da Demanda, fundamentada no pleno conhecimento dos múltiplos usos, no uso mais eficiente da água, na redução das perdas de água nos sistemas, e na incorporação proativa e consciente dos usuários da água, passando pela promoção do fortalecimento institucional do Sistema de Recursos Hídricos, enfatizando a sustentabilidade na gestão da água e a participação social na gestão dos Recursos Hídricos, na tomada de decisão em relação ao uso, controle e conservação da água.

Esse arcabouço de política exige novos programas de saneamento voltados para um progressivo número de comunidades urbanas e rurais do Ceará, bem como a integração de bacias hídricas, a requalificação do sistema de adutoras e do tratamento de água e esgoto. O resultado esperado neste tema estratégico é o abastecimento de água com qualidade garantida para todo o estado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Capacidade de transferência hídrica	m^3/s	29,68	30,47	30,73	30,79
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	milhões/ m^3	3.164	3.164	3.174	3.178,95
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	Nº	22.645	35.287	39.586	48.245
Média de eficiência no faturamento da água bruta	%	44,59	51,52	87,98	96,09

Fonte: SDA e SEAPA

Em relação ao indicador "Capacidade de transferência hídrica", foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, destacando a continuação da construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), com a execução física de 60,89 km, representando um percentual de execução de 79,80% do total de 76,27 km programados, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.

Foram também construídos no biênio 2016-2017, 324,4 km de adutoras em diversos municípios, evidenciando o esforço do Estado em minimizar os efeitos do prolongado período de estiagem, com algumas adutoras já em funcionamento, aumentando a capacidade de transferência hídrica do estado. Algumas dessas obras estão, a seguir, discriminadas: 41,72 km de sistemas de adução nas comunidades situadas ao longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas, nos municípios de Cascavel e Morada Nova; a construção de 22,06 km de adutora de engate rápido na cidade de Cedro; a conclusão das adutoras Granja/Distrito de Santa Terezinha, com 33,28km, beneficiando 910 famílias; construção da adutora Granja/Adrianópolis e Timonha, com 30,08km, beneficiando 2.346 famílias; implantação de sistemas de abastecimentos de água em Acaraú, localidades de Buriti I, com 7,47 km, beneficiando 111 famílias, Buriti II, com 12,46 km, beneficiando 261 famílias, já em operação, Cachorro Seco, com 6,03 km, beneficiando 82 famílias; localidades de Tope, com 4,98 km, beneficiando 129 famílias e Espraiado, com 11,09 km, beneficiando 380 famílias, estas últimas já em operação; e a implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Crato/Dom Quintino, com uma extensão total de 6,06km, que beneficiará uma população de 927 famílias, tendo sido executado no período 3,24 km.

Com referência ao indicador "Capacidade hídrica dos açudes estaduais", no biênio 2016-2017, concluiu-se a construção, recuperação e ampliação de 45 barragens, aumentando

a capacidade hídrica do Estado em 14,95 milhões/m³, tendo como principais execuções a construção da barragem Diamantino II, no município de Marco, beneficiando 24.703 habitantes; construção da Barragem Germinal, com 3,145 milhões m³, que deverá suprir o abastecimento d'água da sede municipal de Palmácia e localidades de Gado dos Rodrigues, Santo Antônio, Volta do Rio, Santa Maria, Gado dos Ferros, Boqueirão e Rochedo, beneficiando 3.252 famílias. Além disso, houve a construção da Barragem Ponta do Serrote, em Massapê, com acumulação hídrica de 1,8 milhões/m³, beneficiando uma população de 195 famílias, aumentando a capacidade de acumulação hídrica do Estado em 4,95 milhões de m³, e a construção, recuperação e ampliação de outras 41 pequenas barragens no interior do estado, beneficiando um total de 4.553 famílias.

No âmbito do indicador "Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água", houve um incremento no biênio 2016-2017 de 51,61% em relação ao biênio anterior, por meio das ações realizadas com a perfuração de 3.336 poços profundos e a implantação de 1.162 sistemas de abastecimento, sendo 887 chafarizes e 83 dessalinizadores em todo o interior do estado, e também, foram entregues 192 Sistemas do Programa Água Doce (PAD).

Em relação à média de eficiência no faturamento da água bruta, com o prolongamento da estiagem no Estado do Ceará, houve uma diminuição no armazenamento de água bruta nos reservatórios gerenciados pelo Estado. O volume disponibilizado ficou concentrado nas finalidades de uso com maior prioridade - abastecimento humano e industrial.

No caso do Ceará, o maior volume demandado para essas categorias situa-se na região metropolitana de Fortaleza (RMF), por haver uma maior concentração populacional e industrial. De acordo com o indicador acima, há uma relação entre o volume de água bruta liberada e o volume de água bruta faturado, que atingiu um percentual de 87,98% para o ano de 2016 e de 96,09% em 2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA 016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

O Programa tem como objetivo garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais, tendo como público-alvo a população residente nas sedes dos municípios, distritos e localidades rurais em todo Estado do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	701.384.482,55	362.342.870,18	51,66
2017	397.666.073,32	319.257.931,02	80,28
Total	**1.099.050.555,87**	**681.600.801,20**	**62,02**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica	Barragem construída	Sim	unidade	7	25	17	20	24	45
Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica	Adutora construída	Sim	km	127,7	215,8	294,2	108,6	421,9	324,4
Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC (2)	Eixo de integração construído	Sim	km	55,0	42,49²	21,3	18,4	76,3	60,89
Ampliação e garantia da captação de água subterrânea	Poço instalado	Sim	unidade	1.077	1.962	1.188	1.374	2.265	3.336
Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas	Sistema de abastecimento de água simplificado implantado	Sim	unidade	598	863	509	299	1.107	1.162
Planejamento de ações de aumento da oferta hídrica	Estudos e projetos realizados	Não	unidade	0	0	3	1	3	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) O Realizado CAC no ano de 2016 foi revisado, alterando também o acumulado no biênio 2016-2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa inclui iniciativas que atendem ao planejamento estadual nas ações de aumento de oferta hídrica, ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica, ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica com a construção de canais, adutoras, inclusive as emergenciais (Adutoras de Montagem Rápidas), quando necessário, ampliação e garantia da captação de água subterrânea, ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas, com a implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água, inclusive com a instalação de dessalinizadores, quando necessário, e a construção do Cinturão da Águas (CAC).

Na iniciativa "Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica", no biênio 2016-2017, registra-se a construção, recuperação e ampliação de 45 barragens, aumentando a capacidade hídrica do estado em 14,95 milhões/m³, tendo como principais execuções a construção da barragem Diamantino II, no município de Marco, beneficiando 24.703 habitantes da população do município e ribeirinhas, e construção da Barragem Germinal, com 3,145 milhões/m³, que deverá suprir o abastecimento d'água da sede municipal de Palmácia e localidades de Gado dos Rodrigues, Santo Antônio, Volta do Rio, Santa Maria, Gado dos Ferros, Boqueirão e Rochedo, beneficiando 3.252 famílias.

Além disso, houve a construção da Barragem Ponta do Serrote, em Massapê, com acumulação hídrica de 1,8 milhões/m³, beneficiando uma população de 195 famílias, aumentando a capacidade de acumulação hídrica do Estado em 4,95 milhões de m³, e a construção, recuperação e ampliação de outras 41 pequenas barragens no interior do estado, beneficiando um total de 4.553 famílias.

Na iniciativa "Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica", foram também construídos, no biênio 2016-2017, 324,4 km de adutoras em diversos municípios, com algumas já em funcionamento, aumentando a capacidade de transferência hídrica do estado em 0,32 m³/s.

Na iniciativa "Construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC", foram executados 60,89 km, representando um percentual de execução de 79,80% do total de 76,27 km programados, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.

Na iniciativa "Ampliação e garantia da captação de água subterrânea", foi realizada a perfuração e instalação de 3.336 poços profundos, atendendo às diversas localidades do estado.

Na iniciativa "Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas", foram entregues 1.162 sistemas de abastecimento, sendo 887 chafarizes, 83 dessalinizadores, e 192 Sistemas de abastecimento do Programa Água Doce (PAD) em todo o interior do estado.

Em relação ao "Planejamento de ações de aumento da oferta hídrica", foi realizado um estudo visando à proposição, com base na cartografia estadual disponível, de sistemas de adução de água tratada, interligando mananciais com potencial hídrico que garantam condições qualitativas e quantitativas de fornecimento de água para o abastecimento humano até os núcleos urbanos em todo o Estado do Ceará - Projeto Malha D'Água.

A execução orçamentária no biênio foi de 62,02%, percentual que poderia ser melhor se não fosse a dificuldade de liberação de recursos por meio dos órgãos federais. Além disso, os recursos diretamente arrecadados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), empresa de economia mista, não tem sua execução orçamentária demonstrada no orçamento do Estado, impactando no resultado final da execução.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os principais desafios relacionados à garantia da oferta de água para múltiplos usos estão o constante planejamento de ações de aumento da oferta hídrica, mediante a elaboração de novos estudos e projetos, com o aperfeiçoamento contínuo dos processos, e a superação das dificuldades nos processos de celebração de convênio com os municípios. O Governo do Estado do Ceará negocia junto ao Banco Mundial (BIRD) a contratação de empréstimo no âmbito do Financiamento de Projetos de Investimentos (IPF) para implantação do Projeto Malha D'água – Sistema Banabuiú – Sertão Central no valor de U$139.000.000,00 dólares americanos, que terá seu início provavelmente em 2019.

Destaca-se, também, a continuidade da construção do Cinturão da Águas, a construção, recuperação e ampliação de barragens, a construção de canais e adutora, inclusive as emergenciais, a perfuração e instalação de poços, e a instalação de pequenos sistemas de abastecimentos.

PROGRAMA 017 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Programa tem como objetivo promover o uso múltiplo eficiente com qualidade adequada e a gestão participativa dos recursos hídricos, tendo como público-alvo entidades governamentais,

setor produtivo, população residente nos municípios, distritos e localidades rurais em todo Estado do Ceará.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	8.873.796,00	1.797.129,52	20,25
2017	7.293.047,00	3.521.271,94	48,28
Total	**16.166.843,00**	**5.318.401,46**	**32,90**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação do conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água	Plano elaborado	Sim	unidade	0	0	4	0	4	0
Readequação, modernização e fortalecimento da gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos	Estudos e projetos realizados	Sim	unidade	0	0	2	0	2	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa contou com a contratação de quatro consultorias, no biênio 2016-2017, com recursos do Programa para Resultados do Banco Mundial (PforR), com previsão de entrega do produto final em 2017. Ocorreram diversos problemas de execução no período em análise, como mudanças da equipe técnica e metodologia nos relatórios entregues, o que acarretou um atraso atípico na entrega dos produtos.

Por meio de diversas reuniões entre as Comissões de Avaliação do Contrato e representantes das empresas responsáveis pelas consultorias, houve consenso nos pontos divergentes e pendentes, para poder dar continuidade aos serviços, resultando na assinatura de aditivos de prazos e nas entregas dos produtos "Plano Elaborado" e "Estudos e projetos realizados" para o ano 2018, o que se refletiu no desempenho físico e na execução orçamentária de 32,90%, lembrando que os recursos diretamente arrecadados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), empresa de economia mista, não tem sua execução orçamentária demonstrada no orçamento do Estado.

Na iniciativa "Ampliação do conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água", foram iniciadas as consultorias para Elaboração de Estudos de Manejo de Recursos Hídricos em Cooperação e a Consultoria Plano de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas Metropolitanas, da Bacia Hidrográfica do Acaraú e da Sub-bacia Hidrográfica do Salgado.

Por sua vez, as ações da iniciativa de "Readequação, modernização e fortalecimento da gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos" têm foco no aprimoramento dos instrumentos de gestão, incluindo a sua integração e modernização tecnológica, e o Projeto de Implementação e Implantação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH).

PRINCIPAIS DESAFIOS

As ações planejadas neste programa são importantes para a atualização e modernização de alguns instrumentos de gestão dos recursos hídricos, que poderão influenciar na política relacionada a esse tema no Estado.

Destaca-se, também, a avaliação das condições das barragens que contribuirão para a segurança dessas estruturas e o aperfeiçoamento contínuo dos processos, visando aprimorar e diminuir as ocorrências de erros de projetos e planos elaborados, os quais ocasionam atrasos na execução dos cronogramas, impactando no desempenho das iniciativas.

PROGRAMA 018 – CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Programa tem como objetivo gerar dados e informações para subsidiar a formulação do planejamento governamental na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos e energia, de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na convivência com as variabilidades climáticas do semiárido, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, em especial os agricultores, e a sociedade civil.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	4.705.911,35	3.926.478,72	83,44
2017	7.369.935,03	6.446.270,52	87,47
Total	**12.075.846,38**	**10.372.749,24**	**85,90**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias	Boletim Informativo Divulgado	Não	unidade	2.208	2.208	2.202	2.202	2.208	2.208
Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	4	4	3	3	7	7

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Estado tem colocado à disposição da sociedade estudos e produtos de tempo e clima voltados aos setores de recursos hídricos, agricultura, energia, e vem trabalhando para disponibilizar outros estudos e produtos para os demais setores, como o da saúde.

No que concerne à distribuição temporal e espacial das chuvas, o Estado tem buscado colocar em um novo patamar o sistema de previsão de tempo, permitindo o conhecimento prévio de eventos severos em diversas escalas, proporcionando a emissão de alertas e antecipando a adoção de medidas voltadas para atenuar os seus efeitos.

Para a realização dessas ações, o programa em análise dispõe de importantes parceiros, quer na área municipal (Defesa Civil), quer na área federal (ANA, MMA, Finep, Ibama) e economia mista (Petrobras).

Por meio da iniciativa "Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias", são divulgados boletins diários com informações sobre monitoramento e previsão de tempo e clima. Estas informações servem de subsídios para a formulação do planejamento governamental, na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos, na definição de políticas de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na organização de atividades da defesa civil e da sociedade em geral.

A iniciativa "Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias", que proporciona a realização de estudos, pesquisas e inovação tecnológica em meteorologia, recursos hídricos e meio ambiente para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, ofertou sete estudos no biênio avaliado. Revestem-se de grande importância os estudos e pesquisas que foram desenvolvidos em 2016, não só pelo conhecimento da realidade, mas também pela possibilidade de redimensionamento das atividades econômicas regionais a ela agregadas. Os estudos concluídos nesse referido ano foram: "Recuperação de área degradada em processo de desertificação na sub-bacia hidrográfica do riacho do Brum no município de Jaguaribe-CE"; "Zoneamento Agroecológico - ZACE, para a Mesorregião Sul Cearense"; "Monitoramento da eutrofização em açudes do Nordeste por sensoriamento remoto" e "Evolução conjunta e interações cruzadas dos recursos hídricos e das sociedades hidráulicas em um contexto de escassez: Análise comparativa de estudos de caso da Tunísia, Mauritânia e do Semiárido Nordestino".

Em 2017, foram concluídos três estudos: "Desenvolvimento de uma Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para ser aplicada nos Reservatórios do Estado do Ceará (PforR- Componente 1)"; "Rede de tempo, clima e impactos: Uso da informação de tempo e clima nos setores de recursos hídricos e agricultura - Projeto Lampião (CNPq)" e "Sistema de previsão e gerenciamento de riscos hidrológicos no Semiárido Brasileiro - Secas e Enchentes (CNPq)".

A execução orçamentária do programa mostrou um crescimento de 4,04% entre 2016 e 2017, atingindo, no biênio, o total de 85,90% de execução do orçamento previsto, destacando-se, nesse contexto, a busca incessante do Estado no sentido de maximizar a utilização de seus recursos.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Entre os desafios do programa para o biênio 2018-2019, pode-se citar o estabelecimento de convênio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para dar continuidade às ações do "Sistema de alerta precoce contra desertificação - SAP", envolvendo toda a área suscetível à desertificação no Brasil; para conclusão do mapeamento dos espelhos d'água do Ceará com área superficial acima de 0,5 hectares, com imagens do satélite Landsat 8, ano de 2017, gerando informações atualizadas e análises estatísticas para avaliação e subsídio à gestão dos recursos hídricos no estado; desenvolvimento do Sistema de Previsão e Gerenciamento de Riscos Hidrológicos no Semiárido Brasileiro – Planos de Contingências de Secas e do Sistema de Observação de Tempo Severo para Alerta de Eventos Extremos no Ceará (Funceme/Defesa Civil Estadual); melhoria da previsão de eventos extremos de chuva; incremento e melhoria das funcionalidades e suporte à utilização de georreferenciamento; e ajustes e consistência de dados referentes ao Sistema de Informação para o Gerenciamento da Alocação de Água (SIGA), voltado para a gestão dos recursos hídricos.

TEMA – MEIO AMBIENTE

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, busca-se desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo, assim, sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia à vida.

Além disso, o Governo realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do estado.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, nos quais tem sido possível, com muitos desafios, eliminar áreas de risco e recuperar áreas urbanas ambientalmente degradadas devido às práticas humanas de agressão e poluição do meio ambiente as quais, além de destruir esse recurso não renovável, produz efeitos negativos sobre a população, com o surgimento de doenças que prejudicam a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas por meio da execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente degradadas, contribuindo para a utilização

desses espaços de forma sustentável; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, proporcionando a infraestrutura necessária aos empreendimentos habitacionais nos quais são relocadas famílias que ocupam, de forma irregular, áreas de preservação permanente, bem como aos empreendimentos habitacionais para os quais são conduzidas as famílias cujas moradias encontram-se em área de interesse público, nas quais são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

O resultado esperado neste tema estratégico são os recursos ambientais com uso racional e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Área de risco eliminada	Nº	0	0	2	3
Área revitalizada	ha	0	11,23	0	69,53
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	88,87	88,80	88,86	88,82
População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,31	6,70	7,71	7,73
Área de mata ciliar reflorestada	ha	-	-	81,2	171,09
Área de solos degradados recuperada	ha	-	-	5	2,7
Área protegida em unidade de conservação	%	21,11	21,11	21,11	7,47(1)
Índice de desertificação	%	10,02	10,02	10,02	11,45
Índice de qualidade de água bruta	%	81,81	80,09	79,59	81,21
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	9	0	19	19
Percentual de área de reserva legal delimitada	%	0	17,3	50,29	60,31

Fonte: SCidades e Sema
(1) Percentual referente à nova metodologia de cálculo do indicador, revisado em 2017.

O indicador "Área de risco eliminada" refere-se a 35 áreas de risco situadas na abrangência do Projeto Rio Maranguapinho (25), Projeto Rio Cocó (9) e Projeto Dendê (1). A fonte da informação é o Relatório da Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 2010. No biênio 2016-2017, este indicador registrou a eliminação de três áreas de risco no exercício de 2017, sendo uma do Projeto Rio Maranguapinho (área do Cal/Bubu) e duas do Projeto Rio Cocó (Cano da Cagece e Nova Ocupação Jangurussu).

Alguns dos principais fatores que afetaram o desempenho do indicador estiveram relacionados à demora na negociação e liberação dos valores para pagar as indenizações às famílias que ocupam áreas de preservação ambiental de forma irregular, bem como à demora para desocupação das áreas pelas famílias que aderiram aos projetos habitacionais, as quais aguardam a conclusão dos residenciais para reassentamento.

O indicador "Área revitalizada" refere-se a 954,09 ha de áreas referentes ao Projeto Rio Maranguapinho (754,08 ha), Projeto Rio Cocó (162,42 ha) e Projeto Dendê (37,59 ha) a serem revitalizadas por meio de obras de urbanização, as quais contribuem para a preservação ambiental. As famílias que ocupam as áreas de forma irregular são retiradas mediante reassentamento em residenciais ou pagamento de indenização.

No biênio 2016-2017, registra-se a revitalização de 69,53 ha do Projeto Rio Cocó no exercício de 2017, referente à urbanização do Trecho Zero-Margem Esquerda e Trecho III-Margem Direita.

O desempenho do indicador no biênio foi prejudicado pela não conclusão da obra de urbanização do Trecho IV do Projeto Maranguapinho (48,17ha), em decorrência da necessidade de replanilhamento de serviços dessa obra, os quais requerem a aprovação do agente financiador, CAIXA.

Em relação ao indicador "População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos", os três aterros sanitários existentes na RMF, nos municípios de Caucaia, Maracanaú e Aquiraz, atendem a uma população urbana estimada no exercício de 2017 de 3.394.011 habitantes, sobre um total estimado de 3.821.376 habitantes, o que resulta no percentual de atendimento da população de 88,82%.

No final do biênio 2014-2015, a população urbana estimada da RMF atendida com destinação adequada de resíduos sólidos era de 3.343.627 habitantes, enquanto que, no final do biênio 2016-2017, era de 3.394.011 habitantes, com um aumento de 1,5%.

Por sua vez, no indicador "População urbana do interior (CE, exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos", as estruturas existentes no interior atendem com destinação final adequada de resíduos sólidos uma população urbana estimada, no ano de 2017, de 228.131 habitantes, de um total de população urbana do interior estimado de 2.950.202 habitantes, o que resulta num percentual de atendimento dessa população de 7,73%.

No final do biênio 2014-2015, a população urbana estimada do interior atendida com destinação adequada de resíduos sólidos era de 195.283 habitantes, enquanto que, no final do biênio 2016-2017, era de 228.131 habitantes, com um aumento de 14,4%.

O crescimento do indicador no período de 2014-2017 pode ser explicado, além do crescimento vegetativo da população, pela iniciativa de algumas gestões municipais que celebraram instrumentos com municípios do interior para destinar resíduos sólidos em aterros sanitários operados de forma adequada, como é o caso do município de Santana do Acaraú, que em 2016 passou a destinar seus resíduos ao aterro sanitário de Sobral.

Os indicadores referentes a "Área de mata ciliar reflorestada" e "Área de solos degradados recuperada" sofreram um impacto negativo em 2017, comparativamente a 2016, uma vez que seu desempenho está diretamente relacionado a processos naturais da quadra invernosa. Sob esse prisma, e considerando também o cenário de crise financeira no âmbito nacional, o Estado envidou esforços no sentido de articular as demais instituições públicas e privadas, bem como as organizações não governamentais, para formação de um grupo de trabalho, visando à discussão de uma proposta técnica capaz de preparar as ações de recuperação e reflorestamento a serem executadas logo que as condições climáticas no estado se apresentem favoráveis.

Cita-se, como exemplo, o projeto de recuperação de 25 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) na bacia do Pacoti, 50 hectares correspondentes ao plantio de 20.000 mudas na bacia do rio Cocó, 2 hectares na bacia do rio Ceará, 25 hectares na bacia hidrográfica do Acaraú (estimativa), 32 hectares na bacia do Jaguaribe, além da distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas nos municípios. Por meio do cumprimento da reposição florestal, foram reflorestados 10 hectares na bacia Metropolitana, 20,54 hectares na bacia do Coreaú, 3,85 hectares na bacia do Acaraú e 2,7 hectares na bacia do Salgado, representando, no total, 171,09 hectares reflorestados ou em processo de reflorestamento.

Quanto ao indicador "Área Protegida em Unidade de Conservação", o percentual menor não significa redução de área, mas um reflexo do ajuste técnico realizado a partir da

implementação, em 2017, do Cadastro Estadual de Unidade Conservação (CEUC), no qual se revisou a base de dados e metodologia de cálculo, além do mapeamento da sobreposição de áreas protegidas, que não retratavam a realidade do indicador.

No biênio 2016-2017, o total de hectares de áreas protegidas em Unidades de Conservação (UC) passou de 41.991,75 para 42.610,75 hectares, onde se registra um acréscimo de 1.820,97 hectares, o que equivale a 0,98% de área protegida em unidade de conservação no Ceará. Ressalta-se que o percentual de 7,47% corresponde ao total de áreas protegidas em UC no Estado do Ceará.

Merece destaque a concretização, em 2017, de uma luta histórica da sociedade cearense no sentido da regulamentação do Parque Estadual do Cocó, abrigando em sua poligonal uma área de 1.571,28 hectares, que protegem recursos naturais exuberantes como manguezais e fauna diversa. O parque ainda proporciona momentos de lazer e cultura, a partir da realização do Projeto Viva o Parque.

No tocante à gestão das Unidades de Conservação (UCs) estaduais, encontra-se em fase de elaboração 14 Planos de Manejo, cujos instrumentos são indispensáveis ao planejamento e efetivação das ações a serem desenvolvidas em cada unidade.

Com relação ao indicador "Índice de desertificação", embora o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) tenha demonstrado, em estudo recente (2016), que o Ceará tem 100% do seu território inserido em Área Suscetível à Desertificação (ASD) do Brasil, o parâmetro utilizado para monitorar o referido indicador foi a publicação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE - CE), que considerou três áreas caracterizadas como as mais degradadas e suscetíveis à desertificação no estado: a região dos Inhamuns/Sertões do Crateús, o município de Irauçuba e regiões circunvizinhas, e o Médio Jaguaribe.

Com base nesse estudo, estima-se que atualmente 11,45% do território cearense caracteriza-se como ASD, o que equivale a 17.042,16 km^2. Dessa forma, houve um crescimento de 1,43% de área em processo de desertificação, justificado, dentre outros fatores, pelo longo período de estiagem no Estado.

No que se refere ao "Índice de Qualidade de Água Bruta", em 2017, foram concluídas três etapas, onde foram realizadas 3.661 análises, das quais 2.973 se apresentaram de acordo com a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) Nº 375/05, correspondendo a 81,21%.

Já o indicador "Municípios certificados com Selo Município Verde", considerando a alteração da lei Nº 16.128, de 14 de outubro de 2016, a certificação passou a ser concedida de forma bianual. Portanto, no ano de 2017, permanecem com a certificação os municípios que alcançaram o índice em 2016. Esta certificação vem fortalecendo a gestão ambiental dos municípios, a exemplo da implementação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), atualmente contando com 171 Conselhos.

O indicador "Percentual de área de reserva legal delimitada" tem como base o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), definido como sistema eletrônico de âmbito nacional destinado à integração e ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais de todo o País.

De acordo com o Sicar, no ano de 2017 houve um incremento de 10,53% de reserva legal delimitada no estado em relação ao ano de 2016, que foi de 50,29%, atingindo um percentual de 60,82% em 2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO MEIO AMBIENTE

PROGRAMA 027 - REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa tem como objetivo melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências, tendo como público-alvo famílias de baixa renda residentes nas áreas das intervenções.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	181.975.657,27	114.992.847,78	63,19
2017	102.529.869,74	41.123.275,13	40,11
Total	**284.505.527,01**	**156.116.122,91**	**54,87**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	Área Urbanizada	Sim	unidade	4	0	4	0	8	0
Urbanização das margens do Rio Cocó	Área Urbanizada	Sim	unidade	2	0	1	1	3	1
Demarcação da área de proteção ambiental e recuperação da mata ciliar do Rio Maranguapinho	Área Demarcada	Sim	unidade	1	0	2	0	3	0
Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê	Equipamento Social Construído	Sim	unidade	5	0	4	0	9	0
Construção de reservatórios para controle de cheias do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó	Barragem Construída	Sim	unidade	1	0	1	1	1(2)	1
Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle de cheias	Dragagem Executada	Sim	km	7,36	0,0	8,0	0,0	15,36	0,0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) O Realizado CAC no ano de 2016 foi revisado, alterando também o acumulado no biênio 2016-2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Urbanização das margens do Rio Maranguapinho" se refere à implantação de via paisagística às margens do rio, com ciclovias, passeios e áreas de lazer e esporte (praças), delimitando a área de preservação desse Rio. Embora não tenha sido efetuada a entrega da totalidade de áreas urbanizadas, registrou-se, no biênio 2016-2017, a execução, em percentuais acumulados desde o início do Projeto, de: 94,83% da obra de urbanização do

Trecho III- A Margem Esquerda; 15,50% da obra de urbanização do Trecho III- A Margem Direita; 66,34% da obra de urbanização do Trecho III-B; e 84,84% da obra de urbanização do Trecho II - Margem Direita, do Rio Maranguapinho.

Além disso, vale ressaltar, no tocante ao trabalho técnico social, que 3.891 pessoas foram beneficiadas em 2016 com atividades de mobilização, organização e fortalecimento social, atividades de acompanhamento e gestão social da intervenção, atividades de educação ambiental e patrimonial e atividades de desenvolvimento socioeconômico, na área do Residencial Raquel de Queiroz (380 pessoas), Residencial Miguel Arraes (852 pessoas) e Residencial Aldemir Martins (220 pessoas); e nas áreas remanescentes (1.820 pessoas) e áreas da urbanização (619 pessoas). Também foram realizados 6.936 atendimentos presenciais e 2.453 atendimentos domiciliares junto aos beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho.

Registra-se a paralisação das obras do Trecho III - B no início de 2016 para replanilhamento dos quantitativos executados. Além disso, houve lentidão da construtora contratada na execução dos serviços nos trechos da urbanização, devido aos reflexos decorrentes da conjuntura econômica do país. Em 2017, a empresa não pôde dar prosseguimento às obras, resultando na rescisão dos respectivos contratos.

Na iniciativa "Urbanização das margens do Rio Cocó", embora não tenha sido efetuada a entrega da totalidade de áreas urbanizadas, verificou-se, no biênio 2016-2017, a execução em percentuais acumulados desde o início do projeto, de: 100% do Trecho III - Margem Direita; e 3,17% das obras de urbanização do Trecho I e Trecho II.

Além disso, vale ressaltar que 3.051 pessoas foram beneficiadas no biênio 2016-2017 com atendimentos presenciais referentes à mobilização, organização e fortalecimento social, nas áreas da urbanização do Projeto Rio Cocó.

As principais causas para o não cumprimento do cronograma de execução das obras do Trecho I e II foram a demora da Caixa em emitir o AIO (Autorização de Início de Obra), que ocorreu somente em julho de 2017, e a dificuldade de liberação de área para frente de obras, em decorrência da demora do processo de negociação das indenizações para desapropriar os imóveis das famílias que não optaram por reassentamento.

A iniciativa "Demarcação da área de proteção ambiental e recuperação da mata ciliar do Rio Maranguapinho" foi descontinuada no PPA 2016-2019, uma vez que não foi possível executá-la devido à falta de segurança na área.

A iniciativa "Acesso das famílias à educação e saúde, no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê" se refere à construção de equipamentos sociais, como creche, escola, unidade básica de saúde para as famílias que foram reassentadas nos residenciais no âmbito desses projetos, e de uma Delegacia Ambiental na área do Projeto Rio Maranguapinho.

Não houve entrega de equipamentos sociais no período 2016-2017, uma vez que os respectivos projetos se encontravam em análise pelos órgãos competentes (CAIXA e Prefeitura Municipal de Fortaleza).

A iniciativa "Construção de reservatórios para controle de cheias do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó" cumpriu a meta estabelecida para o biênio em análise por meio da construção da Barragem Cocó.

Por sua vez, na iniciativa "Desobstrução das calhas do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó para controle das cheias" não foi possível iniciar a execução dos serviços de dragagem no Maranguapinho e no Cocó, pois foi necessário rever os projetos e atualizar os orçamentos, que datavam de 2009. Sendo assim, a execução dos serviços de dragagem foram reprogramados para 2018.

As dificuldades citadas acima interferiram na execução orçamentária do biênio, quando foram empenhados apenas 54,87% dos recursos consignados nas LOAs 2016 e 2017 (Lei + Créditos).

PRINCIPAIS DESAFIOS

Entre os principais desafios para o biênio 2018-2019 estão a otimização das tratativas para aprovação dos projetos junto ao agente financiador (CAIXA) e a administração municipal (Prefeitura Municipal de Fortaleza), além da melhoria e a celeridade na elaboração do projeto básico (dragagem), a fim de se obter um melhor desempenho de empresas contratadas. Esses são fatores preponderantes para que o programa atinja o objetivo de melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências.

Vale ressaltar que o alcance do objetivo do referido programa vai ao encontro do Acordo de Resultados firmado no âmbito do Poder Executivo, que possui como um de seus desafios a redução do número de áreas de risco em áreas de preservação ambiental em Fortaleza. Entre as ações necessárias para efetivação do referido acordo, destaca-se o projeto de urbanização do Maranguapinho, Cocó e Dendê, por meio do qual está programada a entrega,

para o biênio 2018-2019, em relação ao Rio Maranguapinho, de 31,45 km de urbanização das margens do rio e 16 km de dragagem deste; em relação ao Rio Cocó, de 12,8 km de margens urbanizadas e 9 km de dragagem deste; e em relação à Comunidade do Dendê, a entrega de 37,59 ha de área urbanizada.

PROGRAMA 064 - RESÍDUOS SÓLIDOS

O Programa tem como objetivo reduzir os impactos negativos da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, tendo como público-alvo a população urbana e rural.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	26.040.518,21	1.383.185,55	5,31
2017	61.984.854,50	20.254.637,06	32,68
Total	**88.025.372,71**	**21.637.822,61**	**24,58**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios(2)	Município Beneficiado	Não	unidade	63	0	8	82	63	82
Promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto(2)	Plano Elaborado	Sim	unidade	40	0	49	81	89	81
Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos	Central de Tratamento Construída	Sim	unidade	1	0	0	0	1	0
Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento na área de resíduos sólidos	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	2	4	2	2	4	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) Foram posteriormente identificados erros no preenchimento dos dados da execução física no sistema. Os valores corretos constam no texto sobre a avaliação do programa.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa visa implementar no Ceará uma cultura diferenciada focada em uma mudança de hábito com relação aos resíduos sólidos. A partir dessa premissa, buscou-se fortalecer a consciência ambiental com relação ao consumo e à prática da reciclagem e da reutilização por meio da execução de suas iniciativas.

Por meio do apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios, o Estado beneficiou no biênio em análise 132 municípios, sendo 81 municípios com planos de coleta seletiva e 51 municípios que desenvolveram ações de coleta seletiva, com vistas a minimizar os impactos negativos causados pela disposição inadequada dos resíduos sólidos.

No âmbito da iniciativa de promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto, visando minimizar os efeitos negativos da disposição inadequada

dos resíduos sólidos no meio ambiente, foram entregues, no biênio 2016-2017, 41 planos de recuperação de áreas degradadas para os municípios inseridos nas bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú.

Em relação à promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos, destaca-se que ainda está prevista a construção de duas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTR). Essas Centrais atenderão aos consórcios públicos municipais denominados Consórcio para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral (CGIRS-RMS) e Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte (COMARES-UL). Serão beneficiados 28 municípios com a destinação e tratamento de resíduos sólidos urbanos, de construção civil e de serviço de saúde. No final de 2017, a CTR de Sobral se encontrava com obras em execução (45,31%) e a CTR de Limoeiro do Norte estava em fase final de licitação.

Para que esses equipamentos sejam geridos e operados de forma adequada, faz-se necessário contratar estudos que objetivam organizar o consórcio público, elaborar planos e definir o modelo de prestação de serviços pelo operador privado. Nesse sentido, foram concluídos os estudos para a Região Sertão de Sobral e serão realizados, em 2018, os estudos da Região Vale do Jaguaribe.

Na iniciativa de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento na área de resíduos sólidos, destacam-se os estudos e pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec), com foco no aproveitamento dos resíduos orgânicos, produzindo composto orgânico (compostagem) numa escala com abrangência para todo o Ceará.

PRINCIPAIS DESAFIOS

No sentido de viabilizar a redução dos impactos negativos da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, o programa precisa superar alguns desafios relevantes, dentre os quais destaca-se: a implementação por meio da educação ambiental de um novo paradigma em relação aos resíduos sólidos, no sentido de agregar valor, promovendo a inclusão social; a qualificação de mão de obra para implementação da política nos municípios; a promoção da erradicação dos lixões; a implementação da logística reversa, considerando a falta de conscientização das indústrias e dos grandes geradores; e a promoção da organização dos catadores em cooperativas e/ou associações, retirando-os dos lixões.

PROGRAMA 066 - CEARÁ MAIS VERDE

O Programa tem como objetivo conservar, recuperar, ampliar e proteger a cobertura vegetal e os solos do Ceará, tendo como público-alvo os grandes e pequenos produtores rurais do Estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do estado, sociedade civil em geral e população difusa.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	76.308.536,90	59.745.119,54	78,29
2017	65.480.482,62	34.226.631,75	52,27
Total	**141.789.019,52**	**93.971.751,29**	**66,28**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas(2)	Área Reflorestada	Sim	hectare	1.000,0	0,0	2.000,0	2,7	3.000,0	2,7
Criação e implementação de Unidades de Conservação(2)	Unidade de Conservação Implementada	Sim	unidade	10	0	13	13	23	13
Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental(2)	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	3	0	3	3	6	3
Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais.	Imóvel Cadastrado	Sim	unidade	184.756	0	166.307	0	351.063	0
Ampliação da oferta de serviços de proteção da fauna silvestre do Estado do Ceará	Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres Implantado	Sim	unidade	1	0	1	0	2	0
Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará	Unidade de Conservação Protegida	Não	unidade	23	22	23	23	23	23

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) Foram posteriormente identificados erros no preenchimento dos dados da execução física no sistema. Os valores corretos constam no texto sobre a avaliação do programa.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O viés mais forte deste programa consiste em proteger os recursos naturais existentes, bem como ampliar as áreas florestadas do Estado, melhorando os indicadores climáticos e promovendo a recuperação das nascentes e matas ciliares, minimizando, assim, o assoreamento dos recursos hídricos. Desta forma, destaca-se abaixo as iniciativas responsáveis pelas ações desenvolvidas no referido programa.

Na iniciativa de implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas, o Estado buscou parcerias, a exemplo do projeto de recuperação de 25 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) na bacia do Pacoti, 50 hectares correspondentes ao plantio de 20.000 mudas na bacia do rio Cocó, 2 hectares na bacia do rio Ceará, 25 hectares na bacia hidrográfica do Acaraú (estimativa), 32 hectares na bacia do Jaguaribe, além da distribuição de 110.000 mudas de espécies nativas nos municípios. Por meio do cumprimento da reposição florestal, foram reflorestados 10 hectares na bacia Metropolitana, 20,54 hectares na bacia do Coreaú, 3,85 hectares na bacia do Acaraú e 2,7 hectares na bacia do Salgado, representando no total 171,09 hectares reflorestados ou em processo de reflorestamento.

A criação e implementação de Unidades de Conservação constitui-se em uma das ferramentas mais eficazes no sentido da proteção dos recursos naturais. Ao longo do biênio em análise, o Estado criou uma unidade de conservação e regularizou duas unidades estaduais, além de apoiar técnica e financeiramente a regularização de uma unidade de conservação municipal e quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), na criação e implementação de suas unidades.

Em relação à avaliação do impacto econômico da degradação ambiental, foi elaborado no período um estudo, englobando as Bacias Metropolitana, Salgado e Acaraú, com produção de um compêndio e cartilhas focados no impacto econômico da degradação ambiental, cujo objetivo foi criar ferramentas capazes de valorar economicamente a importância do bem natural e o preço que se paga quando degradamos.

Sobre a promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais, ressalta-se que está em andamento um projeto para realização do cadastro ambiental rural, visando apoiar os agricultores familiares na regularização ambiental de suas propriedades e/ou posses, assegurando as vantagens ambientais, acesso ao crédito e apoio as linhas de fomento.

O projeto viabilizará o cadastramento de 166.307 imóveis com até quatro módulos fiscais, nos 109 municípios contemplados pela regularização fundiária do Estado. A empresa contratada para realização dos cadastros iniciou os trabalhos na segunda quinzena de dezembro de 2017, após a realização do seminário de nivelamento em Fortaleza e de 12 seminários regionais.

Na iniciativa "Ampliação da oferta de serviços de proteção da fauna silvestre do Estado do Ceará", foi inicialmente estruturado um setor para desenvolver uma política de proteção da fauna silvestre do Estado do Ceará. A meta referente à implantação do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres não foi realizada, tendo em vista a não liberação do terreno por parte da Prefeitura Municipal do Crato.

Relativamente à ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará, registra-se que no biênio em referência foram fortalecidos e/ou criados os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, dando maior transparência à gestão das 23 unidades com a participação social.

O Estado realizou o monitoramento e fiscalização das referidas unidades no que diz respeito ao combate às agressões e crimes praticados contra o meio ambiente. No biênio em análise, foram formalizadas 1.127 denúncias de degradação ambiental ocorridas exclusivamente nas Unidades de Conservação Estadual. Desse total, foram atendidas 58,84%, ou seja, 663 ocorrências, das quais 67,77% consideradas procedentes, confirmando-se 449 denúncias. Tais casos foram confirmados após apuração realizada pela equipe de fiscalização ambiental.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Um dos maiores desafios para a potencialização do programa é o reflorestamento, que, entretanto, foge à governabilidade do Estado, dada a irregularidade da quadra invernosa, considerando-se a ocorrência de praticamente sete anos de seca.

Não menos importante que o desafio anterior, destaca-se os conflitos de uso em áreas protegidas por Unidades de Conservação, uma vez que a gestão dessas áreas se faz com base nas leis ambientais.

PROGRAMA 067 - CEARÁ NO CLIMA

O Programa tem como objetivo minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, orientando e disciplinando a utilização racional dos recursos ambientais, tendo como público-alvo grandes e pequenos produtores rurais do Estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do estado, sociedade civil em geral e população difusa.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	7.526.027,00	3.038.791,39	40,38
2017	3.907.565,95	1.992.077,30	50,98
Total	**11.433.592,95**	**5.030.868,69**	**44,00**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Implementação e ampliação de ações de eficiência energética para as indústrias ceramistas e polo gesseiro	Projeto Ambiental Implantado	Sim	unidade	4	0	17	17	21	17
Ampliação das ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais(2)	Brigada de Incêndio Implantada	Sim	unidade	3	0	4	0	7	0
Implementação da política de gerenciamento costeiro	Plano Elaborado	Não	unidade	1	0	1	0	1	0
Implementação do monitoramento da qualidade do ar	Estação de Monitoramento Implementada	Sim	unidade	2	1	2	1	4	2
Realização de análise da qualidade dos recursos hídricos do Estado do Ceará	Diagnóstico Publicado	Não	unidade	120	93	97	93	120	93
Realização de análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense	Praia Monitorada	Não	unidade	65	65	65	65	65	65

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) Foram posteriormente identificados erros no preenchimento dos dados da execução física no sistema. Os valores corretos constam no texto sobre a avaliação do programa.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As transformações dos sistemas ambientas em função dos impactos naturais e artificiais, dentre elas, a mudança do clima, demonstraram a necessidade do Estado de implementar um programa voltado para a adaptação e a mitigação dos efeitos oriundos dessas transformações. Para efetivação do referido programa, contribuíram as iniciativas detalhadas a seguir.

Na iniciativa de implementação e ampliação de ações de eficiência energética para as indústrias ceramistas e polo gesseiro, foram trabalhadas 120 cerâmicas na região do baixo Jaguaribe, buscando-se desenvolver uma prática sustentável quanto ao uso da lenha como matriz energética. O resultado deste trabalho vem sendo demonstrado com indicadores que demonstram uma redução de 23% do uso de lenha. Com relação ao produto "Projeto Ambiental Implantado", foram elaborados e implantados 17 projetos nas empresas ceramistas. Em relação à ampliação das ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais, no biênio em análise foi criada uma brigada para enfrentamento aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação, apresentando uma redução significativa de florestas destruídas pelo fogo. Fatores que prejudicaram a execução física e orçamentária desta iniciativa foram o contingenciamento de recursos financeiros, atraso na formalização do termo de referência e do edital para licitação.

Na implementação da política de gerenciamento costeiro, torna-se necessária a atualização dos instrumentos de gestão dessas áreas pelo menos a cada 10 anos, a exemplo do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) da zona costeira que se encontra em elaboração. Além do ZEE, foram elaborados quatro Planos de Gestão da Orla Marítima para quatro municípios que possuem orla em seu território. O principal fator que prejudicou a execução da meta foi a lentidão da licitação, e, quando efetivamente o certame licitatório foi aberto, não logrou êxito, resultando em fracassado.

O monitoramento automático da qualidade do ar envolve todas as metodologias desenhadas para mostrar, analisar e processar de forma contínua as concentrações de substâncias ou de contaminantes presentes no ar diariamente. Com relação à Estação de Monitoramento, esta foi implementada no Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP). A Estação CIPP conta com analisadores para monitorar continuamente a qualidade do ar - gases e partículas, o que possibilita uma gestão ambiental mais efetiva em prol de uma saudável qualidade de vida da população.

Na realização de análise da qualidade dos recursos hídricos do Estado do Ceará, foram visitados 93 pontos de coletas no biênio 2016-2017, os quais se referem aos boletins mensais de coleta. Nesta iniciativa observa-se uma redução destes pontos, o que se deu por conta da proximidade dos pontos de coletas. Registra-se que, dos 93 pontos de monitoramento, 49 são pactuados no contrato com a Agência Nacional de Águas (ANA), sendo realizadas neles análises trimestrais.

Por fim, sobre a realização de análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense, foram realizados satisfatoriamente o monitoramento em 65 pontos de monitoramento na Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste, cumprindo assim em 100% a meta estabelecida no programa de balneabilidade das praias.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Um dos principais desafios para implementação deste programa refere-se à escassez de estudos e pesquisas que possam nortear as decisões institucionais e o direcionamento das ações, razão pela qual se encontram em elaboração o Plano Estadual de Mudanças Climáticas, o Plano Estadual de Adaptação e o Inventário de Gases de Efeito Estufa, seguidos das medidas mitigadoras.

PROGRAMA 068 - CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA

O Programa tem como objetivo estabelecer um processo contínuo de educação ambiental no Estado do Ceará, propiciando mudanças de atitudes e valores visando uma relação harmoniosa com o meio ambiente, tendo como público-alvo gestores públicos, comunidade escolar, agricultores, população ribeirinha e comunidades tradicionais.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	5.452.406,63	2.809.774,41	51,53
2017	4.768.504,00	3.661.518,16	76,79
Total	**10.220.910,63**	**6.471.292,57**	**63,31**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará	Evento Realizado	Sim	unidade	14	62	14	275	28	337
Capacitação para o pessoal técnico municipal	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	245	286	300	252	545	538
Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	1.391	297	1.391	1.030	2.782	1.327

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa de promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará agregou às suas ações uma crescente participação dos municípios cearenses. Essa adesão implicou numa ampla capilaridade das ações estaduais e, por consequente, na superação das metas previstas, especialmente com relação à promoção de eventos, em que foram realizados 337 eventos no biênio em análise. Através de parcerias, o Estado apoia tecnicamente com recursos humanos e materiais os municípios e, assim, consegue realizar mais e melhores eventos e campanhas educativas. Destaque-se também como fator positivo a implementação do Programa Viva o Parque no Parque Botânico de Caucaia e no Parque do Cocó.

O Estado conseguiu ficar bem próximo das metas propostas na capacitação para o pessoal técnico municipal. Destaca-se, entre as dificuldades, o fator financeiro, pois não se dispõe de recursos específicos, além do próprio custeio da equipe técnica envolvida, para o cumprimento da meta. Ressalta-se que, em função das exigências legais que atribuiu aos municípios do

estado obrigações relacionadas à gestão ambiental local, houve um sensível aumento de demanda para essa iniciativa.

Na iniciativa de promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação, existiram algumas dificuldades na articulação com a gestão dessas unidades. Boa parte das unidades têm equipes próprias e realizam ações que poderiam ser contabilizadas na apuração dessa iniciativa, o que se refletiria em resultados bem mais positivos e próximos à meta estabelecida para o período. Assim, seria interessante a criação de uma metodologia integrada entre a equipe da Educação Ambiental e das unidades de conservação para que se possa contabilizar os números conjuntamente.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta alguns desafios que precisam ser superados com vistas à efetividade do processo de educação ambiental. Entre eles, destaca-se a ampliação das ações de educação ambiental em todo o estado, notadamente nos municípios mais carentes, além da manutenção de um processo contínuo de capacitação e qualificação da equipe técnica envolvida nessas ações.

TEMA – ENERGIAS

Os combustíveis fósseis ainda representam o principal vetor de geração de energia, embora já se vislumbre uma acentuada expansão das energias renováveis, motivada pela busca da segurança energética e pela ameaça do aquecimento global. Esta tendência amplia as oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos.

Ademais, as energias renováveis surgem como alternativa ao acesso às fontes energéticas em áreas e comunidades remotas. Servem à inclusão social e ao combate à pobreza na medida da sua estratégica contribuição ao desenvolvimento socioeconômico – de acordo com sua produção, uso local e benefícios ambientais.

Além desse aspecto ambiental, pode-se afirmar que este tema também possui um importante papel na expansão da economia no meio rural, uma vez que a carência de eletrificação neste espaço, sobretudo do tipo trifásica, tem se demonstrado um entrave à produção rural.

O resultado esperado neste tema estratégico é a matriz elétrica diversificada com oferta e fornecimento de energia ampliada e com qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do estado	%	39,00	42,58	41,58	45,00
Participação do gás natural na matriz energética do estado	%	22,00	18,00	13,86	16,43
Percentual de incremento da produção interna de energia	%	31,00	22,00	-10,72	15,28

Fonte:Seinfra e Cegás

O indicador "Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do estado" refere-se à participação de fontes energéticas voltadas exclusivamente para geração de energia elétrica. O ano de 2017 foi caracterizado por um leve incremento de unidades geradoras por meio das fontes eólica e solar, o que se refletiu na evolução positiva do indicador nesse último ano.

O indicador "Participação do gás natural na matriz energética do estado" refere-se somente à participação do gás natural como insumo das unidades geradoras de energia elétrica. Este sofreu uma redução de 4,14 pontos percentuais em 2016 quando comparado a 2015, devido aos despachos termoelétricos autorizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo em vista os níveis dos mananciais hidroelétricos.

Já no ano de 2017, a participação do gás natural na matriz apresentou um aumento de 2,57 pontos percentuais em relação a 2016. Esse crescimento foi consequência do maior despacho termoelétrico na região Nordeste, resultante da piora do nível dos reservatórios hidroelétricos da região.

Em relação ao indicador "Percentual de incremento da produção interna de energia", registra-se em 2016 a produção interna de energia elétrica de 14.644 GWh, mostrando desta forma, uma baixa produção de energia (-10,72%), se comparada à produção de 2015, que atingiu a marca de 16.404 GWh. A justificativa para essa redução se dá em função da necessidade de despacho das usinas geradoras por meio do Operador Nacional do Sistema – ONS. Em 2017 a produção de energia volta ao patamar do ano de 2015 e passa a ser 16.882 GWh, o que representa um acréscimo de 15,28% em relação ao ano anterior.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE ENERGIAS

PROGRAMA 009 - MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O programa tem como objetivo contribuir com as políticas públicas estaduais na atração de novos empreendimentos, tendo como público-alvo empresas do setor industrial, comercial e serviços, população residencial, comunidades, associações e cooperativas.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	36.770.043,34	4.175.030,09	11,35
2017	42.499.739,47	3.757.527,08	8,84
Total	**79.269.782,81**	**7.932.557,17**	**10,01**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção do planejamento da política estadual de Energia	Plano Elaborado	Não	unidade	1	0	1	0	1	0
Expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural	Rede de Distribuição de Gás Natural Instalada	Sim	km	36,8	5,9	29,8	29,5	66,6	35,4
Ampliação da oferta de energias renováveis	Leilão Público Realizado	Sim	unidade	24	0	2	0	26	0
Ampliação da oferta de energia para atendimento de novos empreendimentos e comunidades	Rede de Distribuição Elétrica Ampliada	Sim	unidade	106	35	50	18	156	53

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Governo do Estado do Ceará, através do Plano de Investimentos Especiais (PIE), investiu em 2017 a monta de R$ 17,59 milhões na melhoria da infraestrutura elétrica destinada a: atender comunidades afastadas dos centros urbanos com rede de energia elétrica; atender polos industriais com infraestrutura elétrica; viabilizar obras em rodovias com remanejamento de redes elétricas; atender abastecimento de água em comunidades; atender estações de tratamento de esgoto da Cagece; e atender com rede de energia elétrica equipamentos do Governo do Estado e prefeituras.

Acompanhando a tendência mundial de aproveitamento de combustíveis mais limpos, o Estado está investindo na expansão da rede de distribuição e em novas tecnologias que estimulem a oferta e o consumo de gás natural. Destacam-se, no período, as seguintes realizações:

- construção de um gasoduto de poliamida de 22 km, interligando o aterro sanitário de Caucaia à rede de distribuição da Companhia de Gás do Ceará (Cegás). O início do fornecimento desse novo energético, em caráter pré-operacional, ocorreu em dezembro de 2017, atendendo primeiramente a um usuário (Cerbras Cerâmica do Brasil), para ser futuramente interligado à rede da Cegás;
- extensão de 13,4 Km no gasoduto de distribuição de gás natural, com execução de ligações de clientes nos diversos bairros de Fortaleza, já contemplados com a infraestrutura de saturação, incrementando a carteira de clientes em 24,81%, totalizando em 12.223 usuários, dentre residenciais, comerciais, automotivos, industriais, além do segmento de cogeração;
- distribuição de gás natural aos usuários dos segmentos industriais, automotivos, cogeração, residencial e comercial, num total de 167.488 milhares de m³/ano, equivalente a 458.871 m³/dia.

Pode-se destacar, ainda na área de energia, a criação do Fundo de Incentivo à Eficiência Energética (FIEE), que tem como principal objetivo o incentivo ao desenvolvimento e financiamento da eficiência energética e da micro e mini geração distribuída de energia elétrica como estímulo à geração de energia, com base nas fontes renováveis, bem como o apoio à modernização das instalações elétricas do Governo do Estado do Ceará, com foco na eficiência do uso de energia.

O leilão público estadual para ampliação da oferta de energias renováveis ainda não foi planejado, uma vez que depende do lançamento do Plano Estadual de Energia.
Com relação à execução orçamentária, esclarece-se que o maior volume de recursos aplicados

no âmbito deste programa ocorreu por meio do Plano de Investimento Especial (PIE), despesa extra orçamentária, cuja origem é 1% do faturamento anual da Enel, em virtude de cláusula contratual estabelecida por ocasião do processo de concessão da antiga Coelce.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Um importante desafo a ser superado em relação à matriz energética do Estado diz respeito à elaboração e desenvolvimento do Plano Estadual de Energia, que deverá contemplar as estratégias a serem implementadas voltadas à ampliação da oferta de energias renováveis, bem como a proposição de instrumentos que permitam o fomento do setor energético regional.

Destaca-se, também, como desafio a garantia do suprimento de gás natural no estado, mantendo-se competitivo frente aos energéticos substitutos, seja através de manutenção de tarifas atrativas, ou na utilização de Gás Natural Comprimido (GNC) na interiorização do gás natural, onde o desenvolvimento da infraestrutura básica para o gás canalizado ainda não é viável, ou, ainda, avaliando a viabilidade de outras tecnologias para o transporte em longas distâncias (ex.: Gás Natural Liquefeito).

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 5

CEARÁ DO CONHECIMENTO

O Ceará do Conhecimento contempla as políticas governamentais voltadas a proporcionar à população uma formação integral, que atenda às necessidades sociais e regionais, com qualidade, garantindo a equidade e o protagonismo por meio da inovação. O propósito central deste eixo consiste na população com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em cinco temas estratégicos: Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Informação e Cultura, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, em uma concepção mais ampla, é compreendida além da aprendizagem, no nível de competências que forma pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais soberanas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e mostrem a capacidade de superar a fragmentação social com mais estudo e protagonismo, num ambiente pedagógico fortalecido, mais solidário na superação coletiva e exitosa das dificuldades. Educação Básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa, social e economicamente mais desenvolvida, o eixo principal na edificação de uma sociedade do conhecimento.

Conforme consta no Plano Estadual de Educação 2016-2024, a implantação das políticas públicas só pode ser realizada de forma concreta quando nascem do conhecimento da realidade e dos desafios a serem superados. Mais do que isso, é importante que sejam coerentes, sustentáveis e perenes. Assim, o Estado tem dado continuidade às políticas educacionais implantadas com foco no Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, no Ensino Médio Articulado à Educação Profissional e na Escola em Tempo Integral e no apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), evidenciando o incentivo à inserção dos alunos no Ensino Superior. Isso corresponde aos resultados de um planejamento articulado, verdadeiro exercício de valorização das gestões governamentais que investem na educação como um dos pilares do desenvolvimento da sociedade.

Todavia, apesar dos recentes avanços obtidos no campo da Educação Básica, ainda há muitos desafios a enfrentar para potencializar a contribuição deste importante tema para a construção de um Ceará do Conhecimento.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com Educação Básica de qualidade na idade adequada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do

referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaece Alfa)	%	84,60	86,10	87,40	89,2
Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais (9° ano)[1]	índice	-	4,54	-	4,9
Ideb do Ensino Fundamental nos anos iniciais (5° ano)[1]	índice	-	5,73	-	6,1
Percentual de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem	%	48,7	57,3	60,3	61,12
Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental	%	77,00	77,00	81,80	84,40
Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio	%	54,60	58,80	55,8	58,00
Taxa de atendimento de 0 a 3 anos	%	37,50	37,10	35,7	36,5
Taxa de atendimento de 15 a 17 anos	%	84,6	83,1	86,34	88,9
Taxa de atendimento de 4 a 5 anos	%	97,5	96	97,9	98,2
Taxa de atendimento de 6 a 14 anos	%	97,4	97,8	97,7	97,9

Fonte: Seduc
(1) O Ideb é um índice medido só nos anos ímpares e divulgados somente no ano posterior.

O percentual de crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaece Alfa) em 2017 foi de 89,2, sendo que, quando foi lançado o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), em 2007, este percentual era de apenas 39,9%. Isso se deve ao investimento do Governo em ações estratégicas voltadas para a alfabetização das crianças na idade adequada em parceria com todos os municípios do Ceará. Dos 184 municípios cearenses, 182 encontram-se no padrão desejável, e os outros dois, no padrão suficiente. É o que demonstra o resultado do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), relativo ao ano de 2017. Esta é a segunda vez, desde o lançamento Paic, que o Ceará alcança avaliação positiva em todos os municípios, neste nível de ensino.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2007, em uma escala de zero a dez, que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil.

Segundo os resultados do Inep, a rede pública do Estado do Ceará apresentou a melhor evolução do índice nos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando de 5,7 em 2015, para 6,1 em 2017, mantendo a tendência de evolução do indicador e ultrapassando mais uma vez a meta de 5,7 estipulada pelo Inep em 2021.

Ao referir-se aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, vale ressaltar que das 100 escolas públicas do país com melhor desempenho no Ideb, 82 unidades escolares estão no Ceará, dentre as quais destacaram-se as escolas situadas nos municípios de Sobral, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Ararendá, Catunda e Jijoca de Jericoacoara, que apresentam notas de 9,1 a 8,1 entre as melhores notas no Ideb.

O Ideb do Ensino Fundamental nos anos finais (9° ano), em 2017, foi de 4,9, um aumento de 0,36 em relação a 2015. No top 100 do Ideb 2017, nove municípios cearenses apresentaram os melhores índices: Sobral, Jijoca de Jericoacoara, Milhã, Cruz, Brejo Santo, Pires Ferreira, Frecheirinha, Russa e Itaiçaba.

O percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental no Ceará, em 2017, foi de 84,40%, apresentando um aumento de 2,6 pontos percentuais em relação a 81,80% de 2016. Isto se deve ao fortalecimento das políticas em parcerias com os municípios e os investimentos no Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic).

Quanto ao indicador "Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio", obteve-se, em 2017, o percentual de 58,0%, configurando um aumento de 3,40 p.p. em relação ao ano de 2014. Isso decorre dos investimentos financeiros e pedagógicos, além das ações de protagonismo que estimulam nos jovens dessa faixa etária um maior empenho acadêmico, levando-os à conclusão do Ensino Médio.

Em relação ao indicador "Percentual de estudantes concludentes do Ensino Médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem", o Ceará apresentou, em 2017,

um percentual de 61,12%, obtendo um acréscimo de 0,83 p.p. comparado ao percentual de 60,3%, em 2016. Esse aumento se deve às ações e projetos voltados para a motivação, preparação e a participação dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A evolução das taxas de atendimento para as crianças de 0 a 3 anos de 35,70, em 2016, para 36,50, em 2017, é reflexo dos investimentos para o aumento do número de creches e dos Centros de Educação Infantil em todo o Estado a partir da parceria entre o governo estadual e municípios.

Em relação ao atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, o Ceará atualmente possui vagas na rede pública para atender a todas as matrículas obrigatórias do Ensino Médio. Logo, o alcance de 88,9%, verificado em 2017, reflete a universalização gradual desse atendimento. Todavia, é necessário dar continuidade às ações de busca ativa de estudantes que, por motivos diversos, ainda estão fora da escola. Das ações empreendidas, pode-se destacar o "#ChegueiEnsinoMédio", que é um compromisso com o ingresso e a motivação dos jovens cearenses para cursarem e concluírem o Ensino Médio, cujo objetivo é matricular 100% dos alunos concluintes do 9º ano do Ensino Fundamental na 1ª série do Ensino Médio, garantindo a permanência dos estudantes na escola e resgatando os jovens de 15 a 17 anos aptos a cursar esta etapa de ensino.

A partir das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, bem como para o Ensino Fundamental, alcançou-se 98,2% de atendimento em 2017 para as crianças na faixa etária de 4 a 5 anos e 97,9% no atendimento de crianças e jovens na faixa etária de 6 a 14 anos, cujos percentuais são considerados quase uma universalização. O desafio do Estado nesta faixa etária é tornar a escola um espaço criativo e agradável para manter os alunos na escola.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que o Governo do Ceará pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão e Equidade na Educação; Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada; Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica; e Gestão de Políticas Públicas da Educação. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R$ 1,84 bilhão.

PROGRAMA 006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusiva, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial, tendo como público-alvo segmentos pertencentes às populações vulneráveis e/ou com características diferenciadas e alunos da Educação Básica que necessitem de formação em inclusão e temas de diversidade.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	19.356.693,97	11.781.878,17	60,87
2017	14.416.206,71	9.542.549,62	66,19
Total	**33.772.900,68**	**21.324.427,79**	**63,14**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Qualificação da oferta de Educação de Jovens e Adultos para as pessoas que não concluíram a Educação Básica na idade própria, incluindo os privados de liberdade e as comunidades terapêuticas de adictos	Aluno Atendido (2)	Não	unidade	8.399	10.811	16.158	16.899	24.557	27.710
Atendimento diferenciado para estudantes trabalhadores e demais segmentos vulneráveis à reprovação, ao abandono e à evasão escolar	Aluno Atendido	Não	unidade	2.820	5.894	3.450	3.450	3.450	5.894
Atendimento educacional às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação	Aluno Atendido	Não	unidade	3.631	6.506	5.151	8.284	5.151	8.284
Currículo e gestão diferenciada para escolas do campo, indígenas e quilombolas contemplando suas especificidades culturais e territoriais	Escola Atendida	Não	unidade	61	99	65	101	65	101
Ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/ quilombolas e população do campo	Escola Implantada	Sim	unidade	7	2	9	2	16	4
Acessibilidade arquitetônica nas escolas da Educação Básica para atender pessoas com deficiência	Escola Adaptada	Sim	unidade	122	79	135	51	257	130

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019 como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa obteve, de forma geral, uma execução satisfatória no biênio 2016-2017, pois, de acordo com indicadores educacionais obtidos, ele demonstra que tem conseguido cumprir o seu objetivo, que é o de garantir escola como espaço educador sustentável, inclusiva, que respeite às diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.

Para obtenção dos resultados acima mencionados, foram executadas um conjunto de ações, dentre as quais destacam-se as relacionadas às suas iniciativas prioritárias.

Na iniciativa de qualificação da oferta de educação de jovens e adultos para as pessoas que não concluíram a Educação Básica na idade própria, foram ofertadas, em 2016, 10.811 matrículas no Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Eja), nos formatos presencial e semipresencial e implantado o curso de EJA + Qualificação Profissional com 1.400 vagas. Em 2017, a matrícula da EJA presencial e semipresencial foi ampliada para 16.899 e da EJA + Qualificação Profissional para 5.000 novas vagas, totalizando 27.710 alunos matriculados no Ensino Médio dessa modalidade na rede estadual.

Através da iniciativa de atendimento diferenciado para estudantes trabalhadores e demais segmentos vulneráveis à reprovação, ao abandono e à evasão escolar, foi realizada uma oferta de reorganização curricular do Ensino Médio noturno, beneficiando 5.894 alunos, em 2016 e 3.450 em 2017.

A iniciativa de atendimento educacional às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação foi executada com produção de livros digitais acessíveis, complemento em braille e por meio de recursos destinados aos serviços de apoio logístico à formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado para as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e para os Centros de Atendimento Educacional Especializado conveniados com o Estado, que ofertaram atendimento para 6.506 alunos em 2016 e para 8.284 alunos em 2017.

Para execução da iniciativa Currículo e Gestão diferenciada para as escolas do campo, indígenas e quilombolas foram realizados os encontros e formações da Educação Escolar Indígena e Quilombola, concedido apoio à manutenção dos campos experimentais das escolas do campo e apoio logístico para realização do Curso de Educação e Agroecologia

atendendo, em 2016, a 99 escolas e, em 2017, a 101 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada.

Destacam-se também no âmbito deste programa a realização de oficinas, aulas de campo, cursos de formação continuada e apoio aos projetos de permacultura a 62.934 alunos que participaram direta ou indiretamente das Mostras Regionais de Educação Ambiental e foram atendidos 175.142 alunos que participaram das ações do Projeto Educação Ambiental, por meio da realização do Programa Parque Escola: Aprendendo com a Natureza e a realização da Mostra Ambiental (projeto incluído na programação do Ceará Científico), concluindo a Edição 2017.

Para ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/quilombolas e população do campo, foram implantadas duas escolas do campo, sendo uma no município de Canindé e a outra no município de Santana do Acaraú, em 2016, e duas escolas do campo em 2017, sendo uma no município de Monsenhor Tabosa e a outra no município de Ocara.

Nessa iniciativa estava prevista a implantação de 16 escolas no biênio, entretanto foram entregues somente quatro. A baixa execução da iniciativa se deve aos entraves burocráticos nas entregas dos documentos do terreno das escolas pelas prefeituras, processos licitatórios prolongados, rescisão de contrato, descumprimento dos cronogramas de execução e atrasos nas entregas das obras por parte das construtoras contratadas. As doze escolas restantes a serem implantadas estão em execução nos seguintes municípios: Beberibe (60,17%), Cruz (39,26%), Monsenhor Tabosa (95%), São Benedito (99%), Santa Quitéria – Trapiá (76,74%), Santa Quitéria – Santa Rita (77,746%), Tauá- Marrecas(93,64%), Tauá- Marruás(25,98%), Itatira (97,25%), Mauriti(76,95%), Mombaça (99,02%) e Iguatu (99,00%).

Visando a acessibilidade arquitetônica nas escolas da Educação Básica para o acesso das pessoas com deficiência, foram adaptadas 79 escolas em 2016 e, em 2017, 51 escolas com salas de recursos multifuncionais (SRM).

Para melhoria da infraestrutura necessária para atender às especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais de campo em áreas de assentamento, indígenas e quilombolas, foram readequadas 12 escolas em 2016 e oito escolas em 2017.

Na iniciativa de qualificação de docentes, pais e responsáveis para atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, foi promovida capacitação para 1.604 pessoas em 2016 e 816 em 2017 em cursos de formação continuada, oficinas pedagógicas, bem como professores da rede pública de ensino e outros profissionais que atuam na área de Educação Especial e áreas afins.

Quanto à execução orçamentária do biênio, percebe-se que houve um crescimento de 5,32% entre a execução de 2016 e 2017, chegando a um percentual de 63,14% no período em análise. A execução ficou em parte comprometida devido ao financiamento das iniciativas dependerem de recursos de um convênio com o Ministério da Educação. Em 2017, ocorreram os processos licitatórios para o início da execução no ano posterior.

Além disso, ressalta-se que as construções e as adequações das escolas são processos lentos e que dependem também de órgãos diversos para sua plena execução.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta uma série de desafios para os próximos anos do PPA. Dentre eles, destacam-se:

- universalização, em regime de colaboração entre estados e municípios, do atendimento escolar para a população de quatro a dezessete anos, aos alunos com deficiência, distúrbios psicológicos alimentares, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- garantia de matrícula de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns da Educação Básica;
- ampliação e garantia, em regime de colaboração com a União e municípios, da política de educação indígena, quilombola e do campo;
- oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de Ensino Fundamental e Médio; e
- oferta de cursos na forma integrada à educação profissional na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) garantindo a um público diferenciado o direito à escolarização básica em igualdade de condições.

PROGRAMA 008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

O Programa tem como objetivo o fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental, tendo como público-alvo a população de 0 a 16 anos.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	67.676.374,94	38.961.761,01	57,57
2017	55.339.769,19	48.435.812,68	87,52
Total	**123.016.144,13**	**87.397.573,69**	**71,05**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada	Aluno Beneficiado	Não	unidade	502.882	531.773	481.742	1.415.279	502.882	1.415.279
Premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no Spaece	Escola Premiada	Não	unidade	600	464	750	359	750	464
Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs	Centro de Educação Infantil Implantado	Sim	unidade	69	6	21	5	90	11
Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil	Criança Beneficiada	Não	unidade	159.149	272.966	272.966	272.966	272.966	272.966

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa tem cumprido de forma satisfatória o fortalecimento da Educação Infantil e elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do Ensino Fundamental. Nesse sentido, foram desempenhadas várias ações para melhoria do nível de aprendizagem dos alunos, conforme será detalhado a seguir.

Através da iniciativa de desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade

adequada, em 2016, foram beneficiados 531.773 alunos e, em 2017, foram mais 1.415.279 alunos beneficiados com impressão de material didático-pedagógico da Educação Infantil ao 5° ano do Ensino Fundamental. Além disso, houve concessão de bolsa de pesquisas e extensão tecnológica para formadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e formações para professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa e Matemática (4° e 5° anos e do 6° ao 9° anos), dos 184 municípios cearenses, com apoio logístico.

Referindo-se à iniciativa de premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no Spaece, em 2016, contemplou 464 escolas públicas que apresentaram melhores resultados no Índice de Desempenho Escolar no 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental (IDE - Alfa, IDE - 5 e IDE - 9, respectivamente) nas avaliações do Spaece. Já em 2017, foram 359 escolas públicas que apresentaram melhores resultados no IDE - Alfa.

A iniciativa de implantação dos Centros de Educação Infantil contribui para a promoção da Educação Infantil de qualidade. Em 2016, o Estado, em parceria com os municípios, implantou seis Centros de Educação Infantil nos seguintes municípios: Aquiraz, Viçosa do Ceará (2), Tauá e Tianguá (2). Já em 2017, foram implantados mais cinco Centros de Educação Infantil, situados em Itaitinga, Tauá, Aquiraz e São Gonçalo (2).

A iniciativa de qualificação da oferta municipal de Educação Infantil realizou, em 2016, o atendimento a 272.966 crianças, beneficiadas através da formação de professores e gestores em Educação Infantil, voltada para o desenvolvimento integral da primeira infância, com foco no cuidar e no educar de forma indissociável. Em 2017, o atendimento a 272.966 crianças ocorreu por meio da formação voltada para cerca de 609 professores formadores, a partir do Programa de Formação Continuada em Educação Infantil.

A execução orçamentária do programa no biênio, mostrou um crescimento considerável de 29,95% entre 2016 e 2017 no que se refere à execução orçamentária prevista. Os recursos foram aplicados na implantação dos Centros de Educação Infantil, formação de professores e gestores, implantação de escolas do Ensino Fundamental e impressão de material didático e pedagógico.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A parceria com os municípios configura-se em um ponto fundamental para concretização dos resultados referentes ao acesso e aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada.

Portanto, destaca-se como desafio o fortalecimento do apoio aos municípios no sentido de viabilizar as seguintes ações:

- universalização da Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade;
- ampliação da oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade;
- universalização do Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos;
- fortalecimento das estratégias para que, pelo menos, 95% dos alunos de 6 a 14 concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada;
- melhoria do desempenho acadêmico do Ensino Fundamental I e II;
- alfabetização de todas as crianças, no máximo, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental; e
- oferta, em regime de colaboração, de educação em tempo integral nas escolas públicas e instituições de Educação Infantil.

PROGRAMA 023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Programa tem como objetivo garantir as condições para o bom funcionamento da gestão organizacional e pedagógica, focado na permanência, no fluxo e na aprendizagem dos alunos, tendo como público-alvo os alunos da Educação Básica, professores, gestores e profissionais da educação.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	560.362.530,03	483.443.104,31	86,27
2017	1.841.883.220,33	1.777.258.864,16	96,49
Total	**2.402.245.750,36**	**2.260.701.968,47**	**94,11**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Articulação curricular do Ensino Médio com as realidades territoriais, a educação científica, a convivência, o lazer, a arte, a pluralidade cultural, o em-preendedorismo, o protagonismo e o mundo do trabalho	Escola Atendida	Não	unidade	438	129	171	165	438	165
Premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas	Aluno Beneficiado	Não	unidade	208.058	220.629	211.026	99.050	211.026	220.629
Avaliação anual de aprendizagem dos alunos das escolas públicas da Educação Básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - Spaece, realização do censo escolar e de estudos e pesquisas educacionais	Avaliação Realizada	Sim	unidade	1	1	1	1	2	2
Integração família-escola-comunidade, ampliação do controle social e institucional e democratização da gestão escolar	Escola Atendida	Não	unidade	515	618	515	618	515	618

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Criação e estruturação de Centros de Línguas Estrangeiras para alunos das escolas públicas	Centro de Línguas Implantado	Sim	unidade	1	0	1	0	2	0
Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das escolas de Educação Básica	Escola Reade-quada	Não	unidade	616	640	660	603	660	640
Oferta de transporte escolar para os alunos da rede estadual de ensino	Aluno Atendido	Não	unidade	115.487	115.487	121.260	121..260	121..260	121.260
Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica	Escola Implantada	Sim	unidade	18	26	36	45	54	71

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A execução do programa possibilitou a realização de vários projetos/ações voltados à melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos no biênio em análise.

Na execução da iniciativa de articulação curricular do Ensino Médio, foi implantado o projeto Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas sociais - NTPPS, a partir do qual cerca de 250 professores foram capacitados bimestralmente com encontros de 20 horas, para atendimento de 129 escolas, em 2016, e 165 escolas da Educação Básica, em 2017, buscando incentivar a pesquisa e execução de projetos, além das práticas sociais.

A iniciativa de premiação de alunos, ajuda de custo e bolsas, que tem como objetivo incentivar e orientar os alunos na inserção ao Ensino Superior por meio do Enem, promoveu a oferta de eventos motivacionais e pedagógicos para 220.629 alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2016, e beneficiou 99.050 alunos dos 3º anos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no projeto Enem, Chego Junto Chego Bem, em 2017.

Quanto à iniciativa de avaliação da aprendizagem dos alunos das escolas públicas, o Estado realizou, neste biênio, a avaliação dos alunos pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece), aplicada em novembro de 2016 e 2017.

A iniciativa de integração família-escola-comunidade, ampliação do controle social e institucional e democratização da gestão escolar foi executada através da implantação do Projeto Professor Diretor de Turma, em 618 escolas, abrangendo 6.826 turmas, envolvendo 4.510 professores diretores de turma, atendendo à 260.731 alunos em 2016 e 222.721 alunos em 2017.

Em relação à iniciativa de criação e estruturação de Centros de Línguas, registra-se que em 2017 foram iniciadas as ações de aluguel e adaptação de local, bem como foram adquiridos os equipamentos e mobiliários necessários à entrega dos centros de idiomas no período seguinte.

Na iniciativa de readequação dos espaços de aprendizagem para melhoria dos padrões básicos de funcionamento das escolas foram contempladas cerca de 640 escolas no biênio com edificações, manutenção, conservação, reformas, benfeitorias e outras obras de instalações. Desse total, 12 são escolas novas, equipadas e em funcionamento em 2016, situadas nos seguintes municípios: Eusébio, Amontada, Miraíma, Acaraú, Morrinhos, Santana do Acaraú, Canindé, Caridade, Itatira, Quixeré, Acopiara e Pacajus.

A iniciativa da oferta de transporte escolar para alunos da rede estadual foi realziada em parceria com 168 municípios, através dos termos de responsabilidade e de 16 contratações diretas dos municípios que não firmaram essa parceria, atendendo no biênio cerca de 121.260 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural.

A execução orçamentária do programa no biênio, mostrou um crescimento de 10,22% entre 2016 e 2017, chegando a uma execução de 94,11% no biênio, o que possibilitou uma execução física compatível com a diversidade de ações do programa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O programa apresenta uma série de desafios relacionados ao funcionamento efetivo da gestão organizacional e pedagógica da Educação Básica, os quais estão destacados a seguir:

- universalização o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos elevando a qualidade da educação dos alunos da rede pública no Ensino Médio no que tange ao fluxo escolar e desempenho;
- elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano;
- elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais;
- erradicação do analfabetismo absoluto e redução em 50% da taxa de analfabetismo funcional;
- garantia do acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, de modo a melhorar as médias no Enem, Ideb e Pisa;
- garantia de formação continuada a todos os profissionais da Educação Básica, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino; e
- formação, em nível de pós-graduação, de, no mínimo, 50% dos professores de Educação Básica.

PROGRAMA 079 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo apoiar a implementação de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais, tendo como público-alvo escolas da rede de ensino do estado, alunos das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e usuários e parceiros do sistema de ensino.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	529.600,00	529.595,35	100,00
2017	393.200,00	393.112,59	99,98
Total	**922.800,00**	**922.707,94**	**99,99**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Capacitação de gestores escolares	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	2.800	2.534	320	1.161	3.120	3.695
Atualização do credencia-mento das instituições de ensino	Escola Creden-ciada	Sim	unidade	985	5.861	1.380	1.826	2.365	7.687

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No ano de 2017, na iniciativa "Capacitação de gestores escolares", houve um acréscimo de 18,43% em relação à meta programada, em virtude da grande aceitação do programa junto aos municípios participantes, contribuindo, dessa forma, para a melhoria dos indicadores educacionais. Os recursos para a execução da iniciativa foram devidamente aplicados em sua totalidade, contribuindo assim para o desenvolvimento da meta.

A iniciativa "Credenciamento das Instituições de Ensino" foi operacionalizada, no biênio, em 184 municípios, podendo ser observada a plena execução do programa, no que diz respeito às metas física e financeira.

Por fim, destaca-se que o programa em análise vem apoiando a implementação de boas práticas de gestão de ensino e fortalecendo a parceria com os municípios no que se refere à formação de diretores escolares, objetivando contribuir com a melhoria do ensino no Estado do Ceará.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios estão relacionados à inclusão e manutenção dos municípios no programa, por conta das dificuldades financeiras que estes atravessam, tendo em vista abranger iniciativas desenvolvidas em parceria.

Pode-se destacar, ainda, como pontos críticos a serem superados, a situação das escolas que não elaboraram o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a não habilitação de profissionais para o exercício da função.

Além disso, no âmbito da iniciativa de credenciamento das instituições de ensino, o maior desafo é fomentar junto às instituições de ensino a utilização de meios virtuais para a efetivação do credenciamento, reconhecimento de cursos e acompanhamento dos dados devidamente cadastrados nos sistemas.

TEMA – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional insere-se numa visão de política governamental mais ampla que objetiva a formação de capital humano no estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia, para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição.

Foi a partir dessa análise que o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes, o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento "Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano", enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.

A análise qualitativa sobre a formação de capital humano no Estado identifica dois problemas chave: baixa qualidade da Educação Básica e baixo nível de qualificação técnica do trabalhador na economia cearense. As ações direcionadas a ampliar a qualificação da força de trabalho, portanto, deve, necessariamente, contemplar a melhoria da qualidade do ensino básico, eliminando a defasagem ainda presente em relação à situação média do país e dos Estados mais bem colocados em nível nacional. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar o estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado. Urge expandir a formação superior, inclusive nos níveis de pós-graduação e em áreas estratégicas, assim como estimular o emprego das pessoas qualificadas no setor privado no sentido de propiciar um ambiente favorável à inovação.

É oportuno um destaque sobre as iniciativas, já em andamento, para ampliar a formação de técnicos conduzidos pelo Governo do Estado do Ceará. Trata-se da implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, num modelo que integra a formação básica de Ensino Médio com a formação de nível técnico. Com seu início no ano de 2008 já beneficia todas as regiões do Estado. Os retornos destas ações devem se materializar mais fortemente no médio e longo prazos.

E, ainda, destacam-se os cursos ofertados pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) para atender as demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), e pela Universidade do Trabalho Digital (UTD) que vêm contribuindo para o Ceará do Conhecimento, alcançando ainda o Eixo Ceará Pacífico, com a formação inicial e continuada na área da Tecnologia da Informação de forma inclusiva.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ressalta-se que o projeto de educação profissional do Estado é mais uma iniciativa que visa ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas.
O resultado esperado neste tema estratégico é a educação profissional consolidada e articulada com o mercado de trabalho. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%	19,00	16,95	13,60	14,00
Percentual de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio	%	12	13,40	14,20	15,21
Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional	Nº	10.132	12.681	15.510	11.579
Número de Concluintes nos Cursos Técnicos Subsequentes	Nº	142	160	805	216
Número de Tecnólogos Diplomados	Nº	80	149	541	73

Fonte: Seduc e Secitece

O indicador "Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho" atingiu em 2017 o percentual de 14,0%, apresentando um acréscimo de 0,4 p.p. em relação aos 13,6% obtidos em 2016. Isso explica-se pela intensificação do acompanhamento da inserção dos alunos em campo de trabalho, a partir de um sistema piloto, aberto para os principais atores: alunos, professores e gestores da rede de educação profissional.

No entanto, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador ao longo da série histórica (2014 a 2016), que podem ser justificadas, dentre outros motivos, pela crise econômica que tem afetado os setores produtivos de nossa economia e a elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

Quanto ao "Percentual de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio", observa-se em 2017 um aumento de 1,01 p.p. no número de jovens beneficiados na rede de educação profissional implantada, comparativamente a 2016, um reflexo positivo dos investimentos do Governo do Ceará nessa área.

No indicador "Número de concluintes nos cursos de qualificação profissional", foram registradas 11.579 pessoas capacitadas nos cursos de Formação Inicial e Continuada, resultado que é referência para dimensionar os índices de conclusão profissionalizante e investimentos do Governo Estadual.

Na eficiência de conclusão profissionalizante, que expressa a relação dos alunos que concluíram seus cursos com êxito, o ano de 2017 apresentou um decréscimo percentual em torno de 25% em relação ao ano de 2016, resultado do contingenciamento de recursos do Governo Federal. O novo cenário contribuiu para uma análise e redesenho das ações de Educação Profissional, realizada pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), ocasionando paralisação de algumas ações nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), e ainda a redução do quadro de pessoal, prejudicando a capacidade de execução e alcance das metas projetadas.

Apesar do referido contingenciamento, os valores extremos desse indicador na série histórica analisada apresentam, ainda, uma crescente de 14% (2014-2017), refletindo o compromisso do Governo Estadual com esta política.

O indicador "Número de Concluintes nos Cursos Técnicos Subsequentes" expressa o número de alunos qualificados que concluíram os cursos de educação profissional técnica de nível médio, ofertados nas unidades de ensino profissional do sistema Secitece. O indicador demonstra uma crescente em seus resultados nos primeiros anos da série histórica, registrando em 2016 a maior entrega de toda a série, formando 805 técnicos. No ano de 2017, o indicador apresentou um decréscimo de 73,17%, consequência do contingenciamento de recursos do Governo Federal, fazendo com que o Governo Estadual mudasse suas estratégias, traçando novas metas e priorizando ações.

O processo ocasionou paralisação de vestibulares nos anos de 2015, 2016 e no primeiro semestre de 2017, para os cursos ofertados pelos Centros Vocacionais Técnicos (CVTECs), resultando na redução das vagas para novos alunos. Apesar do cenário pautado, o Governo Estadual autorizou a reabertura dos vestibulares para novas vagas, que serão preenchidas em 2018.1, o que contribuirá para impulsionar novamente os dados relativos a esse indicador.

O indicador "Número de Tecnólogos Diplomados" refere-se à mensuração do número de alunos diplomados nos cursos superiores de tecnologia, ofertados nas Faculdades Tecnológicas (FATECs) do Cariri e do Sertão Central. O indicador demonstra uma crescente em seus resultados até o ano de 2016, apresentando em 2017 um decréscimo percentual em torno de 86,51%, resultado também do contingenciamento dos recursos do Governo Federal.

O processo também ocasionou paralisação de vestibulares nos anos de 2015, 2016 e no primeiro semestre de 2017 para os cursos tecnológicos nas Faculdades de Tecnologia Centec (FATECs) do Cariri e Sertão Central, resultando na redução das vagas para novos alunos. O indicador registrou nesse último ano 73 graduados de nível tecnológico. A reabertura dos vestibulares para novas vagas a serem preenchidas em 2018.1 sinaliza uma possível melhora do indicador nos próximos anos.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PROGRAMA 020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa tem como objetivo atender às necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do estado por meio da inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior, tendo como público-alvo a população demandante de educação profissional integrada ao Ensino.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	429.370.207,50	362.829.080,87	84,50
2017	517.283.703,73	471.675.140,87	91,18
Total	**946.653.911,23**	**834.504.221,74**	**88,15**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional	Escola Implantada	Sim	unidade	6	3	13	2	19	5
Readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	Escola Reade-quada	Não	unidade	116	53	34	33	116	53
Adequação da oferta e/ ou currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional	Escola Atendida	Não	unidade	119	115	116	117	119	117
Qualificação do atendimento dos serviços de Educação Profissional	Professor Capacitado	Não	unidade	1.054	568	730	670	1.054	670
Apoio às atividades de formação profissional dos alunos	Aluno Atendido	Sim	unidade	13.929	13.529	15.176	16.106	29.105	29.635
Avaliação de desempenho da rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional	Avaliação Realizada	Sim	unidade	0	0	1	1	1	1
Oferta de Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional	Aluno Beneficiado	Não	unidade	1.320	0	3.570	0	3.570	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio 2016-2017, foram realizados diversos projetos/ações para melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos, o que será visto a seguir por meio do detalhamento das iniciativas prioritárias do programa.

Referindo-se, inicialmente, à iniciativa da ampliação da oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, ressalta-se, levando em consideração a proposta de ampliação da rede física de escolas, que quatro escolas foram implantadas no biênio (2016-2017). Em 2016, houve a implantação de três Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), situadas nos municípios de Sobral, Barro e Caridade, e em 2017 foram contabilizadas mais duas EEEPs; entretanto, foi implantada somente uma no município de Palmácia (a EEEP de Sobral teve sua execução física concluída em 2016, mas foi implantada em 2017, o que o ocasionou um equívoco na inserção dos dados no sistema).

A baixa execução da iniciativa se deve ao fato dos entraves burocráticos nas entregas dos documentos do terreno das escolas pelas prefeituras, processos licitatórios prolongados, descumprimento dos cronogramas de execução e atrasos nas entregas das obras por parte das construtoras contratadas.

Dando continuidade à avaliação a partir da iniciativa de readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, percebe-se a continuidade da melhoria das condições físicas dos equipamentos escolares para a inserção de estudantes no mercado de trabalho. Em 2016, foram entregues 2.656 bens móveis (equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou laboratórios e/ou acervo) e, em 2017, chegou-se ao quantitativo de 991 bens móveis, perfazendo um total de 53 escolas atendidas de um total previsto de 116 escolas, atingindo um total de 45,6% do previsto.

Voltando-se para aspectos de natureza pedagógica, no que diz respeito à adequação da oferta e/ou currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional, foram atendidas 117 escolas no biênio, com o objetivo de adequar o material didático para as necessidades apontadas. Ressalta-se que, na oportunidade, foram executados R$1.367.953,40, perfazendo um total aportado de 100% de recursos para unidades escolares envolvidas, garantindo a reprodução de seus materiais em face à necessidade de adequação.

A iniciativa que trata da qualificação do atendimento dos serviços de educação profissional possibilitou a efetivada capacitação de 568 profissionais em 2016, entre professores, coordenadores, diretores e superintendentes, além de encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de Ensino Médio articulado à educação profissional. Em 2017, foram capacitados 670 profissionais.

Com a finalidade de proporcionar apoio aos estudantes das EEEPs nos seus processos de estágio, a iniciativa voltada para o apoio às atividades de formação profissional, em 2016, contemplou 13.529 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo as cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular. Em 2017, essa realidade foi ampliada para 16.106 alunos em estágio curricular obrigatório, mantendo as cargas horárias já definidas, atingindo o acumulado de quase 30 mil alunos atendidos.

A iniciativa de avaliação de desempenho da rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional tem como produto específico a avaliação de impacto da política de educação profissional nas escolas estaduais. Com esse intuito, em 2016, ações foram empreendidas resultando a contratação de consultoria especializada. Em 2017, foi registrado a entrega de alguns produtos como reflexo da contratação da consultoria feita em 2016 sendo eles: desenvolvimento de ambientes de relatórios integrados, manual instrucional sobre o novo modelo de banco de dados, oficina sobre o novo modelo de banco de dados, importação, estruturação e integração das bases do Spaece, e elaboração do material instrucional sobre o ambiente de produção de relatórios.

A iniciativa de oferta de ensino a Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional não teve execução física/financeira no biênio, considerando que os cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem carga horária mínima total de 2.400 horas; esta carga horária não é atrativa para o público da EJA, o qual, em parte, já se encontra inserido no mercado de trabalho, motivo pelo qual não foi disponibilizada sua oferta nos Centros de Educação de Jovens e Adultos.

Na execução orçamentária do biênio, percebeu-se que houve um crescimento de 6,68%, entre 2016 e 2017, no que se refere à execução orçamentária prevista, com uma tendência positiva nessa execução, tendo em vista o empenho de 91,18% do orçamento previsto para 2017. Os recursos foram aplicados principalmente na construção, ampliação e reforma de escolas, implantação de laboratórios técnicos, aquisição de equipamentos, mobiliários e material didático, pagamento de bolsa estágio e manutenção da rede, incluindo fardamento e alimentação.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Para que o programa alcance seu objetivo de promoção do desenvolvimento do estado por meio da inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior, faz-se necessário a superação dos seguintes desafios:

- asseguração da oferta de Ensino Médio articulada à educação profissional;
- ampliação do acesso ao Ensino Médio, com ênfase na expansão da oferta de ensino articulada à educação profissional;
- universalização do atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, elevando a qualidade da educação dos alunos da rede pública no Ensino Médio no que tange ao fluxo escolar e desempenho;
- garantia de estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado;
- capacitação dos professores, utilizando a Base Nacional Comum Curricular, numa visão integrada e multidisciplinar dos conteúdos; e
- oferta de cursos na forma integrada à educação profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo a um público diferenciado o direito à escolarização básica em igualdade de condições.

PROGRAMA 058 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Programa tem como objetivo contribuir para a qualificação de jovens e adultos aumentando suas oportunidades de emprego e renda, tendo como público-alvo jovens e adultos.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	38.150.192,11	27.227.334,91	71,37
2017	42.736.988,54	32.593.110,19	76,26
Total	**80.887.180,65**	**59.820.445,10**	**73,96**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional	Unidade de Ensino Modernizada (2)	Sim	unidade	18	9	14	38	14(3)	38
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada	Bolsa Concedida	Não	unidade	10	0	10	0	10	0
	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	12.860	12.424	13.380	10.969	26.240	23.393
Promoção da qualificação profissional em nível técnico	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	2.807	308	3.428	2.652	6.235	2.960
Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	968	193	1.128	73	2.096	266
Promoção da qualificação profissional em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	7.370	0	3.978	3.127	11.348	3.127

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019, como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.
(3) Valor da reprogramação corrigida para 2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa apresenta cinco iniciativas prioritárias que vão desde a modernização dos equipamentos laboratoriais nas Unidades de Ensino Profissional até a promoção e a qualificação profissional de jovens e adultos, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

A execução da iniciativa de melhoria da estrutura das unidades de educação profissional ultrapassou a meta estabelecida para o biênio em 171,42%: de 14 unidades propostas, foram equipados 38 CVTs, nas 14 macrorregiões do estado; envolveu, ainda, a aquisição

de equipamentos para os laboratórios do Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC), em Caucaia.

A iniciativa relacionada à promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada viabilizou a qualificação de 23.393 pessoas nas 14 macrorregiões do estado no biênio 2016-2017 por meio do Contrato de Gestão celebrado com o Instituto Centec e demais cursos ofertados pelo Estado. Em termos percentuais, a execução foi de 89,15% da meta de 26.240 pessoas capacitadas.

Quanto ao produto Bolsa Concedida, que seria executado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, este foi inviabilizado devido à não concretização da referida parceria.

A iniciativa da promoção da qualificação profissional em nível técnico viabilizou a qualificação de 2.960 pessoas no biênio 2016-2017, graduando novos profissionais para o Estado do Ceará. Por sua vez, a iniciativa de promoção da qualificação profissional em nível tecnológico viabilizou a graduação tecnológica de 266 pessoas no biênio nos cursos ofertados pelas Faculdades Tecnológicas (Fatec), sediadas no Cariri e Sertão Central, fortalecendo a graduação tecnológica nas macrorregiões citadas.

Cabe ressaltar, em relação às iniciativas acima, que a meta prevista para o biênio se referia ao número de matriculados, e não ao número de capacitados, que é, de fato, o que representa o produto dessas iniciativas, gerando uma distorção deficitária no percentual de execução. A iniciativa de promoção da qualificação nos cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação visa oferecer formação complementar em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC com ênfase no protagonismo juvenil, aos educandos do Ensino Fundamental, médio e egressos da rede pública estadual. No período em análise, o Projeto E-Jovem capacitou 3.127 pessoas. Esclarece-se que, no período correspondente à 2016, ainda estava sendo aguardada definição para implementar as ações do Projeto E-Jovem, o que não aconteceu em tempo hábil, inviabilizando a execução nesse período.

No período em análise foram empenhados 73,96% dos recursos programados no orçamento, havendo um crescimento de 6,41% de execução no ano de 2017 em relação ao ano anterior, o que se refletiu na execução das ofertas apresentadas neste programa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Articular a educação profissional com o mercado de trabalho exige a implementação de ações que envolvam os atores responsáveis pelo seu desempenho, como: estudos regionalizados de demandas de mercado, para melhor direcionar os cursos; equipamentos educacionais modernos, que atendam às suas especificidades; atualização das grades curriculares; divulgação e informação sobre a oferta de cursos e suas práticas profissionais, dentre outras. Cita-se, ainda, o fomento ao empreendedorismo como foco indutor ao desenvolvimento de novos negócios, alavancando a geração de renda e riqueza para o Estado.

TEMA – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de força de trabalho (manual e intelectual) qualificada do país ou região. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, resulta essencialmente da geração e difusão do conhecimento nas áreas de P&D das empresas, dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como indutor da geração de conhecimento por intermédio da oferta de Ensino Superior de qualidade e mediante programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

As universidades estaduais do Ceará – Uece, Urca e UVA – são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há novos desafios no horizonte.

O resultado esperado neste tema estratégico é a educação superior consolidada e articulada com as necessidades sociais. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Índice de qualificação docente	índice	3,77	3,48	3,67	3,72
Número de Graduados	Nº	4.026	3.879	3.509	3.665
Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior	Nº	769	255	255	295
Número de Pós-Graduados *Stricto Sensu*	Nº	400	667	669	631
Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no Ensino Superior	%	48,28	54,55	55,60	59,82
Produção acadêmica	Nº	7.309	6.410	8.374	7.696
Taxa de Sucesso na Graduação	%	46,4	46,76	49,30	48,36

Fonte: Secitece

O indicador "Índice de qualificação docente" apresenta em sua séria histórica uma leve variação crescente de 1,36%, ocasionada pela nomeação de novos professores, cujas titulações de mestres, doutores e pós-doutores influenciam na elevação do índice. Dentre as ações e investimentos do Governo do Ceará que contribuíram para a qualificação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior (IES), destacam-se: nomeação de 138 professores para os cursos de graduação na Universidade Estadual do Ceará (Uece) e na Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva); realização do concurso público para professor efetivo assistente e adjunto da Uva, com 29 vagas; e implantação de novos cursos de mestrado e doutorado - Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter).

No biênio em análise (2016-2017), após atualização dos dados pelas IES participantes do indicador "Número de Graduados", observa-se um decréscimo de 10,18% em relação ao período anterior (2014-2015), justificado pelas alterações no calendário acadêmico, prejudicado pelo período de greves. Ressalta-se, porém, que as matrículas em 2017 apresentaram crescimento de 21,64% em relação ao ano anterior, demanda significativa que exigiu esforços do Governo do Ceará e gestores em garantir aos estudantes a normalização do calendário letivo.

O indicador "Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de Ensino Superior" manteve-se constante nos anos de 2015 e 2016, com 255 grupos cadastrados, e retomou o crescimento em 2017, ampliando para 295 grupos (15,38%). Destacam-se na contribuição para este indicador, ações de incentivo, como: concessão de bolsas pelas agências de fomento; ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; apoio técnico e financeiro às pesquisas; apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; e ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação.

O indicador "Número de pós-graduados *Stricto Sensu*" manteve um crescimento regular na séria histórica, com leve queda em 2017, em torno de 5,68%. Esse comportamento decorre de ações de fomento à pós-graduação, entre as quais destacam-se a oferta de novos cursos stricto e lato sensu, melhorias na infraestrutura de equipamentos de pesquisa, apoio técnico à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, bem como crescimento na oferta de bolsas pelas instituições de fomento.

No cômputo geral, o indicador "Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no Ensino Superior" vem apresentando evolução significativa ao longo do período analisado, registrando um aumento de 11,54 pontos percentuais de 2014 a 2017. Dentre as ações que mais impactaram neste resultado, estão os investimentos nos equipamentos das IES públicas estaduais, por meio do estabelecimento de relações mais sustentadas entre a universidade e a sociedade. Destaca-se, ainda, a expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com cursos de graduação e pós-graduação lato sensu ofertados à distância, beneficiando os municípios de baixo IDH e contribuindo para a expansão do Ensino Superior em regiões de vulnerabilidade.

O desempenho em 2017 do indicador "Produção Acadêmica" resultou em 7.696 publicações, correspondendo a uma variação positiva de 5,29% entre os anos extremos, 2014-2017, número que se aproxima da média dos últimos anos da série histórica. Dentre as ações que contribuem para o desempenho do indicador, destacam-se o apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas, e, especialmente, o incremento na concessão de bolsas de pós-graduação pelas instituições de fomento à pesquisa, particularmente Capes e Funcap.

O indicador "Taxa de Sucesso na Graduação" fornece o percentual de alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão previsto. No geral, as matrículas nos cursos de graduação nas instituições de educação superior públicas atuantes no Ceará apresentaram um

comportamento equilibrado nos anos em análise. Apesar do atraso do calendário acadêmico decorrente de greves em algumas universidades, o indicador teve em geral uma variação positiva ao longo do período, aumentando 1,96 pontos percentuais entre 2014 e 2017.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ENSINO SUPERIOR:

PROGRAMA 071 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa tem como objetivo elevar o nível de escolarização da população cearense estruturando o sistema estadual de educação superior, em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, tendo como público-alvo instituições de Ensino Superior, comunidades acadêmicas, agências de fomento e organizações de formação tecnológica.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	101.513.625,76	81.167.897,30	79,96
2017	101.969.838,36	85.644.224,38	83,99
Total	**203.483.464,12**	**166.812.121,68**	**81,98**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior	Vaga Ofertada	Não	unidade	9.236	4.929	9.013	7.974	9.236	7.974
Ampliação da formação em pós-graduação *Stricto Sensu*	Bolsa Concedida(2)	Não	unidade	1.450	1.840	1.690	1.624	3.140	3.464
	Vaga Ofertada (2)	Não	unidade	818	1.989	2.204	3.332	3.022	5.321
Melhoria da estrutura das instituições de Ensino Superior	Universidade Estruturada	Não	unidade	13	7	15	7	15	7
Manutenção da oferta dos serviços de Educação Superior de qualidade à sociedade	Universidade Mantida	Não	unidade	13	11	15	14	15	14
Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social	Aluno Beneficiado (2)	Não	unidade	2.072	4.281	3.630	7.976	5.702	12.257
Ampliação das ações de extensão das IES Estaduais	Pessoa Beneficiada	Sim	unidade	212.764	252.119	238.067	289.627	450.831	541.746
Expansão das atividades acadêmicas do Geopark Araripe	Pessoa Beneficiada	Sim	unidade	30.000	295	500	12.100	30.500	12.395

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019 como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa contempla iniciativas voltadas aos três pilares do Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado abaixo.

A iniciativa de ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior, possibilitou no período em análise a oferta de 12.903 vagas nos cursos de graduação, ministrados em seus campi da capital e interior do estado, ressaltando, nesse contexto, as macrorregiões: Grande Fortaleza, Cariri, Centro-Sul e Sertão de Sobral, onde estão sediadas, respectivamente, Uece, Urca, Multi-institucional de Iguatu e Uva.

Também por meio das três universidades públicas estaduais (Uece, Urca e Uva), a iniciativa de ampliação da formação em pós-graduação stricto sensu ofertou no biênio 5.321 vagas nos cursos de mestrado e doutorado, superando em 76,07% a meta estabelecida, e concedidas pela Funcap, 3.464 bolsas, 1,03% superior à meta.

A iniciativa de melhoria da estrutura das instituições de Ensino Superior programou, para o biênio em análise, estruturar 15 equipamentos pertencentes às três universidades estaduais (Uece, Urca e Uva), do que foi executado 46,66%, envolvendo: melhorias nos campi do Itaperi e Fátima, em Fortaleza e Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, em Quixadá; reforma do Salão de Atos e aquisição de acervo bibliográfico, no Cariri; conclusão da obra do Restaurante e da Residência Universitária; aquisição de acervo bibliográfico e reforma do Centro de Ciências Humanas, em Sobral; e, ainda, a conclusão do Multi-institucional de Iguatu, Campus/Uece/Urca.

A ampliação da assistência estudantil, direcionada em especial aos alunos em vulnerabilidade social, refere-se, principalmente, à concessão de Bolsas de Permanência Universitária, incluindo ainda os comensais dos Restaurantes Universitários, os beneficiados com Residência e demais Programas voltados à Assistência Estudantil. No período foram beneficiados 12.257 estudantes, 114,96% superior à meta prevista.

A iniciativa de ampliação das ações de extensão das IES estaduais beneficiou, no biênio, 541.746 pessoas, na capital e interior, em maior número nas macrorregiões da Grande Fortaleza, Cariri e Sertão de Sobral.

Por fim, dentre as atividades desenvolvidas no período para expansão das atividades acadêmicas do Geopark Araripe, destaca-se: GeoPark nas Escolas, Geopark Araripe na

comunidade, oficinas, palestras, capacitação e formação continuada da equipe e colônia de férias, beneficiando 12.395 pessoas. A instituição está empenhada em ampliar as ações de extensão e expansão das suas atividades em conformidade com as metas do PPA 2016-2019. O programa alcançou no biênio um volume de empenho correspondente a R$166.812.121,68 (81,98% dos recursos programados). Contribuíram com maior peso para o desempenho geral dessa execução orçamentária as ações referentes às universidades estaduais Uece, Urca e Uva e à Funcap.

PRINCIPAIS DESAFIOS

As universidades estaduais do Ceará – Uece, Urca e Uva – são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará, pois contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, os esforços de sustentabilidade dessas universidades têm sido grandes por parte do Governo Estadual, devido à crise vivenciada e à falta de garantias de recursos por parte do Governo Federal.

Destaca-se, ainda, outros desafios: a criação de um Sistema de Integração das Universidades Públicas Estaduais; a aproximação da Academia com o setor produtivo; e o direcionamento das pesquisas acadêmicas às demandas do estado.

Dentre todos os desafios existentes, ratifica-se o maior deles: ampliar o acesso à educação superior com a oferta integrada de qualidade no Sistema Estadual, priorizando a população mais vulnerável.

TEMA – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A produção do conhecimento científico acompanhou a trajetória do desenvolvimento social e, a cada momento da história, até a atualidade, iluminou as necessidades humanas na resolução das suas necessidades concretas e na elucidação das manifestações mitológicas e míticas. A atividade da pesquisa científica é um instrumento indispensável para a formação da inteligência necessária à busca do êxito das nações e dos povos.

O princípio é, portanto, o reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e a afirmação do empenho em fomentar o seu desenvolvimento em nosso Estado.

Todavia, o conhecimento científico, sua utilização por meio da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação, supera-se e ocupa posição tão central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI, quanto aquelas que, na vanguarda do desenvolvimento, são descritas como "sociedades do conhecimento".

O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu impacto na economia é a inovação, que consiste na possibilidade de transformação do conhecimento em riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, pode apresentar-se como efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o *locus* do encontro do setor produtivo com sua produção científica. Esse encontro será patrocinado pela mediação do Estado, mediante uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um sistema de inovação para o Estado do Ceará, centro da estratégia de desenvolvimento. Para tanto, deve ser concebido de forma ampla, contemplando a pesquisa básica e sua aplicação no setor produtivo, e a qualificação profissional propiciada pelos institutos técnicos, instituições de ensino profissionalizante, de Ensino Superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados. Os Governos Estadual e Federal já possuem um bom lastro de realizações com esse conteúdo, avançando-se bastante no sentido da interiorização do sistema.

O resultado esperado neste tema estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no Sistema Estadual de Inovação, na produção e difusão científica e tecnológica. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Número de bolsas no setor produtivo apoiado	Nº	-	-	1.690	1.659
Número de depósitos de propriedade intelectual	Nº	5	25	13	28
Número de empresas atendidas com serviços e inovações	Nº	1.024	248	859	630
Número de empresas graduadas	Nº	54	54	14	45
Número de empresas incubadas	Nº	25	28	20	19
Percentual de Investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB estadual	%	-	-	0,0039	0,0042
Percentual de domicílios com acesso à Internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acessos por 100 hab)	%	21,35	22,01	21,37	24,65

Fonte: Secitece e Seplag

O indicador "Número de bolsas no setor produtivo apoiado" iniciou sua mensuração em 2016 e representa o total de bolsas concedidas nas modalidades iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisador com pós-doutorado, direcionados a projetos realizados nas empresas em colaboração com as Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs). Ressalta-se que, no ano de 2017, o Governo lançou o Programa InovaFIT, desenvolvido pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), visando o estímulo e a colaboração entre o setor empresarial e a pesquisa científica. O Programa ainda não teve tempo hábil para impactar positivamente na ampliação dos resultados. É importante registrar que o decréscimo no indicador foi apenas de 1,83%, e que manter o número de bolsas representa garantir avanços para a CT&I.

O indicador "Número de depósitos de propriedade intelectual" mede a quantidade de tecnologias que possuem real possibilidade de chegar à sociedade, gerando renda em toda cadeia do desenvolvimento. Os pedidos de patentes são apoiados pela Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica – REDENIT/CE, que, após o estudo de sua patenteabilidade, são encaminhados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) para análise e emissão de carta patente, quando aprovados, sendo esse um processo demorado (em torno de 18 meses). Em 2017, foram realizados 28 pedidos, sendo seis de registro de marcas, seis de software e 16 de pedidos de registro de patentes.

Apesar da contenção de gastos existentes no cenário federal, o Estado do Ceará empenha-se no apoio às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que se refletiu no crescimento de 36,66% no número de depósitos de propriedade intelectual realizados ao se comparar os biênios 2014-2015 e 2016-2017. O número de pedidos de patentes solicitados é um indicativo do nível de inovação e do esforço de investimento do Governo.

O indicador "Número de empresas atendidas com serviços e inovações" mede a quantidade de empresas atendidas com a melhoria de processos, produtos, serviços e/ou desenvolvimento de conhecimentos e informações. A série histórica aponta um decréscimo em torno de 38,47%, levando-se em consideração os anos extremos (2014 – 2017). Ainda em 2014, dois grandes Programas apoiados pela Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec) - Peiex e Sibratec, alavancaram os números do indicador. A partir de sua conclusão, houve um decréscimo expressivo em 2015, porém, com incentivo do Governo do Estado do Ceará, inicia-se uma recuperação por meio do lançamento de novos editais voltados para inovação nas empresas, pela modernização dos Laboratórios do Nutec e, ainda, pela reestruturação da Incubadora de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (IncubaUece).

O indicador "Número de empresas graduadas" computa a quantidade de empresas que passaram por todas as fases de processo de incubação e estão aptas para atuar no mercado de forma competitiva. Observa-se que a série histórica 2014 a 2017, embora apresente um decréscimo de 17% entre seus extremos, mostra um crescimento do indicador no último ano, sinalizando uma possível retomada dos investimentos nessa área. A incidência do fenômeno empreendedorismo nas empresas, aliado à capacidade de gestão, apresenta-se como uma característica imprescindível na atualidade para se alcançar o sucesso em um negócio.

O indicador "Número de empresas incubadas" consiste em medir o número de empresas que tiveram estímulo e apoio nos processos de geração, consolidação e expansão de micro, pequenas e médias empresas inovadoras. O Estado do Ceará vem incentivando o desenvolvimento tecnológico, por meio da Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará – RIC. O indicador apresenta 19 empresas incubadas no ano de 2017, incentivando-se a competitividade e qualidade de seus produtos. A série histórica 2014 a 2017 apresenta uma leve variação decrescente inerente ao processo natural da incubação.

O Indicador "Percentual de Investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB estadual" contabiliza quanto o governo tem destinado à pesquisa, inovação e formação de recursos humanos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Estado. O cálculo do indicador para o último biênio, 2016-2017, foi reformulado em relação aos recursos orçamentários investidos em CT&I, tendo sido nesse último biênio consolidados

apenas os valores do sistema Secitece (Nutec, Centec, Funcap, Uece, UVA, Urca) em relação ao PIB do Estado. Nesse contexto, registra-se um aumento em torno de 7,48% nos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado do Ceará em 2017, o que se refletiu na evolução desse indicador em 0,0003 ponto percentual.

O percentual de 24,65% alcançado em 2017 no indicador "Percentual de domicílios com acesso à Internet por Banda Larga Fixa", baseado na última publicação disponibilizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, indica um expressivo incremento na densidade de domicílios com acesso a internet por meio de Banda Larga no Estado. Para efeito de comparação, a evolução da série histórica apresenta um aumento de 3,3 pontos percentuais entre os anos de 2014 e 2017.

Este resultado demonstra que todo o investimento realizado em infraestrutura de fibra óptica implantada em mais de 100 municípios do Estado do Ceará, combinado com as ações de fomento e envolvimento de provedores locais desenvolvidas pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, está dando retorno positivo, possibilitando que mais cidadãos possam ter acesso a uma internet de qualidade e bom desempenho. Vale ressaltar que o percentual atingido pelo Ceará é muito superior à média do Nordeste, que atualmente é de 19,07%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROGRAMA 061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará, tendo como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores, incubadoras, empresas, empreendedores, cadeias produtivas, associações e cooperativas.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	250.582.618,44	32.013.137,33	12,78
2017	202.862.861,78	90.323.987,69	44,52
Total	**453.445.480,22**	**122.337.125,02**	**26,98**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção de ações voltadas à consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará	Plano Elaborado	Não	unidade	0	0	1	1	1	1
Melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)	Unidade de CT&I Estruturada	Sim	unidade	8	2	4	3	12	5
Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	13.300(2)	350	185	400	13.485	750
Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação	Evento Realizado	Sim	unidade	84	48	99	46	183	94
Melhoria da competitividade das empresas e da qualidade de seus produtos	Produto Certificado	Sim	unidade	3	14	7	6	10	20
Ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação	Projeto Apoiado	Sim	unidade	40	50	28	124	68	174
Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos	Arranjo Produtivo Apoiado	Não	unidade	30	13	40	5	40	18
Apoio à geração e ampliação de energias renováveis	Projeto Apoiado	Sim	unidade	5	3	8	6	13	9

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) Houve um equívoco no preenchimento da programação de 2016. O valor correto era 185, o mesmo colocado para 2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Promoção de ações voltadas à consolidação do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará" apresenta, no período em análise, a entrega do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e o estudo de viabilidade para criação de um Parque Tecnológico, com o propósito de criar uma infraestrutura que favoreça o encontro de conhecimentos, ideias e projetos inovadores, capazes de impulsionar o desenvolvimento do Estado.

Em relação às melhorias de estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), estas ocorreram nos Laboratórios de Robótica e Prumo Alimento, de Rochas Ornamentais e de Inspeção e Segurança Veicular na Fundação Nutec.

A ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, por sua vez, promoveu a capacitação de 750 jovens em empreendedorismo e inovação para criação de negócios de base tecnológica através do Projeto Agentes Digitais.

A iniciativa "Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação" ofertou 94 eventos, com destaque para o Projeto Ciência Itinerante, com o uso do laboratório móvel para demonstrações de experimentos científicos, além dos *workshops* na preparação do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e nas atividades do observatório de CT&I, finalizando com a realização da I Feira do Conhecimento em 2017, dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação.

A iniciativa "Melhoria da competitividade das empresas e da qualidade de seus produtos" refere-se à capacidade de desenvolver e incorporar inovações continuadas de processos, produtos e serviços como mecanismo de expansão e consolidação de negócios. No período analisado, foram efetivados pela Fundação Nutec quatro pedidos de registro de patente e 16 pedidos de registro de marca, ultrapassando a meta em 100%.

Sobre a ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, destaca-se a execução de projetos que promovem a formação e melhoria da qualidade de atenção da saúde do Ceará no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Registra-se, no biênio 2016-2017, o apoio a 21 projetos pela Fundação Nutec e 153 pela Funcap, esses, decorrentes do PPSUS e do Pronex.

A iniciativa de "Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos" ofertou o apoio

a 18 comunidades com Arranjos Produtivos Locais (APL) nas cadeias produtivas do Caju e Pedra Cariri, através de aquisições de equipamentos, realização de consultorias e reforma do prédio que abrigará o Centro de Tecnologia Mineral do Cariri, beneficiando as Macrorregiões do Cariri, Grande Fortaleza, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu e Maciço do Baturité.

Acerca do apoio à geração e ampliação de energias renováveis, no biênio 2016-2017, foram apoiados tecnicamente, pela Nutec, nove projetos de implantação de usinas fotovoltaicas nos equipamentos públicos: Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC), em Caucaia; Universidade Estadual do Ceará (Uece), no campus do Itaperi; Campus Multi-institucional, de Iguatu; e sede da Fundação Nutec.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os diversos desafios do programa, incluem-se: a consolidação do Parque Tecnológico no estado do Ceará; a ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Estado, por meio de convênios com agências federais de fomento; a ampliação do número de pessoas capacitadas na área de CT&I, contribuindo para a inclusão digital e o empreendedorismo; a modernização das estruturas das Unidades de Serviços de CT&I, ampliando assim a qualidade dos produtos e serviços e a competitividade das empresas; a ampliação da divulgação da Ciência para a população do estado, em especial aos estudantes do interior; a ampliação do fortalecimento do uso de energias renováveis no estado; e a ampliação das demandas associadas à proteção da propriedade intelectual, envolvendo marcas e patentes.

Destaca-se, por fim, que todos esses desafios pontuais convergem para o maior deles: integrar, difundir e dinamizar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, para alcançar o reconhecimento do Ceará como estado inovador.

PROGRAMA 063 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo promover o acesso de qualidade à informação digital, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e incrementando a inclusão digital da população cearense, tendo como público-alvo órgãos e entidades governamentais, instituições privadas e a população cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	28.025.406,27	24.722.916,94	88,22
2017	31.704.915,52	27.748.484,26	87,52
Total	**59.730.321,79**	**52.471.401,20**	**87,85**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Manutenção da infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará	Cinturão Digital Mantido	Não	unidade	1	1	1	1	1	1
Ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação	Município Conectado	Sim	unidade	15	3	22	20	37	23
Expansão da infraestrutura do serviço de telefonia móvel com acesso a internet	Distrito Municipal Conectado	Sim	unidade	180	0	180	154	360	154

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) vem gerenciando e mantendo o Cinturão Digital (CDC) com a parceria de empresas contratadas para manutenção de fibra ótica, de enlaces de rádios, torres e mastros, bem como do Sistema DWDM (estações que compõem o Backbone de fibra óptica do CDC).

No período 2016-2017 foram interligados 23 novos municípios dos 37 previstos em meta ao Cinturão Digital do Ceará (CDC), atendendo, aproximadamente, 1.100 unidades de governo. A manutenção vem ocorrendo como prevista em todos os municípios já conectados, o que contribuiu para o alcance da execução de 87,85% dos recursos programados para o biênio.

A ampliação e a melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação ocorreram a passos lentos no ano de 2016 devido a dificuldades na liberação dos recursos financeiros do convênio celebrado entre o Governo do Ceará e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o que acarretou atrasos na execução dos serviços previstos para o ano. Com a liberação do uso dos recursos em meados de 2016, os processos de execução puderam ser iniciados, gerando um resultado satisfatório em 2017. Entretanto, o resultado final foi insuficiente para alcançar a meta estabelecida para o biênio.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Destaca-se como desafio no âmbito deste programa a criação e disponibilização de novos serviços de tecnologia da informação e comunicação. Os novos serviços de TIC se beneficiam da infraestrutura do Cinturão Digital para estarem disponíveis a todos os órgãos da Administração Pública Estadual e setor privado em praticamente todo território estadual. Serviços como VoIP, Computação em Nuvem e Videomonitoramento foram concebidos durante o ano de 2016 e tiveram implementação iniciada no ano de 2017, a qual deverá ser ampliada nos anos subsequentes. Vale salientar que estes serviços potencializam o uso da infraestrutura da rede implementada do CDC.

TEMA – CULTURA

A Cultura é um dos traços definidores do ser humano. É identidade, é pensamento, é criatividade, é expressão, é sentimento de pertença e de reconhecimento, definindo aspectos fundamentais da estruturação das sociedades e constituindo-se na fotografia do perfil civilizatório e nuances de um povo e de uma nação.

O conceito contemporâneo, orientado para o campo da Economia da Cultura, abraça noções de economia cultural, economia criativa e também da economia do conhecimento. Do ponto de vista antropológico, envolve as linguagens artísticas e as ações, a fala, a brincadeira, os sonhos, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco adota uma definição adequada ao planejamento de políticas culturais: "o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos".

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, no mesmo patamar de outros direitos

essenciais, o direito à cultura é uma prerrogativa da cidadania para cuja concretização o Poder Público tem um importante papel. É missão do Estado contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais pela população, garantindo democratização do acesso aos bens e serviços culturais, reconhecendo e apoiando práticas e expressões culturais, possibilitando a permanência e a ampliação da diversidade cultural cearense.

O Ceará comemorou, em 2016, os 50 anos de sua Secretaria da Cultura, a primeira de todo o Brasil, confirmando o espírito pioneiro, inovador e inventivo do cearense. O tema Cultura se destaca na agenda do Governo do Estado do Ceará, a partir de cinco novas percepções:

- a percepção simbólica, que consiste em mobilizar e encantar as pessoas em sua diversidade cultural cearense como elemento de autoestima, empoderamento, pertencimento e crença no futuro, a partir da valorização de suas próprias culturas e expressões artísticas;
- a percepção política, que implica inserir a cultura na agenda social, política e institucional do Governo;
- a percepção econômica, alinhada em reconhecer o papel da cultura como vetor de desenvolvimento econômico, dinamizando vocações, arranjos e o empreendedorismo cultural criativo na geração de trabalho, distribuição de renda e no desenvolvimento sustentável do Estado;
- a percepção urbana, voltada para beneficiar os municípios com programação cultural e infraestrutura de equipamentos na requalificação urbana, no convívio e no restabelecimento da confiança social da população cearense; e
- a percepção da transversalidade da cultura, posicionando-a como vetor de transformação nas ações estratégicas do Governo, qualificando programas e equipamentos de outras pastas em ambientes de inovação, criação, produção e de mudança cultural para uma sociedade do conhecimento.

A defesa das percepções que fundamentam as ações da cultura implica em desenvolvimento e qualificação daquilo que é primordial na política cultural: o acesso aos bens e serviços culturais, o fomento à criação e circulação das artes e a promoção da memória e do patrimônio cultural. Destacar o Ceará como uma sociedade do conhecimento consiste em situá-lo como um Estado da Cultura. Um Estado que, ao mesmo tempo em que celebra os 50 anos da Secult, posiciona o tema Cultura como política central para o desenvolvimento inovador, criativo, sustentável e humano do Ceará e de sua gente, com grande potencial gerador de ocupações e emprego.

O resultado esperado neste tema estratégico é a cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir.

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Índice de acesso a bens e serviços culturais	%	17,95	20,25	24,3	22,20
Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais	%	72,83	72,83	74,46	74,46
Percentual de municípios com Sistema Municipal da Cultura implantado	%	66,8	66,85	66,85	78,26

Fonte: Secult

Com relação ao "Índice de acesso a bens e serviços culturais", este registrou em 2017 o percentual de 22,20%, onde o número total de acessos foi de 1.876.587 de pessoas. Apesar de o indicador ter evoluído 4,05 pontos percentuais entre 2014 e 2017, houve uma queda de -2,10 pontos percentuais em relação a 2016. Essa involução foi motivada pelo fato de parte dos equipamentos culturais do Estado estarem em reforma: o anexo do Theatro José de Alencar paralisou as atividades no primeiro semestre até reabertura para o público; o Arquivo Público do Ceará e o Museu da Imagem do Som (MIS) passam por ampla reforma, com atividades restritas; e a Casa Juvenal Galeno passou também por obras de manutenção no primeiro semestre. Essas reformas qualificam esses espaços para uma melhor democratização da política pública de cultura, demonstrada pelo crescente número de pessoas que usufruem da programação ofertada pela rede de equipamentos da Cultura.

O "Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais" demonstra a forma como estão distribuídos esses equipamentos entre os 184 municípios das 14 regiões de planejamento do Estado. A importância dos equipamentos culturais reflete-se no fato de que, além de ofertarem programação artístico-cultural, 50% são tombados pelo patrimônio cultural.

Em 2017, verifica-se que o valor referente a este indicador manteve-se igual a 2016, pois não houve entrega de novos equipamentos, apenas com a requalificação dos existentes. Entretanto, para o ano de 2018, há uma perspectiva de crescimento devido à concretização dos repasses de recursos para o projeto Escolas da Cultura e à entrega para a sociedade de pelo menos cinco salas de cinema em cinco municípios.

O indicador "Percentual de municípios com Sistema Municipal da Cultura implantado" apresentou em 2017 uma evolução de 11,46 pontos percentuais em relação a 2014, devido

ao acréscimo de mais 21 municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SNC/MinC), bem como pelas ações de fortalecimento do sistema estadual e municipal, atrelado à aprovação do Plano Estadual da Cultura, que traçou diretrizes relevantes e impactou no bom desempenho do indicador.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CULTURA:

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

O Programa tem como objetivo democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado, tendo como público-alvo profissionais, artistas, produtores, grupos, coletivos e realizadores que compõem as cadeias criativa, produtiva e mediadora das diversas linguagens artísticas e dos segmentos do campo cultural, povos e comunidades tradicionais, estudantes e arte-educadores, gestores públicos e privados, investigadores e pesquisadores e a população em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	97.943.205,27	67.747.924,81	69,17
2017	117.804.654,00	79.482.787,36	67,47
Total	**215.747.859,27**	**147.230.712,17**	**68,24**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação das ações culturais na linguagem da música	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	62	87	100	416	162	503
Ampliação das ações culturais na linguagem da dança	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	13	41	24	131	37	172
Ampliação das ações culturais na linguagem do teatro	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	14	193	140	265	154	458
Ampliação das ações culturais na linguagem do audiovisual	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	19	47	40	29	59	76
Ampliação das ações culturais na linguagem da literatura	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	14	48	66	135	80	183
Ampliação das ações culturais na linguagem do circo	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	14	22	24	19	38	41
Formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais	Capa-citação Realizada	Sim	unidade	168	305	168	161	336	466

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento Cultural Implantado	Sim	unidade	4	2	9	0	13	2
Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens	Equipamento Cultural Reformado	Sim	unidade	4	1	7	7	11	8
Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	2	0	1	1	3	1
Apoio à ampliação do acesso à leitura e literatura em bibliotecas municipais e coletivas	Acervo Adquirido	Sim	unidade	100.000	0	100.000	0	200.000	0
Ampliar o fomento as ações culturais e apoio a projetos culturais, previsto pela Lei 13.811	Projeto Cultural Apoiado	Sim	unidade	135	256	262	265	397	521
Promoção da acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência nos equipamentos culturais	Equipamento Cultural Reformado	Sim	unidade	4	0	5	0	9	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa, buscando democratizar o acesso aos bens e serviços e o uso dos equipamentos e espaços culturais, priorizou o investimento na requalificação dos equipamentos, nas programações culturais e no apoio a projetos por meio de Editais.

Nas iniciativas de ampliação das ações culturais nas linguagens da música, dança, teatro audiovisual, literatura e circo, o somatório das metas de apoio a projetos culturais para o biênio 2016-2017 chegou a um total 530 projetos, dos quais foram apoiados 1.433 por meio de editais, ultrapassando conjuntamente 170% do valor previsto para o período.

A política de editais contribuiu também para a iniciativa de ampliação do fomento a ações culturais e apoio a projetos culturais, previsto pela Lei 13.811, que teve uma previsão de 397 projetos culturais apoiados e alcançou 521, superando a meta em 31,23%.

Em relação à iniciativa de formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais, registra-se que o Estado dispõe de quatro equipamentos culturais considerados Escolas de Cultura, cujo objetivo principal é a capacitação de pessoas nas diversas linguagens culturais. São eles, a Escola Porto Iracema das Artes, o Centro Cultural Bom Jardim, A Escola Thomas Pompeu Sobrinho e a Escola Vila da Música, que iniciou suas atividades ainda em 2017. Estes equipamentos contribuíram expressivamente para o fortalecimento das ações de formações em arte e cultura, e possibilitaram a superação da meta prevista para o biênio em 38,7%.

Na iniciativa de ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens, atingiu-se apenas 15,38% da meta programada, com a entrega da Escola de Música do Crato e do Memorial Cego Aderaldo. As salas de cinema do projeto "Cinemas nas Cidades" não foram executadas no período devido a atrasos no andamento dos processos licitatórios, resultando na reprogramação dessas entregas para 2018.

A iniciativa "Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens" atingiu 72% da meta do biênio. A meta não foi atingida devido à não entrega da reforma e das manutenções preventivas para os equipamentos Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Museu da Imagem e do Som e Arquivo Público do Ceará.

Quanto à iniciativa "Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura", foi realizado apoio a apenas um projeto cultural em 2017, que foi a XII Bienal Internacional do Livro do Ceará, com público de mais de 450 mil pessoas. O evento gerou 3.100 empregos diretos e indiretos, com 350 editoras presentes, distribuídas em 110 estandes, trazendo à Bienal cerca de 80 mil títulos, com 168 autores.

A iniciativa de apoio à ampliação do acesso à leitura e literatura em bibliotecas municipais e coletivas não foi realizada devido à reforma da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, na qual se discutia um novo projeto de redesenho da atuação e de layout da biblioteca; com isso, não foram realizadas as aquisições de livros.

A iniciativa "Promoção da acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência nos equipamentos culturais" não foi realizada devido à não priorização das atividades específicas voltadas para acessibilidade, apesar do convênio com o Ministério da Cultura com objetivo de melhorias no Theatro José de Alencar, com a implantação de plataformas/elevador para deficientes. Está prevista também a implantação de um elevador para deficientes para o Arquivo Público.

Os entraves no desenvolvimento de algumas iniciativas afetaram de certo modo a execução orçamentária do programa, que ficou em 68,24% no biênio. Ainda assim, o volume de recursos aplicados no período foi suficiente para superação de muitas metas estabelecidas, contribuindo para o bom desempenho do programa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios do programa estão relacionados à realização de uma articulação massiva junto ao Governo Federal com vistas a garantir recursos para as políticas de editais para apoio aos projetos, considerando a baixa arrecadação do Fundo Estadual de Cultura (FEC).

Destaca-se, também, como ação relevante para potencializar os resultados do programa, a realização de uma efetiva gestão para resultados por meio da priorização de projetos estratégicos, o que se materializa, atualmente, por meio da assinatura de um Acordo de Resultados no âmbito do Poder Executivo.

PROGRAMA 045 - PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

O Programa tem como objetivo preservar, restaurar, ampliar e difundir a memória e o conjunto dos bens móveis/acervos e imóveis do patrimônio material e imaterial de interesse histórico e artístico-cultural cearense para o fortalecimento de suas expressões e manifestações de identidades e de diversidade cultural, tendo como públicos-alvos: mestres da cultura tradicional popular; grupos tradicionais populares; artistas e produtores culturais; gestores municipais e de equipamentos culturais; e população em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	1.302.590,00	956.065,00	73,40
2017	2.360.976,00	1.973.453,00	83,59
Total	**3.663.566,00**	**2.929.518,00**	**79,96**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado	Equipamento Cultural Reformado	Sim	unidade	5	3	5	0	10	3
Realização de eventos de promoção e divulgação do patrimônio de interesse histórico, artístico e cultural do Estado	Evento Realizado	Sim	unidade	4	4	6	0	10	4
Promoção de ações de valorização dos Tesouros Vivos da Cultura Cearense	Projeto Cultural Apoiado	Não	unidade	91	59	72	58	91	59
Ampliação dos eventos de educação museal e patrimonial	Evento Realizado	Sim	unidade	2	6	2	4	4	10
Promoção da conexão de saberes e fazeres patrimoniais	Evento Realizado	Sim	unidade	1	2	1	1	2	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa de preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado teve baixa execução no período devido à não finalização das obras de reforma e manutenção preventivas das áreas tombadas do Teatro José de Alencar, Casa Juvenal Galeno, Museu da Imagem e do Som, assim como da restauração dos bens agregados da Catedral da Prefeitura de Sobral. O não lançamento do Edital do Patrimônio também contribuiu para a baixa execução da meta.

Na ampliação dos eventos de educação museal e patrimonial, as metas previstas foram superadas em 150%, influenciado pela atuação do Sistema Estadual de Museus (SEM/CE) nas ações realizadas no Museu do Ceará, em parceria com entidades da sociedade civil, com destaque para o evento "Planejamento para recepção de público em museus".

A iniciativa de "Promoção de ações de valorização dos Tesouros Vivos da Cultura Cearense" é uma ação continuada de repasse de auxílio financeiro concedido por lei e, em conjunto com a iniciativa de promoção da conexão de saberes e fazeres patrimoniais, registrou resultados positivos por meio da realização das ações dos Encontros Mestres do Mundo, com um grande marco para os Mestres da Cultura em 2016, que foi a concessão do Título de Notório Saber em Cultura Popular aos 58 Mestres da Cultura cearenses.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios do programa estão relacionados à articulação junto ao Governo Federal com vistas a garantir recursos para projetos de preservação do patrimônio material e imaterial, assim como a priorização de projetos estratégicos para o alcance dos objetivos do programa, como o Edital do Patrimônio.

PROGRAMA 046 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo fortalecer institucionalmente o Sistema Estadual da Cultura, com vistas à qualificação de sua gestão, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento da cooperação com os órgãos municipais de cultura e a interação com os segmentos artísticos e culturais no Estado do Ceará, tendo como público-alvo gestores culturais dos setores público e privado e produtores culturais.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	10.000,00	0,00	0,00
2017	369.500,00	0,00	0,00
Total	**379.500,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura	Evento Realizado	Sim	unidade	64	36	2	2	66	38
Ampliação das atividades de estudo, pesquisa e base de dados culturais	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	1	1	1	0	2	1
Cooperação e apoio técnico aos municípios na implementação e consolidação de sistemas, planos setoriais e municipais de cultura	Município Apoiado	Sim	unidade	46	33	46	15	92	48
Apoio à formação/ capacitação em gestão e política cultural	Pessoa Capacitada	Não	unidade	150	130	150	40	150	130
Promoção da formação/ qualificação para conselheiros estaduais e municipais de cultura	Pessoa Capacitada	Não	unidade	50	138	50	76	50	138
Promoção da implementação e consolidação de sistemas e planos setoriais da cultura	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	6	1	2	0	8	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Apesar do programa não ter apresentado execução orçamentária, devido à não priorização de projetos para o referido programa, foi possível realizar a manutenção e funcionamento dos equipamentos e das ações finalísticas da Cultura com recursos do programa "Promoção do acesso e fomento à produção e difusão da cultura cearense" e com apoio do Ministério da Cultura.

A iniciativa de "Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura" atingiu 57% da meta no biênio, sendo que, em 2016, dos 64 eventos previstos, apenas 36 foram realizados, destacando-se, porém, nesse mesmo ano, a aprovação do Plano Estadual da Cultura.

A iniciativa de "Ampliação das atividades de estudo, pesquisa e base de dados culturais" ofertou a implantação do Mapa Cultural do Ceará em 2016, que é a plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento da Cultura no Estado do Ceará.

A iniciativa de "Cooperação e apoio técnico aos municípios na implementação e consolidação de sistemas, planos setoriais e municipais de cultura" conseguiu atingir 52,2% da meta no biênio. Em 2016, foram realizados dois eventos, envolvendo 33 municípios, atingindo 71% da meta programada; em 2017 atingiu-se apenas 32%, tendo em vista que em 2016 foi aprovado o Plano Estadual da Cultura, quando houve o redimensionamento das entregas a serem realziadas nos anos seguintes.

Nas iniciativas "Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural" e "Promoção da formação/qualificação para conselheiros estaduais e municipais de cultura", considera-se positiva a execução física, tendo em vista que a meta era capacitar 200 pessoas e foram capacitadas 268, superando a meta em 34%. Faz-se necessária uma análise conjunta dessas iniciativas pelo fato de contribuírem para o programa de formação de gestores culturais para implementação de planos setoriais municipais e estadual.

A iniciativa de "Promoção da implementação e consolidação de sistemas e planos setoriais da cultura", com execução física expressada na aprovação da Lei Nº. 16.026, em junho de 2016, que instituiu o Plano Estadual de Cultura do Ceará. Apesar da baixa execução quantitativa, no aspecto político essa realização é muito positiva. Com isso se fez necessário revisar e planejar novas ações para implementação e consolidação de sistema estadual de cultura e planos setoriais da cultura estadual e municipais.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O maior desafio para o programa refere-se à implementação das metas do Plano Estadual de Cultura do Ceará, para o que se faz necessário realizar as revisões das legislações vigentes, o acompanhamento e monitoramento das metas estabelecidas no Plano e a identificação de projetos e recursos a serem priorizados para obtenção de resultados mais expressivos para o programa.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 6

CEARÁ SAUDÁVEL

O Ceará Saudável contempla as políticas governamentais que enfatizam os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – SAÚDE

O Governo do Estado do Ceará reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto político em permanente construção, que demanda entendimentos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS por sua repercussão na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um ambiente saudável.

O SUS apresenta princípios e diretrizes voltados para assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, proteção e atenção à população, com prioridade para os grupos sociais mais carentes, de forma a consolidar um modelo de Atenção Integral à Saúde. Seu fundamento sociopolítico – institucional pressupõe uma rede de conselhos de saúde que garantem a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde.

Desta forma, na concepção do SUS, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

O Governo apresenta, desse modo, um compromisso com o fortalecimento do SUS e das Regiões de Saúde, no sentido de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliáveis e efetivo controle social, direcionando prioritariamente o financiamento para os serviços públicos de saúde.

Essa diretriz compreende avanços na implantação de Redes de Atenção à Saúde enquanto conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente. Pressupõe a valorização dos trabalhadores da Saúde e a integralidade da atenção humanizada e da vigilância efetiva.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população com saúde integral e de qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	%	63,30	67,00	68,90	70,20
Proporção de partos normais	%	42,20	43,30	42,30	43,00
Proporção de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos seguros	%	84,17	69,38	94,79	ND
Taxa de incidência de sífilis congênita	casos novos por mil nascidos vivos	9,4	9,6	10,3	11,50
Taxa de mortalidade específica por dengue	óbitos por 100 mil hab	0,6	0,8	0,30	0,31(1)
Número de óbitos específicos por leishmaniose visceral (calazar)	Nº	47	50	26	36
Taxa de mortalidade infantil neonatal	óbitos de menores de 28 dias por mil nascidos vivos	8,6	8,6	8,8	9,20
Taxa de mortalidade por causas externas	óbitos por 100 mil hab	105,1	98,4	90,70	108,02
Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)	óbitos por 100 mil hab	268,0	263,7	264,50	279
Trabalhadores de saúde capacitados e formados nos serviços de saúde	%	10,71	4,41	7,20	8,20
Taxa de resolubilidade macrorregional na especialidades cardiológica, neurológica, oncológica, traumato - ortopedia de alta complexidade e neonatologia(2)	%	96,81	-	-	-

Fonte: Sesa
ND: Dado ainda não disponível pelas fontes oficiais de pesquisa.
(1) Esse indicador sofreu alterações devido ao encerramento dos casos suspeitos inseridos no Sinan e que foram avaliados pela Comissão de mortalidade de arboviroses.
(2) O indicador reúne diferentes agravos, coletados informalmente e de maneira complexa, motivo pelo qual ficou definido que não será mais calculado.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador "Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal" integram ao projeto QualificaAPSUS, que objetiva o processo de qualificação de profissionais de saúde, por meio de oficinas da atenção primária nos municípios com foco no pré-natal e na estratificação de risco da gestante e criança, como também a instituição de ações para a certificação dos municípios através do selo de qualidade para a atenção primária e o lançamento da Linha Guia Nascer no Ceará, Gestantes

e criança menor de dois anos. Observa-se como resultado o desempenho crescente do indicador, que evoluiu de 63,30% em 2014 para 70,20% em 2017.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador "Proporção de partos normais" contemplam os cursos de capacitação da enfermeira obstétrica, das boas práticas no parto e nascimento desenvolvidos pela Escola de Saúde Pública (ESP) para profissionais das maternidades de referência e melhoria da ambiência das maternidades com foco na humanização do parto. O alto índice de cesárea na rede privada do Estado influi no comportamento estável desse indicador, refletindo-se na variação para mais ou para menos de aproximadamente um ponto percentual no período de 2014 a 2017.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador "Taxa de incidência de sífilis congênita" estão relacionadas à distribuição do teste rápido e do medicamento específico para o tratamento para os municípios. A inclusão do parceiro no tratamento é uma estratégia essencial para a redução dessa taxa.

O indicador "Taxa de mortalidade específica para dengue" registra uma redução comparando os anos de 2014 (0,60) e 2017 (0,31). Ressalta-se que a estratégia do Plano Estadual de Vigilância e Controle das Arboviroses no Ceará, que define as ações de vigilância epidemiológica nos períodos epidêmicos e não epidêmicos no âmbito estadual, regional e municipal, tem contribuído para diminuição dessa taxa.

O indicador "Número de óbitos específico por leishmaniose visceral (calazar)", revela em 2017 um crescimento de 38,5% em relação aos óbitos por leishmaniose visceral de 2016, porém uma redução de 23,40% em relação a 2014. Ressalta-se que há um monitoramento constante desse indicador junto às coordenadorias regionais de saúde.

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador "Taxa de mortalidade infantil neonatal" contemplam a capacitação dos profissionais para qualificação do pré-natal e estratificação de risco e elaboração protocolos de atendimento da Atenção Primária, por meio do projeto QualificaAPSUS e lançamento da Linha Guia Nascer no Ceará, para gestante e criança menor de dois anos. Destaca-se como estratégia a elaboração do programa Nascer do Ceará, que contemplará o atendimento das gestantes de alto risco com a ampliação de leitos de UTI neonatal e capacitação dos profissionais das maternidades em Reanimação do Recém-Nascido e Cuidados Intermediários nas maternidades regionais e macrorregionais, nas cinco macrorregiões de saúde do Estado.

O indicador "Taxa de mortalidade por causas externas" mostrou um declínio entre os anos

2014 e 2016, porém, voltou a crescer em 2017, registrando um aumento de 17,32 por 100 mil habitantes. Os homicídios e os acidentes de trânsito se destacam com o maior índice na ocorrência dos óbitos relacionados a causas externas. No que concerne aos acidentes de trânsito, o Estado, a partir do Projeto Vida no Trânsito, vem desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de acidentes, e está vinculado às ações preconizadas pelo Programa Ceará Pacífico do Governo do Estado do Ceará.

Em relação ao indicador "Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)", entre os anos de 2014 e 2015 houve uma redução de 1,6% da taxa de mortalidade prematura (<70 anos). No entanto, esse valor encontra-se abaixo da meta nacional de redução de 2% ao ano. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 5,5% na taxa, o que pode estar relacionado com o crescimento da população que se encontra exposta aos quatro principais fatores de risco: tabagismo, inatividade física, uso prejudicial do álcool e dietas não saudáveis. Torna-se evidente a necessidade de se investir na promoção da saúde e prevenção de riscos, de maneira que envolva, sobretudo, ações estratégicas intersetorias que beneficiem a população.

O indicador "Trabalhadores de saúde capacitados e formados nos serviços de saúde" revela um percentual de 8,2% em 2017, 2,51 pontos percentuais abaixo do percentual registrado em 2014, porém retomou uma trajetória crescente a partir de 2016. Apesar desse crescimento, o resultado ainda está aquém das necessidades de capacitação e formação do SUS.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SAÚDE

PROGRAMA 055: FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O Programa tem como objetivo aprimorar as políticas de planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	11.856.074,44	8.927.833,27	75,30
2017	31.592.308,21	30.984.702,58	98,08
Total	**43.448.382,65**	**39.912.535,85**	**91,86**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Auditoria e controle do Sistema Único de Saúde nas regiões de saúde(2)	Município Apoiado	Não	unidade	184	43	44	0	184	43
Ampliação da capacidade estadual e municipal de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde	Relatório de Gestão Elaborado(3)	Não	unidade	185	158	185	167	370	325
Promoção de ações voltadas à ampliação da resolutividade do sistema regional de saúde	Evento Realizado	Sim	unidade	225	159	168	184	393	343
Promoção da participação do cidadão na gestão do Sistema Único de Saúde	Serviço de Ouvidoria Instalado(3)	Não	unidade	1	7	7	4	8	11
Promoção da melhoria dos fóruns regionais de conselheiros de saúde no Sistema Único de Saúde	Evento Realizado	Sim	unidade	88	20	66	25	154	45

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) O acompanhamento descritivo e quantitativo do produto considera o número de auditorias realizadas, cujos valores corretos constam no texto sobre a avaliação do programa.

(3) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019, como "não acumulativo", pois sua natureza é acumulativa. Portanto, o seu total corresponde à soma dos valores programados/realizados no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Auditoria e controle do Sistema Único de Saúde nas regiões de saúde" viabilizou, no biênio 2016-2017, a realização de 74 auditorias, sendo elas casos judicializados, serviços de oncologia e imunobiológicos, serviços contratualizados nas regionais - organizações sociais e consórcios, serviços próprios hospitalares, contas das cooperativas médicas de serviços próprios e contratos com verba maior que um milhão de reais/ano, como também auditorias *in loco* sob demanda.

No ano de 2016, foram auditados o total de 11 municípios, sendo eles: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Fortaleza, Maracanaú, Baturité, Tianguá, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Sobral e Independência. Já durante o ano de 2017, somou-se o total de nove municípios auditados, sendo eles: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Iguatu, Baturité, Morada Nova, Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte. Vale salientar que o mesmo município pode ser auditado várias vezes durando o mesmo período. Os principais entraves estiveram relacionados às mudanças estruturais do setor, ocasionando um acúmulo de processos que gerou a impossibilidade de resolubilidade de toda a demanda.

No âmbito da iniciativa "Ampliação da capacidade estadual e municipal de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde" foram elaborados 325 Relatórios de Gestão, instrumento que permite aos gestores apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde (PS). As principais dificuldades relacionadas à execução estiveram relacionadas aos prazos de entregas, que alguns municípios não cumprem. O Relatório tem prazo determinado pela Legislação do SUS para encaminhamento aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, via sistema online oficializado, no caso dos 184 municípios e, no caso do Estado, para o Conselho Estadual de Saúde (Cesau).

Por meio da iniciativa "Promoção de ações voltadas à ampliação da resolutividade do sistema regional de saúde" foram realizados 343 eventos em todas as regiões de saúde. Tais eventos referem-se às reuniões das Comissões Intergestoras Regionais (CIRs), Câmaras Técnicas das áreas temáticas das 21 Coordenadorias Regionais de Saúde (CORES) e suas respectivas reuniões mensais, como também nas regiões administrativas, para o aprimoramento e resolução das ações e serviços de Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento do SUS.

A iniciativa "Promoção da participação do cidadão na gestão do Sistema Único de Saúde" viabilizou a instalação de 11 serviços de ouvidoria, através das realizações de oficinas, reuniões e encontros com a finalidade de fortalecer o canal de participação do cidadão na gestão do SUS.

Por sua vez, a iniciativa "Promoção da melhoria dos fóruns regionais de conselheiros de saúde no Sistema Único do SUS" possibilitou a realização de 45 eventos, através de reuniões de fóruns regionais de conselhos de saúde, com o objetivo de mobilizar os conselheiros dos municípios das 22 regiões de saúde, promovendo debate sobre a implantação e implementação das políticas de saúde. Entraves relacionados especialmente à sensibilização do Conselho Estadual de Saúde (Cesau) e dos gestores estaduais e municipais na garantia de condições

de realização dos eventos influenciaram no baixo desempenho do período (apenas 29,22%). Em relação à execução orçamentária, verifica-se um acréscimo de 77,63% dos recursos alocados no ano de 2017 em relação a 2016. Esse incremento se apresenta na ação correspondente à implementação de ações estratégicas de gerenciamento, monitoramento e gestão para o desenvolvimento.

Para as demais ações, observa-se um certo equilíbrio tanto na alocação de recursos como na execução, considerando os planos de ação formalizados pelas respectivas áreas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os principais desafios para a otimização dos resultados do programa estão relacionados à ampliação do quadro de profissionais para atender as reais necessidades no setor de auditoria, alinhada à capacitação das equipes municipais no tocante aos instrumentos de planejamento e gestão do SUS, bem como na utilização de ferramenta do sistema.

A promoção da articulação entre gestores estadual, regionais e municipais, no sentido de fortalecer o controle social através das instâncias de gestão do SUS, Comissões Intergestores Bipartite, Comissões Intergestores Regionais e Conselho de Saúde é outro ponto a ser continuamente potencializado para o alcance de melhores resultados para o programa.

PROGRAMA 056 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa tem como objetivo reduzir morbi-mortalidade e riscos à saúde e intervir nos problemas de saúde pública da população cearense, por meio de ações estratégicas de vigilância da saúde, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	68.968.301,94	53.296.556,56	77,28
2017	53.013.927,35	49.920.516,56	94,16
Total	**121.982.229,29**	**103.217.073,12**	**84,62**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância e controle de endemias nas áreas vulneráveis e/ou receptivas para transmissão das doenças endêmicas	Município Apoiado	Não	unidade	184	184	184	184	184	184
Apoio ao desenvolvimento de ações de imunizações para o controle, eliminação e erradicação das doenças imunopreveníveis	Município Apoiado	Não	unidade	184	184	184	184	184	184
Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica de doenças e agravos	Município Apoiado	Não	unidade	184	184	184	184	184	184
Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância da qualidade dos dados e da informação em saúde	Município Apoiado	Não	unidade	184	184	184	184	184	184
Manutenção da oferta de Serviço de Verificação de Óbito	Serviço de Verificação de Óbito Mantido	Não	unidade	1	1	1	1	1	1
Manutenção da oferta de serviço de análise laboratorial	Laboratório de Saúde Mantido	Não	unidade	1	6	6	6	6	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

As realizações registradas no biênio 2016-2017 ocorreram de acordo com as metas estabelecidas para o período, embora tenham sido enfrentadas algumas dificuldades, conforme será mencionado a seguir.

A iniciativa "Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância e controle de endemias nas áreas vulneráveis e/ou receptivas para transmissão das doenças endêmicas" possibilitou o desenvolvimento de ações de controle de doenças endêmicas e de zoonoses. O apoio se deu através de monitoramento realizado nos 184 municípios pactuados. Os principais entraves relacionados às dificuldades encontradas junto aos municípios foram carência de recursos humanos, materiais e equipamentos para a execução das ações, além da falta e/ou alimentação precária dos sistemas de informações.

O monitoramento dos serviços de vacinação dos 184 municípios ocorreu no âmbito do apoio ao desenvolvimento de ações de imunizações para o controle, eliminação e erradicação das doenças imunopreveníveis, através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização – SIPNI e apoio técnico no planejamento de estratégias eficientes que alcancem coberturas vacinais. O apoio alcançou os 184 municípios por meio das regiões de saúde.

Os municípios também foram beneficiados por meio das iniciativas de "Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica de doenças e agravos" e "Apoio ao desenvolvimento de ações de vigilância da qualidade dos dados e da informação em saúde", que viabilizaram, respectivamente, o monitoramento contínuo e sistemático dos indicadores estratégicos de Vigilância Epidemiológica pactuados nos 184 municípios do Estado e o acompanhamento e avaliação quanto às regularidades e qualidade dos dados e informações em saúde, bem como monitoramento contínuo e sistemático dos indicadores de vigilância em saúde. Registram-se algumas dificuldades relacionadas à carência de recursos humanos na área de vigilância epidemiológica dos municípios e às mudanças constantes dos técnicos da vigilância epidemiológica do Estado.

Destaca-se também nesse programa a manutenção dos Serviços de Verificação de Óbitos (SVO), que resultou em 13.924 declaração de óbitos emitidas, realização de 3.536 exames necrópsias, qualificação e realização de 2.894 atendimentos no serviço móvel SVO na região, bem como a manutenção da oferta dos serviços de realização de exames na área da saúde pública, especialmente para as doenças de notificação compulsória, além do suporte às ações de vigilância, com realização de 1.753.227 exames de vigilância epidemiológica, 211.697 exames de vigilância ambiental (água) e 13.327 exames de vigilância sanitária

(produtos). Os Lacens regionais realizam também exames básicos, através das pactuações entre os municípios que compõem as Coordenadoria Regional de Saúde (CRES) sede de cada laboratório regional.

Os recursos orçamentários alocados no programa apontam uma redução de 15,3% para 2017 em relação a 2016; no entanto, observa-se uma execução com desempenho positivo, como média de 84,62% no biênio.

Dentre as ações que contribuíram para esse desempenho, destacam-se a manutenção da rede de Laboratório de Saúde Pública e o desenvolvimento de ações de vigilância e controle de endemias, representando 34,34% dos recursos previstos para o programa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios deste programa envolvem esforços para suprir a carência de recursos humanos, materiais e equipamentos para a execução das ações de controle das doenças endêmicas e zoonoses dos 184 municípios, bem como a sistematização do acompanhamento junto aos municípios, quanto à alimentação dos sistemas de informações.

Faz-se necessário, também, a criação de ações para sanar as análises baseadas em dados irreais e/ou inconsistentes, devido a não alimentação por parte dos municípios ou por que estes não enviaram as informações estratégicas das doenças endêmicas e zoonoses aos sistemas pertinentes a cada agravo.

PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O Programa tem como objetivo promover a integralidade e o aprimoramento da política da atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	2.519.813.384,99	2.197.932.380,77	87,23
2017	2.592.003.825,24	2.335.482.555,59	90,10
Total	**5.111.817.210,23**	**4.533.414.936,36**	**88,68**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção da assistência social às pessoas com necessidades especiais	Pessoa Beneficiada	Sim	unidade	9.030	27.470	18.211	56.167	27.241	83.637
Distribuição de terapia nutricional domiciliar	Paciente Atendido	Sim	unidade	1.634	1.903	1.832	2.439	3.466	4.342
Ampliação da distribuição de medicamentos das centrais de abastecimento farmacêutico	Farmácia Implantada	Sim	unidade	19	20	20	20	39	40
Manutenção da oferta de serviços contratados em unidades hospitalares	Cirurgia Eletiva Realizada	Sim	unidade	420	20.460	12.466	41.054	12.886	61.514
Manutenção da oferta de serviços contratados em unidades hospitalares	Leito de Retaguarda Disponibilizado	Não	unidade	163	3.272	348	368	348	3.272
Ampliação da oferta dos serviços hospitalares de média e alta complexidade	Hospital Regional Implantado	Sim	unidade	1	1	1	1	2	2(2)
Manutenção da oferta dos serviços de saúde nas unidades ambulatoriais e hospitalares	Hospital Mantido	Não	unidade	11	10	11	11	11	11
Manutenção da oferta dos serviços de saúde nas unidades ambulatoriais e hospitalares	Policlínica Mantida	Não	unidade	22	19	22	19	22	19
Manutenção da oferta dos serviços de saúde nas unidades ambulatoriais e hospitalares	Unidade Ambulatorial Mantida	Não	unidade	10	8	8	14	10	14
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares	Unidade de Saúde Estruturada	Não	unidade	64	29	28	28	64	29
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados	Policlínica Implantada	Sim	unidade	3	0	3	0	3(3)	0

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de ações voltadas para a unidade de gerenciamento de projetos	Unidade de Saúde Acreditada/ Certificada	Sim	unidade	9	8	9	8	18	16
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência	Unidade de Pronto Atendimento (Upa) Implantada	Sim	unidade	24	5	7	2	31	7
Realização de ações voltadas à atenção à saúde da mulher	Município Apoiado	Não	unidade	72	72	124	24	124	72
Melhoria na prevenção e no atendimento às pessoas com câncer de mama e de colo de útero	Município Apoiado	Não	unidade	106	106	35	110	106	110
Manutenção da oferta de serviços da rede de atenção psicossocial nas regiões de saúde	Município Apoiado	Não	unidade	72	72	75	46	75	72
Manutenção da oferta de serviço hospitalar especializado	Hospital de Pequeno Porte Apoiado	Não	unidade	64	64	64	64	64	64
Manutenção da oferta de serviço hospitalar especializado	Hospital Estratégico Apoiado	Não	unidade	23	24	25	24	25	24
Manutenção da oferta de serviço hospitalar especializado	Hospital Polo Apoiado	Não	unidade	36	37	36	36	36	37
Melhoria da estrutura das unidades de serviço hospitalar especializado	Hospital Estruturado	Sim	unidade	1	0	15	0	16	0
Manutenção da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência	Unidade de Pronto Atendimento (Upa) Mantida	Não	unidade	52	28	37	32	52	32

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) No biênio 2016-2017 houve a implantação de somente um hospital, que corresponde ao Hospital Regional Sertão Central no Município de Quixeramobim. Houve um erro no registro da informação, pois se estava considerando a continuidade da vigência do contrato para manutenção hospital.

(3) A programação das três Policlínicas previstas para 2016 foi transferida para 2017, devido ao fato de não terem sido concluídas naquele ano.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No período em análise, o programa possibilitou, por meio da iniciativa "Promoção da assistência social às pessoas com necessidades especiais", o atendimento a 83.637 pessoas com entrega de cadeiras de rodas com características diversas, próteses e órteses com inúmeras especificidades, bengalas, andadores, muletas, carrinhos zeus, bolsas de colostomia, fórmulas para pacientes com alergia à proteína do leite de vaca, realização de exames Pet Scan para pacientes oncológicos, tratamentos com Oxigenoterapia Hiperbárica. Todos esses benefícios são de absoluta relevância, por tratarem-se de atendimento às pessoas com deficiências geralmente permanentes.

Ocorreu também o fornecimento de 4.342 dietas nutricionalmente completas, à base de proteína do leite de vaca ou de soja, para pacientes em terapia nutricional domiciliar, além de suplementos nutricionais para patologias específicas e fórmulas metabólicas para pacientes portadores de erros inatos de metabolismo. Vale ressaltar que o setor de terapia nutricional domiciliar atende administrativamente os pacientes residentes nos municípios do Estado do Ceará, cuja população esteja abaixo de 100 mil habitantes, e judicialmente as ações em desfavor do Estado com as dietas, suplementos e fórmulas solicitadas. A meta da Grande Fortaleza foi superada, enquanto que a distribuição nas demais regiões não acompanha o mesmo desempenho. A judicialização impacta nesse resultado, pois todas solicitações de pacientes residentes em Fortaleza, que deveriam ser atendidas pelo município, estão sendo judicializados em desfavor do Estado do Ceará.

A distribuição de medicamentos realizada no biênio foi realizada por meio de 40 farmácias implantadas, obedecendo à seguinte ordem: o Estado distribui trimestralmente os medicamentos para as Centrais de Abastecimento Farmacêutico (CAFs) municipais, de acordo com a programação realizada por cada município; As CAFs municipais distribuem os medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde (UBS); a dispensação dos medicamentos aos usuários do SUS é realizada nas farmácias das Unidades Básica de Saúde (UBS). Quanto mais farmácias implantadas nas UBSs o município tiver, melhor o acesso ao medicamento pelo paciente.

Por meio da iniciativa "Manutenção da oferta de serviços contratados em unidades hospitalares", foram disponibilizados 3.272 leitos de retaguarda, contratados para atender a urgente necessidade de ampliar o número de leitos clínicos e de UTI, bem como foram realizadas 61.514 cirurgias eletivas, que são procedimentos cirúrgicos que visam atender a demanda reprimida de cirurgias nas especialidades médicas, tais como ortopedia, cardiologia,

oftalmologia, traumatologia, neurologia e oncologia a pacientes do SUS, oriundos dos hospitais públicos e credenciados no SUS.

No biênio em análise também ocorreu a implantação de um Hospital Regional Sertão Central em Quixeramobim para atender a população dos 20 municípios que fazem a macrorregião de saúde Sertão Central, ofertando internação nas clínicas médica, obstétrica, pediátrica e cirúrgica, realizando atendimento de urgência e emergência e procedimentos eletivos à demanda da Macrorregião do Sertão Central.

A manutenção da oferta dos serviços de saúde nas unidades ambulatoriais e hospitalares viabilizou, dentre outras realizações, a oferta de 409.037 internações e 997.570 atendimentos ambulatoriais nas 11 unidades hospitalares da Rede de Unidades de Saúde, além dos serviços de saúde especializados ofertados por meio de 19 Policlínicas Regionais de Saúde. No período ocorreu também a melhoria da estrutura física e tecnológica das 29 unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares da Rede de Unidades de Saúde.

No âmbito da iniciativa " Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados", ressalta-se que a Policlínica do Crato, embora não concluída, registrou o desempenho de 84,50% executado no biênio 2016-2017; a não conclusão da obra deveu-se ao término da vigência do contrato, fazendo-se necessário firmar um novo contrato em dezembro de 2017. No mesmo biênio, a Policlínica de Maracanaú atingiu 95,00% de execução, estando a conclusão da obra condicionada à execução dos serviços relativos a aditivos de preço e de prazo. A Policlínica de Canindé teve seu projeto aprovado em dezembro de 2017 para execução no biênio seguinte.

Registra-se, também, a oferta dos serviços de atendimento móvel de urgência e emergência em 129 municípios por meio de ambulâncias básicas e/ou avançadas (UTI's) equipada e com profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores/socorristas qualificados, contando com 84 viaturas (ambulância). Vale ressaltar que a ampliação da oferta dos serviços está condicionada à doação de ambulâncias feita pelo Ministério da Saúde para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) do Ceará, ou à aquisição de novas unidades (ambulâncias) pelo Governo do Estado.

No âmbito da iniciativa "Realizações de ações voltadas à atenção à saúde da mulher", destaca-se a realização do Seminário Estadual sobre atuação dos Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal, com o objetivo de atualizar gestores e profissionais de saúde na identificação, qualificação e análise das informações de óbitos maternos, infantis e fetais. Por sua

vez, a iniciativa de melhoria na prevenção e no atendimento às pessoas com câncer de mama e de colo de útero viabilizou apoio aos 184 municípios por meio de ações de mutirão de mamografia, com foco na ampliação da oferta de exames, audiências públicas municipais, caminhadas, regatas, corridas, ações "rosa", roda de conversas e passeios ciclísticos. O apoio a municípios também foi viabilizado pela manutenção da oferta de serviços da rede de atenção psicossocial nas regiões de saúde, beneficiando 72 municípios mediante o monitoramento e padronização dos processos assistenciais, mediante as Linhas Guias do Cuidado e Protocolos Clínicos.

A iniciativa "Manutenção da oferta de serviço hospitalar especializado" viabilizou a oferta de serviço hospitalar especializado por meio dos 64 Hospitais de Pequeno Porte, 24 Hospitais Estratégicos e 37 Hospitais Polo, com o objetivo de fortalecer a Política Estadual de Regionalização das Ações e Serviços de Saúde e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS). A estruturação dos 16 hospitais programada para o biênio 2016-2017, porém, não foi executada pelo Governo do Estado, por falta de disponibilidade orçamentária e financeira. Alguns hospitais filantrópicos que integram a Rede executaram, com recursos próprios, algumas adequações, garantindo à população uma melhor qualidade no atendimento.

Por fim, a iniciativa "Manutenção da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência" está relacionada ao monitoramento das Unidades de Pronto Atendimento-UPA, realizado por intermédio de visitas técnicas, com a finalidade de avaliar o funcionamento adequado das unidades no que se refere a estrutura física dos equipamentos, manutenção das Unidades de Pronto Atendimento-UPA, integrantes da Rede de urgência e emergência do Estado.

No biênio 2016-2017, foram mantidas 32 UPAs. Com relação às outras 18 programadas para o período (perfazendo as 52 UPAs 24h), estas ainda estão em fase de finalização de obras por parte dos municípios.

Esse programa contempla as principais ações finalísticas desenvolvidas no tema Saúde. Contribuíram para a execução positiva de 88,68% dos recursos do biênio a manutenção para o funcionamento da rede ambulatorial e hospitalar das unidades de saúde, consórcios públicos para Policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas, transferências para hospitais polo, estratégicos e de pequeno porte, dentre outras ações.

As ações referentes a emendas parlamentares no tocante ao custeio e investimento também são executadas neste programa, viabilizando o papel do Estado quanto à sua parceria junto aos municípios para fortalecimento do SUS por meio de sua organização na atenção à saúde nos níveis primário, secundário e terciário.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Caracterizam-se como importantes desafios para este programa o fortalecimento do programa de terapia nutricional domiciliar, disponibilizando as redes públicas para os atendimentos médicos e nutricionais; o aumento gradativo de concessão de benefício às pessoas com necessidades especiais, de modo a suprir o crescimento da demanda; e a ampliação dos atendimentos administrativos para reduzir a judicialização.

Além disso, destaca-se como oportunidade a ser concretizada o fortalecimento da mobilização para aumentar a adesão por parte das maternidades do estado visitadas às Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento da Organização Mundial da Saúde, que visam garantir segurança à mulher durante o parto e ao recém-nascido durante o nascimento, quais sejam: a garantia de acompanhante de livre escolha da gestante no pré-parto, parto e pós-parto (lei Nº11.108 /2005), a vinculação da gestante à maternidade e acolhimento e a classificação de risco na obstetrícia (lei Nº 11.634/2007).

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

O Programa tem como objetivo promover a sustentabilidade e o avanço das políticas de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde, num processo contínuo de valorização do trabalhador no SUS, impactando na melhoria da qualidade do sistema e prestação dos serviços de saúde à população no Estado do Ceará, tendo como público-alvo trabalhadores, gestores e usuários do SUS, residentes, estudantes, pesquisadores, instituições de ensino e conselheiros de saúde.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	40.184.220,95	28.310.926,31	70,45
2017	29.930.111,34	22.464.088,19	75,06
Total	**70.114.332,29**	**50.775.014,50**	**72,42**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde	Traba-lhador de Saúde Capacitado	Sim	unidade	5.161	5.592	4.031	6.859	9.192	12..451
Promoção da formação profissional em saúde	Traba-lhador de Saúde Formado	Sim	unidade	1.390	440	370	208	1.760	648
Capacitação de membros dos conselhos de saúde e comunidades no âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde	Pessoa Capacitada	Sim	unidade	192	474	108	504	300	978
Ampliação da residência médica em medicina de família e comunidade	Vaga Ofertada	Sim	unidade	81	40	620	0	701	40
Ampliação de vagas ofertadas em residências multiprofissionais	Vaga Ofertada	Sim	unidade	45	0	327	0	372	0
Ampliação das estruturas tecnológicas para o ensino de saúde	Centro de Simulação Realística Implantado	Sim	unidade	1	0	0	0	1	0
Promoção da gestão de excelência em serviços de saúde	Entidade Atendida	Sim	unidade	5	1	4	1	9	2
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	3	1	4	19	7	20

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde	Evento Realizado	Sim	unidade	4	2	5	9	9	11
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde	Produção Científica Publicada	Sim	unidade	9	2	12	14	21	16
Promoção de ações voltadas para a valorização do trabalho no SUS	Município Apoiado(2)	Sim	unidade	27	184	24	34	27	184
Ampliação do acesso e disseminação da informação em saúde	Evento Realizado	Sim	unidade	1	0	2	16	3	16
Ampliação do acesso e disseminação da informação em saúde	Material Informativo Publicado	Sim	unidade	10	10	24	9	34	19
Apoio aos programas de provimento de profissionais do Ministério da Saúde	Município Beneficiado	Não	unidade	179	184	184	170	184	184
Promoção da educação popular em saúde	Evento Realizado	Sim	unidade	4	137	16	18	20	155
Dimensionamento e alocação da força de trabalho nos serviços de saúde	Estudo e Pesquisa Realizados	Sim	unidade	1	0	1	0	2	0
Promoção da qualificação profissional para conselheiros e secretários executivos de saúde	Capacitação Realizada	Sim	unidade	24	26	24	10	48	36

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

(2) O produto foi equivocadamente classificado na programação do PPA 2016-2019, como "acumulativo", pois sua natureza é não acumulativa. Portanto, seguindo a regra, o seu total corresponde ao maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde viabilizou a capacitação de 12.451 trabalhadores de saúde por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização. A Escola de Saúde Pública (ESP) desenvolveu processos formativos de cursos de Atualização, Aperfeiçoamento, Especialização, Residência Médica e Multiprofissional, desenhados para aquisição de habilidades, atitudes e competências, com fim específico, organizados em módulo e/ou momento e fundamentados no conceito de Educação Permanente.

O programa promoveu também no biênio a formação de 648 trabalhadores de saúde por meio de cursos no nível técnico em Saúde (Técnico de Enfermagem, Saúde Bucal, Radioterapia, Análises Clínicas, Citopatologia, Hemoterapia, Vigilância à Saúde e Agente Comunitário em Saúde), e a capacitação de 978 conselheiros de saúde e membros da Comissão Intersetorial Saúde do Trabalhador (CIST), membros do Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e membros dos movimentos sociais que são alvo das ações da educação permanente em saúde para o controle social.

A iniciativa "Ampliação da Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade" viabilizou a criação de 40 vagas, autorizadas pela Comissão Nacional de Residência Médica para formação de Médicos Especialistas no biênio 2016-2017. Conta-se hoje com 595 vagas de Residência Médica ocupadas, tendo sido formados 213 médicos especialistas em 2017. Importante destacar que, em 2016 e 2017, foram ofertadas e preenchidas vagas para médico residente, porém a proposta de ampliação do número de vagas de residência em medicina de família e comunidade, de acordo com as adequações propostas pelo Ministério da Saúde, não foi realizada conforme previsto inicialmente.

Em relação à iniciativa "Ampliação de vagas ofertadas em Residências Multiprofissionais", embora não tenha ocorrido ampliação do número de vagas ofertadas por meio do Programa Residência Multiprofissional, apoiado pelo Ministério da Saúde (MS), destaca-se que a Escola de Saúde Pública (ESP) promoveu a especialização de 481 profissionais de saúde em 2017 no âmbito desse mesmo Programa.

O Centro de Simulação Realística trata-se de uma metodologia inovadora de treinamento com objetivo replicar a experiência e as situações da vida real, favorecendo a participação ativa e a interatividade do profissional. Por falta de financiamento, esse produto foi descontinuado, dando lugar a uma proposta de criação de um novo produto com características mais amplas.

A iniciativa “Promoção de ações voltadas para a valorização do trabalho no SUS” viabilizou o desenvolvimento de uma sólida parceria com o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES/MS), na perspectiva de implementação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No campo da democratização das relações de trabalho, a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS-CE) propiciou a abertura de diálogos entre gestores e trabalhadores do SUS, possibilitando a construção conjunta de planos de trabalho e agendas de prioridades para o reconhecimento e fortalecimento do trabalhador do SUS, reconhecendo-os como sujeitos ativos e protagonistas. Tais ações abrangeram os 184 municípios do Estado do Ceará.

O Estado do Ceará prestou apoio técnico a um total de 34 municípios distribuídos nas regiões do Cariri, Litoral Leste e Sertão Central, através da realização de três Seminários Regionais de Gestão do Trabalho no SUS, três Cursos de Gestão do Trabalho e Negociação Coletiva no SUS e quatro Oficinas de Implantação de Mesa Regional de Negociação Permanente do SUS.

No período, foram registradas 19 publicações de material de divulgação de informações sobre saúde, dentre as quais se destaca o Caderno Diálogos sobre as Experiências no Enfrentamento a Violência no Cariri, e realizados 16 eventos, tais como: 1º Colóquio ESP - Saúde em Foco: “Prevenção e Tratamento do Câncer de Mama”: 2º Colóquio ESP - Saúde em Foco: “Novembro Azul: Promoção da Saúde Integral do Homem”; 3º Colóquio ESP - Saúde em Foco: “Aids: como prevenir e como tratar?”; Seminário Mais Infância Ceará; Programação de Imersão da Turma IV da Residência Multiprofissional em Saúde da ESP/CE, dentre outros.

A iniciativa “Apoio aos programas de provimento de profissionais do Ministério da Saúde” beneficiou os 184 municípios por meio da Comissão Coordenadora do Estado do Programa de Valorização ao Profissional da Atenção Básica-PROVAB e do Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), apoiando os municípios contemplados por estes programas conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Desde a implantação destes programas, tem-se observado uma maior cobertura na estratégia saúde da família e a melhoria da qualidade na Atenção Primária na Saúde do Estado do Ceará. Estes resultados devem-se à adesão e apoio dos municípios aos programas de provimentos, ao nível técnico dos profissionais selecionados, ao apoio das comunidades envolvidas nos programas de apoio e ao apoio técnico das Instituições Supervisoras (Escola de Saúde Pública e Universidades).

Realizado no âmbito da iniciativa “Promoção da Educação Popular em Saúde”, o projeto Educação Popular em Saúde (EdPopSUS) formou seis turmas nos municípios contemplados:

Fortaleza (duas turmas), Maracanaú (duas turmas), Horizonte (uma turma) e Sobral (uma turma), capacitando 12 docentes para atuarem na função de educadores nos municípios contemplados no projeto e formando um total de 153 alunos.

Por fim, a iniciativa "Promoção da qualificação profissional para conselheiro e secretários executivos de saúde" viabilizou a realização de 36 capacitações, por meio de cursos e oficinas para conselheiros de saúde sobre as ferramentas da gestão, planejamento em saúde e orçamento público, além de temas de interesse do controle social.

O desempenho orçamentário de 72,42% no biênio decorre principalmente da execução de ações com recursos oriundos do Ministério da Saúde. Dentre as ações que contribuíram positivamente para esse desempenho, estão a formação em residência médica, a implementação da política de educação permanente em saúde e os projetos educacionais na área de educação profissional e no âmbito da vigilância em saúde.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O fortalecimento das estratégias no processo de pactuação entre os gestores municipais e órgãos de controle social no tocante ao desenvolvimento das ações educacionais em conformidade com as metas previstas, bem como a discussão de estratégias junto às instâncias estadual e municipais para redução da grande rotatividade e mudanças de gestores e profissionais atuantes na saúde, destacam-se como desafios no âmbito do programa em análise.

TEMA – ESPORTE E LAZER

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

O resultado esperado neste tema estratégico é o acesso democratizado à prática e à cultura do esporte e lazer. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	2.060	112	73	95
Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer	Nº	52	56	56	0
Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	1.092.964	962.172	661.840	143.202
Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer	Nº	46.600	38.812	40.000	0

Fonte: Sesporte

Em relação ao indicador "Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas", os resultados obtidos no biênio 2016-2017 envolveram a concessão de passagens aéreas, oportunizando aos atletas a participação em competições nacionais e internacionais. Assim, registra-se o apoio à participação de 168 atletas em diversas modalidades esportivas, tais como: atletismo, natação, basquetebol em cadeiras de rodas, kung fu, futebol para amputados, surf, beach tênis, bicicross, para badminton, ginástica rítmica, ironman, taekwondo e paratriathon, contribuindo, desta forma, para valorizar e fomentar o esporte de rendimento no Estado do Ceará.

Há, entretanto, uma redução de 92,27% em relação ao número de atletas apoiados no biênio 2014-2015, devido à mudança de foco no desenvolvimento dos programas e projetos voltados para o esporte, que, no último biênio, voltou-se para o aparelhamento do esporte e lazer por meio da implantação e reforma de equipamentos, para que os seus mais diversos segmentos pudessem ter uma base local que possibilitasse democratização dos acessos e a descoberta de novos talentos.

O indicador "Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado" foi influenciado pelo Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), uma parceria com o Ministério do Esporte, que vinha contribuindo fortemente para o desempenho desse e de outros indicadores como "Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer" e "Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer".

O PELC possuía 100 núcleos implantados em 56 municípios do Ceará e beneficiava 40.000 pessoas por mês, afora a disponibilização de atividades para milhares de pessoas da população de seu entorno. Entretanto, o lançamento de um novo edital, em 2017, pelo Ministério do Esporte ocorreu somente no segundo semestre desse ano devido a uma reanálise do programa e ao próprio contexto econômico do país. O Estado efetivou sua inscrição para voltar a operá-lo em 2018, e já teve a aprovação da proposta pelo Ministério do Esporte na primeira fase do edital de chamamento público.

Embora o desempenho do indicador "Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado" também tenha sido prejudicado pelos motivos expostos acima, os Jogos Escolares 2017, os eventos realizados no Centro de Formação Olímpica e a reativação das Vilas de Esporte e Lazer de Messejana, do Genibaú e do Conjunto Ceará, em Fortaleza, possibilitaram ainda resultado para esse indicador no último ano.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ESPORTE E LAZER

PROGRAMA 050 - ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a saúde, a cidadania e a integração da sociedade estadual na convivência social, tendo como público-alvo a população cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	30.793.891,09	16.055.286,43	52,14
2017	21.518.064,09	13.712.036,79	63,72
Total	**52.311.955,18**	**29.767.323,22**	**56,90**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Realização de projetos e eventos esportivos para população	Evento Realizado	Sim	unidade	90	1.199	90	2.198	180	3.397
Ampliação da oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva	Equipamento de Esporte e Lazer Construído	Sim	unidade	74	17	74	4	148	21
Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas	Parque Esportivo modernizado	Sim	unidade	38	6	46	5	84	11

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Realização de Projetos e Eventos esportivos para a população" contemplou os projetos Esporte e Lazer na Cidade (PELC), cuja quantidade totalizou 1.747 eventos, perfazendo 100% dos eventos pactuados nos 100 núcleos em parceria com o Ministério do Esporte ainda em 2016.

Outros eventos que também ocorreram no biênio 2016-2017 foram a Copa Ceará Pacífico, os Jogos Escolares do Ceará 2016 e o desafio "Ao Gosto do Aluno", uma comemoração esportiva em homenagem ao Dia do Estudante. Registra-se, também a realização de 1.315 eventos abertos do Programa Esporte na Minha Cidade, a realização de 57 eventos da Copa

Ceará Pacífico e a realização de 278 eventos nas Vilas Olímpicas, dentre aulas de zumba, torneios de futsal, capoeira e educação física para alunos do Liceu.

No que se refere às iniciativas "Ampliação da Oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva" e "Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas", destaca-se que foram executados 50% da obra de construção de piscina semiolímpica, em Jaguaruana; 49,27% da obra de construção do Estádio Municipal de Altaneira; 30% de execução da obra de construção da quadra coberta da localidade de Sítio Taboquinha, em Altaneira; 40,30% da obra de construção do Estádio Municipal de Farias Brito; conclusão de obras de duas quadras em Monsenhor Tabosa, Distrito de Pitombeiras, Lagoa dos Santos e Lagoa das Pedras, em Apuiarés; e conclusão das reformas dos ginásios em Pindoretama. Foram iniciadas as reformas das quadras poliesportivas nos distritos de Garças, Icaraí, Moitas, Sabiaguaba e Aracatiara, em Amontada, Estádio Ubiratam Aguiar, em Caridade, e reforma da Vila Olímpica de Messejana, em Fortaleza.

No âmbito do programa, houve também a concessão de 841 bolsas a crianças, jovens e adultos pelo programa Ceará Atleta, possibilitando o surgimento de novos atletas.

A execução orçamentária do biênio ficou em apenas 56,90%, o que pode ser explicado pelo atraso no andamento e início de algumas obras que estavam previstas ser entregues ainda no período em análise.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integrada das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nesta perspectiva, aponta-se as políticas educacionais de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

Apesar dos avanços obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado do Ceará e devem ser encarados de forma direta e planejada.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local. Relacionado a isso, é necessário

ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo do esporte e lazer.

Para a efetivação destas políticas, faz-se necessário a superação de desafios que, por vezes entravam, ou mesmo impedem o seu desenvolvimento, tais como a indisponibilidade de recursos federais para formação de parcerias e a morosidade de algumas prefeituras em executar e prestar contas.

PROGRAMA 086 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O Programa tem como objetivo projetar o esporte cearense no cenário regional, nacional e internacional, tendo como público-alvo atletas, delegações e entidades participantes de competições esportivas de rendimento.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	34.540.643,39	20.440.050,48	59,18
2017	5.193.557,21	4.657.000,45	89,67
Total	**39.734.200,60**	**25.097.050,93**	**63,16**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Incentivo à preparação de atletas de alto rendimento	Bolsa esporte concedida	Sim	unidade	50	0	50	0	100	0
Manutenção de equipamentos estaduais voltados ao esporte de rendimento	Centro de formação olímpica implantado	Não	unidade	1	1	0	1	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Destacam-se neste programa o Centro de Formação Olímpica (CFO), equipamento que se constitui no maior complexo brasileiro de instalações esportivas do país, que abrigou, no biênio 2016-2017, 65 eventos - teste das mais diversas modalidades, tais como judô, voleibol, tênis de mesa, boxe, natação, atletismo, ginástica e outros, dentre os quais se destacam os Jogos Escolares e o evento de luta UFC.

Embora não tenham sido concedidas as bolsas de alto rendimento no período, foi significativa a quantidade de atletas apoiados em competições esportivas: 168 atletas de destaque em diversas modalidades, subsidiados com passagens aéreas para que pudessem disputar competições nacionais e internacionais, contribuindo, desta forma, para fomentar o esporte de rendimento no estado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

No que diz respeito ao esporte de rendimento, há falta de uma política de longo prazo e as ações dependem dos objetivos de cada ciclo político. A política do esporte fica à mercê dos entendimentos e interesses de cada governo. Cada um faz sua leitura e tenta estabelecer algumas ações, mas não há uma política consistente e permanente de incentivo ao esporte de rendimento.

O Estado do Ceará tem o equipamento mais bem aparelhado da América Latina para o desenvolvimento desse programa, o que favorece e é essencial para efetivação da política de democratização de acesso inclusiva que outrora era feita em parceria com as organizações dos clubes sociais.

Destaca-se, portanto, dentre outros desafios, a efetivação do novo modelo de gestão do CFO, que irá potencializar ainda mais o seu funcionamento e consequentes resultados.

TEMA – SANEAMENTO BÁSICO

A política de Saneamento compreende o planejamento para a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Ceará, o apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento, a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, enfatizando-se a relação desta política com a política pública de

saúde, que repercute na melhoria da qualidade de vida da população e no processo de desenvolvimento social.

O alcance das ações do tema do saneamento básico indica a sua transversalidade e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e a inclusão social.

No marco regulatório nacional de Saneamento Básico, que possui como referência a lei Nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, têm-se como destaques:

- a adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico;
- a priorização do acesso aos serviços de saneamento básico à população de baixa renda;
- a afirmação do papel essencial do Estado e da natureza universal do serviço público de Saneamento fornecido com equidade;
- a afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços;
- a formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública; e
- o reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

Em junho de 2016, foi publicada a Lei Complementar Nº 162, que institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Além de convergir com os preceitos instituídos pelo marco regulatório nacional, esta lei traz diretrizes que respeitam as condições particulares do Estado, especialmente no tocante ao Saneamento Rural. A lei aborda, ainda, diversos instrumentos que devem contribuir com a melhoria da gestão pública e o alcance da universalização.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, que incluem ações de saneamento básico em áreas cujo meio ambiente e, de modo especial, os mananciais e os leitos de recursos hídricos têm sido agredidos e poluídos de forma recorrente pela ação do homem, contribuindo para o surgimento ou agravamento da incidência de doenças, provocando danos à qualidade de vida da população.

Uma vez que esses recursos naturais não são renováveis e são vitais à preservação do meio ambiente e da espécie humana, o Governo do Ceará desenvolve atividades de educação ambiental e patrimonial, e de mobilização, organização e fortalecimento social por meio de trabalho junto às comunidades beneficiadas pelos projetos de melhoria urbana e ambiental, com a intenção de educar para a cidadania e de elevar o nível de consciência das pessoas acerca do uso racional desses recursos.

O resultado esperado neste tema estratégico é o saneamento básico expandido e garantido com qualidade, dando cumprimento à Política Estadual. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de municípios com plano municipal de saneamento básico elaborado	%	20,11	28,81	29,35	31,52
População rural atendida com rede de abastecimento de água	%	-	-	29,88	34,26
População rural atendida com esgotamento sanitário	%	-	-	27,23	27,23
População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada	%	91,63	94,06	92,05	89,98
População urbana coberta com sistema de esgotamento sanitário	%	36,16	37,10	38,24	37,60
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural	%	37,26	37,31	37,37	37,42

Fonte: SCidades e SDA

No indicador "Percentual de Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado", o Estado atua no papel de interveniente na elaboração desses planos, fornecendo as orientações técnicas necessárias. O valor do indicador, em dados finais de 2017, registra que 31,52% dos municípios do estado elaboraram seus planos. Essa evolução em 2017, comparativamente a 2016, é atribuída à conclusão dos PMSBs de Aquiraz e Tianguá.

O aumento do índice no biênio de 2014-2015 (43,3%) foi superior ao biênio 2016-2017 (7,4%), provavelmente influenciado pela crise econômica e hídrica, tendo em vista que os investimentos em saneamento no período em análise foram concentrados principalmente em medidas estruturais de contingência à seca.

O indicador "População rural atendida com rede de abastecimento de água" refere-se ao percentual da população rural do Estado do Ceará atendida por soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

Os sistemas de abastecimento de água são mantidos pelos prestadores do serviço de saneamento representados pelas Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), Associações Comunitárias e Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar), sendo os dois últimos os principais prestadores de serviço da zona rural.

O percentual da população rural atendida com abastecimento de água, em 2017, é de 34,26%, e representa cerca de 763.031 habitantes com soluções individuais ou coletivas. Esse desempenho pode ser atribuído aos programas de investimento em saneamento rural desenvolvidos pelo Estado, a exemplo do Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da iniciativa do Sisar, os quais incluem, além de sistemas de abastecimento de água, a construção de cisternas e a perfuração de poços utilizados pela população através de chafarizes.

No âmbito do indicador "População rural atendida com esgotamento sanitário", o Estado do Ceará executa projetos de construção de módulos para a destinação adequada de efluentes residuais, destacando-se nessa ação os programas de investimento Ceará II e Ceará III, bem como o Projeto São José, que incluem a construção de fossas sanitárias e seus complementares.

Em dados finais de 2017, o indicador atingiu o percentual de 27,23%, representando em torno de 563.020 habitantes com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário. Ressalta-se para esse indicador o valor das campanhas educativas e das ações de educação sanitária e ambiental, as quais contribuem para elevar o nível de consciência da população quanto à importância da destinação adequada dos efluentes residuais. Tratando-se especificamente de redes de esgotamento para o saneamento rural, estimou-se o atendimento de 0,19% da população, o que é explicado pela dificuldade da implementação da solução em uma população com distribuição espacial dispersa.

Em referência ao abastecimento de água medido pelo indicador "População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada", em 2017, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em 152 municípios; dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 27 municípios; e das Prefeituras Municipais, em oito municípios.

Em dados finais de 2017, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 89,98% e beneficiou aproximadamente 6.260.015 habitantes do estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos da Cagece no setor, cujo

percentual da população coberta com abastecimento de água, para o referido ano, é de 89,75%, beneficiando aproximadamente 5.384.210 habitantes, em 310 localidades.

Destaque-se, no período 2014-2017, a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, como a obra do Sistema Adutor do Complexo Integrado Jaburu – Ibiapaba, a construção da adutora de água bruta de Cascavel, a construção da adutora de água bruta de Capistrano, e a conclusão da adutora de água tratada para atender o Polo Farmacoquímico de Saúde, no município de Eusébio.

Apesar do biênio de 2014-2015 ter apresentado melhores percentuais que os índices de 2016-2017, vale ressaltar que o referido índice é influenciado pela relação entre os investimentos realizados e o crescimento populacional, assim como pelo êxodo rural, entre outros aspectos, como crise econômica e política. Outro fator que tem prejudicado bastante o rendimento do índice é a baixa participação dos municípios e a inconsistência em parte dos dados fornecidos, o que gerou a necessidade de validação ou descarte das informações. O indicador "População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário" refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará, cujos serviços foram ofertados em 2017 por meio da Cagece, em 74 municípios; das Prefeituras Municipais, em 8 municípios; e dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 27 municípios. Segundo os dados finais de 2017, o percentual dessa população coberta é de 37,60%, beneficiando aproximadamente 2.616.349 habitantes do Estado.

Destaque-se no período 2014-2017 a implantação e ampliação de SES do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em trechos correspondentes às bacias do Rio Siqueira, na RMF; a implantação dos SES em Quixadá, Maranguape, Crateús e Aracati, do Programa Sanear II; a ampliação do SES de Maranguape; a ampliação do SES de Fortaleza – Sub-bacias SE-2 e SD-6; e a implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I - Fase I - Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Apesar do biênio de 2014-2015 ter apresentado melhores percentuais que os índices de 2016-2017, cabe esclarecer que não se trata de um decréscimo de cobertura de rede, mas que a população urbana cresceu em taxas superiores aos investimentos no setor.

O Estado vem realizando estudos para analisar parcerias públicas de investimento, tendo em vista os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Esses estudos poderão indicar concessão, subconcessão, parceria-público-privada (PPP), entre outros.

O indicador "Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural" considera o total de domicílios existentes no meio rural do Ceará (Anuário Estatístico do Ceará) e o total de domicílios beneficiados.

O percentual realizado para o indicador em 2016 e 2017 foi estimado a partir de ações como a implantação de sistemas de abastecimento de água, cisternas de placa, cisternas de polietileno e perfuração de poços. Os valores poderão sofrer algum ajuste após a disponibilização dos dados oficiais pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), com previsão para o ano de 2019.

O desempenho do indicador no biênio, apesar de ter avançado em relação aos anos anteriores, sofreu interferências decorrentes do atraso no cronograma de desembolso dos recursos conveniados com o Ministério da Integração para implantação de sistemas de abastecimento de água e cisternas de polietileno.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO SANEAMENTO BÁSICO

PROGRAMA 025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

O Programa tem como objetivo ampliar a cobertura da população urbana do estado com acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem, tendo como público-alvo a população do meio urbano.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	306.804.701,39	69.263.384,35	22,58
2017	210.447.029,71	93.046.310,59	44,21
Total	**517.251.731,10**	**162.309.694,94**	**31,38**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Implantação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água Implantado	Sim	unidade	1	0	2	1	3	1
Melhoria do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água Melhorado	Sim	unidade	2	0	0	1	2	1
Ampliação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água Ampliado	Sim	unidade	7	0	2	1	9	1
Implantação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado	Sim	unidade	8	0	1	0	9	0
Ampliação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário Ampliado	Sim	unidade	12	1	3	0	15	1
Melhoria do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário Melhorado	Não	unidade	1	0	1	0	1	0
Otimização de sistemas de esgotamento sanitário	Ligação Domiciliar de Esgoto Realizada	Sim	unidade	5.606	0	8.000	0	13.606	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	200.613.061,03	93.839.279,55	46,78
2017	125.959.554,32	100.181.003,11	79,53
Total	**326.572.615,35**	**194.020.282,66**	**59,41**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável	Cisterna Implantada	Sim	unidade	25.200	8.334	6.774	8.290	31.974	16.624
Implantação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água Implantado	Sim	unidade	378	64	522	109,0	900	173
Implantação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado	Sim	unidade	15	0	1	0	16	0
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado	Sistema de Abastecimento de Água Implantado	Sim	unidade	99	21	132	18	231	39

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa inclui iniciativas que vão desde o planejamento estadual das ações de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento e a promoção de ações socioambientais de educação e saúde. Os principais parceiros do Estado na execução dessas ações são as Prefeituras Municipais e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs). Em 2017, a Cagece operava em 152 municípios, dos quais 152 com abastecimento de água e 74 com esgotamento sanitário.

As iniciativas de "Implantação do serviço de abastecimento de água" e de "Ampliação do serviço de abastecimento de água", executadas pela Cagece no biênio, viabilizaram a entrega de dois sistemas de abastecimento de água. Entre as obras realizadas nesse período, citam-se a implantação do sistema de abastecimento de água de Mineiro, no município de Jaguaribara, financiada com recursos do PAC/Funasa e a ampliação do sistema de abastecimento de água

no Residencial São Luís, no município de Pacatuba, executada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Essas obras possibilitam a efetivação de 503 ligações domiciliares de água, que podem beneficiar aproximadamente 2.982 habitantes.

A iniciativa "Implantação do serviço de abastecimento de água" executou 33,33% da meta programada para o biênio e a "Ampliação do serviço de abastecimento de água", 11,11%. Os principais entraves estiveram relacionados ao enfrentamento da crise hídrica, pela escassez de água bruta em quantidade e qualidade adequadas ao consumo humano, além do contingenciamento/atraso na liberação de recursos decorrente da conjuntura econômica do país, fator esse que prejudicou a execução dos projetos.

A iniciativa "Ampliação do serviço de esgotamento sanitário" viabilizou, no biênio 2016-2017, a entrega do Sistema de Esgotamento Sanitário do Conjunto Residencial Aldemir Martins, em Fortaleza, financiado com recursos do Programa Promurb Maranguapinho. Essa obra possibilita a efetivação de 612 ligações domiciliares de esgoto, que podem beneficiar aproximadamente 3.040 habitantes.

A iniciativa executou 6,66% da meta programada para o período. Os principais entraves estiveram relacionados à crise hídrica no Ceará, na medida em que esse serviço necessita de água para viabilizar a oferta; à desfavorável conjuntura econômica do país, que dificultou a liberação de recursos orçamentários; e aos demasiados ajustes em projetos e processos de negócio.

A iniciativa relacionada à "Promoção de ações socioambientais de educação e saúde", apesar de não ser considerada prioritária no monitoramento do PPA, vale ser ressaltada em virtude de viabilizar no biênio a oferta de 88.197 ações socioambientais em 42 municípios, beneficiando 249.531 pessoas.

No período em análise, foram empenhados 31,38% dos recursos previstos nas LOAs 2016 e 2017 (Lei + Créditos). Além dos fatores já mencionados, prejudicaram a execução do programa a rescisão ou/e cancelamento das operações cujos contratos estavam em execução nesse período, como as obras do SES das sub-bacias CE-6 e SE-1; Lagoa do Opaia e Planalto Palmeira; e SAA de Santana do Cariri, Trapiá e Pedra e Cal.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Entre os desafios do programa, se incluem o aperfeiçoamento contínuo dos processos, tendo em vista mitigar a ocorrência de erros de projetos e, por conseguinte, as paralisações que ocasionam atrasos na execução dos cronogramas de obras e, consequentemente, prejudicam o desempenho das respectivas iniciativas.

Além disso, há o desafio de otimizar os repasses dos recursos federais do Ministério das Cidades às Secretarias e vinculadas, com vistas a melhorar o desempenho da execução orçamentária-financeira.

O Governo do Estado do Ceará negocia junto ao Banco Mundial (BIRD) a contratação de empréstimo no âmbito do Financiamento de Projetos de Investimento (IPF), que prevê implementar a iniciativa de planejamento para a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará, com a elaboração do Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado (PAAES).

Ressalta-se, também, a continuidade da iniciativa "Apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento", com a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs), por meio da qual estão previstas a conclusão da elaboração dos PMSBs de 15 municípios por meio de apoio direto da Cagece na elaboração dos planos específicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Além disso, a Cagece está apoiando a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) na elaboração de 31 Planos Municipais de Saneamento Básico.

O Estado, por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais, está elaborando 14 Planos Municipais de Saneamento Básico no Vale do Acaraú e no Vale do Jaguaribe. Além disso, estão sendo revisados os Planos Municipais de Saneamento Básico de Morada Nova e Limoeiro do Norte. Os contratos têm previsão de conclusão para 2019.

PROGRAMA 032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo como público-alvo a população residente no meio rural.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
2016	200.613.061,03	93.839.279,55	46,78
2017	125.959.554,32	100.181.003,11	79,53
Total	**326.572.615,35**	**194.020.282,66**	**59,41**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável	Cisterna Implantada	Sim	unidade	25.200	8.334	6.774	8.290	31.974	16.624
Implantação do serviço de abastecimento de água	Sistema de Abastecimento de Água Implantado	Sim	unidade	378	64	522	109,0	900	173
Implantação do serviço de esgotamento sanitário	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado	Sim	unidade	15	0	1	0	16	0
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado	Sistema de Abastecimento de Água Implantado	Sim	unidade	99	21	132	18	231	39

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa "Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável" é desenvolvida em parceria com o Governo Federal, através de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e teve como resultado a implantação de 16.624 (52%) cisternas, sendo 16.369 cisternas de placas e 255 cisternas de polietileno, distribuídas em 13 macrorregiões. A falta de prestação de contas das entidades e/ou empresas contratadas dificultou a obtenção total da meta estimada para o período.

Na iniciativa "Implantação do serviço de abastecimento de água" foram entregues 173 sistemas de abastecimentos de água em 10 das 14 macrorregiões de planejamento do Estado. O resultado abaixo do previsto deve-se fundamentalmente à indisponibilidade de manancial hídrico, uma vez que este encontrava-se em colapso, sendo necessário, portanto, a perfuração e instalação de poços para disponibilizar água aos agricultores.

Na iniciativa "Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado" foram entregues 39 sistemas de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado, correspondendo à 16,8% do estimado para o biênio. Muito deste resultado é reflexo dos processos burocráticos pertinentes quanto às licitações e análises técnicas, entre outros.

A iniciativa de implantação do serviço de esgotamento sanitário não teve entrega no período, porém o projeto piloto de implantação do sistema de esgotamento sanitário em Pedra Branca, no Distrito de Capitão-Mor, encontra-se com 81,82% executado, com previsão de beneficiar 391 famílias. Em 2017, ocorreu o processo de realimentação da conta especial por parte do Banco KfW, o qual registrou demoras relacionadas ao repasse do banco, e na internalização do valor no Governo do Estado do Ceará. Nesse período, a empresa executora da obra teve dificuldades com a ausência de pagamentos, o que foi normalizado após a regularização do valor financeiro.

Além dessas entregas, também pode-se destacar para o biênio a entrega de três Estações móveis de Tratamento de Água (ETA), adquiridas para abastecimento das cisternas de armazenamento de água para consumo das famílias de agricultores familiares do Projeto Paulo Freire (pobres e extremamente pobres).

No período foram empenhados 59,41% dos recursos (Lei+ Créditos) consignados nos orçamentos de 2016 e 2017. Analisando a execução por ano, verifica-se um aumento expressivo na execução orçamentária de 2016 para 2017. Isto é fruto da efetivação dos repasses financeiros dos convênios firmados, que estavam previstos para 2016 e que ocorreram em parte apenas em 2017.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Este programa é de fundamental importância, tendo em vista o período de seca que o estado vem passando nos últimos anos. O principal desafio atualmente existente para a efetividade do programa está relacionado à disponibilidade de mananciais para o processo de captação de água.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

EIXO 7

CEARÁ PACÍFICO

O Ceará Pacífico se dimensiona na concepção de uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a segurança cidadã e a justiça efetivas.

Voltados a esta visão, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, cuja avaliação encontra-se a seguir.

TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA

A construção de um Ceará justo e pacífico orienta-se pela visão de segurança como serviço público prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa polícia cidadã que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Essa concepção estimula uma abordagem mais focada nas questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais.

Ainda em conformidade com a visão de segurança cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal. A noção, portanto, de polícia cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial e ação articulada em diferentes áreas, não sendo, portanto, a segurança função exclusivamente policial.

Integrada ao viés da polícia cidadã, a Segurança Pública também executa as ações de socorro, quer seja por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento e combate a incêndio, quer pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres, contando também com o apoio dado pela Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) aos diversos atendimentos realizados, inclusive, em algumas situações, com a parceria do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A característica de humanização no atendimento ao cidadão permanece mesmo quando o foco deixa de ser o policiamento ostensivo.

Entre o conjunto de ações governamentais relativas à segurança pública estão também as que exercem o controle externo da atividade dos agentes dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, que possibilita ao cidadão maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional desses profissionais. Nessa linha, registre-se, ainda, o incremento dos mecanismos de transparência da administração pública, os quais facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder reclamações e cobrar do Governo do Ceará respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

O resultado esperado neste tema estratégico é a ampliação da proteção à pessoa e a violência minimizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais	Nº	489	404	327	308
Número de vítimas de crimes referentes à lei 11.340 (Lei Maria da Penha)	Nº	11.111	13.371	23.213	19.414
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante,	por 100 mil adolescentes (pop. de 12 a 17 anos)	841,05	829,29	733,60	666,05
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP (roubo)	casos por 100 mil hab	-	684,65	810,6	783,12
Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante	nº por 100 mil jovens	802,84	879,47	796,05	821,01
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes	casos por 100 mil crianças e adolescentes	50,52	46,54	49,89	43,81
Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	%	6,99	9,29	3,52	69,19
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	min	16,31	12,56	12,52	12,40

Fonte: SSPDS

Os dados registrados no biênio 2016-2017 para os indicadores - "Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais", "Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes" e "Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF" apresentaram quedas significativas, confirmando a eficiência das ações desenvolvidas pelo Estado na busca por melhorias que garantam uma maior segurança no trânsito das rodovias estaduais e o fortalecimento do policiamento ostensivo para a consequente diminuição do tempo de resposta às chamadas emergenciais.

No que se refere ao indicador vinculado à Lei Maria da Penha, é importante registrar um decréscimo em 2017, após tendência crescente nos três anos anteriores. Comparando o valor do indicador em 2017 com o realizado no ano anterior, observamos uma diminuição de 16,4% no número de vítimas desse tipo de crime.

No indicador "Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP)", como já destacado anteriormente, houve redução no último ano do período, quebrando a tendência de crescimento verificado até 2016, em parte explicado pelas várias ações realizadas no sentido de incentivar o cidadão a realizar a notificação dos crimes, possibilitando a alocação das equipes para realização de atividades preventivas nas áreas de maior risco, coibindo a prática de ações delituosas. Destaca-se, também, ações como a utilização do "Sistema Policial de Indicativo de Abordagem (SPIA) e o fortalecimento e realização de operações integradas com os órgãos de segurança da esfera federal e municipal.

Na "Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante, por 100 mil jovens", o valor realizado apresentou um crescimento de 24,96 pontos percentuais no período 2016-2017, o que reflete, dentre outros fatores, a maior intensidade com que o Estado tem realizado operações que resultam na autuação em flagrante por cometimento de ilícitos. Em 2017, o número de autuações em flagrante foi de 34.195, superando o número registrado em 2016, que foi de 32.568. Para o Governo do Estado, no contexto geral, esse número é preocupante, pois representa também um aumento do número de jovens que se envolvem com ilícitos, fazendo-se necessário o desenvolvimento de ações intersetorias para diminuição dessa taxa.

A "Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes, por 100 mil crianças e adolescentes", apresentou um índice de 43,81 em 2017, 6,71 pontos percentuais abaixo do valor registrado

em 2014, demonstrando que os esforços envidados no enfrentamento a esse tipo de crime, apesar de ainda não suficientes, contribuíram para sua redução em relação ao ano anterior, quando o percentual ameaçava crescer novamente.

Por fim, tem-se o indicador "Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil", que registrou o percentual de 69,19% em 2017. Tal fato se deu em razão da situação atípica relacionada às ações de serviços essenciais aos habitantes de áreas afetadas por desastres, as quais se concentraram no restabelecimento da capacidade das Estações de Bombeamento do Castanhão, do Banabuiú e de Itaiçaba, considerando tratar-se do principal reservatório de abastecimento da região Grande Fortaleza.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA 001 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O Programa tem como objetivo tornar o Estado mais resiliente aos desastres naturais ou tecnológicos, tendo como público-alvo moradores de áreas de risco afetadas por desastres.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	35.291.701,52	12.572.525,40	35,62
2017	63.692.200,00	20.559.667,69	32,28
Total	**98.983.901,52**	**33.132.193,09**	**33,47**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Assistência às vítimas de desastres	Pessoa assistida	Sim	unidade	245.000	87.602	199.448	53.968	444.448	141.570
Recuperação de cenários de desastres	Cenário de desastre recuperado	Não	unidade	14	0	14	0	14	0
Restabelecimento de serviços essenciais aos habitantes de áreas afetadas por desastres	Família em situação de risco assistida	Sim	unidade	8.100	12.909	8.100	757.471	16.200	770.380

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Na iniciativa "Assistência às vítimas de desastres", destacam-se as ações emergenciais para abastecimento das vítimas do período de estiagem que assola o Estado, com um total de 32% de pessoas assistidas em relação à meta estabelecida para o biênio. Ressalte-se que nesta iniciativa, a fonte de recursos é originária do Governo Federal (Ministério da Integração Nacional) por meio de programas de assistência aos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, e neste período, em sua grande maioria, os municípios tiveram suas decretações reconhecidas por conta da estiagem, sendo os atendimentos realizados pela Operação Carro Pipa (OCP). Destaque-se ainda o fato de que cabe ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, o atendimento das áreas urbanas dos municípios, cabendo ao Exército Brasileiro o atendimento da zona rural. Por este motivo, considerando que as áreas urbanas dos municípios do interior têm melhor sistema de abastecimento em detrimento da zona rural, verificou-se que uma menor quantidade de zonas urbanas tiveram colapso no abastecimento, o que acarretou em uma demanda aquém do repasse liberado, influindo no baixo percentual da execução orçamentária do programa.

Uma outra situação que merece destaque, refere-se à demora no repasse da verba, que por vezes dificulta a execução da Operação. No entanto, considerando-se as demandas

registradas para atendimentos, a execução desta iniciativa ocorreu de forma satisfatória, atendendo aos municípios de Alto Santo, Baixio, Boa Viagem, Campos Sales, Ibicuitinga, Iracema, Irapuan Pinheiro, Mombaça, Morada Nova, Palmácia, Parambu, Pedra Branca, Pereiro, Quiterianópolis, Quixeramobim, Salitre e São Gonçalo.

Outra iniciativa prioritária refere-se à "Recuperação de cenários de desastres", sem registro de realizações durante o biênio, cuja justificativa deve-se ao fato de durante o período não ter havido o registro de desastres no Estado do Ceará, que não os atendidos pela iniciativa anteriormente comentada, não havendo a necessidade da intervenção estatal para recuperação de cenário.

Por fim, destaca-se na iniciativa de "Restabelecimento de serviços essenciais aos habitantes de áreas afetadas por desastres", a manutenção realizada nos mananciais que fazem o abastecimento da Capital e Região Metropolitana. Neste caso, considerando que a região onde se localiza o manancial no qual se realizou a manutenção das estações de bombeamento concentra a maior parte da população e, tendo em vista o risco de colapso no abastecimento que afetaria toda população dos municípios da Grande Fortaleza, registra-se o atendimento da meta de modo muito superior ao programado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Como desafio para este programa destaca-se a necessidade de fortalecimento das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), assegurando-lhes a capacitação necessária tanto para o pronto atendimento das demandas ocasionadas por desastres, bem como para a elaboração da documentação necessária para o reconhecimento legal do desastre, o que possibilita a liberação de verba para apoio às vítimas.

Enfatiza-se, também, a importância de uma maior articulação com o Ministério da Integração Nacional, possibilitando a liberação de verbas não só para atendimento pós-desastre, mas também para a realização de ações preventivas que possam minimizar os danos humanos e materiais.

PROGRAMA 003 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O Programa tem como objetivo enfrentar a criminalidade e a violência focando na redução de seus indicadores, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	278.864.882,79	268.589.570,37	96,32
2017	331.408.545,05	303.531.413,22	91,59
Total	**610.273.427,84**	**572.120.983,59**	**93,75**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública	Profissional formado	Sim	unidade	1.000	1.235	1.000	2.665	2.000	3.900
Melhoria da estrutura para a oferta de serviços de formação e capacitação profissional	Academia de segurança pública estruturada	Não	unidade	1	0	1	1	1	1
Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil	Delegacia implantada	Sim	unidade	7	0	7	4	14	4
Modernização das unidades prestadoras de serviços de policiamento civil	Delegacia estruturada	Não	unidade	21	0	22	6	22	6
Ampliação da oferta de serviços de perícia forense	Unidade de perícia forense implantada	Sim	unidade	3	0	2	0	5	0
Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense	Unidade de perícia forense estruturada	Não	unidade	8	1	8	1	8	1

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017 - CONTINUAÇÃO

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos	Quartel implantado	Sim	unidade	4	2	1	1	5	3
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços bombeirísticos	Quartel estruturado	Não	unidade	17	19	27	13	27	19
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública	Unidade da segurança pública equipada	Não	unidade	3	1	3	5	3	5
Expansão dos serviços de patrulhamento aéreo	Base de patrulhamento aéreo implantada	Não	unidade	1	0	0	0	1	0
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar	Quartel estruturado	Não	unidade	70	68	39	41	70	68
Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada	Sistema de videomonitoramento ampliado	Não	unidade	1	1	2	0	2	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Tem-se o programa de segurança pública integrada como o principal do Sistema de Segurança Pública, motivo pelo qual verifica-se que dentre as 12 iniciativas priorizadas, em sete foram realizadas pelo menos 50% das metas programadas, destacando-se a promoção da formação inicial, com 3.900 profissionais formados aptos a nomeação nos diversos órgãos da Segurança Pública e a melhoria das estruturas das unidades de policiamento ostensivo

militar, onde 68 unidades da Polícia Militar do Ceará tiveram suas unidades estruturadas, quer seja pela aquisição de equipamentos, quer seja pela melhoria física das unidades.

Dentre as iniciativas que tiveram metas realizadas abaixo de 50% do programado, pode-se citar: a expansão serviços de patrulhamento aéreo, considerando as tratativas para aquisição de novas aeronaves, por meio de empréstimo internacional, cuja programação de entrega passou para o ano de 2018, o que inviabilizou a implantação da nova unidade; e as iniciativas ligadas às entregas da Polícia Civil e Perícia Forense, tendo em vista a não liberação de recursos dentro dos cronogramas estabelecidos, ocasionando atrasos na conclusão dos projetos.

No tocante à execução orçamentária, tem-se o registro de execução acima de 90%, destacando-se neste caso o custeio das ações finalísticas do sistema de segurança pública, reflexo da integração entre as diversas vinculadas que compõem o sistema.

De forma geral, pode-se destacar para o biênio em análise a estruturação das unidades da Polícia Militar; a implantação da Uniseg III - Conjunto Ceará e Uniseg IV – Bom Jardim; a implantação das Companhias do Batalhão Raio em Canindé, Maracanaú e Caucaia; a expansão das equipes do RAIO em Fortaleza, para atender aos Bairros Messejana, Vila Velha e Parangaba; a estruturação do prédio da Coordenadoria de Identificação Humana e Perícias Biométricas; a implantação da nova sede da Delegacia de Capturas, da Sede do 32º DP – Bom Jardim; e a implantação do aplicativo "190 Ceará", para acionamento do policiamento ostensivo por meio de smartphones.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Para os próximos anos, tem-se como principal desafio a utilização da tecnologia a favor da redução dos índices de criminalidade, fortalecendo cada vez mais os órgãos de inteligência, bem como realizando as articulações necessárias para o fortalecimento da integração dos órgãos de segurança que atuam nas esferas municipal, estadual e federal.

Necessário também se faz a continuidade dos investimentos nas estruturas de capacitação e valorização dos profissionais da segurança pública, como forma de motivar e garantir a efetividade dos resultados na realização das atividades.

PROGRAMA 007 - SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

O Programa tem como objetivo aumentar a sensação de segurança e a credibilidade dos órgãos da segurança pública perante a população cearense, tendo como público-alvo a sociedade cearense.
A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	3.243.059,28	1.332.386,62	41,08
2017	7.022.128,39	3.648.608,45	51,96
Total	**10.265.187,67**	**4.980.995,07**	**48,52**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação dos serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social	Pessoa atendida	Sim	unidade	10.000	1.543	950	0	10.950	1.543
Ampliação dos serviços voltados a preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias	Delegacia implantada	Sim	unidade	1	0	1	0	2	0
Melhoria da estrutura de oferta de Educação Básica em colégios militares	Escola readequada	Não	unidade	2	2	3	2	3	2
Apoio à implantação das guardas municipais nos municípios com menos de 60.000 habitantes	Município beneficiado	Sim	unidade	40	0	19	0	59	0
Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais	Município beneficiado	Não	unidade	184	55	77	58	184	58
Melhoria da estrutura de atendimento à saúde dos profissionais da segurança pública	Unidade de atendimento estruturada	Não	unidade	2	1	3	0	3	1
Assistência à saúde dos profissionais de segurança pública e seus dependentes	Pessoa assistida	Sim	unidade	10.000	19.260	16.500	15.659	26.500	34.919

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Dada a priorização direcionada aos projetos vinculados ao programa de segurança pública integrada, por entender que os resultados seriam mais significativos no biênio analisado,

têm-se um registro de pouco mais de 48% de execução orçamentária no programa Segurança Pública Cidadã.

Das sete iniciativas priorizadas, somente a de "Assistência à saúde dos profissionais" teve execução acima da meta estabelecida, enquanto que a de "Melhoria da estrutura dos Colégios Militares" teve execução acima de 50%, em relação à meta programada.

Para a iniciativa de "Apoio à implantação das Guardas Municipais", cujo projeto vinculado era o Procidadania, considerando o pleito eleitoral realizado em 2016, com restrições no que concerne à celebração de convênios, e a mudança de estratégia definida pelo Gtoverno do Estado, direcionada ao videomonitoramento dos municípios, referida iniciativa não teve execução, tendo sido inclusive descontinuada para os anos seguintes.

Em relação às metas das iniciativas "Ampliação dos serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social" e "Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais", obteve-se execução aproximada de apenas 14% e 32%, respectivamente, considerando a necessidade de envolvimento de grande contingente de profissionais e a priorização das ações do programa segurança pública integrada, conforme dito anteriormente. Essas ações serão revistas para os próximos anos, considerando a existência de poucos profissionais capacitados para a sua execução.

Sobre a iniciativa de "Ampliação dos serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias", que previa a implantação de Delegacias Especializadas, registra-se que, apesar da celebração de convênio com o Governo Federal para a implantação de uma Delegacia da Mulher na Casa da Mulher Brasileira, os recursos só foram disponibilizados no decorrer de 2017, impossibilitando a finalização da execução nesse mesmo ano. Para os demais projetos previstos na meta, não houve liberação de recursos.

Dentre as ações de destaque desse programa, listam-se algumas, como a realização do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), coordenado pela Polícia militar em 58 municípios do Estado, a criação de 12 novos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDSs) em diversos bairros de Fortaleza, municípios da Região Metropolitana e interior, totalizando, atualmente, 283 CCDSs em todo o Estado; a realização dos fóruns mensais de integração comunitária, ocorridos no âmbito das Áreas Integradas de Segurança (AIS); a realização do projeto "Comunidade Empreendedora", executado em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que beneficiou 402 cidadãos, como forma de fortalecer a proximidade

dos órgãos de segurança e a comunidade e a criação do Conselho de Defesa do Policial no Exercício da Função.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Aponta-se como principal desafio para os próximos períodos a utilização de novas tecnologias que possam garantir a efetividade das ações de segurança, principalmente no que tange à utilização da tecnologia para o avanço das ações de inteligência, para que o elemento surpresa possa atuar a favor da segurança pública, diminuindo a capacidade de reação do agente que comete o delito.

Essa medida poderá potencializar o alcance dos objetivos da Segurança Pública, quais sejam, o aumento da sensação de segurança e da credibilidade dos órgãos que atuam nesta área perante a população cearense.

PROGRAMA 024 - CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo prevenir e inibir transgressões disciplinares dos agentes dos órgãos de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, tendo como público-alvo os agentes desses órgãos.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do Programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	125.340,33	89.069,90	71,06
2017	793.773,76	666.894,80	84,02
Total	**919.114,09**	**755.964,70**	**82,25**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Promoção do diálogo permanente entre sociedade e Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário	Evento Realizado	Sim	unidade	6	10	6	4	12	14
Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar	Servidor Capacitado	Sim	unidade	125	167	137	158	262	325

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

No biênio 2016-2017, a iniciativa "Promoção do diálogo permanente entre sociedade e Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário" conseguiu superar a meta estabelecida para o período, promovendo 14 eventos, dentre os quais estão encontros com a sociedade civil, reuniões com entidades representativas dos trabalhadores da área de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará (associações e sindicatos), comitês e outras instituições ligadas à referida área.

A execução da iniciativa "Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar" também teve a meta física programada para o biênio superada, atingindo o percentual de 124,05%, o que foi possível em razão de parcerias firmadas no âmbito do próprio Estado.

Além das iniciativas prioritárias, acima descritas, vale destacar a implantação do Núcleo de Mediação, com a denominação de Núcleo de Soluções Consensuais, com a finalidade de promover medidas alternativas aos procedimentos disciplinares e aplicação de sanções disciplinares aos servidores dos Órgãos de Segurança. O Núcleo fomenta a solução consensual dos conflitos, de modo a estabelecer a Justiça Restaurativa Disciplinar, mediante o emprego das técnicas de ajustamento de conduta, mediação e possibilidade de suspensão condicional do processo disciplinar. Destaca-se, também, a implantação de uma nova Célula Regional de Controladoria Geral de Disciplina na região do Sertão dos Inhamuns para receber denúncias,

investigar, realizar e acompanhar processos referentes às áreas circunscricionais da região onde está inserida.

Outra realização, considerada relevante para o alcance do objetivo do programa, é a implantação do Núcleo de Desenvolvimento Humano, que se destaca pela importância da promoção de ações preventivas, visando inibir potenciais desvios de conduta. Dentro desse enfoque, chama-se atenção para o compromisso de assegurar a definição de políticas públicas com foco na saúde dos agentes da segurança pública, especialmente em relação à saúde mental.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Entre os principais desafios do programa, identifica-se a necessidade de ampliar a eficiência e eficácia na resolução dos processos disciplinares, visando sempre dar celeridade processual e solucionar os conflitos resultantes de incidentes e controvérsias funcionais, com transparência e zelo pelos princípios constitucionais que regem a administração pública e, consequentemente, o devido processo legal.

Acredita-se que a criação do Núcleo de Soluções Consensuais contribuirá para o alcance desse desafio, auxiliando na resolução de processos disciplinares que tratam de casos de menor complexidade, além de atender ao princípio da economicidade processual.

TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA

Promover a justiça significa garantir o cumprimento da legislação, valorizando os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei.

A política de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família e escola.

Nesta perspectiva, são premissas fundamentais a articulação permanente com as instituições que compõem o sistema de Justiça para a sincronia das ações do estado; o fomento, a participação e efetiva colaboração da iniciativa privada e da academia, como essenciais à sustentabilidade das políticas de redução da violência e inclusão social; bem como a política do Estado conhecer e desenvolver as experiências exitosas, nacionais e internacionais, voltadas a redução da violência, a efetiva inclusão social de fomento a cultura de paz.

O resultado esperado neste tema estratégico é a população contemplada com sistema de justiça eficaz e humanizado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	11,56	9,24	9,54	6,79
Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva	%	18,21	31,21	32,83	33,20
Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária	%	49,30	42,23	47,38	49,13
Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional	%	8,17	6,28	7,94	16,17
Taxa de internos e/ou egressos empregados	%	4,52	2,70	3,31	3,26
Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário	%	1,75	2,03	2,05	2,06
Índice de atendimento à demanda processual do Poder Judiciário	índice	86,6	86,19	108	119,38
Índice de extinção de punibilidade pela prescrição dos processos judiciais	índice	18,5	19,2	13	14,05

Fonte: Sejus e TJ

No tocante ao indicador "Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário", a oferta educacional chegou em 2017 a 1.951 internos, resultado ainda abaixo das expectativas, em virtude de não terem sido retomadas as aulas em algumas unidades prisionais que sofreram rebeliões no ano de 2016 e que precisaram passar por reformas. Isso resultou em uma redução de 4,77 pontos percentuais no decorrer da série histórica observada, fato influenciado também pelo aumento exponencial da quantidade de presos no período.

Das unidades em funcionamento, registra-se que 43 contaram com salas de aula, podendo destacar a inclusão das Unidades Prisionais Agente Luciano Andrade Lima e Desembargador

Francisco Adalberto Barros de Oliveira Leal. Em 2017, o Estado voltou a participar do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), tendo 2.190 alunos inscritos que buscam a certificação no Ensino Fundamental. Já o Exame Nacional do Ensino Médio alcançou o número de 1.003 inscritos. Foram aprovados 16 detentos para o Ensino Superior e 120 jovens foram capacitados no projeto Primeiro Passo Jovem Bolsista.

Sobre o "Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva", é importante esclarecer que, embora esse indicador não tenha variado muito seu desempenho em relação a 2014, todos os esforços têm sido feitos para evitar que este número cresça ainda mais. Para isso, dentre outras ações, o Estado tem investido nas ações de qualificação profissional e empregabilidade dos presos e egressos, com vistas a ofertar novas oportunidades e, assim, reduzir o percentual de reincidentes no sistema. Vale destacar que esse indicador também é reflexo direto do crescimento das facções e organizações criminosas.

Observa-se, por sua vez, que o desempenho do indicador "Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária", tem crescido nos últimos anos, evidenciando a necessidade de maior celeridade do Sistema de Justiça no julgamento dos processos. Contudo, é importante destacar o trabalho feito pelo Estado, que atualmente acompanha cerca de 3.000 pessoas que poderiam estar presas de forma provisória, mas estão contempladas com alternativas prisionais.

A Central de Alternativas Penais (CAP) realiza o acompanhamento psicossocial e orientação jurídica aos beneficiários destas medidas. Inicialmente, a população beneficiária ficou restrita aos cumpridores de pena de medidas cautelares alternativas ao aprisionamento provisório, dentre as quais preponderam o comparecimento mensal à CAP para participar de atividades de prevenção ao cometimento de delitos. Além desta medida, a segunda maior incidência é de recolhimento domiciliar de fim de semana e noturno, que tem sua fiscalização efetivada com o apoio do Grupo de Custódia do Estado.

Em 2017, o indicador "Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional" ficou 8,23 pontos percentuais acima do valor registrado em 2016, atingindo o maior percentual da série histórica. Isso pode ser explicado pelo incremento de ações, como realização de cursos e capacitações online, em parceria firmada com o Instituto Mundo Melhor através de um Acordo de Cooperação Técnica. Nesse mesmo ano também foram beneficiados 9.650 internos e egressos com ações de empregabilidade e qualificação profissional através da oferta de diversos cursos de capacitação e das seguintes ações:

oficinas de trabalho realizadas dentro das unidades; implantação de cinco empresas dentro das unidades prisionais; Projeto Livro Aberto; Projeto RecicloVidas; Projeto Mãos que Reciclam; e Projeto Mãos Livres.

Ainda na seara das políticas de ressocialização, ressalta-se que as ações de capacitação e qualificação profissional da mão de obra carcerária não têm sido suficientes para sua absorção pelo mercado de trabalho, sobretudo pelo descumprimento da Lei de Vagas (Nº 15.854/2015), que dispõe sobre a reserva de vagas de empregos referentes a contratos com o Estado do Ceará.

No que tange o indicador "Taxa de internos e/ou egressos empregados", o realizado em 2017 apresentou um resultado inferior a 2014 em 1,26 pontos percentuais, embora o Estado tenha se esforçado no sentido de fazer projetos e firmar parcerias com empresas para contratarem mão de obra dentro e oriunda do sistema prisional. Exemplo disso foi a contratação de 80 presos por cinco empresas instaladas dentro das unidades prisionais no ano de 2017.

Outrossim, o indicador "Taxa de ocupação de vagas no sistema penitenciário" depende também do trabalho que é feito pelo Sistema de Justiça. Uma vez que a prestação jurisdicional não tem sido célere o suficiente para dar conclusão aos processos, há impacto direto em todo o sistema prisional, verificado pela superlotação das vagas. Nesse contexto, uma das ações adotadas para reduzir o excedente prisional foi a construção de novas unidades prisionais, como a Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes, com 140 vagas, Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (CEPIS), com 1.016 vagas, e a Unidade Prisional Professor José Sobreira de Amorim, que ampliou 600 vagas para o sistema, o que totaliza 1.756 novas vagas criadas no biênio em referência. No entanto, mesmo com esse esforço do Estado em garantir mais vagas, a quantidade de entradas e reentradas ao Sistema Penitenciário cresce de forma exponencial.

O "Índice de atendimento à demanda processual do Poder Judiciário" reflete a capacidade de se dar vazão ao volume de casos ingressados na justiça estadual. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes.

Verifica-se o aumento do referido índice no decorrer da série histórica em análise, o que demonstra que o Estado está conseguindo finalizar mais processos do que a quantidade de casos novos, sinalizando a redução do acervo de processos criminais. Alguns trabalhos vêm sendo realizados nessa competência de forma a viabilizar melhorias, como o Projeto Tempo de Justiça, que tem agilizado o julgamento de homicídios.

Por sua vez, o "Índice de extinção da punibilidade pela prescrição dos processos judiciais" apresentou, em 2016, uma redução de 6,2 pontos percentuais graças ao esforço do Estado em acompanhar e buscar medidas para a redução. Ressalta-se que, em dezembro de 2017, houve a realização da Semana de Sentenças e Baixas, que fomentou os julgamentos e baixas processuais, aumentando a produtividade e evitando um aumento ainda maior da taxa de congestionamento.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA JUSTIÇA E CIDADANIA

PROGRAMA 004 - INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo garantir a infraestrutura apropriada à gestão das atividades fins do Sistema Penitenciário do Ceará, tendo como público-alvo servidores, funcionários, presos e egressos do sistema penitenciário.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	286.535.613,84	215.278.240,23	75,13
2017	308.029.333,95	244.549.844,88	79,39
Total	**594.564.947,79**	**459.828.085,11**	**77,34**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional	Unidade Prisional Implantada	Sim	unidade	12	3	3(2)	1	12	4
Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso	Preso/ Egresso Beneficiado	Não	unidade	16.332	1.800	16.332	9.650	16.332	9.650
Apoio à execução de alternativas penais	Preso/ Egresso Beneficiado	Não	unidade	6.000	3.382	6.500	2.623	6.500	3.382

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.
(2) Das 12 unidades previstas para 2016, três foram reprogramadas para 2017.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Com relação à "Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional", no biênio em referência (2016-2017), foram inauguradas quatro unidades prisionais que ampliaram 1.756 novas vagas ao Sistema Prisional, número que se mostrou ainda insuficiente para abrigar toda a população do Sistema no Estado do Ceará, contando que houve crescimento bastante acentuado e a previsão inicial era de que mais unidades seriam entregues (Unidade Penitenciária Semi Aberto – 944 vagas, Cadeia de Jovens e Adultos – 685 vagas, e Cadeia Pública de Tianguá – 153 vagas), o que não ocorreu devido, dentre outros fatores, a atrasos decorrentes de dificuldades na liberação de recursos financeiros.

Sobre o "Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e a empregabilidade do preso e do egresso", registrou-se uma elevação satisfatória do resultado do ano de 2016 para o ano de 2017. No entanto, o número atual de 9.650 pessoas beneficiadas ficou ainda muito abaixo da meta programada em virtude da dificuldade na execução das Leis da Reserva de Vagas (lei N° 15.854/2015) e de Incentivos à instalação de empresas nas unidades (lei N° 16.272/2017). Estas leis têm como objetivo maior o aproveitamento da mão de obra carcerária e de egressos do Sistema, além da industrialização das Unidades Prisionais, porém

encontram entraves para sua efetivação. Além disso, o Estado esbarra no preconceito e na deficiência de articulação junto aos empresários para atrair mais empresas para os presídios. Por fim, a quantidade de presos e egressos beneficiados com medidas cautelares diversas à prisão no ano de 2017 foi equivalente à apenas a metade da meta, resultado influenciado pela ausência de formalização da Central de Alternativas Penais (CAPs) na estrutura do Governo e pela não constituição de núcleos da CAP para região metropolitana e interior, o que faz com que as ações estejam restritas apenas à Fortaleza.

É importante esclarecer que o quantitativo acima é impactado diretamente pelo Sistema de Justiça, uma vez que as pessoas que chegam à CAP são encaminhadas pelas Varas Criminais de Fortaleza e pelas Audiências de Custódia.

Apesar das dificuldades de execução enfrentadas, o programa ainda conseguiu atingir no biênio o empenho de quase 80% dos recursos orçamentários programados, percentual que poderia ter sido ainda melhor caso as obras das demais unidades prisionais previstas para o período tivessem conseguido avançar normalmente.

PRINCIPAIS DESAFIOS

As questões que envolvem Justiça e Cidadania são bastante complexas e tornam difícil a escolha de apenas um desafio. No entanto, merece especial atenção a execução efetiva e continuada das políticas de ressocialização, que englobam ações de educação, qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho, representando um grande desafio para o alcance de melhores resultados e o êxito na política setorial.

Encarcerar não é o único caminho para garantir o cumprimento da Lei de Execuções Penais. Por isso, ampliar a quantidade de vagas, apenas, não resolve o problema da superlotação carcerária. Além do encarceramento, o Estado precisa trabalhar com outras vertentes fundamentais:
1) monitorar junto ao Poder Judiciário a agilidade no julgamento dos processos para evitar a permanência em massa de presos à espera de sentença;

2) realizar as audiência de custódia e disponibilizar o tornozelamento eletrônico daqueles que estão respondendo a algum delito nos regimes aberto e semiaberto, conforme decisão judicial;
3) garantir o cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, a exemplo da Central de Alternativas Penais; e
4) promover a ressocialização, que implica no investimento em educação e qualificação profissional no interior das unidades, não apenas para resignificar a dignidade dos privados de liberdade, mas também para minimizar a reincidência ou retorno ao sistema prisional após o cumprimento de pena e para potencializar a utilização da mão de obra carcerária com a instalação de empresas nas unidades, conforme lei N° 16.272/2017, que trata dos incentivos à instalação de sociedades empresárias nas unidades prisionais e/ou casas de privação provisória.

PROGRAMA 012 - TUTELA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

O Programa tem como objetivo viabilizar o resguardo dos interesses sociais e individuais indisponíveis do cidadão, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	13.203.909,36	7.145.827,40	54,12
2017	10.203.514,00	3.014.365,99	29,54
Total	**23.407.423,36**	**10.160.193,39**	**43,41**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Ampliação da atuação ministerial de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis	Promotoria implantada	Sim	unidade	2	0	0	0	2	0
Ressarcimento à coletividade por danos aos interesses difusos e coletivos	Projeto Apoiado	Sim	unidade	10	1	0	0	10	1
Apoio a políticas de proteção e defesa dos direitos difusos	Projeto Apoiado	Sim	unidade	2	4	5	4	7	8
Reaparelhamento e modernização dos Órgãos Estaduais de Execução e de Apoio	Projeto Apoiado	Sim	unidade	0	1	0	0	0	1
Reaparelhamento e modernização do Ministério Público e dos Órgãos Estaduais de Execução e de Apoio	Projeto Apoiado	Sim	unidade	1	0	0	0	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)

(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Para a execução do programa, o Estado estruturou um processo coletivo de construção; neste sentido, organizou o Fórum Social para consulta à sociedade a respeito dos temas de atuação prioritária. O tema do Fórum foi "Foco na transformação da realidade social do Ceará". Durante este período, a sociedade elencou as prioridades para atuação do Ministério Público do Ceará (MPCE), acerca de 12 temas pertinentes à tutela dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ao final, foram listadas de três a cinco ações para atuação do Ministério em cada tema.

É relevante informar que se optou pela realização de um fórum virtual, mediante o preenchimento de formulário disponibilizado ao público no site do Ministério Público estadual, sem impacto nas despesas do órgão.

A respeito da "Ampliação da atuação ministerial de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis", a iniciativa tinha por fim a ampliação da quantidade de promotorias especializadas. Entretanto, mostrou-se inviável frente às restrições orçamentárias do exercício. Neste sentido, foi priorizada a iniciativa de estruturação dos Núcleos de Mediação Comunitária, cuja quantidade atual é de 10 unidades.

Estes núcleos são voltados para a solução de conflitos, através do diálogo, de forma pacífica, bastando, para tanto, serem motivadas por alguém capacitado. Os mediadores são capacitados pelo Estado e os Núcleos de Mediação Comunitária contam com a atuação de cerca de 135 voluntários devidamente capacitados.

O ressarcimento à coletividade por danos aos interesses difusos e coletivos é uma iniciativa que consiste no financiamento (apoio) de projetos pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID). Neste sentido, no biênio analisado, foi apoiado um projeto: Projeto da Organização da Sociedade Civil (OSC) - Centro de Convivência Mão Amiga, que promoveu a inclusão social da pessoa com deficiência por meio de assistência especializada.

A iniciativa de "Apoio a políticas de proteção e defesa dos direitos difusos" tem por finalidade apoiar projetos que tratem do fortalecimento das políticas públicas de proteção e defesa dos direitos difusos submetidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará. O Conselho Estadual Gestor do FDID apoiou quatro projetos, em 2016, e outros quatro, em 2017, relacionados a essa iniciativa.

Em relação à iniciativa de "Reaparelhamento e modernização do Ministério Público e dos Órgãos Estaduais de Execução e de Apoio", esta se destina a apoiar projetos submetidos ao Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará e voltados ao reaparelhamento e modernização do MPCE. Considerando a criação do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público, em dezembro de 2015, a iniciativa tende a não apresentar execução orçamentária, já que 40% da receita arrecada pelo FDID é transferida à conta deste. O resultado apresentado para a meta do biênio trata-se da execução de um projeto apoiado em 2015, antes da vigência da lei que regulamentou o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do MPCE (FRMMP).

A partir da vigência da lei, em 2015, os projetos com tal finalidade passaram a ser submetidos diretamente aos recursos do FRMMP e não mais ao FDID. Desta forma, justifica-se o fato de se ter previsto para 2016, como produto da iniciativa, um projeto apoiado, o que não foi realizado pelos motivos já elencados.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Apesar da crescente demanda para instalação de novos Núcleos de Mediação Comunitária, a limitação orçamentária impõe restrições da ampliação. Tal limitação ocorre porque cada núcleo requer uma estrutura mínima de funcionamento, e cada estrutura tem um custo. Neste sentido, o Estado do Ceará tem buscado viabilizar parcerias com instituições públicas e privadas, além de entidades civis, no intuito de instalar os novos núcleos em sedes compartilhadas, reduzindo desta forma o custeio.

Além dos custos das sedes, visando otimizar os recursos disponíveis, os treinamentos são realizados por servidores do próprio Ministério Público estadual.

Em relação aos projetos apoiados pelo FDID, um dos desafios reside na própria gestão administrativa do Fundo, tendo em vista que sua administração e manutenção é originariamente realizada pelos próprios servidores do MPCE. Neste sentido, o MPCE tem realizado a gestão do fundo por meio de equipe multidisciplinar, sob gerência do Conselho Estadual Gestor do Fundo, mas com frequentes limitações de disponibilidade.

É importante salientar que, mesmo sem sistemas próprios de gestão, foram analisados 33 projetos em 2017. Destes, 28 não foram aprovados, em razão do não atendimento a requisitos imprescindíveis à análise e votação do projeto, destacando-se a não apresentação de documentos exigidos e inclusão de despesas indevidas. Estas evidências representam um grande desafio ao acesso aos recursos do fundo, mostrando que as organizações e órgãos não estão bem preparados para cumprir os requisitos mínimos exigidos.

Neste sentido, o MPCE já se manifestou, e através de seu Centro de Apoio Operacional vem proporcionando capacitação para as Organizações da Sociedade Civil, de modo a prepará-las melhor e permitir que mais recursos sejam destinados à sociedade.

PROGRAMA 036 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O Programa tem como objetivo contribuir para o aprimoramento da gestão judiciária, tornando o Tribunal de Justiça do Ceará uma instituição reconhecida pela confiabilidade e pela celeridade na promoção da justiça, tendo como público-alvo as partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de justiça e demais interessados.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	15.000,00	0,00	0,00
2017	-	-	-
Total	**15.000,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais	Unidade Judiciária estruturada	Sim	unidade	238	144	46	41	284	185
Ampliação e qualificação da prestação jurisdicional	Projeto implantado	Sim	unidade	10	8	5	6	15	14

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Dentre as principais realizações do programa no período, destacam-se o aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação e Comunicação; a melhoria das estatísticas processuais; a garantia da efetividade das audiências; a uniformização da jurisprudência em demandas repetitivas; o módulo de distribuição e controle integrado de mandados - Oficiais de Justiça; a transformação de processos estratégicos, a criação de secretarias únicas especializadas e a criação de Centros Judiciais de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

Vale destacar também as ações de reestruturação das execuções fiscais; criação de política de atendimento ao jurisdicionado; análise, racionalização e manualização dos processos dos setores integrantes da secretaria judiciária; e desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento dos Serviços Extrajudiciais (SASE).

Ressalta-se que restrições orçamentárias e financeiras prejudicaram o alcance da totalidade das metas previstas para o período. Ainda assim, a iniciativa com menor execução obteve um percentual de desempenho de 65,14%, mostrando que, apesar das dificuldades enfrentadas, o programa conseguiu realizar boa parte de suas ofertas planejadas no PPA para o biênio 2016-2017.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Na iniciativa de ampliação e qualificação da prestação jurisdicional, mesmo com as restrições orçamentárias no biênio 2016-2017, as perspectivas para o segundo biênio do PPA são positivas. Os recursos estão sendo priorizados com vistas ao cumprimento da meta até o final de 2019.

Ressalta-se que os recursos alocados na implantação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) no interior, oriundos de investimento do tesouro estadual, impactaram positivamente no programa de Excelência Jurisdicional. O aporte financeiro se deu no ano de 2018, possibilitando a melhoria na infraestrutura física e de tecnologia da informação das unidades, que ocasionará a melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais.

PROGRAMA 039 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)

O Programa tem como objetivo integrar os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, melhorando a segurança, a qualidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Justiça e Cidadania e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, tendo como público-alvo os órgãos da administração compartilhada do sistema de justiça criminal.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	12.500,00	-	0,00
2017	-	-	0,00
Total	**12.500,00**	**-**	**0,00**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acumulativo (S/N) (1)	Unidade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal	Sistema de informação melhorado	Sim	unidade	1	0	[2]	1	3	1
Expansão dos serviços de apoio à área criminal	Unidade judiciária atendida	Não	unidade	12	0	14	0	14	0
Melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal	Serviço integrado	Sim	unidade	3	0	1	0	4	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A iniciativa relacionada à qualidade dos dados de identificação e histórico criminal envolve ações de melhoria das informações dos sistemas de informação do Estado, de forma a possibilitar a confiabilidade das consultas a esses sistemas. Atualmente, os sistemas de informação dos órgãos convenentes apresentam deficiência quanto aos dados de identificação e histórico dos indivíduos, muitas vezes, com duplicação das partes, além de problemas relacionados à falta de alimentação dos sistemas para obtenção de histórico do réu, dentre outras inconsistências.

Em setembro de 2017, foi iniciado no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) o projeto "Saneamento dos dados processuais da área criminal do 1º grau", que visa ao saneamento dos dados dos sistemas processuais em uso nas unidades judiciárias onde se julgam processos vinculados

à área criminal. Durante o tempo em que esteve ativo, o projeto em tela não impactou no resultado da meta, pois esta contabiliza sistemas melhorados. Destaque-se que, no mesmo período, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) contribuiu para a realização da referida meta, ainda que em parte, por meio da melhoria do Sistema de Informação Policial (SIP).

Diante do exposto, para melhor aferição dos resultados dessa iniciativa, o produto foi revisto para o biênio 2018-2019, sendo alterado para unidade judiciária saneada.

A expansão dos serviços de apoio à área criminal foi realizada por meio da Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC), unidade do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que conta com a cooperação mútua da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e da Secretaria da Justiça (Sejus). A iniciativa não apresentou resultado no biênio 2016-2017, pois neste período a CIAAC passou por necessidade de adequação dos serviços a serem disponibilizados, além da restrição de recursos humanos e de estruturas física e tecnológica. Atualmente, são atendidas pela CIAAC 14 unidades judiciárias com o serviço de Cumprimento do Alvará de Soltura; porém, a meta para 2018 é expandir os serviços para as 38 unidades criminais existentes no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza.

No que diz respeito à iniciativa "Melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal", ainda não foi possível fazer a integração de nenhum serviço, tendo em vista a restrição de recursos financeiros e de equipe técnica. Destaque-se que está em execução um projeto de integração dos serviços do mandado de prisão, como piloto para a integração dos sistemas de informação dos órgãos partícipes do programa. Tal projeto tem previsão de conclusão para o final de 2019.

PRINCIPAIS DESAFIOS

No que diz respeito à melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal, o projeto correlato "Saneamento dos dados processuais da área criminal do 1º grau" foi suspenso, em agosto de 2018, por indisponibilidade de recursos humanos na Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, em decorrência de outras demandas prioritárias do TJCE e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto será retomado na próxima gestão da instituição, a iniciar em fevereiro de 2019.

Ressalte-se que o projeto será executado com uma nova roupagem, tendo como base uma comissão permanente de saneamento de dados que atuará em um rol de unidades judiciárias a serem saneadas, conforme um cronograma de trabalho a ser definido. A previsão de início das atividades da comissão é fevereiro de 2019.

A melhoria das comunicações entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal, reproduzida nas integrações de sistemas de informática, apresenta como principal desafio o alinhamento das prioridades dos órgãos partícipes na execução do Programa, especialmente no que se refere à alocação de equipe técnica de trabalho e de recursos financeiros.

TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS

A política sobre drogas traz, em sua essência, o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma sociedade justa e igualitária a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas, de modo integrado e diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

As estratégias de intervenção devem ser concebidas de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, o Governo está priorizando o fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersetorial com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública.

O resultado esperado neste tema estratégico são as pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela a seguir:

Indicadores Temáticos – 2014-2017

Indicador	Unidade de Medida	2014	2015	2016	2017
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos	%	0,04	1,78	0,90	0,90
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante	%	35,47	16,10	13,02	20,18
Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes	%	15,87	17,00	16,02	16,74

Fonte: SPD

Analisando o quadro acima, constata-se que o indicador referente ao "Percentual de jovens apreendidos com drogas em relação ao número total de jovens adolescentes apreendidos" manteve-se, em 2017, nos mesmos patamares do ano de 2016 (0,90%), bem inferior ao percentual alcançado em 2015, onde atingiu o patamar de 1,78%.

No tocante aos "Jovens adolescentes autuados por tráfico de drogas em relação ao total de jovens autuados em flagrante", após tendência decrescente no período de 2014 a 2016, observa-se que o indicador atingiu o patamar de 20,18% em 2017, o que representa um crescimento de 7,16 pontos percentuais em relação ao valor obtido em 2016. Esse crescimento, apesar de se apresentar como um fator negativo quando se avalia que um maior número de jovens, foi apreendido pelo tráfico de drogas, representa por outro lado o resultado repressivo exercido pela Polícia com uma atuação mais firme no combate ao tráfico de drogas.

Em relação ao "Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes", o indicador apresentou pequena variação no decorrer da série histórica, atingindo, em 2017, o percentual de 16,74%, 0,72 ponto percentual a mais que no ano anterior, porém abaixo do valor registrado em 2015 (17,00%). Isso vem a corroborar o indicador anterior, que teve um leve crescimento em função de uma ação mais firme na questão do combate ao tráfico de drogas.

No conjunto, esses percentuais demonstram uma relativa estabilidade nos indicadores que medem a participação da população jovem na problemática das drogas, especialmente no

envolvimento com tráfico ou porte de drogas, apesar de todos os esforços empreendidos pelo Governo com ações voltadas à prevenção, acolhimento e cuidado e reinserção social e profissional de pessoas envolvidas com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

A melhoria desses indicadores requer um trabalho articulado do poder público e da sociedade civil na busca de encontrar as melhores soluções para um tema tão relevante e atual no mundo moderno. A interiorização e a ampliação de ações e iniciativas voltadas para a sensibilização, orientação e prevenção ao uso de drogas junto a crianças, adolescentes, jovens e familiares, sem desconsiderar o trabalho de repressão ao tráfico realizado pelo Estado, são de inconteste importância na diminuição desses índices, partindo da premissa de que os jovens estão tendo seu primeiro contato com a droga cada vez mais cedo.

A implantação de equipamentos como os Centros de Referência sobre Drogas – CRDs, as Unidades de Acolhimento – UAs e a expansão do Projeto Corre Pra Vida para bairros e cidades de maior vulnerabilidade social seriam iniciativas de grande impacto e contribuição para um Ceará onde as pessoas, famílias e comunidades tenham proteção ampliada no âmbito das drogas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

PROGRAMA 085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

O Programa tem como objetivo reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para as pessoas, famílias e comunidades, tendo como público-alvo usuários, familiares e comunidade em geral.

A seguir, é apresentada a execução orçamentária do programa no biênio em análise, bem como a execução física dos produtos principais de suas iniciativas prioritárias.

Execução Orçamentária 2016-2017 (R$)

Ano	Lei + Créd.	Empenhado	% Emp.
2016	7.279.670,81	4.450.600,59	61,14
2017	5.832.020,00	3.900.730,40	66,88
Total	**13.111.690,81**	**8.351.330,99**	**63,69**

Fonte: Seplag - SIOF

Execução Física - Iniciativas Prioritárias 2016-2017

Iniciativas Prioritárias	Produto	Acu-mu-lativo (S/N) (1)	Uni-dade de Medida	Prog. 2016	Real. 2016	Prog. 2017	Real. 2017	Total 2016-2017	
								Prog.	Real.
Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas	Pessoa atendida	Sim	Unidade	146.280	87.477	36.065	40.951	182.345	128.428
Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas	Pessoa atendida	Sim	Unidade	198.352	2.830	150.919	56.022	349.271	58.852
Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas	Pessoa atendida	Sim	Unidade	7.568	0	842	540	8.410	540
Ampliação da participação da sociedade no controle social e nas políticas sobre drogas	Evento realizado	Sim	Unidade	552	45	84	71	636	116
Melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas	Profissional capacitado	Sim	Unidade	3.224	0	1.613	0	4.837	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA)
(1) Produto acumulativo: oferta cujo total é representado pela soma dos valores programados/realizados no biênio. Produto não acumulativo: oferta em que não é possível se obter o total pela soma dos valores anuais, por representar a continuidade da oferta ao longo dos anos. Nesse caso, o total é representado pelo maior valor programado/realizado no biênio.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Como se pode observar no quadro da execução física das iniciativas prioritárias do programa em análise, em nenhuma delas foram atingidas as metas programadas para o biênio 2016 e 2017. Um dos principais fatores que contribuíram decisivamente para esse fato foi a superestimação de um conjunto de ações para a concretização das ofertas de cada iniciativa em um período em que a Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas (SPD) ainda estava sendo estruturada (a sua criação ocorreu em 2015, ano de elaboração do PPA 2016-2019).

Assim, foi gerada uma expectativa futura de ampliação de recursos financeiros para aprovação de vários projetos, os quais não foram suficientes para alcançar as metas estabelecidas no PPA, principalmente para o ano de 2016.

Outro fator que corroborou com a baixa execução geral foi a não concretização de parcerias negociadas com o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, cujas metas foram planejadas e não executadas pela falta de liberação de recursos financeiros. A título de exemplificação, cita-se a parceria firmada para a construção de dois Centros de Referência sobre Drogas (CRDs) e três Unidades de Acolhimento (UAs) no interior do estado, cujas ações previstas no período após seu funcionamento não foram realizadas, impactando diretamente na baixa execução física do biênio.

A iniciativa "Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas", por exemplo, atingiu somente 16,85% da meta estabelecida, devido, principalmente, à indisponibilidade de recursos a uma ação que visava a ampliação do quantitativo de vagas de acolhimento e tratamento de pessoas com uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Na iniciativa "Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas", havia uma parceria com o Ministério da Justiça para a realização de qualificação social e profissional de pessoas em regime de acolhimento e tratamento em Comunidades Terapêuticas, porém foi cancelada por contingência financeira em 2016. Apesar disso, por meio de articulações institucionais, formação de parcerias com outras setoriais e a utilização de recursos do custeio finalístico, foi possível a realização de ações pontuais que permitiram o alcance de 6,43% da meta prevista para o período.

Em relação à iniciativa "Ampliação da participação da sociedade no controle social e nas políticas sobre drogas", as metas realizadas atingiram um patamar de 18,24% da execução física prevista para o período a partir de um trabalho desenvolvido pela equipe técnica da secretaria, utilizando-se de recursos do custeio de manutenção para pagamento de diárias e deslocamento da equipe para a realização das ações planejadas.

Por sua vez, na iniciativa "Melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas" não houve nenhuma ação/projeto aprovado no período, motivo pelo qual não houve execução física que pudesse contribuir para o alcance dos objetivos da iniciativa.

Apesar das dificuldades enfrentadas, destaca-se o esforço do Governo do Estado em relação à temática da política sobre drogas, a partir da criação de uma secretaria específica, constituindo-se na única secretaria estadual do Brasil voltada, exclusivamente, para esta

questão, que atua por meio do desenvolvimento e execução de ações nos eixos da Prevenção, Acolhimento/Cuidado e Reinserção Social e Profissional.

No eixo da Prevenção, destacam-se os projetos caracterizados como prevenção universal primária, direcionados ao público em geral que não apresenta, necessariamente, situação de vulnerabilidade ou uso problemático de drogas. Inicialmente, o Estado atuou nas escolas de Ensino Fundamental por meio de parceria com os ministérios da Justiça e da Saúde, com os Programas Elos, #Tamojunto e Famílias Fortes, bem como nas escolas de Ensino Médio, através do Projeto Juventude em Ação. Vale ressaltar que o Projeto Juventude em Ação foi aprovado em 2º lugar na seleção escrita do Laboratório de Inovações em Saúde de Adolescentes e Jovens, uma iniciativa do Ministério da Saúde e da Organização Panamericana da Saúde (OPAS). Desde 2016, o Projeto Fortalecendo Minha Comunidade atua em territórios de diversos municípios cearenses, através do incentivo à efetivação de projetos relacionados a esporte, lazer e cultura.

Destaca-se, em 2017, a implantação de dois projetos em parceria com o Programa Mais Infância Ceará. São eles: o Projeto Prevenção em Família, como estratégia de prevenção ao uso abusivo de drogas por meio de processos formativos para profissionais criarem espaços junto aos núcleos familiares de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses; e o Projeto Sementes do Amanhã, direcionado a promover ações para o fortalecimento da rede de atenção à saúde voltada à prevenção e cuidado às mulheres, em situação de vulnerabilidade com relação ao uso de álcool e outras drogas, que se encontram no ciclo gravídico-puerperal, bem como a seus filhos recém-nascidos.

Estas ações constituem o Sistema Integrado de Prevenção (SIP) e já atingiram 34 municípios cearenses em 165 escolas, 64 equipamentos de Assistência Social e 38 projetos territoriais, beneficiando mais de 50 mil pessoas.

Quanto ao eixo Acolhimento e Cuidado, o Governo do Estado disponibiliza, através do Sistema Acolhe Ceará, 532 vagas de acolhimento voluntário em Comunidades Terapêuticas (CTs) para pessoas em processo de ressignificação para o uso abusivo de drogas. Os encaminhamentos são advindos de equipamentos de Saúde da Rede de Atenção Psicossocial, preferencialmente Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). São disponibilizados, ainda, atendimentos presenciais e telefônicos no Centro de Referência sobre Drogas (CRD), localizado nas cidades de Fortaleza e Juazeiro do Norte.

Ainda neste eixo, há o Projeto Corre pra Vida, voltado para o atendimento e resgate de vínculos de pessoas em situação de rua, tendo 550 beneficiários cadastrados e realizando, em média, 148 atendimentos/dia. O projeto contempla contêineres localizados na comunidade do Oitão Preto e no bairro Parangaba, em Fortaleza, onde profissionais executam abordagens de campo e encaminhamentos para a Rede do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de apoio, bem como desenvolvem oficinas de arteterapia e jogos lúdicos.

Finalmente, o eixo Reinserção Social e Profissional se constitui numa estratégia fundamental do processo de ressignificação, pois permite que o indivíduo adote novos comportamentos e propicia ocupação e geração de renda. Neste contexto, foram qualificadas 400 pessoas através do Projeto Novas Escolhas e 585 pessoas através do Projeto Criando Oportunidades.

Na era tecnológica, o Estado também dialoga com a sociedade através das mídias digitais, ofertando um aplicativo gratuito - "SPD Aqui Tem Ajuda" - que disponibiliza informações dos 184 municípios cearenses quanto às políticas sobre drogas, além das redes sociais por meio do Twitter @spdceara, Facebook /spdceara, Instagram @spdceara, promovendo, assim, a discussão da temática para a adoção de práticas que diminuam o uso abusivo de drogas e tragam qualidade de vida ao povo cearense.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A atuação nas políticas sobre drogas é desafiante, passando da necessidade de responsabilidade compartilhada até a avaliação para novas oportunidades de aperfeiçoamento. Para tanto, foram elencados dois desafos prioritários: tornar mais eficientes e eficazes as ações intersetoriais relacionadas à política sobre drogas; e ampliar e fortalecer os fatores de proteção aos problemas relacionados ao uso de drogas.

No primeiro desafio, a articulação intersetorial de diferentes conhecimentos entre instituições governamentais e da sociedade civil torna-se fundamental para atuar na complexidade das questões e no alcance de resultados integrados. Alguns pontos desse processo se destacam, como: a sensibilização de parcerias para envolvimento nas políticas sobre drogas; envolvimento de servidores; garantia de maior participação e controle social; monitoramento e avaliação das ações realizadas. Nesse sentido, algumas parcerias intersetoriais já estão sendo realizadas, como a realização de convênios com universidades e faculdades (Unifor, Nassau, Fametro, etc.), articulação com prefeituras municipais para cooperação na execução dos projetos de prevenção, contratação de vagas em comunidades terapêuticas, encaminhamentos da

justiça de pessoas com penas alternativas para grupos de apoio no Centro de Referência sobre Drogas, dentre outras, em um trabalho contínuo de ampliação das ações de políticas sobre drogas no estado.

No segundo desafio, destaca-se a necessidade de se atuar num modelo que prevê a redução dos fatores de risco e o aumento dos fatores de proteção à saúde, envolvendo capacitação das pessoas e das comunidades (profissionais da educação, saúde, assistência social para atuarem com crianças, adolescentes, família, comunidade) com intuito de modificar determinantes da saúde em benefício de sua qualidade de vida.

Outras ações também se fazem necessárias para o fortalecimento da prevenção, como a construção do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas, pesquisa de avaliação da efetividade dos projetos executados, grupo de apoio às famílias, implantação de um conselho estadual de políticas sobre drogas paritário (gestão e controle social), dentre outros.

Destaca-se, ainda, a necessidade de um observatório cearense de informações sobre drogas como forma de potencializar ações, sistematizar o conhecimento sobre problemas relacionados ao uso de drogas, seus impactos sociais, qualificando a discussão sobre o tema por meio de argumentos baseados em evidências científicas.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

4

AVALIAÇÃO DA SOCIEDADE

A Participação Cidadã pode ser traduzida como uma forma de atuação dos diversos setores da sociedade na implementação das políticas públicas, na perspectiva da solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum.

No âmbito do Plano Plurianual, a promoção dessa interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas em um processo de planejamento, monitoramento e avaliação participativos que extrapola as propostas de campanha é uma de suas premissas, prevista em lei.

Desde sua formulação, o PPA 2016-2019 foi gerido com base na premissa da Participação Cidadã, o que pode ser constatado na realização de encontros regionais com a presença de diversos representantes da sociedade, tanto na etapa de planejamento (formulação do Plano), quanto nas etapas de monitoramento e avaliação.

Além do PPA, outra dimensão da Participação Cidadã é a Ouvidoria, um importante instrumento de promoção do envolvimento dos cidadãos, principalmente por ser capaz de atender a demandas diversas da população difusa, bem como possibilitar a melhoria de políticas e serviços públicos a partir da contribuição dos cidadãos. Qualquer pessoa pode ter acesso aos seus canais e abordar temas variados, diferentemente do que ocorre nos encontros regionais.

Por meio do Sistema de Ouvidoria do Estado, componente do Ceará Transparente, o cidadão pode manifestar-se de diversas formas, desde a realização de reclamação ou solicitação de serviços públicos, até denúncia, crítica, sugestão ou elogio.

O presente capítulo, além de sintetizar os resultados da Avaliação Participativa e Regionalizada, ocorrida no primeiro semestre de 2018, com o propósito de reunir a sociedade local e discutir a execução da ação governamental e os resultados obtidos, apresenta os resultados das manifestações da Ouvidoria, obtidos ao longo do ano de 2017.

1. AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E REGIONALIZADA

Os encontros regionais de Avaliação Participativa e Regionalizada do Plano Plurianual 2016-2019, que ocorreram entre os dias 30 de maio e 29 de junho de 2018, tiveram como objetivos: (i) promover discussões acerca do desempenho dos eixos, a partir da análise dos resultados e das diretrizes estabelecidas e priorizadas nos anos anteriores; (ii) obter uma avaliação das principais realizações do Governo durante o biênio de 2016-2017, por região; e (iii) coletar subsídios para o processo de construção do PPA 2020-2023.

As oficinas foram realizadas em 13[1] das 14 regiões de planejamento (Maciço de Baturité, Litoral Oeste-Vale do Curu, Cariri, Centro-Sul, Sertão Central, Serra da Ibiapaba, Sertão de Sobral, Litoral Norte, Sertão dos Inhamuns, Sertão dos Crateús, Sertão de Canindé, Vale do Jaguaribe e Litoral Leste) e tiveram um público total de 1.748 participantes, desconsiderando-se o número de apoiadores por oficina (incluindo-se a equipe da Seplag, a equipe de apoio dos demais órgãos e o *staff* do evento, de forma geral). O perfil deste público participante está apresentado no Relatório-síntese da Avaliação Participativa e Regionalizada (anexo do volume II deste documento).

A partir da metodologia estabelecida, também contemplada no anexo acima mencionado, foram colhidos dois insumos que permitiram uma análise mais detalhada e crítica sobre os temas que mais se sobressaíram nas discussões de avaliação do biênio 2016-2017 do PPA vigente.

O formulário de avaliação individual e o formulário do relator permitiram análises individuais e coletivas, respectivamente, para visualizar quais são as demandas que apareceram com mais centralidade nos debates.

Ao todo, foram tabulados 1.933 dados qualitativos referentes às ponderações elencadas pelos participantes no formulário de avaliação individual. Levando em conta o quantitativo total de público participante nas 13 regiões do estado, pode-se considerar que houve uma média de 149 reivindicações por região.

Quando analisadas as respostas qualitativas à pergunta sobre percepções dos cidadãos da região acerca dos dois primeiros anos de execução do PPA, os resultados foram compilados a partir da relação entre essas percepções da população e as iniciativas existentes no PPA e, consequentemente, aos Temas Estratégicos.

Sendo assim, constatou-se que os temas que mais vezes apareceram foram Segurança Pública, Meio Ambiente, Saúde, Saneamento Básico e Cultura.

[1] A Oficina Regional da Grande Fortaleza foi cancelada, devido a uma mudança logística que ocasionou um baixo quantitativo de cidadãos participantes e não foi possível remarcá-la por conta das restrições do período eleitoral.

Tabela 1. Quantidade de citação dos Temas Estratégicos

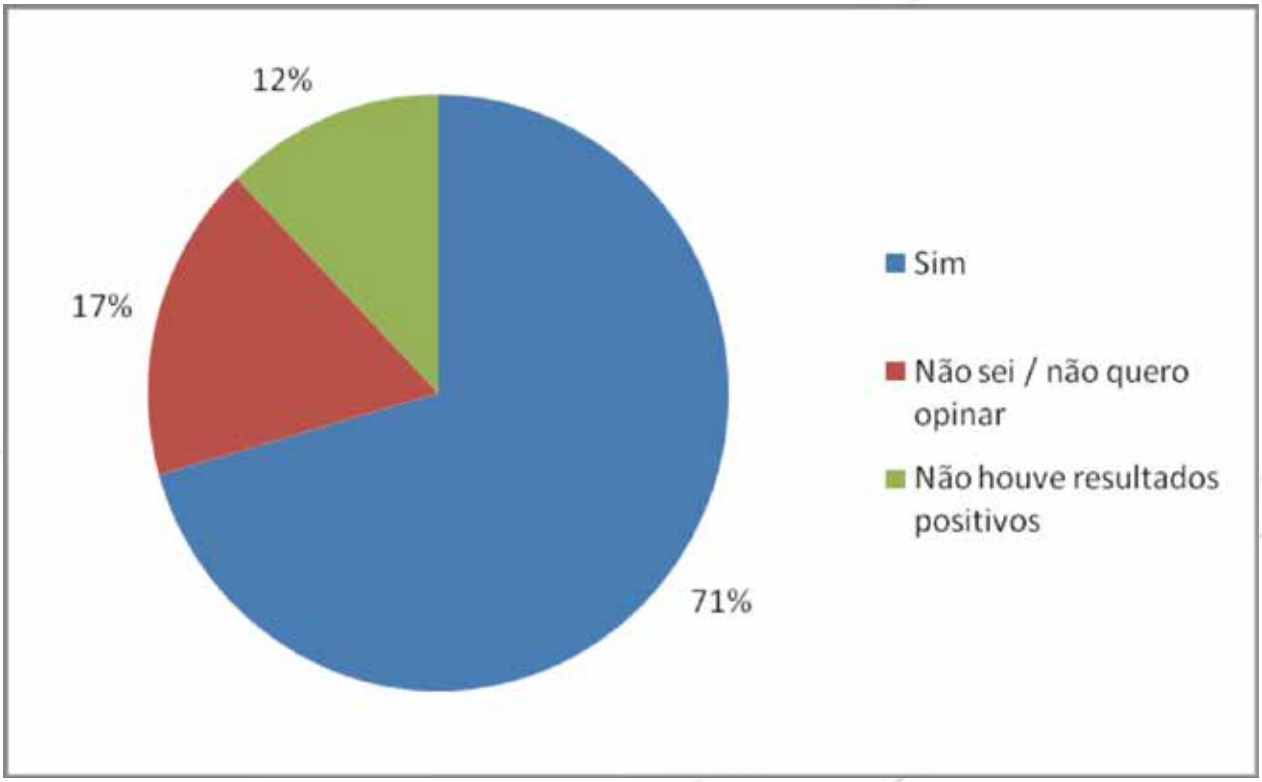
TEMAS ESTRATÉGICOS	QUANTIDADE DE CITAÇÕES	%
Segurança Pública (Ceará Pacífico)	272	14,1
Meio Ambiente (Ceará Sustentável)	218	11,3
Saúde (Ceará Saudável)	192	9,9
Saneamento Básico (Ceará Saudável)	122	6,3
Cultura (Ceará do Conhecimento)	108	5,6
Demais temas	1.021	52,8
Total	**1.933**	**100,0**

1.1 Avaliação dos avanços e retrocessos na execução das políticas

Para obter a percepção individual acerca do impacto gerado pela execução de políticas pelo Governo Estadual em 2016 e 2017, o questionário trazia a seguinte pergunta: Foram alcançados resultados positivos pela execução das políticas do Governo do Estadual nos anos de 2016 e 2017?

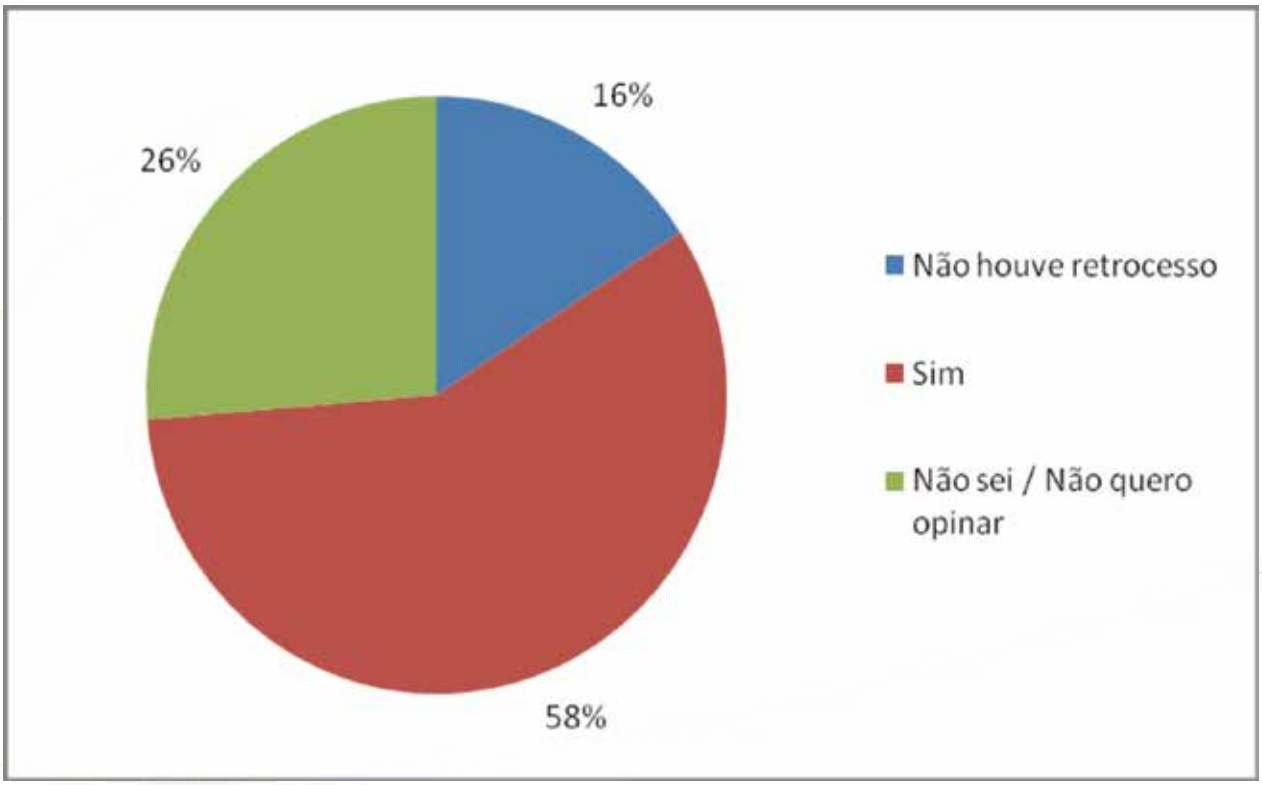
Como se pode observar no gráfico abaixo, a grande maioria dos participantes (71%) considerou que foram alcançados resultados positivos. Apenas 12% dos presentes avaliaram que as políticas não se converteram em resultados positivos.

Gráfico 1 - Avaliação Individual – Foram Alcançados Resultados Positivos pela Execução das Políticas do Governo do Estadual nos anos de 2016 e 2017?



No entanto, quando a pergunta foi direcionada para a percepção acerca dos retrocessos gerados pelas políticas estaduais no biênio de 2016-2017, também se verificou que a maioria dos presentes, dessa vez correspondendo a 58% das respostas, considerou que retrocessos foram gerados. Contrastando, 16% avaliaram que não houve retrocesso de qualquer natureza em decorrência da execução das políticas.

Gráfico 2 - Avaliação Individual – Ocorreram Retrocessos Ocasionados pela Execução das Políticas Públicas do Governo Estadual nos anos de 2016 e 2017?



Os resultados apontam que, embora a percepção da população seja significativamente positiva em relação às políticas do Estado, ao mesmo tempo os participantes das oficinas entendem que os avanços precisam se aprofundar ainda mais para conter os retrocessos.

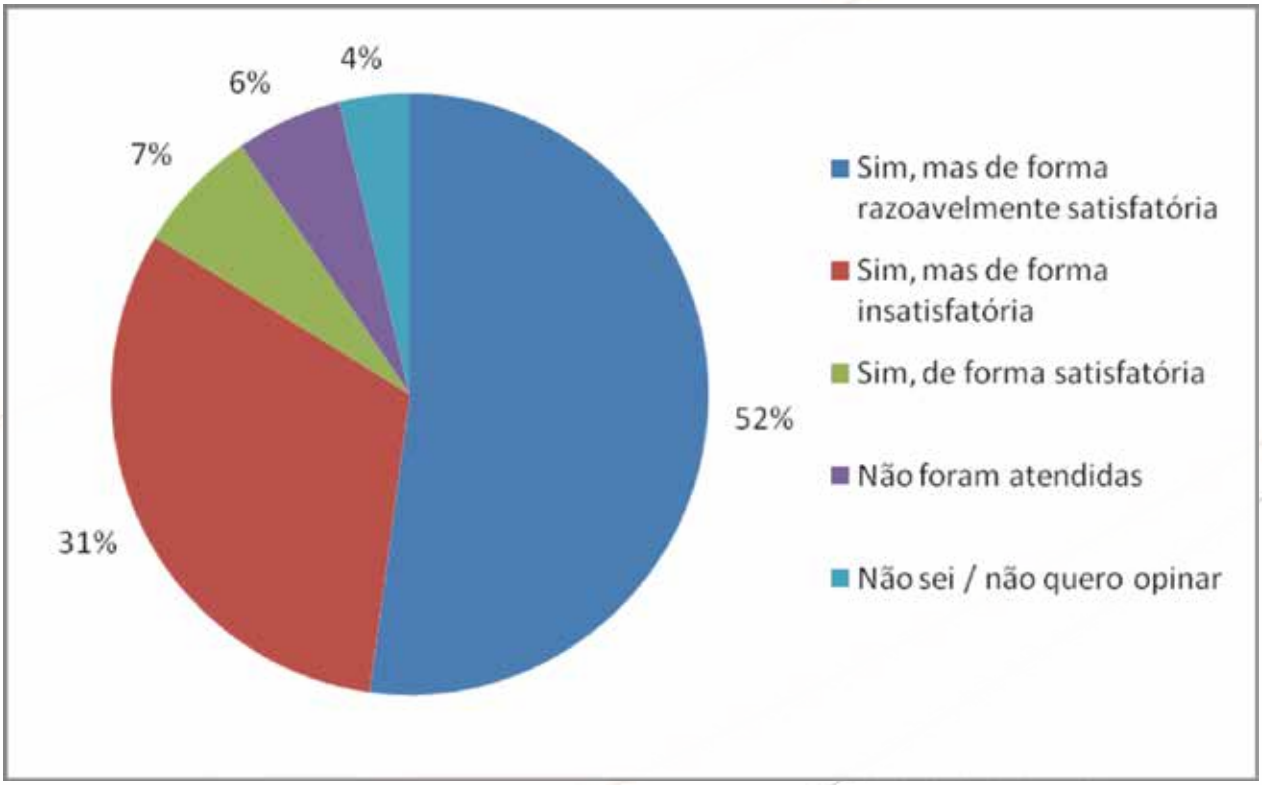
1.2 Avaliação dos Eixos Ceará Acolhedor e Ceará Pacífico

A avaliação dos Eixos Ceará Acolhedor e Ceará Pacífico foi realizada a partir do levantamento[2] junto aos participantes das oficinas sobre as suas percepções em relação ao atendimento das Diretrizes Regionais[3] pelas ações executadas pelo Governo durante o biênio 2016-2017.

No cômputo geral, aproximadamente 60% dos participantes que responderam ao questionário apontaram que as Diretrizes Regionais foram atendidas de forma razoavelmente satisfatória (52%) ou de forma satisfatória (7%). A minoria dos respondentes afirmou que as Diretrizes não foram atendidas (6%) e aproximadamente um terço das respostas consideraram que as Diretrizes foram atendidas, mas de forma insatisfatória (31%). Apenas 4% não soube ou não quis opinar.

[2] O levantamento referente aos dois eixos foi realizado a partir de um Formulário de Avaliação Individual aplicado nas 13 Regiões de Planejamento e foram obtidas 209 respostas.
[3] As Diretrizes Regionais foram definidas no questionário como "conjunto de objetivos e estratégias". Como insumo para a avaliação, cada um dos participantes recebeu uma ficha com a lista de todas as Diretrizes Regionais correspondentes ao Eixo a ser avaliado.

Gráfico 3 - Avaliação Individual – As Diretrizes Regionais Foram Atendidas pelas Ações Executadas pelo Governo do Estado nos anos de 2016 e 2017? Ceará Acolhedor e Ceará Pacífico



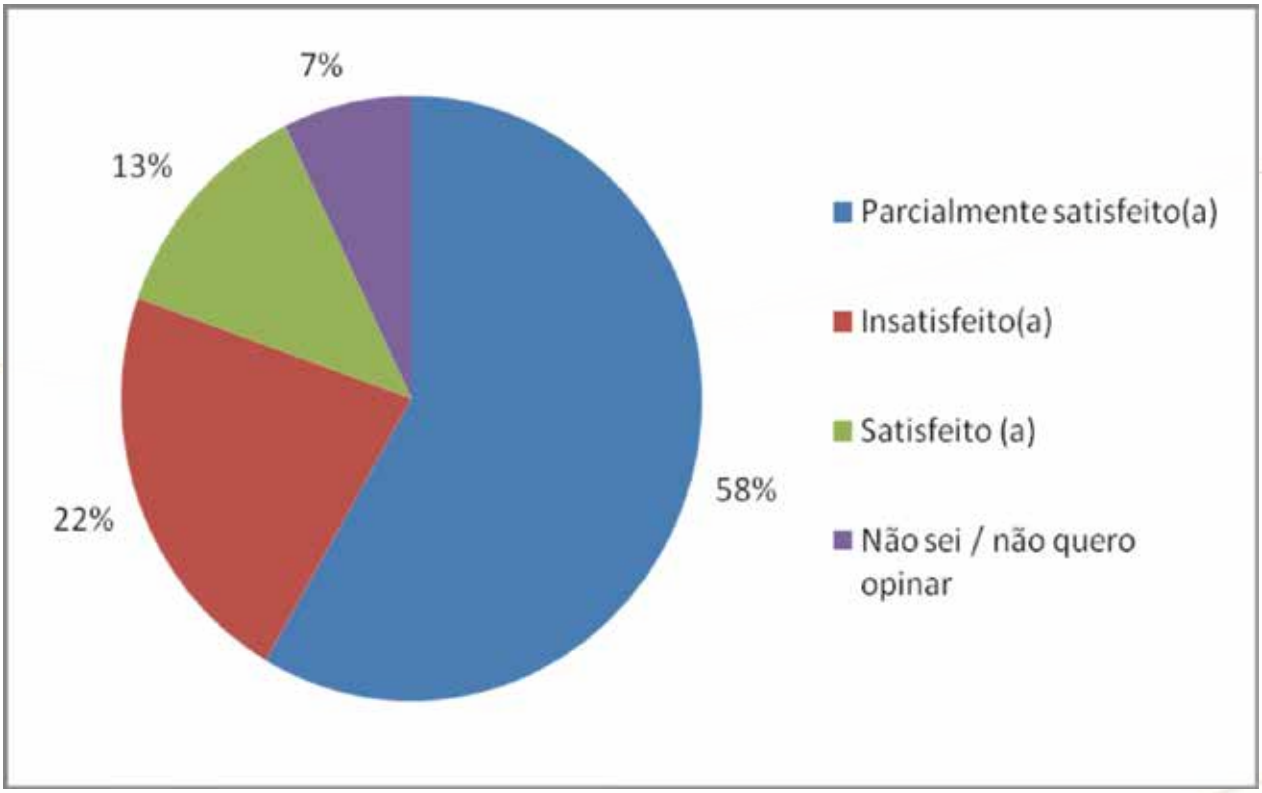
A população que mais demonstrou insatisfação em relação ao atendimento das Diretrizes Regionais pelas ações executadas foi a do Centro Sul, com 77,8% das respostas indicando que as Diretrizes foram atendidas de forma insatisfatória (44,5%) ou que não consideraram atendidas (33,3%), seguida da população do Litoral Oeste/Vale do Curu, que teve 71,4% das respostas apontando atendimento insatisfatório (42,8%) ou não atendimento das Diretrizes (28,6%) e da população do Sertão dos Inhamuns, com 52% das respostas apontando atendimento insatisfatório.

Por outro lado, a população que mais demonstrou satisfação, de forma total ou parcial, foi a da região do Sertão dos Crateús, do Litoral Norte e do Sertão de Sobral, respectivamente com 83,3%, 81,8% e 50% dos respondentes apontando atendimento de forma razoavelmente satisfatória das Diretrizes e, no caso do Sertão dos Crateús e do Sertão de Sobral, com 5,6% e 21,43%, respectivamente, de respostas demonstrando atendimento satisfatório.

1.2.1 Grau de satisfação – Eixo Ceará Acolhedor

Para obter a avaliação dos participantes das oficinas regionais em relação ao Eixo Ceará Acolhedor, foi perguntado qual o grau de satisfação dos mesmos em relação ao desempenho durante o biênio 2016-2017 das políticas governamentais executadas nos temas do Ceará Acolhedor (Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos, Segurança Alimentar e Nutricional) na região em que residem.

Gráfico 4 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos temas do Ceará Acolhedor, nos anos de 2016 2017?



Somadas as respostas dos participantes residentes nas 13 regiões, o resultado foi que 71% da população presente nas oficinas regionais demonstrou estar satisfeita (13%) ou parcialmente satisfeita (58%) com as políticas do Eixo Ceará Acolhedor. A parcela restante dos respondentes se disse insatisfeita com as políticas (22%) ou não soube ou não quis opinar (7%).

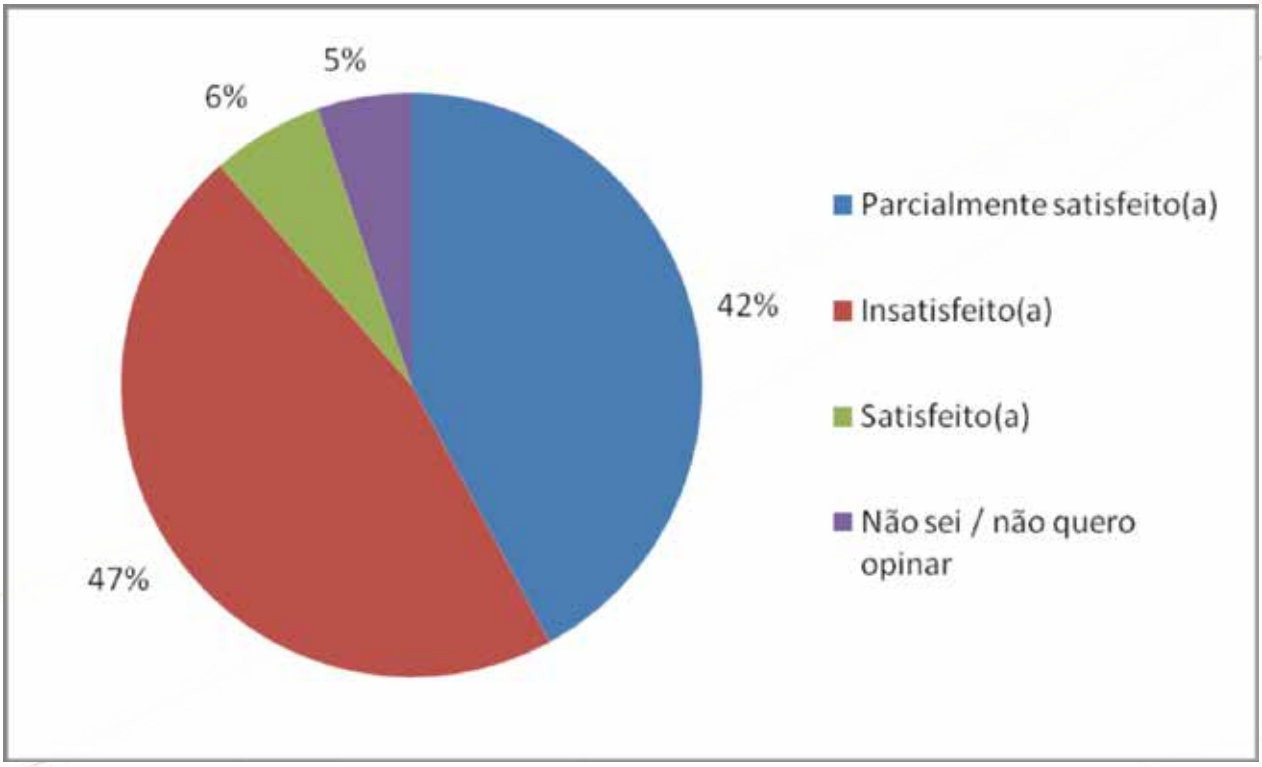
As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram as

regiões de Maciço de Baturité (84,2%), Vale do Jaguaribe (84,2%) e Sertão dos Crateús (83,3%). Já em relação ao grau de insatisfação, a população que mais demonstrou estar insatisfeita com o desempenho das políticas do eixo Acolhedor foi a população das regiões Centro-Sul (55,6%), Cariri (53,85%) e Litoral Oeste/Vale do Curu (42,86%).

1.2.2 Grau de satisfação – Eixo Ceará Pacífico

Assim como no Eixo Ceará Acolhedor, foi perguntado qual o grau de satisfação dos participantes das oficinas regionais em relação ao desempenho durante o biênio 2016-2017 das políticas governamentais executadas nos temas do Ceará Pacífico (Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas) na região em que residem.

Gráfico 5 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos temas do Ceará Pacífico, nos anos de 2016 e 2017?



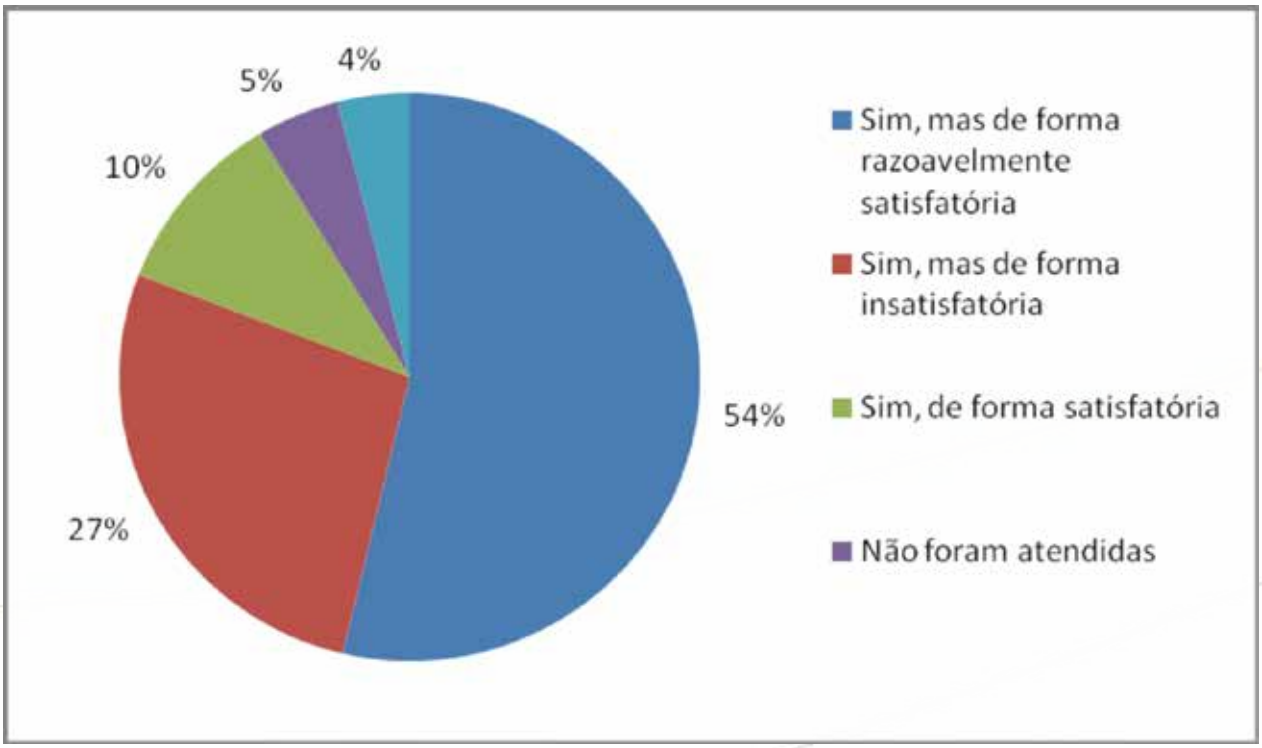
A partir da análise da totalidade das respostas dos participantes, o resultado foi que aproximadamente metade da população presente nas oficinas regionais demonstrou estar satisfeita (6%) ou parcialmente satisfeita (42%) com as políticas do Eixo Ceará Pacífico. Um número quase equivalente de participantes apontou insatisfação (47%), demonstrando que o tema é objeto de preocupação por grande parte da população residente nas 13 regiões. A parcela restante dos respondentes não soube ou não quis opinar (5%).

As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram as regiões do Litoral Norte (77,3%), Sertão dos Crateús (72,2%) e Vale do Jaguaribe (52,6%). Já em relação ao grau de insatisfação, a população que mais demonstrou estar insatisfeita com o desempenho das políticas do Eixo Ceará Pacífico foi a população das regiões Cariri (76,9%), Maciço de Baturité (57,9%) e Sertão Central e Litoral Oeste/Vale do Curu (ambos com 57,1%).

1.3. Avaliação dos Eixos Ceará do Conhecimento e Ceará de Oportunidades

Com relação aos eixos Ceará do Conhecimento e Ceará de Oportunidades[4], os dados de todas as regiões apontam que 54% da população acredita que as Diretrizes Regionais foram atendidas nos anos de 2016-2017 de maneira razoavelmente satisfatória, 27% acredita que de maneira insatisfatória e apenas 10% encontra-se satisfeita plenamente. 5% acreditam que as Diretrizes Regionais para estes eixos sequer foram atendidas e 4% não souberam ou não quiseram opinar.

Gráfico 6 - Avaliação Individual – As Diretrizes Regionais Foram Atendidas pelas Ações Executadas pelo Governo do Estado do Ceará nos anos de 2016 e 2017? – Ceará do Conhecimento e Ceará de Oportunidades



[4] O levantamento referente aos dois eixos foi realizado a partir de um Formulário de Avaliação Individual aplicado nas 13 Regiões de Planejamento e foram obtidas 324 respostas.

A população que mais demonstrou insatisfação em relação ao atendimento das Diretrizes Regionais pelas ações executadas foi a do Sertão de Canindé (52.17%), com 43.48% das respostas indicando que as Diretrizes foram atendidas de forma insatisfatória, e com 8.70% considerando que não foram sequer atendidas.

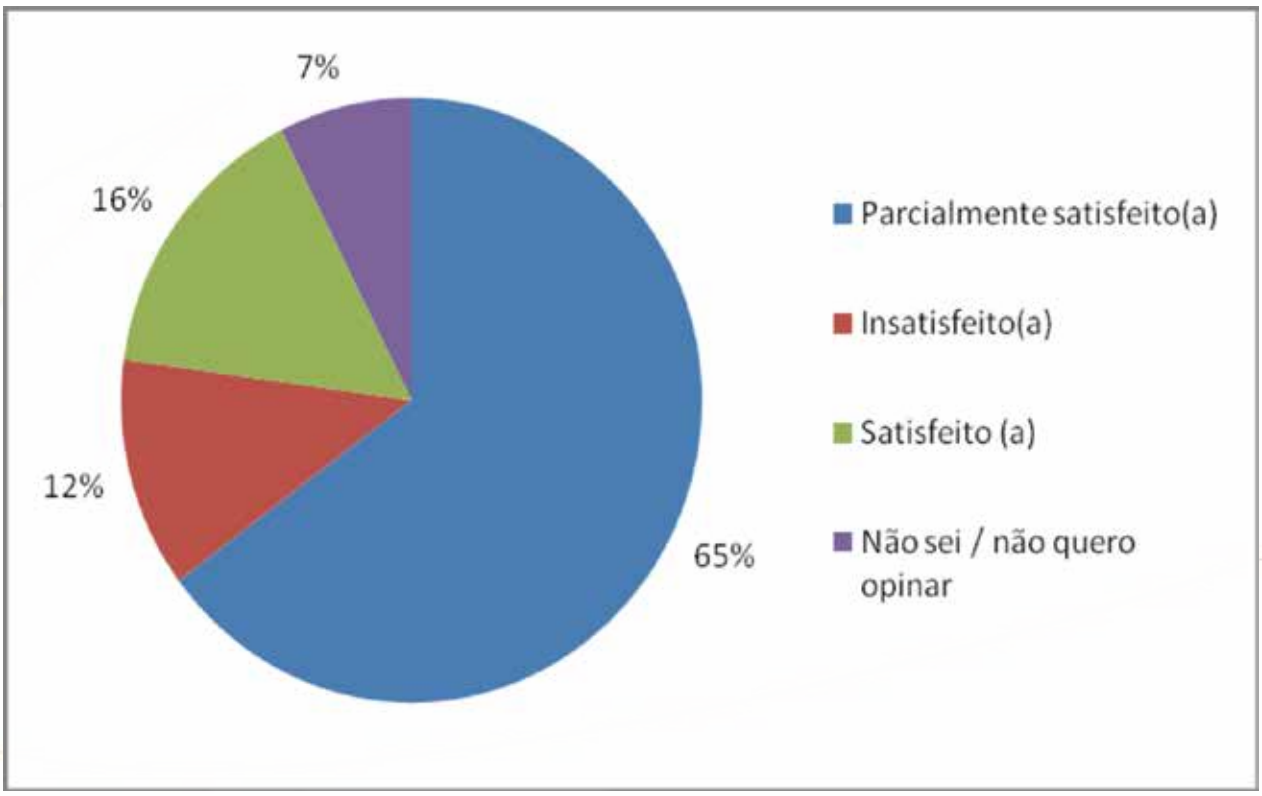
Por outro lado, a população que mais demonstrou satisfação, de forma total ou parcial, com as Diretrizes dos Eixos Conhecimento e Oportunidades foi a do Litoral Norte (79.17%), seguida da Serra da Ibiapaba (78.57%) e do Vale do Curu (68.75%).

1.3.1 Grau de satisfação – Eixo Ceará do Conhecimento

Para obter a avaliação dos participantes das oficinas regionais em relação ao Eixo Ceará do Conhecimento, foi perguntado qual o grau de satisfação, em relação ao desempenho durante o biênio 2016-2017 das políticas governamentais executadas nos temas do Eixo (Educação Básica, Educação Profissional, Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e Cultura) na região em que residem.

Analisadas as respostas dos formulários de avaliação, 81% dos participantes apresentavam grau de satisfação com as políticas desempenhadas no Eixo, sendo que 65% dos participantes afirmaram estar parcialmente satisfeitos e 16% plenamente satisfeitos. Dentre a análise, foram encontrados 12% insatisfeitos, e 7% não souberam ou não quiseram opinar.

Gráfico 7 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos Temas do Ceará do Conhecimento, nos anos de 2016 e 2017?



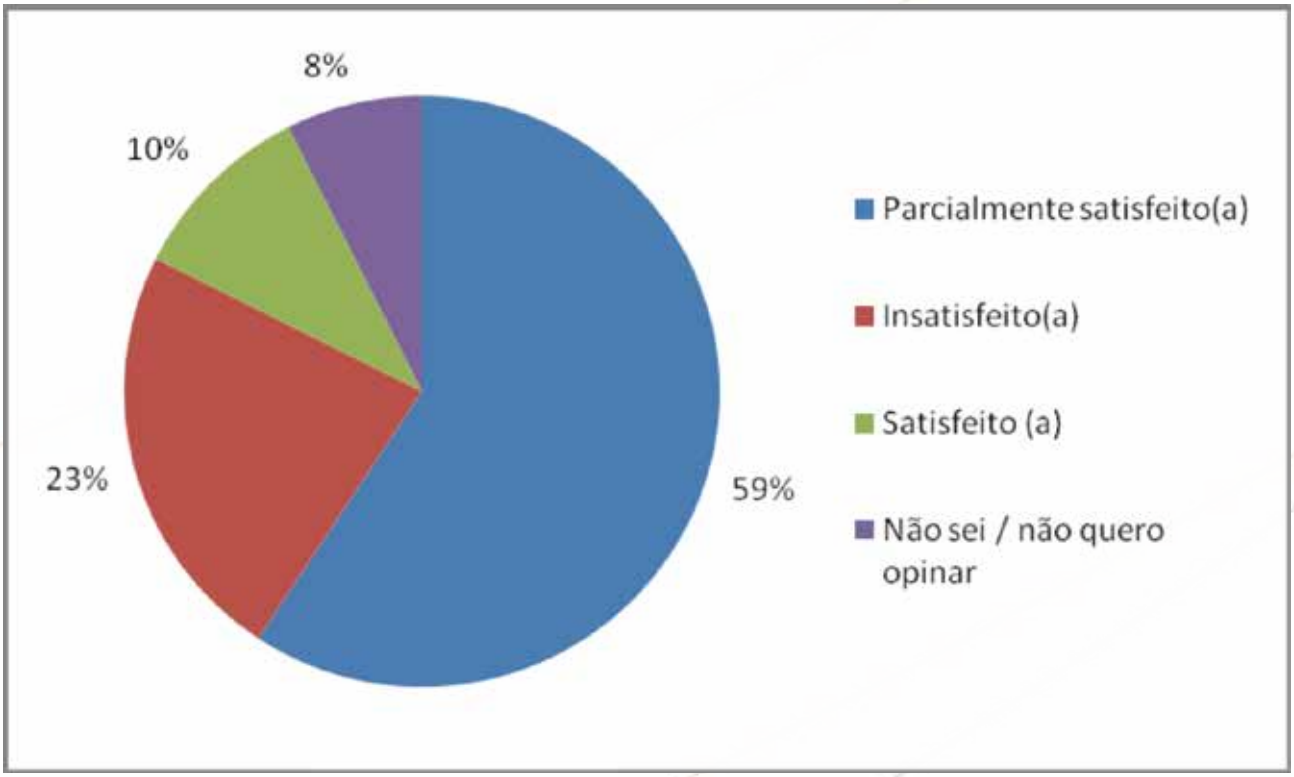
As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram Centro-Sul (94.12%), Litoral Oeste/Vale do Curu (93.75%) e Serra da Ibiapaba (92.86%). Já as regiões mais insatisfeitas foram Sertão dos Crateús e Vale do Jaguaribe (ambas com 18.88%), seguido de Litoral Leste (15.25%).

1.3.2 Grau de satisfação – Eixo Ceará de Oportunidades

Assim como no Eixo Ceará do Conhecimento, foi perguntado qual o grau de satisfação dos participantes das oficinas regionais em relação ao desempenho, durante o biênio 2016-2017, das políticas governamentais executadas nos temas do Ceará de Oportunidades (Agricultura Familiar e Agronegócio, Pesca e Aquicultura, Indústria, Serviços, Trabalho e Renda, Empreendedorismo, Turismo, Infraestrutura e Mobilidade e Requalificação Urbana) na região em que residem.

Dos participantes, 69%, demonstraram estar satisfeitos com as políticas deste Eixo, sendo 59% parcialmente satisfeitos e 10% totalmente satisfeitos. 23% demonstraram estar insatisfeitos e 8% não souberam ou não quiseram opinar.

Gráfico 8 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos Temas do Ceará de Oportunidades, nos anos de 2016 e 2017?



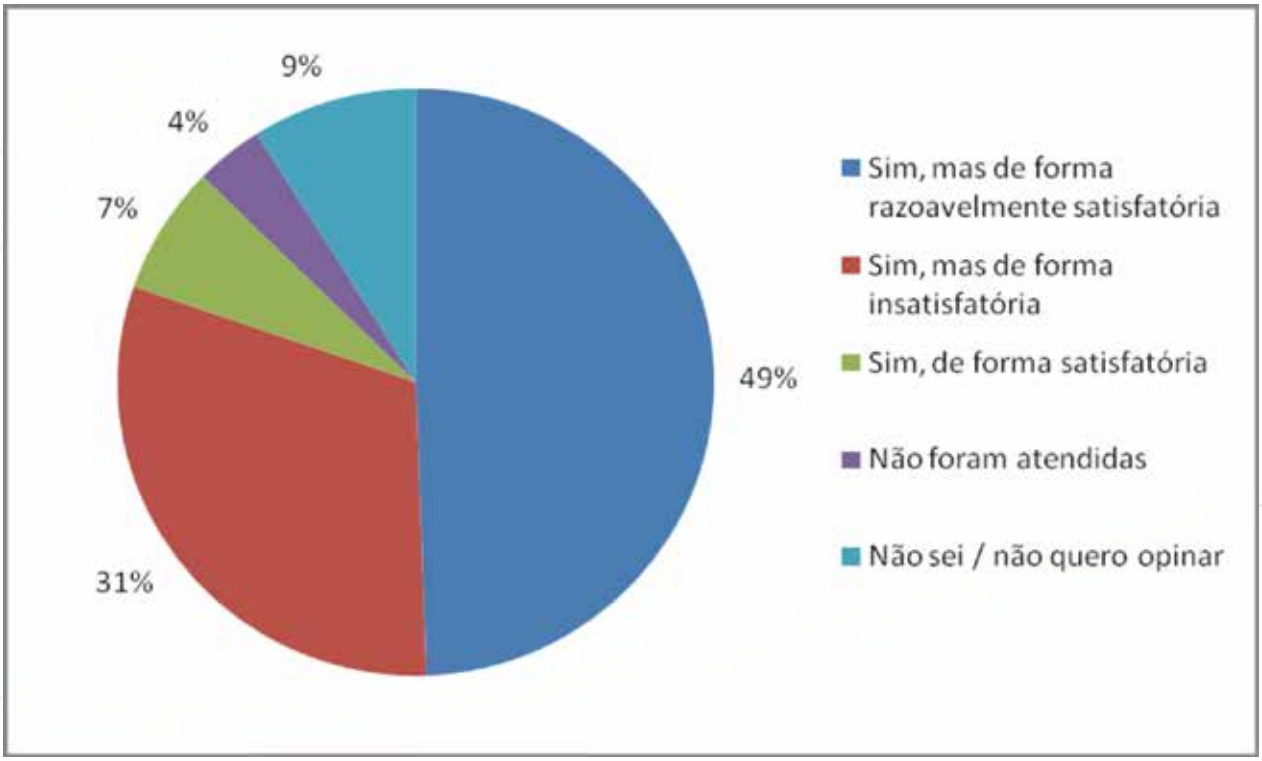
As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram as regiões da Serra da Ibiapaba (85.71%), Sertão dos Crateús (81,82%) e Sertão dos Inhamuns (73.08%). Já as regiões que apresentaram maior insatisfação com as políticas do Eixo de Oportunidades foram Maciço de Baturité (43.75%), Sertão de Canindé (39.13%) e Litoral Leste (28.82%).

1.4 Avaliação dos Eixos Ceará Sustentável e Ceará Saudável

A avaliação dos Eixos Ceará Sustentável e Ceará Saudável foi realizada a partir do levantamento[5] junto aos participantes das oficinas sobre as suas percepções em relação ao atendimento das Diretrizes Regionais pelas ações executadas pelo Governo durante o biênio 2016-2017. Na soma dos resultados do contingente de participantes das 13 regiões, aproximadamente 56% dos participantes que responderam ao questionário apontaram que as Diretrizes Regionais foram atendidas de forma razoavelmente satisfatória (49%) ou de forma satisfatória (7%). A minoria dos respondentes afirmou que as Diretrizes não foram atendidas (4%) e menos de um terço das respostas consideraram que as Diretrizes foram atendidas, mas de forma insatisfatória (31%). 9% dos participantes não souberam ou não quiseram opinar.

[5] O levantamento referente aos dois eixos foi realizado a partir de um Formulário de Avaliação Individual aplicado nas 13 Regiões de Planejamento e foram obtidas 269 respostas.

Gráfico 9 - Avaliação Individual – As Diretrizes Regionais Foram Atendidas pelas Ações Executadas pelo Governo do Estado nos anos de 2016 e 2017? – Ceará Sustentável e Ceará Saudável



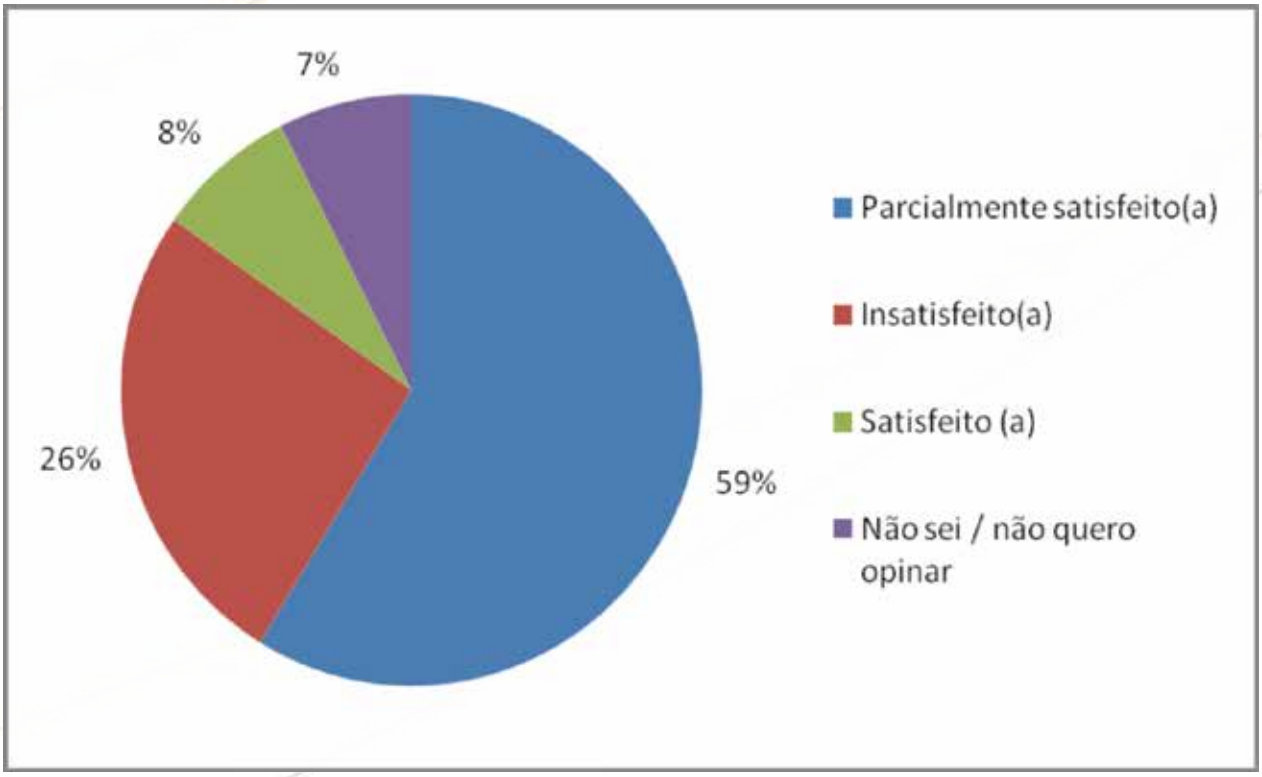
A população que mais demonstrou insatisfação em relação ao atendimento das Diretrizes Regionais pelas ações executadas foi a da Serra da Ibiapaba, com 75% das respostas indicando que as Diretrizes foram atendidas de forma insatisfatória (37,5%) ou que não consideraram atendidas (37,5%), seguida da população do Sertão de Sobral, que teve 50% das respostas apontando atendimento insatisfatório (45%) ou não atendimento das Diretrizes (5%) e da população do Sertão dos Inhamuns, também com 50% das respostas apontando atendimento insatisfatório (46,7) ou não atendimento (3,3%).

Acerca da avaliação positiva do atendimento das Diretrizes Regionais pelas ações do Governo, a população que demonstrou maior grau de satisfação foi a da região do Sertão de Canindé (82,6%), tendo a maioria considerado que as diretrizes foram atendidas de forma razoavelmente satisfatória (60,9%), e aproximadamente um quinto tendo considerado que foram atendidas de forma satisfatória (21,7%). As outras regiões bem avaliadas foram as do Litoral Leste (75%) e do Centro-Sul (71,4%), respectivamente com 67,9% e 64,3% dos respondentes apontando atendimento de forma razoavelmente satisfatória das Diretrizes e 7,1% de respostas demonstrando atendimento satisfatório.

1.4.1 Grau de satisfação – Eixo Ceará Sustentável

Para obter a avaliação dos participantes das oficinas regionais em relação ao Eixo Ceará Sustentável, foi perguntado qual o grau de satisfação, em relação ao desempenho durante o biênio 2016-2017, das políticas governamentais executadas nos temas do Ceará Sustentável (Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias) na região em que residem.

Gráfico 10 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos Temas do Ceará Sustentável, nos anos de 2016 e 2017?



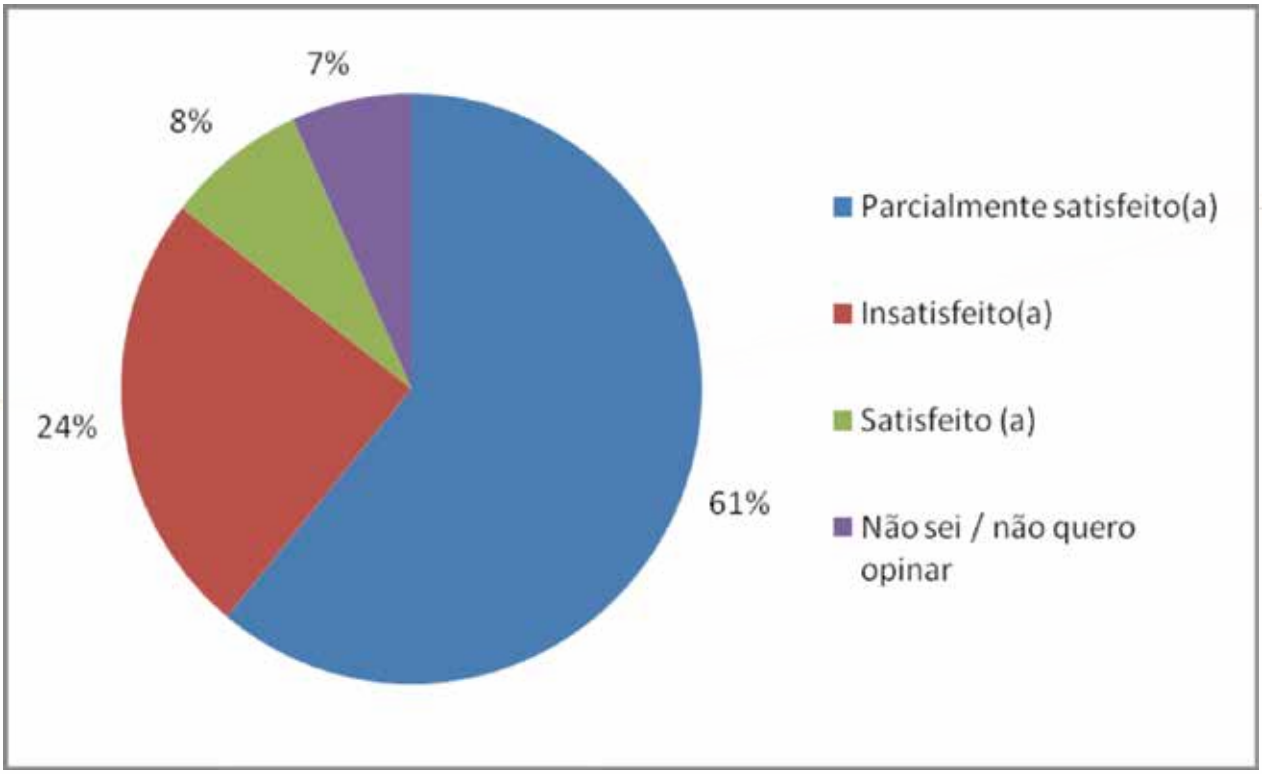
Somadas as respostas dos participantes residentes nas 13 regiões, o resultado foi que 67% da população presente nas oficinas regionais considerou-se estar satisfeita (8%) ou parcialmente satisfeita (59%), com as políticas do Eixo Ceará Sustentável. Um terço restante dos respondentes se disse insatisfeito com as políticas (26%) ou não soube ou não quis opinar (7%).

As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram as regiões do Litoral Leste (89,3%), Sertão Central (80%) e Maciço de Baturité (72,2%). Já em relação ao grau de insatisfação, a população que mais demonstrou estar insatisfeita com o desempenho das políticas do eixo Sustentável foi a população das regiões da Serra da Ibiapaba (62,5%), Centro-Sul (42,9%) e Litoral Norte (38,1%).

1.4.2 Grau de satisfação – Eixo Ceará Saudável

Assim como no Eixo Ceará Sustentável, foi perguntado qual o grau de satisfação dos participantes das oficinas regionais em relação ao desempenho, durante o biênio 2016-2017, das políticas governamentais executadas nos temas do Ceará Saudável (Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico) na região em que residem.

Gráfico 11 - Avaliação Individual – Qual o Grau de Satisfação com o Desempenho das Políticas Governamentais Executadas nos Temas do Ceará Saudável, nos anos de 2016 e 2017?



A partir da análise da totalidade das respostas dos participantes, o resultado foi que 69% da população presente nas oficinas regionais demonstrou estar satisfeita (8%) ou parcialmente satisfeita (61%) com as políticas do Eixo Ceará Saudável. Em oposição, quase um quarto dos participantes apontou insatisfação (24%) e a parcela restante dos respondentes não soube ou não quis opinar (7%).

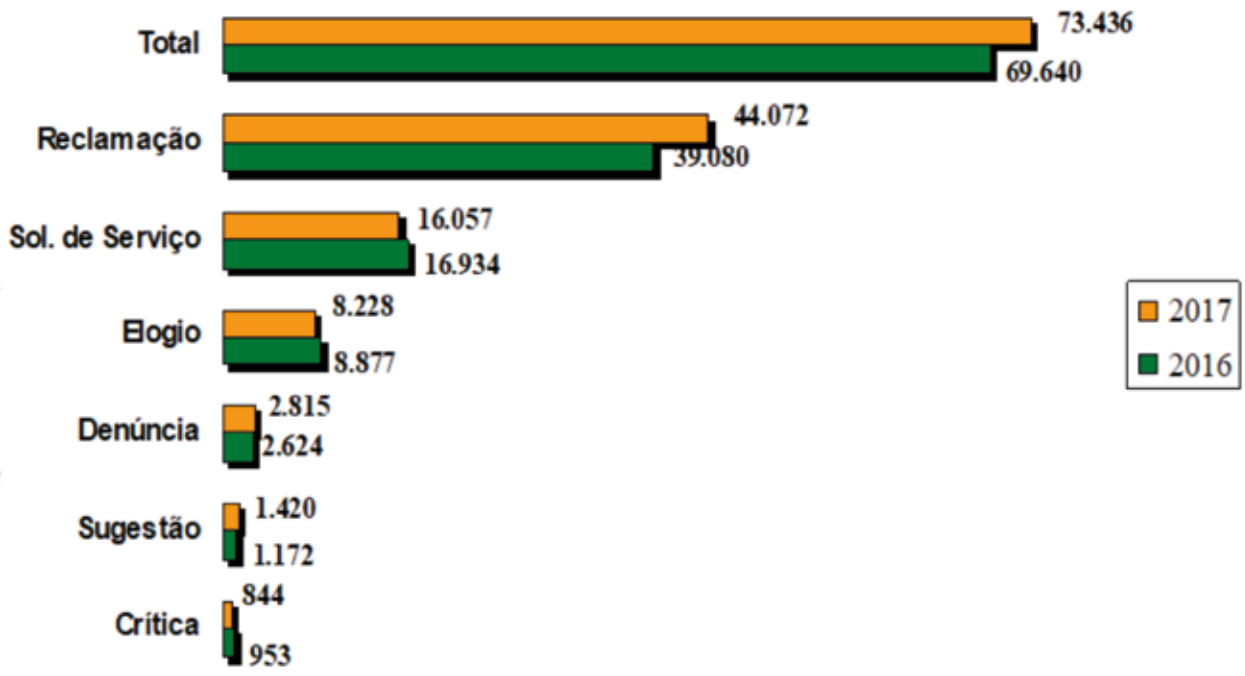
As regiões que mais demonstraram estar satisfeitas ou parcialmente satisfeitas foram as regiões do Litoral Norte (90,5%), Litoral Leste (82,2%) e Vale do Jaguaribe (80%). Já em relação ao grau de insatisfação, a população que mais demonstrou estar insatisfeita com o desempenho das políticas do Eixo Ceará Saudável foi a população das regiões Centro-Sul (57,1%), Sertão dos Inhamuns (40%) e Serra da Ibiapaba (37,5%).

2. MANIFESTAÇÕES DA SOCIEDADE POR MEIO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria é um importante canal de interface entre o governo e a sociedade. Por meio desse canal, o cidadão cearense pode fazer uso de seu direito e promover o controle social, manifestando-se de diversas formas, sobretudo por meio de reclamações, solicitação de serviços, elogios, denúncias, sugestões ou críticas.

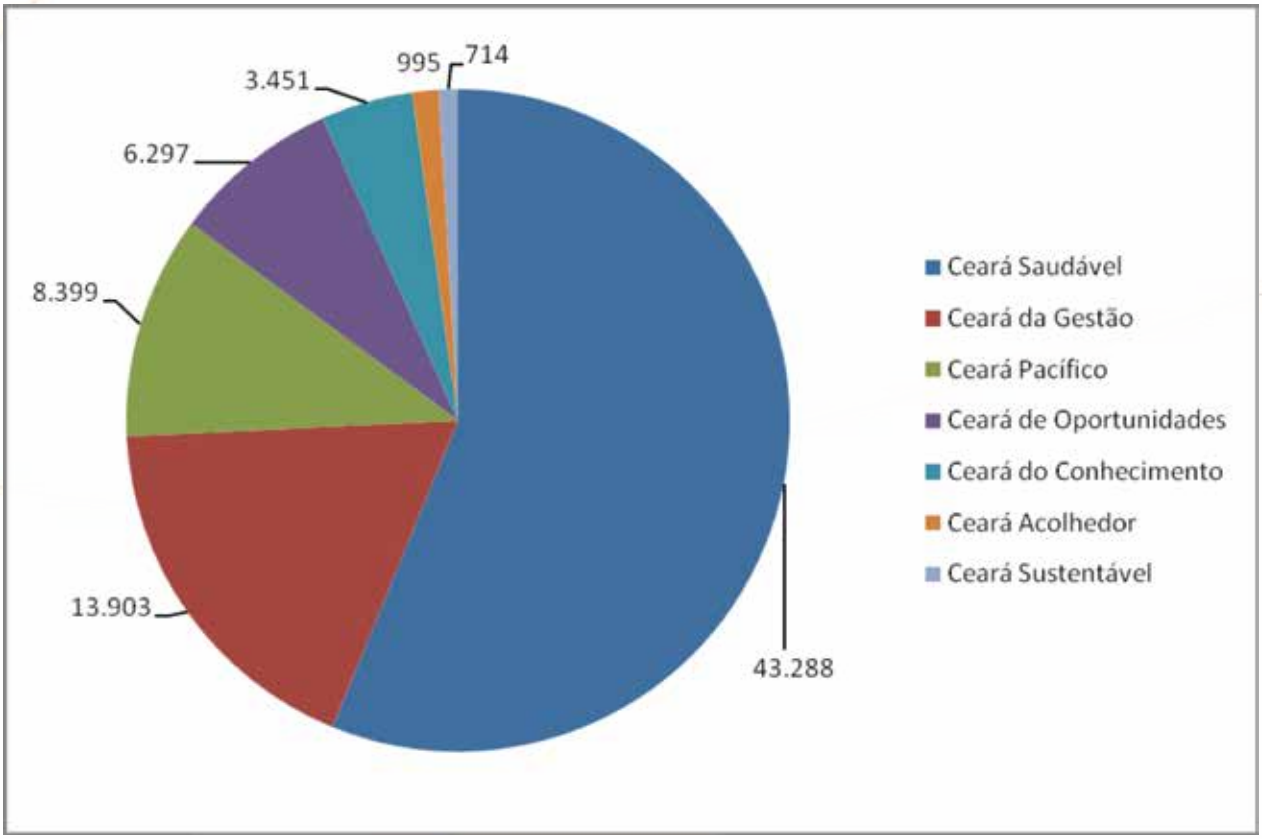
O gráfico abaixo apresenta um crescimento de 5,4% nos registros das manifestações de ouvidoria, o que evidencia o fortalecimento do controle social realizado pela sociedade no acompanhamento de programas, projetos e serviços prestados pelo Governo do Estado.

Gráfico 12 - Manifestações da Ouvidoria, por Tipificação.



No gráfico A seguir, é apresentado o quantitativo de manifestações por Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial do Plano Plurianual 2016-2019, os "7 Cearás", sendo considerados os dados do Sistema de Ouvidoria (SOU) e dos sistemas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e Secretaria da Saúde (SESA). No detalhamento das manifestações por tipo e eixo serão considerados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria.

Gráfico 13 - Manifestações, por Eixos Governamentais.



Como se observa, o Ceará Saudável é o eixo que mais apresenta registros de manifestações, com mais de 56%, seguido do Ceará da Gestão Democrática por Resultados, com 18%, e do Ceará Pacífico, com quase 11%.

2.1 Reclamações

Para o tipo de manifestação Reclamação foram registradas 44.072 demandas, representando 60% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, compreendendo 33.986 reclamações, na classificação por eixo.

A tabela 2 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria tipificadas como reclamação que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 2. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Reclamações

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará Saudável	16.345	48,09
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	7.307	21,50
Ceará de Oportunidades	4.420	13,01
Ceará Pacífico	3.453	10,16
Ceará do Conhecimento	1.834	5,40
Ceará Sustentável	379	1,12
Ceará Acolhedor	248	0,73

2.1.1 Principais assuntos das reclamações por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos das reclamações associadas aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 3. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Reclamações

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará Saudável	Estrutura física, funcionamento, pessoal e financeira de equipamentos de saúde (SESA)	2.631
	Falta de água	2.580
	Insatisfação com o atendimento prestado (diversos)	1.343
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Insatisfação com a resposta de ouvidoria (diversos)	2.266
	Programa Sua Nota Vale Dinheiro (Sefaz)	604
	Tramitação de processos (diversos)	362
Ceará de Oportunidades	Demora na entrega da CNH (Detran)	1.509
	Estrutura e funcionamento do metrô (Metrofor)	250
	Manutenção de estradas (DER)	99
Ceará Pacífico	Conduta inadequada de policial (PMCE)	655
	Não atendimento a ocorrências (SSPDS e PMCE)	421
	Intensificação de policiamento (SSPDS e PMCE)	137
Ceará do Conhecimento	Conduta inadequada de servidor (Seduc)	491
	Falta de estrutura em escola (Seduc)	80
	Programa Spaece (Seduc)	73
Ceará Acolhedor	Atraso e falta de pagamento de pessoal (SEAS)	43
	Estrutura e funcionamento do Vapt-Vupt (Sejus)	35
	Violação de direitos humanos (diversos)	23
Ceará Sustentável	Fiscalização ambiental (diversos)	36
	Projeto Rio Maranguapinho (SCidades)	13
	Perfuração de poços (SOHIDRA)	10

2.2 Solicitações

Para o tipo de manifestação Solicitação foram registradas 16.057 demandas, representando 21,8% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, compreendendo 13.157 reclamações, na classificação por eixo.

A tabela 4 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria tipificadas como solicitação que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 4. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Solicitações

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	3.966	30,14
Ceará Saudável	3.851	29,27
Ceará Pacífico	2.762	20,99
Ceará de Oportunidades	1.404	10,67
Ceará do Conhecimento	731	5,56
Ceará Acolhedor	258	1,96
Ceará Sustentável	185	1,41

2.2.1 Principais assuntos das solicitações por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos das solicitações associados aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 5. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Solicitações

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Sonegação fiscal (Sefaz)	494
	Tramitação de processos (diversos)	415
	Concurso público (diversos)	116
Ceará Saudável	Vazamento em via pública (Cagece)	1.598
	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	70
	Assistência hospitalar (SESA)	52
Ceará Pacífico	Intensificação de policiamento (PMCE)	1.513
	Apuração de denúncias/crimes diversos	274
	Vistoria técnica em edificação (CBMCE)	166
Ceará de Oportunidades	Procedimentos para os serviços do Detran	190
	Manutenção de estradas (DER)	126
	Estrutura e funcionamento do metrô (Metrofor)	45
Ceará do Conhecimento	Vestibular e concurso (UECE)	63
	Expedição de certificados e diplomas (diversos)	55
	Programa Spaece (Seduc)	42
Ceará Sustentável	Fiscalização ambiental (Semace)	106
	Perfuração de poços (SOHIDRA)	45
	Fiscalização dos recursos hídricos (diversos)	21
Ceará Acolhedor	Assistência e orientação jurídica (OEDH)	61
	Apuração de crimes de violação de direitos humanos (diversos)	41
	Projeto habitacional (SCidades)	11

2.3 Elogios

Para o tipo de manifestação Elogio foram registradas 8.228 demandas, representando 11,2% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, compreendendo 1.618 elogios, na classificação por eixo.

A tabela 6 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria tipificadas como elogio que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 6. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Elogios

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	671	41,47
Ceará Pacífico	535	33,07
Ceará Saudável	186	11,50
Ceará de Oportunidades	94	5,81
Ceará do Conhecimento	79	4,88
Ceará Sustentável	47	2,90
Ceará Acolhedor	6	0,37

2.3.1 Principais assuntos dos elogios por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos dos elogios associados aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 7. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Elogios

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Elogio a servidores públicos (diversos)	242
	Elogio à ouvidoria (diversos)	152
	Elogio ao Governador do Estado (GABGOV)	121
Ceará Pacífico	Elogio a servidores públicos (diversos)	185
	Elogio às atividades da polícia (diversos)	177
	Elogio aos serviços prestados (diversos)	82
Ceará Saudável	Satisfação e agradecimentos pelos serviços prestados nas unidades de saúde (SESA)	5.862
	Satisfação e agradecimentos pelos serviços prestados pelas equipes da Cagece (Cagece)	451
	Elogio aos serviços prestados pelo órgão (Cagece e SESA)	84
Ceará de Oportunidades	Elogio aos serviços prestados (diversos)	41
	Elogio a servidores públicos (diversos)	38
	Manutenção e construção de estradas (DER)	3
Ceará do Conhecimento	Elogio a servidores públicos (diversos)	57
	Elogio aos serviços prestados (diversos)	10
	Elogio às atividades de cultura (Secult)	3
Ceará Sustentável	Elogio a servidores públicos (diversos)	3
	Elogio aos serviços prestados (diversos)	3
	Elogio às atividades de fiscalização ambiental, agricultura familiar, ações de combate à seca (diversos)	3
Ceará Acolhedor	Elogio às atividades do Vapt-Vupt (Sejus)	2
	Elogio aos serviços prestados (diversos)	2
	Elogio a servidores públicos (diversos)	2

2.4 Denúncias

Para o tipo de manifestação Denúncia foram registradas 8.228 demandas, representando 11,2% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, compreendendo 3.418 denúncias, na classificação por eixo.

A tabela 8 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria, tipificadas como denúncia que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 8. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Denúncias

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará Pacífico	1.221	35,72
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	921	26,95
Ceará do Conhecimento	544	15,92
Ceará Acolhedor	443	12,96
Ceará Saudável	133	3,89
Ceará de Oportunidades	78	2,28
Ceará Sustentável	78	2,28

2.4.1 Principais assuntos das denúncias por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos das denúncias associadas aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 9. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Denúncias

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Acúmulo indevido de cargos (diversos)	110
	Conduta inadequada de servidores (diversos)	68
	Assédio moral (diversos)	49
Ceará Pacífico	Conduta inadequada de policial militar (PMCE)	326
	Propina (diversos)	169
	Conduta inadequada de agente penitenciário (Sejus)	77
Ceará Saudável	Acúmulo indevido de cargos (diversos)	45
	Licitação (diversos)	14
	Irregularidades em repasse de recursos (diversos)	12
Ceará de Oportunidades	Conduta inadequada de servidores (diversos)	20
	Propina (diversos)	15
	Irregularidades em obras públicas (diversos)	5
Ceará do Conhecimento	Conduta inadequada de servidores (diversos)	293
	Irregularidades em concurso/seleção (diversos)	38
	Merenda escolar (Seduc)	14
Ceará Sustentável	Propina (diversos)	35
	Liberação de licença ambiental (diversos)	17
	Irregularidades em obras públicas (diversos)	6
Ceará Acolhedor	Violação de direitos humanos (diversos)	369
	Conduta inadequada de servidores (diversos)	16
	Irregularidades em comunidade terapêutica (SPD)	15

2.5 Sugestões

Para o tipo de manifestação Sugestão foram registradas 1.420 demandas, representando 1,9% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, compreendendo 1.027 sugestões, na classificação por eixo.

A tabela 10 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria tipificadas como sugestão que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 10. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Sugestões

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	361	35,15
Ceará do Conhecimento	245	23,86
Ceará Acolhedor	179	17,43
Ceará Saudável	107	10,42
Ceará Pacífico	99	9,64
Ceará de Oportunidades	26	2,53
Ceará Sustentável	10	0,97

2.5.1 Principais assuntos das sugestões por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos das sugestões associadas aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 11. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Sugestões

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Investimentos em programas e projetos governamentais (diversos)	24
	Concurso público (diversos)	18
	Oferta de produtos e serviços ao Governo do Estado (diversos)	11
Ceará Pacífico	Melhorias na segurança pública (diversos)	53
	Investimento na segurança pública (diversos)	21
	Ações policiais	21
Ceará de Oportunidades	Procedimentos para realização dos serviços do Detran	22
	Estrutura e funcionamento do metrô de Fortaleza	21
	Aeroporto Regional de Aracati (DER)	20
Ceará do Conhecimento	Investimentos em programas e projetos governamentais (diversos)	13
	Programas e projetos educacionais (Seduc)	8
	Apoio a projetos culturais (Secult)	5
Ceará Saudável	Incentivo ao esporte (Sesporte)	11
	Atendimento/serviço prestado pelo órgão (diversos)	7
	Assistência hospitalar (SESA)	6
Ceará Sustentável	Fiscalização ambiental (Semace)	6
	Educação ambiental (SEMA)	5
	Programas e projetos ambientais (SEMA e Semace)	4
Ceará Acolhedor	Estrutura e funcionamento do Vapt-Vupt (Sejus)	10
	Violação de direitos humanos (Sejus)	3
	Projeto habitacional (SCidades)	2

2.6 Críticas

Para o tipo de manifestação Crítica foram registradas 984 demandas, representando 1,1% de todas as manifestações de ouvidoria no ano de 2017.

Nos resultados a seguir, foram contemplados apenas os dados do Sistema de Ouvidoria, na classificação por eixo.

A tabela 12 apresenta a quantidade de manifestações de ouvidoria tipificadas como crítica que foram direcionadas para Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 12. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Críticas

EIXO GOVERNAMENTAL	QUANTIDADE	%
Ceará do Conhecimento	400	40,65
Ceará Acolhedor	183	18,60
Ceará Pacífico	156	15,85
Ceará Saudável	122	12,40
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	94	9,55
Ceará Sustentável	15	1,52
Ceará de Oportunidades	14	1,42

2.6.1 Principais assuntos das sugestões por Eixo Governamental

No tocante ao ambiente de ouvidoria, segue abaixo a relação dos principais assuntos das críticas associadas aos Eixos Governamentais no ano de 2017.

Tabela 13. Quantidade de manifestações de ouvidoria – Críticas

EIXO GOVERNAMENTAL	ASSUNTO	QUANTIDADE
Ceará da Gestão Democrática por Resultados	Insatisfação com a gestão institucional (diversos)	42
	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	37
	Concurso Público (diversos)	25
Ceará Pacífico	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	34
	Conduta inadequada de policial (PMCE)	16
	Conduta inadequada de servidor (diversos)	12
Ceará de Oportunidades	Procedimentos para realização dos serviços do Detran	22
	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	13
	Manutenção de estradas (DER)	9
Ceará do Conhecimento	Conduta inadequada de núcleo gestor (Seduc)	23
	Conduta inadequada de professor (Seduc)	14
	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	7
Ceará Saudável	Insatisfação com o atendimento prestado pelo órgão (diversos)	34
	Assistência hospitalar (SESA)	6
	Conduta inadequada de servidor (diversos)	5
Ceará Sustentável	Irregularidades em obras públicas (SRH e SOHIDRA)	2
	Insatisfação com a gestão institucional (SEMA e Semace)	2
	Fiscalização ambiental (Semace)	2
Ceará Acolhedor	Violação de direitos humanos (diversos)	4
	Estrutura e funcionamentos do Vapt-Vupt (Sejus)	2
	Atraso de pagamento de pessoal (SEAS)	1

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Ceará possui a 12ª economia do País e a 3ª da região Nordeste, com um PIB em torno de 2,2% do PIB brasileiro e de 15,4% do PIB Nordestino. Apesar de nossa economia sofrer com as consequências da crise macroeconômica brasileira instaurada desde 2014, pode-se afirmar que nossa economia tem reagido melhor do que a economia brasileira a partir do primeiro biênio do PPA (2016-2017), com destaque para o ano de 2017, quando o PIB do Ceará registrou um crescimento de 1,87%.

Parte dessa resistência à crise macroeconômica deve-se ao equilíbrio das contas públicas estaduais, apresentando uma boa capacidade de investimento público, passando de R$ 2,17 bilhões em 2016, para R$ 2,47 bilhões em 2017, correspondendo a um percentual de 13,89% da Receita Corrente Líquida (RCL).

O equilíbrio das contas públicas estaduais tem sido um dos principais desafios do Estado que, por meio de um de seus Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial, o Ceará da Gestão Democrática por Resultados, busca alcançar o resultado estratégico traduzido nos serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, produzindo impactos e atendendo às necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal. No âmbito do Ceará da Gestão Democrática por Resultados é possível afirmar que, no primeiro biênio do PPA, houve vários avanços, com destaque para a desconcentração de investimentos públicos em favor do interior do estado, contribuindo assim, o Governo do Estado, por meio da execução de seus projetos, para a redução da desigualdade regional, em atendimento à premissa do PPA da Promoção do Desenvolvimento Territorial, e para o aumento da aplicação do investimento público em relação à RCL, como já abordado acima. Por outro lado, é preciso uma atenção especial à ampliação da Despesa de Pessoal, quando confrontada com a Receita Corrente Líquida, indicador de responsabilidade fiscal, o que pode ser ratificado pelo percentual de 42,45% das despesas de pessoal do Poder Executivo em relação à RCL, ainda abaixo do limite de alerta definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que é de 43,74%.

Apesar da evolução de diversos indicadores que medem os resultados estratégicos e temáticos estabelecidos para o Ceará da Gestão Democrática por Resultados e do bom desempenho dos programas finalísticos dos temas estratégicos desse eixo, a saber: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social, há alguns pontos de melhoria na concretização da oferta governamental, traduzida nas iniciativas prioritárias, sendo eles:

• Educação Fiscal e Cidadania: realização de formações presenciais e à distância.
• Gestão Fiscal e Financeira: aparelhamento e manutenção dos postos fiscais e células de execução tributárias e integração das informações fiscais.
• Modernização da Gestão Fiscal: automação do controle das mercadorias em trânsito nas operações interestaduais e atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.
• Fortalecimento Institucional dos Municípios: promoção da melhoria da capacidade de gestão nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú e o apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.
• Modernização da Gestão Pública Estadual: gestão da logística corporativa do Estado do Ceará.
• Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas: promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais, assistência em fisioterapia, psicologia e fonoaudiologia aos servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.
• Controle Externo da Administração Municipal: formação e qualificação de jurisdicionados e sociedade civil.
• Regulação dos Serviços Públicos Delegados: regulação técnica dos serviços de distribuição e geração de energia elétrica.

Quanto ao Ceará Acolhedor, cujo resultado estratégico esperado é a inclusão social e os direitos humanos assegurados para a população cearense, com prioridade aos segmentos vulneráveis, foi constatada uma leve melhoria nos indicadores relacionados à pobreza, sobretudo no ano de 2017, diferentemente do que ocorreu em nível nacional. Porém, o percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham chegou a marca negativa de 29,4 p.p em 2017, o que exige do Governo do Estado a implementação de ações específicas focadas nesse público, de modo a reverter esta situação alarmante.
Para superar os desafios desse Ceará Acolhedor, a implementação das políticas públicas foram organizadas nos programas finalísticos dos temas estratégicos: Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.
Tendo como reflexo o desempenho do Eixo, algumas estratégias não foram implementadas como planejadas, exigindo, para o próximo biênio do Plano maior atenção. Dentre essas, podem ser destacadas:

• Proteção Social Especial: ampliação de oferta de serviços especializados de média e de alta complexidade.
• Proteção Social Básica: apoio ao atendimento às crianças, adolescentes, jovens e

suas famílias e a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social.

• Habitação de Interesse Social: ampliação da oferta de moradia de interesse social nas áreas urbanas e rurais, a oferta de moradia de interesse social no âmbito dos projetos Rio Maranguapinho e Dendê e a melhoria das condições físicas das unidades habitacionais no Dendê.

• Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania: garantia da proteção a pessoas ameaçadas e o atendimento e acolhimento de vítimas e familiares de crimes violentos e tráfico de pessoas.

• Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário: apoio a implantação de projetos de infraestrutura produtiva e social nos territórios rurais e a promoção do acesso ao Subprojeto de Aquisição de Terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

• Promoção e Defesa dos Direitos Humanos: ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais, promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis e ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

• Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo: melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e formação e qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

• Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional: viabilização das adesões de agricultores ao Garantia Safra e o apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção.

• Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional: apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e seus mecanismos de gestão no Estado e promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.

No que tange ao Ceará de Oportunidades, pode-se afirmar que os esforços do Governo no primeiro biênio do PPA têm contribuído para o alcance do resultado esperado: desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses, com destaque para o desempenho do PIB per capita e da Participação do Ceará nas exportações brasileiras.

Por sua vez, o Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade social da população cearense, chegou a 0,56 em 2017, superior ao valor apresentado em 2016 (0,55), mostrando que ainda existem grandes desafios para alcançar níveis satisfatórios de maior proximi-

dade entre aqueles mais vulneráveis e os detentores de maior riqueza no Ceará.

O grande desafio relacionado a esse Eixo é a promoção da expansão e diversificação da nossa economia, repercutindo no aumento da renda da população e na redução das desigualdades sociais.

O desenho dos programas governamentais está alinhado com esse desafio e sua execução têm dado bons resultados, como demonstrado nos indicadores estratégicos e temáticos. Contudo, há diversas frentes que apresentaram, no primeiro biênio do PPA, dificuldades de implementação, o que repercutiu no desempenho de alguns indicadores que medem os resultados dos temas relacionados a esse Eixo: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Trabalho e Renda, Empreendedorismo, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana.

Dentre as principais iniciativas governamentais, contidas nos programas finalísticos, que apresentaram um desempenho insatisfatório e que precisam ser revistas e, ou, intensificadas no próximo biênio, de modo a intensificar a melhoria do desempenho dos indicadores e o alcance dos resultados esperados, relacionam-se:

- Desenvolvimento da Agropecuária Familiar: implementação de práticas agrícolas de convivência com o Semiárido e transição agroecológica, fomento à cajucultura com a substituição de copa em cajueiro improdutivo, promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva de mandiocultura e apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação.
- Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio: estruturação da comercialização da produção agropecuária, o apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável e a promoção de renovação dos Pomares de Cajueiro.
- Defesa Agropecuária Atuante no Estado do Ceará: fiscalização do uso e comércio de agrotóxico e fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais.
- Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense: atração de empresas de médio e grande porte e implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte.
- Fortalecimento do Setor de Serviços: todas as iniciativas do programas apresentam execução muito baixa.
- Infraestrutura e Logística: promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual, melhoria da infraestrutura de transporte aeroviário, implantação e melhoria de infraestrutura viária urbana.

• Mobilidade Urbana: finalização da Linha Sul do Metrô de Fortaleza e implantação da Linha Parangaba/Mucuripe.
• Gestão e Disciplinamento do Trânsito: ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte, melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Educação de Trânsito e ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores.
• Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turistico Ceará: ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas, a realização de ações de valorização dos destinos turísticos, estruturação de equipamentos voltados à promoção do ecoturismo e turismo de aventura e formação e qualificação profissional nos serviços turísticos.
• Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural: promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos, formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares, apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis e o desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.
• Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador: ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.
• Desenvolvimento do Artesanato: apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses.
• Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil: disponibilização de infraestrutura para atender empreendimentos produtivos e formação e qualificação profissional em atividades empreendedoras.
• Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca e Aquicultura: apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental e de aquicultura marinha e continental e prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.
• Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos: ampliação da oferta e promoção da melhoria de estruturas públicas e de infraestrutura pública de convivência social.

Medido por alguns indicadores estratégicos como o Índice de qualidade do meio ambiente, População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos e Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará, o resultado esperado para o Eixo Ceará Sustentável – Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais –, vem sendo sistematicamente trabalhado pelo Governo Estadual e apresentado uma tendência de melhoria ao longo da vigência do PPA vigente.

Neste sentido, merece destaque, não os indicadores acima mencionados, como também o

Percentual de cobertura vegetal, que foi ampliado nos dois primeiros anos de vigência do Plano.

Este importante eixo, voltado para o desenvolvimento sustentável do Ceará, desdobra-se em três temas estratégicos, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energias, que, apesar de o Ceará enfrentar a maior e mais extensa Seca de sua história, obtiveram bons resultados, por meio da execução dos programas governamentais finalísticos a eles vinculados.
Porém, nesta área da sustentabilidade ambiental há muitos desafios a enfrentar no próximo período, dentre os quais mencionam-se:

- Oferta Hídrica para Múltiplos Usos: ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica e conclusão do trecho I do Cinturão das Águas do Ceará.
- Gestão dos Recursos Hídricos: ampliação do conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água e a readequação, modernização e fortalecimento da gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.
- Revitalização de Áreas Degradadas: revitalização das margens dos rios Maranguapinho e Cocó.
- Resíduos Sólidos: promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.
- Ceará Mais Verde: implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas, a criação e implementação de Unidades de Conservação, promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais e ampliação da oferta de serviços de proteção da fauna silvestre.
- Ceará no Clima: ampliação das ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais, implementação da política de gerenciamento costeiro e do monitoramento da qualidade do ar.
- Ceara Consciente por Natureza: promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação.
- Matriz Energética do Estado do Ceará: promoção do planejamento da política estadual de Energia, aexpansão da infraestrutura de distribuição de gás natural, ampliação da oferta de energias renováveis e ampliação da oferta de energia para atendimento de novos empreendimentos e comunidades.

O Ceará do Conhecimento foi o eixo do PPA que apresentou o melhor desempenho quando verificado o desempenho dos indicadores estratégicos que medem o resultado esperado para esse eixo: População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

Praticamente todos os indicadores evoluíram no primeiro biênio do PPA, com destaque para a Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade que reduziu quase 18% entre 2015 e 2017 e para os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): do Ensino Fundamental nos anos iniciais (5° ano) e finais (9° ano) e da Rede Estadual do Ensino Médio. Neste último, o índice saiu de 3,45, em 2015, para 3,8 em 2017; e no Ideb do Ensino Fundamental nos anos iniciais (5° ano) foi alcançada a marca de 6,1 em 2017, dando destaque em nível nacional para o Ceará.

Apesar dos avanços obtidos nos cinco temas estratégicos desse Eixo do Conhecimento – Educação Básica, Educação Profissional, Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e Cultura –, há alguns pontos de melhoria em iniciativas governamentais voltadas à melhoria dos indicadores estratégicos e temáticos.

Como destaque dessas iniciativas, relacionamos as que necessitam de mais atenção no próximo ciclo de execução dos programas finalísticos:

- Inclusão e Equidade na Educação: ampliação da oferta de vagas para comunidades indígenas/quilombolas e população do campo e acessibilidade arquitetônica nas escolas da Educação Básica para atender pessoas com deficiência.
- Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada: premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no Spaece e a implantação dos Centros de Educação Infantil.
- Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica: articulação curricular do Ensino Médio com as realidades territoriais, a educação científica, a convivência, o lazer, a arte, a pluralidade cultural, o empreendedorismo, o protagonismo e o mundo do trabalho e criação e estruturação de Centros de Línguas Estrangeiras para alunos das escolas públicas.
- Ensino Integrado à Educação Profissional: ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional, readequação dos espaços de aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional e a oferta de Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional.
- Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico: promoção da qualificação profissional nos níveis técnico e tecnológico e em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior: ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior, melhoria da estrutura das instituições de ensino superior e expansão das atividades acadêmicas do Geopark Araripe.

• Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica, e da Cultura de Inovação: melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, a difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos e o apoio à geração e ampliação de energias renováveis.
• Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará: ampliação e melhoria da infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação e expansão da infraestrutura do serviço de telefonia móvel com acesso à internet.
• Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense: ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens, ampliação da difusão do livro, leitura e literatura, apoio à ampliação do acesso à leitura e literatura em bibliotecas municipais e coletivas e promoção da acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência nos equipamentos culturais.
• Preservação e Promoção da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense: preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado, realização de eventos de promoção e divulgação do patrimônio de interesse histórico, artístico e cultural do Estado e promoção de ações de valorização dos Tesouros Vivos da Cultura Cearense.
• Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará: promoção da implementação e consolidação de sistemas e planos setoriais da cultura e apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura.

As políticas públicas de Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico encontram-se interligadas na perspectiva de alcance do resultado estratégico do Ceará Saudável que é o de tornar mais saudável a população cearense.

No âmbito desse eixo, alguns indicadores apresentaram um comportamento positivo nos dois primeiros anos de vigência do PPA, como a Expectativa de vida ao nascer, a Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado e a Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Esses dois últimos têm uma relação direta com a ação governamental, demonstrando assim uma efetividade na política de saneamento básico.
Contudo, os indicadores Razão da mortalidade materna (RMM) e Taxa de mortalidade infantil não tiveram o desempenho desejado. O primeiro passou de 57,9 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, em 2015, para 69,61 em 2017 (dados ainda passíveis de alteração). Para a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) considera-se aceitável uma RMM inferior a 20. Já o segundo indicador, saiu de 12,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2015, para 13,2 em 2017. Esses dados apontam para uma necessidade de intensifi-

cação das atividades voltadas aos cuidados com a gestante e a recém-nascido.
Além disso, é importante intensificar os esforços para aprimorar a implementação de algumas iniciativas que apresentaram desempenho inferior ao esperado, contribuindo, em certa medida, para o comportamento observado dos indicadores. Dentre essas iniciativas, destacam-se:

- Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS: auditoria e controle do Sistema Único de Saúde nas regiões de saúde e promoção da melhoria dos fóruns regionais de conselheiros de saúde no Sistema Único de Saúde.
- Atenção à Saúde Integral e de Qualidade: melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares, ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados, ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência, realização de ações voltadas à atenção à saúde da mulher e melhoria da estrutura das unidades de serviço hospitalar especializado.
- Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde: promoção da formação profissional em saúde, ampliação da Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade e de Residências Multiprofissionais e ampliação das estruturas tecnológicas para o ensino de saúde.
- Esporte e Lazer para a População: ampliação da oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva e melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas.
- Ceará no Esporte de Rendimento: incentivo à preparação de atletas de alto rendimento.
- Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana: implantação e ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e otimização de sistemas de esgotamento sanitário.
- Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural: implementação de solução domiciliar de acesso à água potável e implantação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Por fim, o Ceará Pacífico é o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial do Plano Plurianual 2016-2019 que tem apresentado o desempenho menos favorável em relação à expectativa do planejamento inicial.

Os indicadores que medem o resultado esperado – População com segurança cidadã e justiça efetivas.apresentam registros elevados, se comparados com a média nacional, a

exemplo das taxas de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) e Letais e Intencionais (CVLI). O primeiro apresentou uma leve queda no último ano de referência (2017), atingindo um valor de 783,12 casos por 100 mil habitantes. Já o CVLI cresceu mais de 26% entre 2015 e 2017.

Vale destacar que parte do comportamento desse indicador pode ser atribuída a falhas em ações de promoção e garantia de direitos e de prevenção, sobretudo na faixa etária mais vulnerável e suscetível (15 a 29 anos), que apresenta, como demonstrado anteriormente, um alto índice de desocupação: nem estudam nem trabalham. Nesta faixa, jovens de 18 a 29 anos representam 56,62% da população encarcerada nos regimes fechados, semiabertos, provisórios e abertos, de um total de 27.342 pessoas.

Outro importante indicador do desempenho do Ceará Pacífico, e que demonstra a eficácia do sistema de justiça criminal, é a Taxa de congestionamento processual que chegou a 75,48% em 2017. Em 2015, esta taxa era de 70,1%.

Apesar dos avanços na execução de diversos projetos e atividades voltados à melhoria desses e de outros indicadores que mensuram a efetividade das políticas voltadas à promoção de um Ceará mais pacífico, há muitos desafios a enfrentar, dentre os quais é possível relacionar da seguinte forma:

- Segurança Pública Integrada: ampliação e modernização da oferta de serviços de policiamento civil, ampliação da oferta de serviços e melhoria da estrutura de perícia forense, melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada e expansão dos serviços de patrulhamento aéreo.
- Segurança Pública Cidadã: ampliação dos serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social, ampliação dos serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias, apoio à implantação das Guardas Municipais nos municípios com menos de 60.000 habitantes e ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.
- Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário: ampliação da oferta de vagas no sistema prisional, desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso e apoio à execução de alternativas penais.
- Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis: ampliação da atuação ministerial de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ressarcimento à coletividade por danos aos interesses difusos e coletivos e reaparelhamento e modernização do Ministério Público e dos Órgãos Estaduais de Execução

e de Apoio.

• Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional: melhoria da estrutura para a oferta dos serviços judiciais.

• Integração do Sistema de Justiça Criminal: melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal, expansão dos serviços de apoio à área criminal e melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

• Proteção contra o Uso Prejudicial de Drogas: prestação de serviços de tratamento, de acolhimento e de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas, ampliação da participação da sociedade no controle social e nas políticas sobre drogas e melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas.

GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão